

**CRISTINA CHARÃO MARQUES**

**O SUJEITO JORNALÍSTICO EM FORMAÇÃO**

Uma proposta para compreender o ensino-aprendizagem  
do gênero jornalismo

**PORTO ALEGRE**  
**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE: LINGUÍSTICA APLICADA  
LINHA DE PESQUISA: AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

## **O SUJEITO JORNALÍSTICO EM FORMAÇÃO**

Uma proposta para compreender o ensino-aprendizagem  
do gênero jornalismo

**CRISTINA CHARÃO MARQUES ORIENTADOR: PROF.**

**DR. PAULO COIMBRA GUEDES**

Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE  
2011**

Para Artur, meu gurizinho,  
que resolveu pedir passagem  
e refez os meus caminhos.

## AGRADECIMENTOS

---

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS – Linguística Aplicada, pela acolhida acadêmica e a oportunidade concedida de olhar o jornalismo desde outra perspectiva.

Ao professor Paulo Coimbra Guedes, por insistir na importância deste olhar e pela precisa e carinhosa orientação.

Às professoras Margarete e Luciene, pela forma generosamente transdisciplinar com que me receberam.

A Letícia e Luanda, colegas de jornadas (in)disciplinares.

Aos focas, os 29 originais e, especialmente, aos 5 que me permitiram o escrutínio de seus textos.

Às amigas de toda vida, que suportaram este meu caminho: Deise, Cristiane, Patrícia, Débora, Gabriela, Bia, Michelle e Mariana.

Aos amigos que, vez em quando, me fizeram as perguntas certas: Flávio, Diogo e Rodrigo.

Às irmãs Charão Marques: Flávia, por manter meus pés no chão; Juliana, por ser tão direta; Renata, por estar comigo nos velhos e novos tempos.

Ao Henrique, por enfrentar este turbilhão.

Ao meu pai, por me lembrar de ser corajosa.

À tia Mary, por estar sempre ao nosso lado.

À minha mãe.

“Quem tudo pode dizer, tudo pode fazer.”

Honoré de Balzac, *Ilusões Perdidas*

## RESUMO

---

MARQUES, Cristina Charão. **O Sujeito Jornalístico em Formação:** uma proposta para compreender o ensino-aprendizagem do gênero jornalismo. 2011. 145 f. + anexos. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Entender como jornalistas aprendem a ser jornalistas é um passo necessário para se enfrentar o conservadorismo intrínseco ao jornalismo, manifesto nos produtos jornalísticos e na defesa reacionária de seu cânone profissional – ser o espelho da realidade. Este trabalho pretende contribuir à compreensão do processo de ensino-aprendizagem do jornalismo, descrevendo-o para apontar possibilidades de intervenção que permitam abordagens renovadas do fazer jornalístico. Considerando que o jornalismo constitui-se como gênero do discurso global, como define Chalaby (1996), parte-se do princípio de que é através da aprendizagem deste gênero que se aprende a ser jornalista. Neste sentido, o trabalho articula as noções de sujeito e de gênero do discurso estabelecidas por Bakhtin (2000, 2006) para postular que a chave deste aprendizado – e, afinal, de qualquer gênero do discurso – está na constituição do sujeito do gênero: a forma com que o enunciador relaciona-se com a cadeia infinita de discursos e que é delimitada pelo gênero por meio do qual ele se põe a produzir textualmente. Sugere-se que o sujeito do gênero pode ser revelado na análise das formas do discurso citado. Assim, descreve-se o sujeito jornalístico e como este é apreendido por futuros jornalistas a partir de uma análise exploratória dos usos regulares e irregulares das citações em textos produzidos por aprendizes em uma situação de entremeio escola-redação: o Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado do Grupo Estado. Completam o quadro as regularizações promovidas pela jornalista-tutora. Os resultados apontam a ocorrência exclusiva de formas lineares do discurso citado e permitem descrever funções discursivas das citações: autorização, autenticação e verossimilhança. As irregularidades na apresentação do discurso citado provêm da dificuldade dos aprendizes de lidar com a necessidade imperativa de usar citações, enquanto as regularizações exigem o apagamento de raras referências subjetivas. Conclui-se que o sujeito jornalístico caracteriza-se por uma relação dogmática e funcional com os discursos de outrem. Indica-se que uma abordagem pedagógica que coloque em questão esta relação pode ser um caminho para, em salas de aula ou redações, repensar o fazer jornalístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo, sujeito jornalístico, gêneros do discurso, ensino-aprendizagem.

## ABSTRACT

---

MARQUES, Cristina Charão. **The Journalistic Subject in Training:** a proposal to understand the teaching and learning of journalistic genre. 2011. 145 f. + attachments. Dissertation (Master of Linguistics) – Graduate Program in Literature and Linguistics, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

It is essential to understand how journalists are taught to be journalists to face the intrinsic conservatism of its daily practice, patent in the journalistic products and in the reactionary defense of its Professional Canon – to be the mirror of reality. The goal of this work is to add to the understanding of the teaching-learning process of journalism, describing it to point out to possibilities of intervention in order to allow the development of renewed approaches of journalism. Since journalism constitutes itself as a global speech genre, as defined by Chalaby (1996), it's assumed that one learns to be a journalist through the learning of that genre. In that sense, this work articulates the ideas of subject and speech genre established by Bakhtin (2000, 2006) to postulate that the key to this learning – and, therefore, to any speech genre – lies in the constitution of the subject of the genre: the way through which the enunciator relates to the infinite chain of discourses available and that is enclosed by the speech genre through which the subject produces his or her texts. Supposedly, the subject of the genre can be revealed through the analysis of the reported speech forms. Therefore, we describe the journalistic subject and how it's grasped by future professionals, analyzing the regular and the irregular uses of citations in texts written by trainees in a situation between college and the newsroom, the *Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado do Grupo Estado*. The regularizations promoted by the journalist-tutor complete the picture. The results show the exclusive occurrence of linear forms of reported speech and allow us to describe discursive functions of those citations: authorization, validation and likelihood. The irregularities in the presentation of the reported speech are due to the apprentices' difficulties in dealing with the imperative need of citation usage, while the regularizations demand the erasing of rare subjective references. We concluded that the journalistic subject is defined by a dogmatic and functional relation to someone else's discourse. A teaching approach that questions this relation, in colleges and newsrooms, could be a new way to rethink the work of journalists.

**KEYWORD:** Journalism, journalistic subject, speech genres, teaching-learning.

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 .....	92
Figura 2 .....	94
Figura 3 .....	94
Figura 4 .....	96



## LISTA DE TABELAS

---

Tabela 1 – Frequência do discurso citado total e por aluno .....	90
Tabela 2 – Frequência e porcentagem de linhas ocupadas por discurso citado por tipo.....	93

## SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO .....	12
1.1 Produção textual, gênero e jornalismo .....	16
1.2 O sujeito jornalístico.....	19
CAPÍTULO 1 .....	22
O jornalismo: do espelho ao papel.....	22
1.1 A história de um jeito de contar histórias.....	22
1.2 Informação e a lógica do espelho: a constituição do paradigma dominante .....	23
1.2.1 O paradigma da objetividade.....	25
1.2.2 Jornalismo, uma profissão.....	28
1.3 E o jornalismo chega ao Brasil.....	30
1.3.1 Dois jornalismo.....	33
1.3.2 Modernização e profissionalização.....	36
CAPÍTULO 2 .....	40
Ser jornalista é escrever como jornalista .....	40
2.1 Jornalismo: um gênero do discurso global .....	40
2.2 Jornalismo: um gênero, uma profissão .....	45
2.3 Como se aprende o que é notícia.....	49
CAPÍTULO 3 .....	51
Gênero, Sujeito do Gênero e Sujeito Jornalístico .....	51
3.1 Jornalismo como gênero do discurso .....	51
3.2 Enunciação, sujeito e texto .....	52
3.3 O Sujeito do Gênero .....	56
3.4 Discurso reportado, sujeito e sujeito do gênero .....	60
3.4.1 Tendências de apreensão do discurso de outrem, autoridade e persuasão .....	62
3.4.2 Estilo linear e estilo pictórico .....	63
3.4.3 O sujeito do gênero através do discurso reportado.....	65
3.5 Sujeito jornalístico, discurso reportado e a aprendizagem do jornalismo .....	66
3.5.1 Uma hipótese: aprender o jornalismo é apreender o sujeito jornalístico .....	68
CAPÍTULO 4 .....	70
Apreender a Aprendizagem do Jornalismo.....	70
4.1 O entremeio teoria e prática .....	70
4.2 Um lugar para se pesquisar: o entremeio .....	73
4.2.1 Exemplo de entremeio: o Curso Estado .....	75
4.3 O <i>corpus</i> : textos de focas.....	77

4.3.1 Composição do corpus.....	78
4.3.2 Características do corpus .....	78
a) Características gerais das tarefas apresentadas .....	78
b) Tarefas apresentadas .....	80
c) Sobre as correções .....	82
4.4 Regularidades, irregularidades e regularizações de citações nos textos dos focas ....	83
4.4.1 Ocorrência do discurso citado .....	84
4.4.2 Regularidades tipológicas e estilísticas.....	84
4.4.3 Regularidades composicionais e funções discursivas.....	86
4.4.4 Irregularidades.....	87
4.4.5 Regularizações.....	88
CAPÍTULO 5 .....	89
Sujeito jornalístico: as pistas encontradas nos textos de entremeio .....	89
5.1 Organizando o <i>corpus</i> .....	89
5.2 O discurso citado nos textos .....	90
5.3 Tipos de discurso citado nos textos .....	92
5.4 Estilos de discurso citado nos textos .....	96
5.5 Características composicionais do uso das citações nos textos e funções discursivas do discurso citado.....	98
5.5.1 Autorização.....	98
5.5.2 Autenticação .....	103
5.5.3 Verossimilhança.....	107
5.6 Irregularidades nos usos das citações .....	109
5.6.1 Irregularidades composicionais .....	109
5.6.2 Descontroles sintáticos.....	111
5.7 Regularizações anotadas pela jornalista-tutora .....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	127
Novos sujeitos para novos jornalismo .....	127
6.1 Jornalismo e gênero do discurso .....	129
6.2 Ensino-aprendizagem e sujeito do gênero .....	131
6.3 Sujeito jornalístico e discurso citado.....	132
6.4 A essencialidade da citação .....	134
6.5 A linearidade como regra .....	136
6.6 Autorização, autenticação e verossimilhança.....	138
6.7 Pecando por excesso .....	139
6.8 Deslizes subjetivos e as regularizações .....	140
6.9 Formatação e lapidação .....	141

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
ANEXOS.....	146
Textos – Aluno A .....	146
Textos – Aluno B .....	154
Textos – Aluno C .....	168
Textos – Aluno D .....	183
Textos – Aluno E.....	201

## INTRODUÇÃO

---

O jornalismo é, sob diversos pontos de vista, um campo marcado pelo conservadorismo.

Este conservadorismo intrínseco reflete-se com força e constância nos produtos jornalísticos. Análises de todos os tipos – das mais acadêmicas às mais militantes, realizadas a partir de escolhas teóricas que podem ser consideradas, inclusive, opostas – feitas sobre o conteúdo das mídias jornalísticas denunciam esta tendência. Estudos de caráter contudístico, voltados a levantar a frequência e a forma de apresentação de determinadas pautas ou temas, indicam como característica dos produtos jornalísticos a repetição de fontes, a referência exacerbada às fontes oficiais e o destaque, em termos editoriais (tamanho das matérias, posição dentro do jornal e dentro das páginas), a textos que apresentam pautas de interesse de forças sociais reconhecidas como conservadoras. Da mesma forma, distintos trabalhos acadêmicos voltados a tratar dos discursos construídos pelas/nas mídias jornalísticas em geral concluem que os sentidos constituídos nas páginas de jornais (e nas revistas, nas matérias de rádio, nos telejornais) alinham-se a posições reacionárias ou refletem posições de grupos de interesse específicos, em detrimento de apresentar valores e ideias plurais.

A uniformidade de seleção dos acontecimentos – as notícias, afinal – e de tratamento desses pelos diferentes veículos, em diferentes suportes, há tempos parece incomodar os teóricos da Comunicação / do Jornalismo. Não é, portanto, um fato novo. E ao buscarem estabelecer razões para os constantes diagnósticos de que o jornalismo tende ao “mais do mesmo”, esses pesquisadores têm se apoiado em formulações que colocam em cheque o cânone sobre o qual se assenta a prática jornalística.

O cânone profissional do jornalismo é baseado numa relação com a Verdade e o Real, considerando que é possível revelá-los por meio de textos objetivos, isentos, imparciais. Valores justificados em teorias de origem funcionalista e reafirmados pelas contestações da Teoria Crítica, como afirmam Traquina (2004) e Resende (2002).

Traquina (2004) aponta que o discurso acerca do *ethos* jornalístico encontra-se baseado na ideia de que é possível transmitir uma versão fiel dos fatos, refletir a realidade. É o que batiza “teoria do espelho”. O mesmo autor ressalta a íntima relação entre o conjunto de premissas sobre o qual vai se organizar o jornalismo profissionalizado – o jornalista como agente desinteressado; a informatividade e a convicção na hegemonia dos fatos sobre as versões; a separação entre realidade e ficção; a crença nos procedimentos técnico-científicos

como forma de afastar qualquer subjetividade – e a prevalência do Positivismo como modo de pensar reinante no período em questão: o final do século XIX.

Resende, ao descrever o que chama “texto das lógicas” (o conjunto das lógicas em que se funda o saber sobre o jornalismo e que, ao fim e ao cabo, reflete-se sobre o próprio fazer jornalístico) soma ao olhar positivista um olhar chamado teórico-crítico, que não necessariamente descarta a teoria do espelho. Antes, é possível vislumbrar dentro dessa perspectiva teórico-crítica a instrumentalização do jornalismo e, de certo modo, a crença no seu papel de contar uma realidade, ainda que se reconheça esta “uma realidade” relatada como sujeita a interferências econômicas e ideológicas (2002, p. 43-46, *passim*). A tarefa dos que se posicionam nesta perspectiva seria, então, denunciar as distorções propositais do espelho.

Há pelo menos quatro décadas, entretanto, uma e outra das teorias que ajudaram a corroborar as lógicas fundantes do jornalismo moderno, dando a um conjunto de práticas e valores nascidos de uma nova forma de organização da imprensa (como se verá a seguir) o verniz da ciência, têm sido questionadas. Não seria ousado demais afirmar que todo (ou praticamente todo) o conhecimento produzido acerca dos fenômenos da Comunicação e do Jornalismo, em especial na última década, aponta em direção oposta aos princípios teóricos que orientam o jornalismo. Este novo olhar sobre os fenômenos comunicacionais inclui abordagens mais complexas, tomando emprestado teorias e metodologias de outras áreas, reconhecendo como fundamentais à compreensão destes fenômenos, novos elementos como o receptor, a ideologia, a cultura... A descrição desse processo de complexificação do objeto e do olhar sobre a Comunicação, que acompanha a evolução (ou crise) dos paradigmas nas áreas das ciências humanas no que se convencionou chamar Pós-Modernidade, tal como feita em Sousa, leva a identificar o “atual descompasso entre o mundo do conhecimento epistemológico, o das posturas teórico-metodológicas e o das práticas de vida na sociedade de hoje, fato limitador não só para a comunicação como para outras áreas e objetos de estudo” (1995, p. 27).

A partir da década de 70, passa a fazer parte do arsenal teórico que busca compreender os fenômenos relacionados ao jornalismo uma vertente batizada construcionista. Nesta nova perspectiva teórica, o jornalismo é definido como um elemento que constitui a realidade, não apenas a reflete. A ideia de que a linguagem pode transmitir de forma direta o significado dos acontecimentos é abandonada e, em seu lugar, surge a noção de que a própria mídia estrutura “inevitavelmente sua representação dos acontecimentos” em função de características próprias, como sua natureza organizacional, financeira, de funcionamento em rede (TRAQUINA, 2004, p. 168-169).

O descompasso entre este novo olhar teórico sobre a Comunicação e aquilo que o senso comum diz sobre o que é o jornalismo é mais uma prova do caráter conservador do jornalismo. Como registra Schudson, os profissionais da imprensa sentem-se ofendidos com afirmações feitas pelos cientistas sociais a respeito da produção de notícias: enquanto os cientistas sociais apontam o papel dos jornalistas na construção das notícias, esses últimos agarram-se à ideia de que “apenas reportam o mundo como ele é” (1989, p. 263). Para Traquina, a teoria do espelho é defendida pela comunidade jornalística profissional com unhas e dentes “porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade” (2004, p. 149).

Fazendo uma análise do discurso do jornalismo acerca dele mesmo, Machado e Jacks descrevem esta ideologia metarreferencial e como ela serve de material de legitimidade interna e externa do campo jornalístico:

O jornalismo informativo – gênero supostamente „não contaminado” pela opinião, pela valoração e pela ideologia – define a si mesmo como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo fazer crer que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade. Não poderia ser diferente, já que o que está em jogo é sua credibilidade – como diz Bourdieu, seu “capital”, aquilo que lhe confere valor. Ou, como diria Michel Foucault, na posição em que está, o jornalismo não poderia dizer outra coisa de si mesmo (MACHADO; JACKS, 2001, p. 1).

O nascimento desta “ideologia jornalística” está definitivamente ligada ao estabelecimento de determinadas práticas discursivas e um tipo específico de produção textual na imprensa dos Estados Unidos e da Inglaterra – com total ênfase no cenário norte-americano –, ao longo de um período que inicia em meados do século XIX e vai se encerrar por volta da década de 1920. A criação do jornalismo moderno está, portanto, definida pelo surgimento de um gênero do discurso (CHALABY, 1996).

São duas as linhas de argumentação mais conhecidas que explicam o surgimento desta forma textual específica – a notícia – e a normatização dos conceitos a ela relacionados – a informatividade, a exatidão, a neutralidade, mas acima de tudo a objetividade. Uma baseia-se nas questões econômicas: a necessidade de ampliar o público-leitor, para além do leitor engajado com este ou aquele partido, de forma a garantir lucros no negócio jornal. Considere-se, aqui, que o período anterior na história da imprensa é marcado pela ligação intrínseca entre os jornais e correntes políticas e/ou partidárias. A outra vertente de explicações fala dos impactos da evolução tecnológica sobre as formas de organização da imprensa: a invenção do telégrafo e a conseqüente necessidade de economia de palavras (SCHUDSON, 2001).

Além de superada historiograficamente pela enumeração de outros tantos fatores de natureza diversa por vários autores – entre eles Chalaby e Schudson – a hipótese econômico-tecnológica é também questionada como matriz do jornalismo pela própria evolução do mercado e das condições técnicas de produção. Como explicar que, mais de um século depois, o gênero jornalismo permaneça essencialmente inalterado diante das possibilidades abertas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação?

Estas novas tecnologias, com destaque para a internet, permitem não apenas baratear os custos de produção e circulação da informação (quando não zerá-las), mas, principalmente, modificam as condições específicas de produção que prescreveriam certas práticas jornalísticas, especialmente no que diz respeito à produção textual. Na internet, não há limites físicos impostos ao texto. Não está pressuposta a finitude do espaço na folha de papel e nem mesmo a lógica do tempo é a mesma – não há necessidade de um horário de fechamento para que as prensas possam começar a imprimir o jornal ou para que o telejornal seja transmitido. No entanto, como se pode facilmente verificar ao acessar sites noticiosos, especialmente aqueles ligados aos veículos tradicionais, lá estão textos cujos objetos e cujo estilo não diferem daqueles publicados pelos jornais do dia.

Retorna-se, aqui, à questão da legitimidade do jornalismo.

A gênese do jornalismo moderno completa-se com o estabelecimento do que Chalaby (1996), com inspiração foucaultiana, chama de ordem discursiva própria do jornalismo, que o separa em definitivo dos campos aos quais esteve historicamente ligado, a literatura e a política. Ou seja, esta nova ordem discursiva dá legitimidade ao jornalismo como campo autônomo.

Já Schudson (2001, p. 165) conclui que há uma razão instrumental para o estabelecimento de normas dentro do jornalismo: elas serviriam para proteger o jornalismo e os jornalistas do escrutínio público a que estão submetidos de forma constante (em termos morais e também em termos legais). Em Tuchman (1993), vê-se que não apenas o discurso acerca do jornalismo, mas as próprias características discursivas do gênero servem a esta legitimação da atividade. Diz a autora: “sou de opinião de que o manuseamento da 'estória', isto é, o uso de certos procedimentos perceptíveis ao consumidor de notícia, protege o jornalista dos riscos da sua actividade, incluindo os críticos” (Ibidem, p.75).

Se, ao longo do século que separa o nascimento do jornalismo moderno e esta era das tecnologias da informação, mudam radicalmente as condições e o contexto de produção, não muda a necessidade de o jornalismo e os jornalistas pleitearem sua legitimidade. Os jornalistas seguem, assim, apegados a uma prescrição sobre “o que é jornalismo”,



intimamente relacionada a um determinado conjunto de condições de produção idealizadas como padrão e a certos valores atribuídos ao jornalismo a partir dessas idealizações. Não sem contradições, este padrão idealizado ainda ignora que as formas de organização das instituições jornalísticas; o aparato técnico disponível ao jornalista; as formas de fruição do produto jornalístico, que estabelecem novos tipos de leitores/interlocutores, são totalmente diversos do verificado no momento assinalado como de nascimento do gênero jornalismo.

Essa prescrição segue sendo materializada em um tipo específico de produção textual, que, independente das suas variações estilísticas, caracteriza o gênero do discurso. E esta forma de escritura, que na sua essência evoca estruturas discursivas desenhadas a mais de um século, não poderia servir a outras funções que não àquelas conservadoras, homogeneizantes, reacionárias, autoritárias já enumeradas.

Em outras palavras, um jornalista é jornalista porque escreve como um jornalista. Ou ainda, um jornalista irá aprender a ser jornalista aprendendo a escrever como um jornalista. E é aí, no processo de apreensão de um modo específico de escritura, que se encontra o momento oportuno para se propor intervenções que quebrem a lógica do espelho. Ou seja, escapar ao conservadorismo intrínseco ao campo jornalístico exige repensar o processo de ensino-aprendizagem do gênero jornalismo.

Um primeiro passo nesta direção é identificar as janelas de oportunidade presentes no processo de ensino-aprendizagem do texto jornalístico que podem ser aproveitadas para uma reflexão crítica do papel do jornalista enquanto selecionador e organizador dos acontecimentos que valem à pena ser contados. É neste sentido que este trabalho tenta descrever os limites à expressão da individualidade impostos ao sujeito que se põe a escrever como jornalista, como estes limites são assimilados por aprendizes de jornalismo e como eles são defendidos por aqueles que cumprem o papel de seus guardiões – sejam eles professores em sala de aula ou editores nas redações.

Em outras palavras, busca-se determinar os mecanismos presentes nos gêneros do discurso, de maneira geral, e aqueles próprios ao gênero jornalístico que objetivam a subjetividade do indivíduo – no caso, o sujeito que produz jornalismo. Mecanismos esses que o processo de ensino-aprendizagem tende a perpetuar.

### **1.1 Produção textual, gênero e jornalismo**

A afirmação de que o jornalismo, tal como o conhecemos hoje, nasce com o estabelecimento de um novo gênero do discurso impõe duas questões fundamentais para o

trabalho que aqui se pretende desenvolver.

A primeira diz respeito à epistemologia do objeto teórico em questão, o jornalismo. Parte-se do princípio de que o jornalismo é um gênero do discurso.

A segunda é reconhecer a produção textual como elemento-chave para explicar o jornalismo e a reprodução dos valores que o definem. Assim, é também a produção textual o local por excelência para se intervir na apontada problemática do conservadorismo intrínseco a ele.

A noção de gênero do discurso construída por Mikhail Bakhtin tem sido central tanto nas reflexões acerca do jornalismo, como também do ensino e aprendizagem de línguas. Assim, partir da compreensão de que o jornalismo é, antes de tudo, um gênero do discurso permite também promover o diálogo entre dois campos da produção do conhecimento – aquele que reflete sobre a Comunicação Social e aquele hoje organizado na área da Linguística Aplicada.

O recorte transversal das duas áreas a partir das contribuições bakhtinianas que se concretiza neste trabalho pretende contribuir para recolocar a abordagem dos gêneros do discurso em uma perspectiva mais “discursiva” do que de “tipo”, como esses têm sido definidos com mais frequência tanto na área da Comunicação, como em boa parte da produção científica na Linguística Aplicada. Em uma ou outra área, evoca-se a definição mais explícita de Bakhtin acerca dos gêneros do discurso – a de que “cada esfera da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso o que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 2000, p. 279, grifos do autor) – para criar tipificações que ou ajudem a categorizar o objeto de estudo (o jornalismo ou os produtos jornalísticos), ou permitam uma esquematização da abordagem pedagógica da produção discursiva, oral ou escrita (como se escreve uma carta, o que é uma crônica, como se faz uma dissertação). Em ambos os casos, percebe-se a focalização do aspecto estável dos tipos de enunciados. A pretensão, aqui, é propor uma inversão, qual seja: deslocar a ênfase do estável para o relativo, da forma para o discursivo.

Esse deslocamento é proposto a partir da articulação teórica de uma categoria de análise dos gêneros do discurso, o “sujeito do gênero”, e da proposição de um dispositivo analítico que permita identificá-la, no caso, o exame das formas do discurso citado. Estas proposições baseiam-se nas reflexões de Bakhtin sobre a língua, o sujeito, os gêneros do discurso e o discurso citado.

Essencialmente, a obra bakhtiniana não se organiza em torno de conceber versões fechadas de conceitos ou categorias, mas abre, a partir das reflexões do autor acerca da

literatura e da linguística, toda uma perspectiva sobre a língua e seus usos que outros pensadores e pesquisadores expandem para um número cada vez maior de esferas da atividade humana. Assim, a proposta apresentada neste trabalho promove o diálogo entre o pensamento bakhtiniano e as contribuições de autores que bebem – direta ou indiretamente – desta fonte para descrever o jornalismo e de autores que se dedicam a explorar a filosofia da linguagem de Bakhtin para sistematizar seus conceitos-chave.

Assim, parte-se do princípio de que, apesar de afirmar explicitamente apenas que é a “concepção padrão do destinatário” que determina um gênero, sendo que esta concepção está por sua vez determinada pela “área da atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 321), a definição mais ampla de gêneros do discurso realizada por Bakhtin permite concluir que cada gênero também determina o papel a ser desempenhado pelo enunciador. É preciso investir-se das características determinadas pelos diferentes gêneros para assumir a função de produtor de discurso e é a partir dessa conclusão que vai se propor a existência de um sujeito do gênero.

Ao mesmo tempo, as reflexões dos pensadores do Círculo de Bakhtin<sup>1</sup> acerca da natureza social e dialógica da enunciação resultam na compreensão de que todo enunciado é um fenômeno polifônico, estabelecendo para o sujeito a função de “regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico” (BEZERRA, 2006, p. 194). Ao postular a existência dos gêneros do discurso como unidades de análise fundamentais para a compreensão do funcionamento da língua, estabelece que a liberdade expressiva individual é delimitada pela esfera da atividade humana em que o indivíduo está inserido. O indivíduo não “rege o coro de vozes” livre de regras, mas sim a partir de valores determinados na interação social e pela esfera específica em que está produzindo discursivamente. Uma determinada atividade humana, portanto, estabelece uma posição axiológica a ser assumida em relação ao mundo, sendo que o gênero que corresponde a esta atividade humana irá refletir e reproduzir esta posição.

Como se pode depreender de Bakhtin, a maneira como cada indivíduo introduz o discurso do outro no seu próprio discurso revela a dinâmica da relação entre o indivíduo e o outro, revelando, portanto, traços importantes do sujeito da enunciação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006). Considerando ainda o que aponta Bakhtin (2000) acerca

---

<sup>1</sup> Batizou-se Círculo de Bakhtin o grupo de artistas e intelectuais que, por amizade ou proximidade acadêmica, reuniam-se em torno da figura de Mikhail Bakhtin. Duas figuras destacam-se neste grupo: P.N. Medviédiev e V.N. Volochínov, que além de contribuições teóricas próprias, emprestaram seus nomes para que Bakhtin publicasse suas primeiras obras. Daí algumas de suas principais obras serem, até hoje, dubiamente identificadas (como *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que em algumas edições aparece sob autoria de Bakhtin/Volochínov).

do papel dos parceiros de situação comunicativa na formulação e significação dos enunciados, é possível também vislumbrar, nas opções léxico-gramaticais de introdução do discurso citado e nas escolhas composicionais envolvendo o uso de citações, a relação estabelecida pelo sujeito-enunciador com o sujeito-receptor.

Então, a forma como cada gênero articula as diferentes vozes sociais, os diferentes discursos, reflete a forma como uma dada atividade humana valora cada um destes discursos (seus produtores e os objetos aos quais eles se referem) e todo enunciado reproduz (com alguma variação) estes valores. Assim, o percurso analítico que parte do enunciado para nele demonstrar como estão articulados os diversos discursos outros permite estabelecer não apenas o sujeito daquele enunciado, mas o sujeito do gênero. Poderíamos dizer, então, que a análise das formas como se reporta o discurso de outrem acaba por mostrar os termos do contrato que estabelece o papel do enunciador.

No estudo que realiza sobre o discurso citado, Bakhtin aponta duas tendências de apreensão ativa do discurso de outrem: uma dogmática, que tende a preservar a integridade do enunciado alheio e se traduz no estilo linear de introdução do discurso citado; outra individualizada ou menos dogmática, que estabelece o diálogo e a interação entre o narrador e o discurso alheio, apagando as fronteiras formais da citação e é traduzida em formas estilísticas chamadas pictóricas. Ao estilo linear, correspondem os esquemas linguísticos típicos do discurso direto e algumas variantes do discurso indireto, como a analisadora de conteúdo. O estilo pictórico se constituiria em determinadas formas de discurso indireto (essencialmente, a analisadora de expressão) e do discurso indireto livre.

Analisar a frequência e as formas como são utilizadas cada um destes tipos e variantes, ou cada estilo de introdução do discurso citado permite analisar o tipo de relação constituída entre narrador e outros que enunciam no seu texto. Esta análise ampliada para um conjunto representativo da produção textual em um determinado gênero do discurso deve, portanto, apontar as características do sujeito do gênero.

## **1.2 O sujeito jornalístico**

As reflexões acerca do sujeito do gênero, a relação possível entre este e o discurso citado, a definição epistemológica do jornalismo como gênero do discurso e a caracterização teórica deste gênero – feita a partir da retomada histórica da sua constituição – nos levam a propor a existência de um sujeito jornalístico, cujas funções e características, expressas especialmente através das formas mais ou menos estáveis de introdução e uso composicional

do discurso citado, devem ser apreendidas por aqueles que pretendem enunciar dentro desta esfera da atividade humana conhecida como jornalismo. Estas reflexões também sugerem que os textos jornalísticos permitem exclusivamente o uso das formas lineares de transmissão do discurso citado, denotando um tipo de relação dogmática entre o sujeito jornalístico e os enunciados que toma emprestado para constituir a sua própria enunciação. Além disso, parte-se da hipótese que a constituição do sujeito jornalístico exige que o uso composicional das citações cumpra determinadas funções discursivas que corroborem os pontos de vista e a hierarquia das informações que o jornalista seleciona como notícias.

A caracterização deste sujeito jornalístico caminha na direção de ajudar a compreender o problema apontado aqui em relação ao jornalismo – o conservadorismo que caracteriza esta esfera de produção discursiva. Se, como já afirmado, esta veia conservadora nasce da busca por garantir legitimidade (para o campo, de modo geral, e seu trabalho, de modo específico), fazendo com que os jornalistas tenham de escrever como jornalistas, é neste sujeito jornalístico que irão encontrar o seu refúgio e será na apreensão das características deste sujeito – ou seja, na aprendizagem do gênero do discurso – que os traços de conservadorismo se reproduzirão. Sendo assim, é importante também analisar a apreensão deste sujeito jornalístico por aprendizes de jornalismo, de forma a promover uma compreensão crítica do processo de ensino-aprendizagem do gênero jornalismo.

Por essa razão, neste trabalho, opta-se por se constituir um *corpus* de textos de entremeio. São textos produzidos por alunos do Curso Estado de Jornalismo Aplicado, programa de formação de jovens profissionais realizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* oferecido a jornalistas recém-formados ou estudantes do último semestre dos cursos de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo. Ou seja, textos que nem se apresentam como “jornalismo”, por não estarem voltados à circulação de fato em suportes midiáticos, nem estão totalmente sob a influência do caráter de “exercício escolar”, uma vez que estão sendo produzidos dentro uma estrutura comercial-profissional, ainda que esta, no caso, tome características de escolarização da produção textual.

Por estarem neste entremeio, estes textos devem apresentar regularidades consistentes no uso do discurso citado que indiquem características do sujeito jornalístico. Porém, devem também apresentar irregularidades, que possam apontar tanto dificuldades dos alunos na apreensão das características do sujeito jornalístico, como expressar resistências dos que escrevem a submeterem-se a esta posição pré-estabelecida para o narrador jornalístico.

Regularidades e irregularidades serão medidas e analisadas nestes textos considerando a frequência no uso das citações; a frequência de uso dos tipos de discurso (direto, indireto ou

indireto livre) e a conseqüente prevalência de um ou outro estilo (linear ou pictórico); as formas composicionais recorrentes envolvendo o discurso citado e as funções cumpridas por elas na constituição do narrador e, por fim, as correções da jornalista-tutora em relação ao uso das citações. Espera-se que uma análise exploratória do conjunto destes elementos contribua para a identificação do sujeito jornalístico e também para indicar o quanto este sujeito em formação é permeável a outras formas de articulação de discursos. Se, no seu conjunto, estas irregularidades não apontem padrões específicos (ou, no caso, “não padrões”) a serem explorados em um possível método para a formação de jornalistas menos apegados às formas tradicionais do gênero (jornalistas “menos jornalistas”, talvez), espera-se que, ao menos, corroborem a hipótese de que há, no processo de formação de jornalistas que é essencialmente o processo de ensino-aprendizagem de uma forma específica de escrita, a possibilidade de intervenção para se dar nova perspectiva a esta forma específica de escrita. Aposta-se, aqui, que um destes locais de intervenção para um ensino e uma aprendizagem crítica do jornalismo pode ser a forma como os jornalistas lidam com o dito pelo outro.

## CAPÍTULO 1

---

### O jornalismo: do espelho ao papel

#### 1.1 A história de um jeito de contar histórias

O jornalismo, tal qual o reconhecemos nas páginas de jornais, revistas, no rádio, na TV e também na internet, é uma invenção com mais de um século. Sua invenção está associada ao nascimento de uma forma específica de narrar fatos, moldada dentro das estruturas da imprensa anglo-americana – notadamente, mais “americana” do que “anglo” – em um período que inicia em meados do século XIX e se estende até a década de 1920. Ao longo desse mais de meio século, fatores econômicos, sociais, políticos e culturais levaram ao estabelecimento de determinadas práticas discursivas que passaram a circunscrever o campo jornalístico como campo autônomo daqueles dos quais descende – o literário e o político. Não sem passar pelas dores do parto, o jornalismo que nasce dessa tradição anglo-americana cresce alimentado pela evolução tecnológica e a do sistema econômico capitalista. E não sem passar pelas dores do crescimento, alcança – ao longo da primeira metade do século XX – a posição de hegemonia em relação às práticas jornalísticas em todo o mundo, determinando aos jornalistas não apenas uma forma de narrar fatos, mas uma forma de, ao mesmo tempo, determinar o que é ou não notícia e legitimar este poder de dar determinada ordem aos acontecimentos.

A história de como esta forma específica de narrar fatos emerge na imprensa tem sido contada a partir de focos distintos. Um deles volta-se para as questões tecnológicas do desenvolvimento da imprensa. Deste ponto de vista, a explicação – simplificada e simplificadora – para a definição do formato do texto jornalístico está associada à expansão de determinadas tecnologias de transmissão de informação como o telégrafo e, mais tarde, o telex. Essas novas tecnologias exigiram concisão textual e o estabelecimento de uma determinada ordem que garantisse que a informação mais importante acerca de um determinado acontecimento chegasse ao destinatário, posto que a instabilidade das redes de transmissão ainda em desenvolvimento poderia “cortar” o texto antes que ele fosse transmitido.

Outro foco tem sido mostrar a relação entre o estabelecimento de um tipo ideal de forma de narrar os fatos como aquele que identifica o jornalismo (resumido pela sequência “quem, o que, quando, onde, como e por que”), os valores representados por este tipo ideal e

o conjunto de fatores que justifica e legitima tais valores como os que determinam o jornalismo. Diante da tarefa de explicar como o jornalismo se torna, nas palavras de Chalaby (1996, p. 323) um “gênero do discurso global”, os constrangimentos tecnológicos são apenas um dos fatores a serem considerados. Para completar o cenário do nascimento do jornalismo, é preciso acrescentar o contexto político de ascensão das democracias liberais; o estabelecimento da imprensa como um negócio; a larga influência do Positivismo sobre os diversos campos da atividade intelectual; as relações entre o jornalismo e outras esferas de produção discursiva, especialmente a literatura e a política; e a necessidade dos jornalistas legitimarem-se como profissionais.

Cumprir esta tarefa implica, igualmente, apontar que a adoção deste gênero do discurso não se dá de forma uniforme nem muito menos sincrônica ao redor do mundo. O caso brasileiro é, nesse sentido, exemplar. As condições para que a imprensa e os jornalistas brasileiros passem a funcionar seguindo as lógicas e práticas desenvolvidas a partir do modelo anglo-americano apenas se estabelecem na década de 1950. A forma forçadamente acelerada e institucionalizada como tais lógicas e práticas se espalham pelo Brasil merece análise à parte.

A falta de uniformidade também permite que convivam, no mesmo espaço e tempo, outras formas que se identificam como jornalismo. Ao longo dos anos, foram vários os adjetivos adicionados ao termo jornalismo: novo, investigativo, de opinião, alternativo, interativo, comunitário, público, cívico. Reconhecer a existência de práticas e textos diversos que reivindicam para si o estatuto social do jornalismo – e, por vezes, chegam a disputá-lo – significa reconhecer as ambivalências próprias do campo, o que por vezes ajuda a melhor defini-lo. Ao mesmo tempo, não impede que se afirme, como faz Traquina (2004, p. 147), que o modelo nascido na imprensa anglo-americana em meados do século XIX seja “ainda hoje o padrão dominante no campo jornalístico ocidental”.

## **1.2 Informação e a lógica do espelho: a constituição do paradigma dominante**

A história da constituição deste gênero do discurso global chamado jornalismo tem sua pré-história na Europa dos séculos XVII e XVIII. O progresso da tipografia cria as condições tecnológicas para que surjam publicações periódicas, periodicidade que aos poucos, tende ao diário. A expansão comercial associada a um primeiro momento de ampliação do número de alfabetizados cria, ao mesmo tempo, lastro financeiro e público leitor (SOUSA, 2008). O traço principal desse cenário, porém, é a ascensão da burguesia, a crise do Absolutismo e sua substituição por uma nova ordem política e social fundada nos ideais iluministas.



Nessa nova ordem, estão dadas “as condições de abertura de pensamento e de iniciativa individual e colectiva”, como ressalta Ponte (2005, p. 36), ao enumerar os fatores que levam ao desenvolvimento da imprensa no século XVII. É também do Iluminismo que surgirão os primeiros esboços de uma ideologia jornalística. De acordo com Marcondes Filho, o jornalismo é “filho direto da ideologia das Luzes” (2002, p. 11). Para ele, o jornalismo nasce no momento em que o espírito burguês supera o absolutismo herdado da Idade Média e carrega em si a conquista do direito à informação, assumindo a tarefa de trazer a público o que antes era reservado à Igreja e à Universidade (o conhecimento, a informação). O que se vê como característica central da imprensa no período pós Revolução Francesa e da ascensão dos ideais Iluministas é resumido por Marcondes Filho na expressão “jornalismo político-literário”. Nesse, “as páginas impressas funcionam como uma caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias” (Ibidem, p. 10). Este jornalismo político-literário, porém, não sobrevive às mudanças políticas, culturais, sociais e tecnológicas que se verificam ao longo do século XIX e que irão fazer nascer um novo paradigma para a atividade jornalística. É sobre este novo paradigma que se organiza o jornalismo tal e qual o conhecemos, produzimos e reproduzimos.

Citando Leonor O'Boyle, Traquina (2004, p. 35) enumera quatro fatores que fazem do século XIX a “época de ouro” da imprensa: “1) a evolução do sistema econômico; 2) os avanços tecnológicos; 3) fatores sociais; e 4) a evolução do sistema político no reconhecimento da liberdade no rumo da democracia”. Na economia, a industrialização da sociedade leva ao desenvolvimento da publicidade e permite aumentar o rendimento com a venda de jornais, substituindo as antigas fontes de financiamento do jornalismo, os partidos políticos. Do ponto de vista tecnológico, a invenção das rotativas multiplica por centenas de milhares a tiragem dos jornais e as tecnologias de comunicação à distância (notadamente o telégrafo e o telégrafo por cabo) permitem aumentar a velocidade de transmissão da informação. Já mudanças sociais, como a escolarização das massas relacionada à instituição das escolas públicas e a urbanização aumenta o número de leitores, junta-os em num mesmo lugar e facilita a distribuição. Por fim, é nesse período que se dá a positivação das liberdades democráticas, entre elas a liberdade de imprensa e medidas decorrentes (como a redução de impostos sobre a atividade de imprensa ou a eliminação de restrições ao trabalho dos jornalistas na cobertura dos Três Poderes) (Ibidem, p. 35-42).

O efeito deste conjunto de fatores sobre a forma como se organiza a imprensa se faz sentir desde as primeiras décadas do século XIX: de empreendimento romântico ou ideológico, sustentado ora por agremiações de cidadãos defensores de determinado ideal, ora

por partidos políticos, ora pelo próprio Estado, a imprensa passa a funcionar como empresa capitalista, tendo como objetivo a maximização do público visando o lucro através da venda de exemplares e, essencialmente, de espaços publicitários. Essa imprensa capitalista, comercial e de massa se instala e cresce aceleradamente nos Estados Unidos e na Inglaterra.

O contexto anglo-americano era absolutamente favorável ao surgimento de empreendimentos desta natureza. O processo de industrialização se dava de forma mais acelerada nos dois países, promovendo o crescimento do mercado publicitário. Ao mesmo tempo, em ambos, as legislações eram francamente favoráveis à livre iniciativa, inclusive no que diz respeito à atividade de imprensa, com a inexistência (no caso norte-americano) ou a suspensão total (no caso da Inglaterra) de taxas, impostos e outras formas de controle. Nos Estados Unidos, há ainda que se considerar fatores como a forte tendência à urbanização, a imigração, o rápido e intenso aproveitamento e instalação de novas tecnologias (notadamente as de comunicação), além da constituição de um ideário baseado na cultura de mercado (SOUSA, 2008).

### ***1.2.1 O paradigma da objetividade***

A pujança dos empreendimentos de imprensa nos dois países, mas em especial nos Estados Unidos, justifica o fato de ambos serem considerados o berço de um novo paradigma para o fazer jornalístico. Nesse novo paradigma, o jornalismo passa a ser identificado com o factual, com a objetividade, com a isenção, e as notícias são simplesmente “o que acontece” e não aquilo “sobre o qual se pode comentar”. Sai a opinião, entra a informação. Sai o paradigma político-literário, entra o paradigma da objetividade.

Essa troca é resultado direto da adoção de uma lógica mercantil sobre o jornalismo, que Marcondes Filho assim resume:

A grande mudança que se realiza neste tipo de atividade noticiosa é a inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter da sua mercadoria: seu **valor de troca** – a venda de espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica – passa a ser prioritário em relação ao seu **valor de uso**, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais (2002, p.14, grifos do autor).

A consolidação da imprensa como atividade empresarial e a consequente submissão do seu conteúdo à lógica da maximização das audiências impõem, especialmente nos Estados Unidos, a característica do utilitarismo: é preciso trazer as informações necessárias ao leitor/consumidor (NEVEU, 2006, p. 25-26). Por consequência, é necessário também, tornar o

produto – a notícia – mais atraente (MARCONDES FILHO, 2002). Investe-se em formatos novos, que atraíam a atenção de um público antes inalcançado pelo jornalismo, e em conteúdos outros, apresentados em estilo sóbrio que não “espante” o cliente.

Porém, o fator mercantilização é um dos pilares sobre o qual se constitui o paradigma da objetividade. É preciso acrescentar a essa construção outros dois: um cujos contornos foram dados por uma sociedade marcada por processos (e conflitos) para efetivar as liberdades democráticas conquistadas no século anterior; outro estabelecido pela larga influência do Positivismo sobre todas as áreas da vida social.

Como já visto, a positivação das liberdades democráticas, entre elas a liberdade de imprensa e medidas correlatas como a redução de impostos e taxas, ajudou a promover o crescimento da imprensa como negócio. Porém, a absorção dos ideais relacionados à democracia pelos Estados e pelas sociedades não teve apenas efeito prático sobre a multiplicação da atividade de fazer e imprimir jornais. Diz Traquina (2004), que de forma concomitante ao processo de industrialização da imprensa

[...] o desenvolvimento de estruturas de um governo democrático promoveu todo um discurso social em que o papel dos media e a responsabilidade dos seus profissionais apontam claramente no sentido de definir um ethos profissional dos novos comunicadores. Um novo paradigma das notícias como informação iria substituir, com ritmo e intensidade diversa nos diversos espaços nacionais, o velho paradigma que concebe o papel dos meios de comunicação social como arma política e os jornalistas como militantes partidários (TRAQUINA, 2004, p. 147).

O modelo democrático liberal, baseado sobre a noção de pesos e contrapesos (“*checks and balances*”) que devem ser estabelecidos para garantir a representação dos diferentes interesses sociais, acaba por também definir o papel do nascente sistema de comunicação de massa. De acordo com Traquina (2004, p. 128), a “teoria democrática aponta claramente para os meios de comunicação o papel de 'mercado de ideias' numa democracia, em que diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas”. Jornais e jornalistas não devem mais, portanto, estar a serviço de interesses políticos determinados, mas sim trabalhar em prol de um interesse superior, o de servir o cidadão de informação para que este possa atuar conscientemente na definição dos rumos da sua própria vida e da sociedade. Nasce daí um conjunto de premissas sobre o qual irá se organizar o jornalismo – o jornalista como agente desinteressado; a informatividade e a convicção na hegemonia dos fatos sobre as versões; a separação entre realidade e ficção; a crença nos procedimentos técnico-científicos como forma de afastar qualquer subjetividade (TRAQUINA, 2004, p. 147-148).

Não é difícil visualizar nesse conjunto de premissas a íntima relação entre o paradigma da objetividade e a ascensão do Positivismo como modo de pensar que irá definir o século XIX. Assim como a ciência, a filosofia e, mais tarde, a sociologia, também o jornalismo será impregnado de noções como a cientificidade, a ordem, o distanciamento entre fatos e valores, a crença no progresso, a sobrevalorização da técnica.

Ainda segundo Traquina, dentro deste novo paradigma da informação “o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (2004, p.147). Todo esse discurso acerca do *ethos* jornalístico encontra-se baseado, portanto, na ideia de que é possível transmitir uma versão fiel dos fatos, refletir a realidade. É o que Traquina batiza “teoria do espelho” (Ibidem, p. 147-148).

É importante notar que o desenvolvimento da mídia como elemento central das sociedades modernas faz com que também se desenvolvam novos olhares acerca do seu papel. O peso da propaganda nas duas grandes guerras; a constituição de aparatos de comunicação oficial, seja do Estado ou das empresas; o surgimento dos primeiros conglomerados de mídia nacionais e internacionais; as pressões éticas e estéticas do cinema, do rádio e da TV sobre as formas de contar histórias, tudo isso coloca em cheque a ideia de que o espelho do jornalismo mostre realmente a imagem fiel dos fatos. Assim, ao longo do século XX, também o jornalismo irá absorver parte dessas “críticas”, porém sem mudar essencialmente o seu paradigma de funcionamento, como aponta Resende (2002). O autor identifica uma matriz teórico-prática do jornalismo contemporâneo, a qual chama de “texto das lógicas”, ou o conjunto das lógicas em que se funda o saber sobre o jornalismo e que, ao fim e ao cabo, reflete-se sobre o próprio fazer jornalístico. Neste texto das lógicas:

[...] há uma abordagem – a funcionalista – que se baseia em uma relação estímulo-resposta e cuja grande preocupação está em compreender os efeitos que as mensagens causam. Consta, ainda, uma outra – a teórico-crítica – que apesar de ser aparentemente menos positivista, apresenta-se um tanto quanto direcionada, uma vez que, também acreditando em um poder intrínseco à mensagem, preocupa-se com as influências que esta exerceria sobre o público receptor (RESENDE, 2002, p.44).

Note-se que Resende soma ao olhar positivista um outro olhar, chamado teórico-crítico, que não necessariamente descarta a teoria do espelho. Antes, é possível também vislumbrar dentro dessa perspectiva teórico-crítica a instrumentalização do jornalismo e, de certa forma, a crença no seu papel de contar uma realidade, ainda que se reconheça que este

“contar uma realidade” sofre interferências econômicas e ideológicas (RESENDE, 2002, p. 43-46). A tarefa dos que se posicionam nessa perspectiva seria, então, denunciar as distorções propositais do espelho ou assumir certa posição de parcialidade, sem no entanto negar o valor de verdade daquilo que produzem.

Traquina (2004, p. 161-168) identifica a origem desta linha teórico-crítica da matriz lógica do jornalismo no que chama “teorias da ação política”. Surgidas nos anos 60, tais teorias tentam problematizar o papel dos meios de comunicação na sua relação com a sociedade, papel definido então (como agora) pela teoria democrática (a ideia do jornalismo como “quarto poder”, ou “contrapoder”, ou ainda “cão de guarda da democracia”). Dentro dessas teorias caberiam duas versões: uma “de direita”, que veria os jornalistas como representantes de uma nova elite anticapitalista, e outra “de esquerda”, que veria o jornalismo como instrumento de propaganda do capitalismo ocidental. Seja qual for a “versão” escolhida, a perspectiva das teorias da ação política não descartam a existência de uma lógica interna ao jornalismo, imposta pelas noções de verdade e objetividade, que, por sua vez, são realizadas através de um certo arsenal técnico cientificizado. Ela aponta, apenas, que este arsenal pode estar a serviço de um ou outro interesse.

### ***1.2.2 Jornalismo, uma profissão***

A sobrevivência do paradigma da objetividade – a despeito dos novos olhares teóricos que se lançaram sobre o jornalismo ao longo do tempo – está intimamente relacionada ao fato de que ele é fundamental para definir o jornalismo como um campo independente daqueles dos quais descende (o político e o literário) e garantir-lhe a legitimidade como uma profissão.

A profissionalização do jornalismo é o elemento que arremata, inclusive, o processo de constituição do paradigma da objetividade como dominante no campo jornalístico. Traquina (2004, p.57) chama a atenção para o fato de que a crescente industrialização da imprensa traduziu-se também numa especialização das atividades jornalísticas, levando a uma divisão de tarefas internas às organizações que aumentou o número de pessoas trabalhando nas redações e alimentou a emergente profissão “jornalista”. Essa profissão, entretanto, nasce sob o signo da desconfiança e do desprestígio. Entre os fatores que contribuem para este desprestígio estariam a dúvida em relação ao papel desempenhado pelos jornalistas no contexto político e a pouca estima pelo jornalismo como produto literário (especialmente na França). Há ainda questões relativas aos processos de entrada na profissão (tida como uma saída para os letrados que não conseguiam alcançar carreiras mais prestigiadas ou

prestigiosas, como advogado, médico, professor e escritor) e das condições de trabalho e emprego (baixos salários e pagamento por produção, que abriam caminho para desvios de caráter ético) (TRAQUINA, 2004, p. 75-80).

O enfrentamento dessas questões torna a busca por uma identidade que delimite a profissão um tema central para os jornalistas desde o início do século XX. E essa busca vai ao encontro da consolidação de um ideário próprio do jornalismo. Neveu (2006) sublinha a relação íntima entre o estabelecimento desta nova ordem discursiva e a profissionalização do campo jornalístico. Segundo ele, ao associar

[...] à prática jornalística tarefas, competências e uma escritura irredutível à de atividade preexistentes (escritores, políticos), o modelo norte-americano fez do jornalismo uma atividade pensável como uma profissão à parte, abrindo a seus praticantes perspectivas de carreira (NEVEU, 2006, p. 23).

Schudson (2001) aponta que há uma razão instrumental para o estabelecimento de normas dentro do jornalismo: elas serviriam para proteger o jornalismo e os jornalistas do escrutínio público a que estão submetidos de forma constante (em termos morais e também em termos legais). Analisando o processo de consolidação daquele que considera o valor profissional mais caro ao jornalismo norte-americano e aquele que o diferencia do jornalismo que prevalece na Europa – a objetividade<sup>2</sup> –, o autor aponta que a transformação dos valores jornalísticos em normas profissionais demarca o fim do ciclo de gestação do jornalismo moderno. Segundo o autor, esse ciclo se encerra durante a década de 1920, quando as normas jornalísticas são institucionalizadas através de associações profissionais, num momento em que era preciso distanciar-se dos propagandistas e relações públicas ligados aos aparatos políticos, estatais e da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, essas normas são escolarizadas, num contexto de afirmação da ciência como paradigma, da eficiência, do progresso. Além da diferenciação e da legitimidade externa, essa normatização serve ainda para estabelecer graus de coesão interna e, igualmente, para o controle social da classe (por exemplo, sendo usada como justificativa contra a sindicalização dos jornalistas, que perderiam sua objetividade se fossem sindicalizados).

---

<sup>2</sup> A definição de Michael Schudson para objetividade é abrangente: “Objetividade’ é, ao mesmo tempo, um ideal moral, um conjunto de práticas de reportagem e edição e um padrão observável de escrita das notícias. [...] De acordo com a norma da objetividade, o trabalho do jornalista consiste em reportar o que se pode chamar ‘notícia’ sem comentá-la, enviesá-la ou moldá-la de qualquer forma” (SCHUDSON, 2001, p.150, tradução nossa). No original: “„Objectivity” is at once a moral ideal, a set of reporting and editing practices, and an observable pattern of news writing. (...) According to the objectivity norm, the journalist’s job consists of reporting something called „news” without commenting on it, slanting it, or shaping its formulation in any way.)”

Consolidado como ideologia profissional, transformado em normas deontológicas e colocado dentro da máquina escolar para ser reproduzido, o paradigma da objetividade sobrevive no imaginário e nas práticas dos jornalistas. E por eles é defendido com unhas e dentes.

O ethos dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia (TRAQUINA, 2004, p. 149).

### **1.3 E o jornalismo chega ao Brasil**

No Brasil, o gênero do discurso global chamado jornalismo instala-se de chofre na década de 1950 através da criação ou reforma de publicações que passam a funcionar seguindo os critérios organizacionais da imprensa norte-americana e os preceitos formais do paradigma da objetividade. A partir daí, dialogando com a tradição local fortemente influenciada pelo modelo francês de imprensa e o arranjo brasileiro de divisão do poder econômico e político, gênero e paradigma são gradualmente absorvidos pelos jornalistas brasileiros. Em duas décadas, o modelo anglo-americano torna-se hegemônico, associado inclusive a um forte movimento pela institucionalização da profissão e a escolarização da formação dos jornalistas.

O que mantém a imprensa brasileira praticamente imune ao gênero jornalismo é, de um lado, a inexistência, até a década de 1950, das condições socioeconômicas que impulsionam e justificam a reorganização da prática do jornalismo em torno do paradigma da objetividade nas suas terras natais, Inglaterra e Estados Unidos. De outro, essa imunidade e também a (breve) resistência à sua instalação como padrão hegemônico explica-se pela relação propriamente brasileira entre a atividade de imprensa e os campos político e literário.

Como afirma Sodré (1983), a “ligação dialética” entre o desenvolvimento desta e o desenvolvimento capitalista implica que a história da imprensa brasileira reflita a história peculiar do capitalismo no Brasil. A imprensa brasileira queima etapas: de imprensa artesanal que foi por 300 anos – do período colonial ao final do século XIX –, salta para a etapa industrial, em um rápido processo de transição que dura cerca de meio século.

A mistura entre um forte controle estatal sobre a atividade de imprensa (primeiro, da metrópole; depois, da corte instalada no Rio de Janeiro e, por fim, do Império) e a inexistência de condições socioeconômicas (uma economia baseada no latifúndio e uma sociedade pouquíssimo letrada e urbanizada) explicam a longa duração da fase artesanal, que Sodré descreve como aquela “em que era possível alguém fazer um jornal sozinho” (1983, p.180). Segundo o historiador, é apenas na virada do século XIX para o século XX que esse quadro se altera, permitindo que, finalmente, uma imprensa burguesa de caráter capitalista se instale no país. A transição da imprensa como artesanato para uma imprensa determinada pelas relações de mercado estaria concluída apenas por volta da década de 1950, ou seja, um século depois desse mesmo fenômeno ocorrer nas regiões que serviram de berço ao jornalismo moderno.

As grandes transformações operadas no Brasil, desde os fins do século XIX, marcadas inclusive por alterações institucionais importantes – o fim do escravismo, o advento da República principalmente – corresponderam ao avanço das relações capitalistas em nosso país e, conseqüentemente, à progressiva ascensão da burguesia. No amplo quadro daquelas transformações é que se deve situar, aqui, a passagem da imprensa artesanal à imprensa industrial, da pequena à grande imprensa. Essa passagem está plenamente realizada ao aproximar-se do fim a primeira metade do século. São ostensivos, desde então, os traços de nova etapa no processo de desenvolvimento da imprensa (SODRÉ, 1983, p. 391).

O cenário em que se dá o fim dessa curta transição é o Brasil do pós-Guerra. O país enfrenta mudanças significativas na economia, com a diversificação da atividade produtiva, especialmente da indústria, e a adoção de um modelo de intervenção do Estado, que assume a função empresarial e volta-se para a planificação do desenvolvimento. É também o momento em que a produção cultural do país ingressa na lógica da sociedade de consumo. Teatro, cinema, música, editoras, rádio e televisão começam a estruturar-se como indústrias, processo que se consolidará nas décadas seguintes (ABREU, 1996). O efeito dessas mudanças sobre a forma de organização da imprensa é sua introdução na lógica de mercado.

A imprensa, antes dos anos 50, dependia dos favores do Estado, dos pequenos anúncios populares ou domésticos – os classificados – e da publicidade das lojas comerciais. Foi exatamente a partir daí, no segundo governo Vargas (1950-1954), que o processo de industrialização do país se tornou mais visível e, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), mais acelerado e irreversível. Com a maior diversificação da atividade produtiva trazida pela indústria, começaram os investimentos de peso em propaganda e surgiram as primeiras grandes agências de publicidade. [...] Em pouco tempo, os jornais passaram a obter mais de 80% de sua receita de anúncios. [...] A publicidade também obrigou os jornais a se preocupar em aumentar sua circulação, já que as agências preferiam entregar seus anúncios aos veículos de maior tiragem, que cobrissem as maiores áreas do território nacional (ABREU, 2002, p. 9-10).



Na análise que faz das relações entre o jornalismo norte-americano e o brasileiro, Lins da Silva (1991) compara o desenvolvimento das condições de mercado nos dois países e sua relação – ou a falta dela – com o surgimento de um tipo específico de jornalismo:

Mas, como aconteceu com sua formação econômica, também no caso do jornalismo ele se insere num modelo sem que no interior da sociedade houvessem realizado as condições que, nos EUA, tornaram lógico o aparecimento desse tipo de jornalismo e não de outro. Há um século a sociedade americana desfruta de um público razoavelmente homogêneo que consome jornais em escala suficiente para que os produtores de bens materiais tenham interesse em veicular por seu intermédio as mensagens publicitárias que irão expandir o mercado para os seus produtos. As barreiras do analfabetismo foram superadas quase por completo, as classes médias cresceram a ponto de se transformarem em maioria absoluta da população e tudo isso aconteceu há mais de cem anos.

O caso brasileiro é diferente, é claro. Os códigos e princípios do jornalismo americano chegam ao país “como um glamourizado conjunto de ideais interpostos” em momentos em que as condições de infra-estrutura econômica não ofereciam a mínima esperança de que eles pudessem ser colocados em prática. Chega a ser patético o esforço de José do Patrocínio, por exemplo, de fazer o seu Cidade do Rio, em 1887, uma versão tropical do New York Herald. Patrocínio esperava obter dinheiro com seu jornal, como um trecho de seu discurso de inauguração do diário revela: “Um pouco de trabalho, um bocado de esforço, e acharemos o veio da mina. Porque será uma verdadeira mina. Que diabo, não basta ter talento, é preciso um pouco de senso prático”.

O sonho de Patrocínio [...] só seria realizável quando elites urbanas, cuja própria existência alguns autores já consideram uma distorção econômica em países como o Brasil, passam a exigir, a partir da década de 50 mas em especial dos anos 70 em diante, que os meios de comunicação locais tivessem padrões de qualidade comparáveis aos da sociedade americana que servia como emuladora da brasileira. Essas elites (e, nos últimos 15 anos, classes médias mesmo, ainda que incipientes e minoritárias) transformam alguns negócios jornalísticos em empreendimentos realmente lucrativos, como imaginou Patrocínio. Mas em formas diferentes das que o jornalismo americano assumiu (LINS DA SILVA, 1991, p.58).<sup>3</sup>

De fato, a reorganização da imprensa como indústria de massas e a introdução das técnicas jornalísticas associadas a esta forma de organização mistura-se à tradição jornalística instalada no Brasil, num primeiro momento, como água e óleo. A mistura feita de forma um tanto brusca, notadamente pela ação quase pessoal de profissionais cuja trajetória inclui formação em jornais dos Estados Unidos (LINS DA SILVA, 1991), faz com que as manchas de óleo sejam visíveis. Por essa razão, tem sido bastante fácil para os historiadores

---

<sup>3</sup> A observação de Lins da Silva de que os empreendimentos jornalísticos tomam no Brasil forma diversa da adotada nos Estados Unidos é pertinente dentro do quadro que ele mesmo traça de hegemonia do modelo americano e que pressupõe não haver adesão nem imediata, nem uniforme dos padrões jornalísticos constituídos naquele país. Este pressuposto está também presente neste trabalho. Ao longo de sua obra, porém, o autor lamenta que o jornalismo brasileiro não se aproxime ainda mais do modelo americano, inclusive e principalmente no que diz respeito à sua produção textual. Esta preferência, diz o autor, é “questão de gosto”. A crítica ao modelo de jornalismo brasileiro por “questão de gosto” não parece pertinente.

identificarem os pioneiros deste processo e os veículos que serviram de vetores para as modificações que se acelerariam a partir de então.

A *Última Hora*, criada por Samuel Wainer em 1951 com financiamento do governo, inova com técnicas de comunicação de massa, diagramação revolucionária e racionalidade na gestão empresarial. Em reforma liderada por Pompeu de Souza e Danton Jobim, o *Diário Carioca*, também em 1951, introduz o uso do *lead* e a figura do copidesque. Outro marco é a reforma do *Jornal do Brasil*, processo que inicia com a criação do Suplemento Dominical (voltado às artes e que contava com a colaboração de poetas, escritores, artistas plásticos) e se desdobra em outras inovações, como a ampliação do noticiário, a adoção de fotografias na capa, a criação de cadernos para os classificados (Caderno C) e para a cultura (Caderno B), e vai culminar, em 1962, com a reorganização da redação em editorias especializadas. Na esteira desses e já denotando o efeito da lógica da concorrência, os demais grandes jornais do então centro da imprensa nacional, o Rio de Janeiro – *Correio da Manhã*, *O Globo*, *O Jornal*, *Folha da Manhã* –, promovem reestruturações empresariais, modificações estéticas e, principalmente, a adoção de uma divisão mais clara entre opinião e notícia (SODRÉ, 1983; LINS DA SILVA, 1991; ABREU, 1996).

### **1.3.1 Dois jornalismo**

Em um período de menos de dez anos, os jornais produzidos no então principal centro jornalístico do país – o Rio de Janeiro –, mudam suas feições, mas não exatamente seu conteúdo. Nessa mistura de água e óleo, permanecem também visíveis as manchas do passado retórico e literário da imprensa nacional.

Ao longo de todo o período da imprensa artesanal no Brasil, reconhece-se alguma porosidade entre o político, o literário e o jornalístico. De acordo com Sodré (1983), inexistindo condições econômicas que justificassem e sustentassem empreendimentos jornalísticos ao longo de todo o período colonial e do Império, foram justamente os períodos de grande efervescência política que fizeram a imprensa nacional evoluir. O auge desta típica imprensa artesanal se dá, de acordo com o historiador, entre as décadas de 1830 e 1850. Nesse período, pipocam folhas Brasil afora, representando diversos movimentos e grupos políticos que lutavam pelo poder no Império. Os pasquins, caracterizados por uma linguagem virulenta e ataques pessoais, nasciam e morriam, vários não passando de uma ou duas edições. As características dessa imprensa de pasquins ressurgirão no final do século XIX, justamente por conta dos movimentos abolicionista e republicano. Alimentada pelo debate político que

antecede a mudança de regime, a imprensa experimenta novo impulso e surgem diversos títulos, agora experimentando sobrevida um pouco maior e aumentando, ainda que timidamente, suas tiragens.

O outro traço marcante da imprensa brasileira do século XIX é a forte conexão com a literatura. No período do Império, os “homens de letras viviam praticamente da imprensa: ela é que lhes permitia a divulgação de seus trabalhos e o contato com o público”, assinala Sodré (1983, p. 246). Há ainda uma proximidade entre os campos da política, da literatura e da imprensa que se estende também aos primeiros anos da República. Políticos, literatos e jornalistas misturavam-se e confundiam-se. “Como era reduzida a camada culta, não havia, de início, especialização, consoante observou Sílvio Romero: o parlamentar era homem de letras e de imprensa; o romancista era também teatrólogo e todos eram poetas” (Ibidem, p. 241).

Assim, ao longo da história do país, a incongruência entre um avanço do capitalismo sem uma representação estável da burguesia em ascensão no Estado, os choques constantes entre nova e velha ordem e a convergência entre elite política e elite cultural mantêm as condições para que a imprensa vá se comercializando/industrializando sem, no entanto, assumir para si o paradigma da objetividade. A marca da imprensa artesanal é a polêmica, a defesa das causas, o libelo político, cujo estilo era marcado e marcava a tradição da literatura brasileira. A imprensa em expansão no início do século XX e que começa a funcionar a partir de algum tipo de lógica de mercado (sobrevivendo de alguns anúncios e de tiragens cada vez maiores) já apresenta uma mudança de foco temático – à política, somam-se os acontecimentos policiais, esportivos e da alta sociedade. Porém, não será menos marcada pelo discurso literário. Resende fala em um período marcado por um “discurso cindido” entre os componentes literários e os recursos técnicos do discurso jornalístico (2002, p. 81).

Sodré (1983) mostra que, apesar de o processo de industrialização da imprensa consolidar-se na década de 50, tornando inevitável sua adequação ao modelo da objetividade, permanecerá visível nas páginas dos jornais a relação intensa entre a imprensa – agora, o empresariado de comunicação – e os movimentos político-partidários. O historiador cita como exemplo a atuação da imprensa na nacionalização do petróleo, fazendo a ligação entre esse tema e a crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A relação entre o trágico episódio e a atuação da imprensa é apontada por Abreu como um divisor de águas no jornalismo:

A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo a partir de então (ABREU, 1996, p. 10).

Curiosamente, um dos principais vocalizadores da resistência literária à adoção dos padrões norte-americanos pelos jornais brasileiros, Néelson Rodrigues, enxergou neste mesmo episódio o oposto do excesso:

É a falta de complexidade do sujeito que só diz a coisa certa ou aparentemente certa e não vê que todo feito tem uma aura. A verdade é que o fato só, em si mesmo, é uma boa droga. Olhe aí (e mostra a crônica „A Desumanização da Manchete“): O „Diário Carioca“ não pingou uma lágrima sobre o corpo de Getúlio. Era a monstruosa e alienada objetividade. As duas coisas pareciam não ter nenhuma conexão: o fato e a sua cobertura. Estava um povo inteiro a se desgrenhar, a chorar lágrimas de pedra. E a reportagem, sem entranhas, ignorava a pavorosa emoção da população (RODRIGUES, 1978)<sup>4</sup>.

Quando qualifica os colegas de redação como “idiotas da objetividade”, Néelson Rodrigues faz a mais contundente descrição da transição do discurso cindido entre a literatura e o jornalismo que preenchia as páginas dos jornais brasileiros até meados do século XX para o texto jornalístico determinado pelo paradigma da objetividade. A expressão surge em uma crônica em que narra como escreveu o que considera seu primeiro grande texto como repórter de polícia. Ao cobrir o caso de uma moça que se mata por amor, colocando fogo nas próprias vestes, Rodrigues percebeu uma gaiola vazia. Para dar emoção ao texto, “colocou” dentro dela um canário, que cantava enquanto a moça pegava fogo e se calou no instante em que ela morre. Na crônica, compara a sua prática de jovem repórter à dos colegas de redação:

Hoje, a reportagem de polícia está mais árida do que uma paisagem lunar. Lemos jornais dominados pelos idiotas da objetividade. [...] Eis o drama: – o passarinho foi substituído pela veracidade que, como se sabe, canta muito menos (RODRIGUES, 1994, p. 205.)

Nas crônicas que escreveu sobre o funcionamento das redações e sobre as transformações no texto jornalístico, Rodrigues põe a culpa dessa idiotização nas novidades

<sup>4</sup> Em entrevista ao jornalista Geneton Moraes Neto, em 1º de maio de 1978. Disponível em <http://www.geneton.com.br/archives/000012.html>. Cf. Referências Bibliográficas.

tecnológicas (as máquinas de escrever, a criação da lauda), que impõem os rigores do tempo e do espaço para a criação textual. Amaldiçoa a hierarquização das redações, ao estilo das linhas de produção fordistas, como responsáveis pelo fim da autoria. Uma de suas principais brigas era com a figura do copidesque, profissional que tinha a função de finalizar os textos enviados pelos repórteres, adaptá-los ao espaço previsto para ele na página e padronizá-los segundo as regras estilísticas do jornal. Sobre os copidesques, Rodrigues diz que reescreveriam até mesmo um Proust ou uma Divina Comédia se estas lhes caíssem nas mãos (ZANI, 2004).

### ***1.3.2 Modernização e profissionalização***

A transição de um modelo a outro de jornalismo estará completa na década de 1970. A separação definitiva entre o discurso político e o jornalístico se dá na esteira do longo período de exceção instaurado pelo Golpe de 1964. De acordo com Sodré (1983), a destituição de João Goulart da Presidência teria sido o último movimento orquestrado por e através da imprensa de forma aberta, quase escancarada:

Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do Correio da Manhã, nos últimos dias de março, – aqui à guisa de exemplo – foram esclarecedores até nos títulos: “Basta!” e “Fora!”, indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empregado relapso. Foi a última 'operação' montada pela imprensa empresarial no país (SODRÉ, 1983, p.410).

A partir de então, a relação dúbia entre o Estado brasileiro sob comando militar e a imprensa, agora plenamente industrializada, termina de instaurar as condições para a adesão praticamente irrestrita aos conceitos jornalísticos modernos da separação entre notícia e opinião, da isenção, da objetividade. De um lado, a ditadura impunha forte censura aos meios de comunicação. De outro, financiou sua expansão.

A reação da imprensa ao forte controle estatal sobre o conteúdo no período é contraditória. Ao mesmo tempo em que se afastava da posição de guardião do regime e passava a mostrar alguma vontade de denunciar os desmandos dos militares, também assumiu, ao longo do tempo, determinados critérios de controle da informação publicada que garantiriam seu funcionamento regular, em um processo de autocensura. É sintomático que o “milagre

econômico” tenha inspirado, na década de 1970, o reforço das editorias de economia e mesmo a criação de jornais dedicados à cobertura econômica. As empresas viam na cobertura da economia um oásis de conteúdos não submetidos à censura (ABREU, 2002).

Dessa forma, a imprensa brasileira passa, finalmente, a assumir a função de *watchdog*, de vigia do Estado, de Quarto Poder – função muito cara, até hoje, à identidade da grande imprensa nacional. E também a se refugiar em uma produção discursiva cada vez mais marcada pela busca da aparente isenção como forma de sobrevivência dos empreendimentos jornalísticos, que foram fortemente impulsionados pelo investimento pesado do governo militar na modernização do setor, justificado pela ideologia de segurança nacional. De acordo com Abreu, a “implantação de um sistema de informação capaz de „integrar” o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos” (2002, p. 15). Fizeram parte desses investimentos o financiamento via bancos públicos para a modernização dos parques gráficos e das sedes dos grandes jornais; a criação da Embratel e sua vinculação com a criação das redes nacionais de TV; o direcionamento da publicidade estatal aos grandes veículos, por meio de critérios de eficiência técnica. Com isso, o Estado brasileiro financia a transição final da imprensa brasileira para sua etapa de plena industrialização, marcada também pela crescente concentração da propriedade dos meios de comunicação.

Neste contexto, coroa o processo de instalação do gênero do discurso jornalismo no Brasil a profissionalização do jornalismo, decorrente das transformações estruturais da imprensa, e a regulamentação da profissão jornalista com o Decreto-Lei nº 972 de 1969, exigindo a formação específica em nível superior.

A regulamentação da profissão de jornalistas e a íntima relação entre ela e a escolarização do jornalismo refletem, também, o processo tardio e irregular de industrialização da imprensa no país. A exigência de formação escolar específica está presente no discurso corporativo desde 1918, quando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), criada dez anos antes, encaminha ao governo federal a reivindicação, aprovada no 1º Congresso Nacional dos Jornalistas, de exigir formação superior aos jornalistas. A solicitação dos jornalistas só será atendida duas décadas depois, quando o Decreto-Lei 910 de 1938 determina que o registro profissional só será concedido aos jornalistas que apresentem diploma obtido em escolas de preparação ao jornalismo. Tais escolas, porém, demoram mais uma década para surgir. Apesar do sentimento de urgência dos jornalistas reunidos na ABI em delimitar seu campo profissional, não havia demanda real nem para a criação de cursos de jornalismo, nem mesmo para a própria regulamentação da profissão antes de a imprensa

nacional adquirir as feições de empresa plenamente capitalista. Ao longo do tempo, os cursos universitários de Jornalismo – posteriormente transformados em habilitações do curso de Comunicação Social – desenvolvem-se respondendo às tensões entre as exigências do mercado e à evolução dos estudos sobre a mídia, sem deixarem, porém, de se caracterizar por uma tendência majoritariamente profissionalizante. Tendência essa que dialoga com a tradição burocrática da universidade brasileira, historicamente caracterizada como degrau de ascensão política e econômica – e, no caso específico, de delimitação da corporação –, através dos diplomas e títulos (MARQUES, 1999).

A consolidação da exigência do diploma em curso superior específico para o exercício da profissão na regulamentação de 1969 é resultado direto da complexificação do mercado de trabalho jornalístico promovido pela sua rápida e intensa industrialização. Porém, funciona também como catalisador das mudanças nas práticas profissionais e das transformações discursivas decorrentes dos ajustes da imprensa nacional ao modelo de jornalismo anglo-americano.

Destaca Abreu (2002) que, embora se enquadre em um processo de delimitação da carreira de forma a restringir a concorrência e, ao mesmo tempo, buscar alguma autonomia em relação às empresas num contexto não democrático, esta profissionalização com regulamentação restritiva tem seu impacto sobre o perfil das redações. Um dos mais visíveis é o afastamento dos intelectuais e escritores, relegados ao papel de colaboradores em espaços específicos e “não-jornalísticos” das publicações.

No passado, as redações eram espaço de prestígio intelectual. Os mais conhecidos e respeitados escritores, críticos literários e de arte do país foram homens de imprensa – basta lembrar Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, Lima Barreto, Alcindo Guanabara, Euclides da Cunha, Álvaro Lins, Otto Lara Rezende, Carlos Drummond de Andrade. Muitos deles se identificavam profissionalmente como jornalistas, outros, embora escrevessem diariamente em jornais, não poderiam ser assim considerados. De toda forma, era estreita a relação entre os intelectuais e a imprensa. Os editoriais, espaço reservado para o jornal expressar sua posição política e ideológica, eram formulados e escritos pelos jornalistas/intelectuais. As redações contavam com jornalistas que não só analisavam e comentavam os acontecimentos políticos, como se viam no papel de indicar alternativas para as mais variadas questões. Os jornalistas podiam ter e tinham opinião (ABREU, 2002, p. 41).

Ao mesmo tempo em que encerra definitivamente a relação entre os campos literário e jornalístico no Brasil, a exigência do diploma superior formaliza a circunscrição da profissão em torno da aceitação de que seu exercício exige conhecimento específico para tal. Além disso, significa, com o correr dos anos e apesar da forte resistência do empresariado de

comunicação a esta regulamentação, que a formação dos jornalistas brasileiros é majoritariamente realizada dentro de um ambiente escolar universitário.

A decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar o decreto-lei que regulamenta a profissão de jornalista desde 1969 como não recepcionado pela Constituição Federal de 1988, acabando, portanto, com a exigência formal do diploma universitário para o exercício profissional, não muda de imediato este cenário. Apesar de a campanha empresarial contra a regulamentação da profissão ter como principal argumento a questão da exigência do diploma, as referências do mercado profissional permanecem sendo as escolas de Comunicação. Há, ainda, que se considerar que o tema segue em debate público, com a discussão no Congresso Nacional de Projetos de Emenda Constitucional que visam adequar o texto da Constituição à previsão da exigência de formação superior específica para os jornalistas. Além disso, dentro da própria universidade, parcela significativa da comunidade acadêmica movimenta-se pela separação da habilitação Jornalismo do curso de Comunicação Social<sup>5</sup>, tentando fazer prevalecer a noção de que o jornalismo pode ser definido como um conjunto de técnicas específicas de captação e reprodução de informações.

É a universidade, portanto, o centro de validação do paradigma do jornalismo moderno e o seu principal reprodutor no Brasil.

---

<sup>5</sup> Desde 1995, docentes da área do Jornalismo reúnem-se em encontros nacionais anuais. Em 2004, é criado oficialmente o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, cuja principal reivindicação passa a ser a criação de cursos superiores de Jornalismo e não de Comunicação Social – Jornalismo. Nessa reivindicação, o FNPJ conta com a parceria de primeira hora da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). O Fórum passa a ser um espaço de discussão e defesa do Programa Nacional de Qualidade na Formação em Jornalismo (PNQFJ) criado pela federação profissional. A criação do programa e sua posterior utilização como diretriz para a defesa da separação da formação de jornalistas dos cursos de Comunicação marca uma ruptura no sentido apontado pelas discussões acadêmico-profissionais que se configuraram ao longo da década de 90. O próprio PNQFJ foi criado em 1997, como contribuição da Fenaj às discussões da Campanha Nacional pela Qualidade dos Cursos de Comunicação, que à época congregava entidades estudantis, profissionais e acadêmicas e apontava para a necessidade de uma compreensão mais ampla dos fenômenos midiáticos como base para os cursos de Comunicação Social.



## CAPÍTULO 2

---

### Ser jornalista é escrever como jornalista

#### 2.1 Jornalismo: um gênero do discurso global

O paradigma da objetividade – resultado do processo de massificação e comercialização da imprensa, justificado pelo ideário das democracias liberais, influenciado pelo pensamento positivista e que se fortalece com a necessidade de profissionalização dos jornalistas – nasce, afinal, das e nas práticas discursivas adotadas pelos jornalistas norte-americanos e ingleses no período descrito. De forma bastante precisa, Chalaby demonstra que a adesão dos jornalistas dos dois países ao conceito de notícia como informação objetiva impõe a criação e adoção de determinadas estratégias e práticas discursivas que “dão ao jornalismo uma especificidade enquanto classe de textos e fazem do jornalismo um *gênero do discurso* próprio” (CHALABY, 1996, p. 310, grifo do autor, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Analisando a obra de Chalaby, Neveu diz que uma de suas contribuições é salientar

[...] numa inspirada análise de Foucault, que a invenção do jornalismo e sua autonomia como atividade e mundo social específico ocorrem com o nascimento de uma ordem do discurso inédita. O modelo americano-inglês do jornalismo institucionaliza pouco a pouco um conjunto de regras de escrita, interiorizadas pelos jornalistas e controladas pelos editores chefes. Trata-se da objetividade como reivindicação de um texto verídico e neutro, de fatos, e da separação do fato do comentário. [...] A escrita jornalística se constrói no século XIX como um discurso específico, uma forma regrada e identificável de utilizar as possibilidades da linguagem (NEVEU, 2006, p. 108).

Em suma, o jornalismo se conforma como gênero do discurso específico, traduzindo e carregando em si o paradigma da objetividade.

Para descrever o surgimento deste gênero do discurso, Chalaby recorre à comparação entre o desenvolvimento do jornalismo nos Estados Unidos, Inglaterra e França no período que vai de 1830 a 1920. O autor aponta que, nos dois primeiros, a lógica da informação estabeleceu-se mais rapidamente como organizadora do trabalho jornalístico, enquanto a imprensa francesa resistiu por muitas décadas à adoção do que aqui está sendo chamado de paradigma da objetividade, prevalecendo um modelo de organização jornalística em que os

---

<sup>6</sup> No original: “These discursive practices gave to journalism its specificity as a class of texts and made of journalism a *discursive genre* of its own” (CHALABY, 1996, p. 310).

mundos da literatura e da política se faziam muito mais influentes, o que pode ser comprovado pela própria presença de escritores e políticos nas redações e na direção dos jornais.

Os jornais anglo-americanos traziam um volume muito maior de conteúdo informativo, bem como tinham estabelecidos sistemas de coleta de informação baseados no trabalho de repórteres e das agências de notícia, o que resultava na publicação de conteúdos mais diversos (o noticiário compreendia uma extensão geográfica maior, com uma forte cobertura internacional, além de um temário mais extenso, com a inclusão de notícias sobre esporte, eventos sociais, comércio) e mais recentes. O autor chama a atenção também para o fato de a informação ser “mais confiável nos jornais anglo-americanos”, considerando que os jornais e agências de notícias franceses “sofriam de corrupção endêmica”, aceitando subornos de políticos, financiadores e até de governos estrangeiros. Mas, principalmente, a comparação permite delimitar formas bastante diversas de apresentação da informação. Nas publicações inglesas e estadunidenses, a “informação era mais exata (mais completa, mais objetiva e mais neutra)” enquanto “os jornalistas franceses tinham o hábito de interpretar e reprocessar a informação de acordo com a doutrina política que o jornal defendia”. A informação era “mais factual” nos jornais anglo-americanos; já os “repórteres e correspondentes franceses costumavam comentar sobre a informação que dispunham e misturavam fatos com opiniões pessoais” (CHALABY, 1996, p. 305-306).

Esse conjunto de características percebidas nos jornais dos Estados Unidos e da Inglaterra permite afirmar que o conceito de notícia foi ali inventado. Sem deixar de reconhecer que “notícias sempre existiram”, Chalaby afirma que

[...] nunca antes do surgimento dos jornais anglo-americanos o conceito de notícia tinha adquirido tamanha predominância entre os diversos tipos de texto. Donos de jornais, editores e jornalistas anglo-americanos não apenas mobilizaram recursos importantes para coletar informação de fontes locais, nacionais e internacionais, como também inventaram práticas discursivas destinadas a coletar e contar esta informação (1996, p. 310, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Entre as práticas discursivas destinadas a coletar e contar sobre as informações coletadas que nascem nas redações anglo-americanas estão a reportagem e a entrevista, as

---

<sup>7</sup> No original: “Although it can be argued that news always existed (STEPHENS, 1988), never before the appearance of Anglo-American newspapers had the concept of news acquired such a dominance within a class of texts. Anglo-American press owners, editors and journalists did not simply devote important resources to collect information from local, national and international sources, they also invented discursive practices designed to collect and report this information” (CHALABY, 1996, p. 310).

quais Chalaby batiza de “práticas discursivas baseadas no factual” (*fact-centred discursive practices*). O autor chama a atenção para o fato de que essas seriam práticas reconhecidamente jornalísticas porque seriam “determinadas pelas normas e valores que, por sua vez, eram condicionadas pelas regularidades próprias do campo jornalístico que emergia ao longo da segunda metade do século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos” (CHALABY, 1996, p. 310, tradução nossa)<sup>8</sup>.

A principal tradução dessas regularidades é a forma textual das notícias que vai se constituir como dominante no jornalismo anglo-americano. Ao longo do século XIX, a distinção entre fatos e opiniões leva a uma separação formal entre informação e comentários, confinando-os em gêneros jornalísticos distintos. Enquanto os argumentos e juízos de valor serão apresentados apenas por alguns redatores em editoriais ou artigos, os fatos passavam a ser “relatados em um formato discursivo, a notícia, desenhado especificamente para este fim” (Ibidem, p. 311). Novamente, a comparação com a tradição jornalística francesa ajuda a visualizar com mais clareza esta formalização da notícia. Na França, a maior parte das peças jornalísticas misturava notícias e opinião livremente, sendo que o princípio organizador destes textos era “a subjetividade mediadora do jornalista”. Já o formato discursivo tipicamente anglo-americano para as notícias pressupõe uma forma determinada de narrativa marcada pela organização em torno dos fatos e da sua hierarquização e não de ideias, cronologias ou opiniões (Ibidem, p. 312).

Ao inventariar as condições existentes nos Estados Unidos e na Inglaterra que definiram os dois países como berço do jornalismo, Chalaby refere-se a um contexto econômico e político já explorado por outros autores que igualmente descrevem o nascimento do jornalismo moderno no período que vai de meados do século XIX ao início do século XX. Aponta, por exemplo, o peso das forças de mercado sobre o desenvolvimento do jornalismo nos dois países. Atuando em um mercado publicitário mais bem estabelecido, os jornais britânicos e norte-americanos tinham a publicidade como sua principal fonte de financiamento. Algumas estimativas apontam que a participação dos anúncios no faturamento das publicações anglo-americanas era até cinco vezes maior do que nos jornais franceses. Ao patrocinar a independência da imprensa em relação às esferas políticas, este novo modelo de financiamento “contribuiu para despolitizar as práticas discursivas dos jornalistas e incentivou o desenvolvimento do jornalismo de informação baseado nas normas discursivas da

---

<sup>8</sup> No original: “These discursive practices can be identified as journalistic because their use was determined by norms and values themselves conditioned by the regularities of the journalistic field emerging during the second half of the 19<sup>th</sup> century in England and America” (CHALABY, 1996, p. 310).

neutralidade e da objetividade” (CHALABY, 1996, p. 320-321, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Entre os elementos políticos elencados por Chalaby, há também a referência à rápida adesão dos dois países ao ideário liberal. O autor registra o fato de os Estados Unidos nunca terem tido legislações ou normas que impedissem a livre iniciativa na área das comunicações, enquanto a Inglaterra foi um dos primeiros países europeus a diminuir e, por fim, suspender as taxas e impostos sobre a atividade de imprensa e o uso do papel. Com isso, o jornalismo pôde se desenvolver como negócio mais rapidamente, instaurando uma lógica de competição entre as publicações que estabeleceu a excelência e a amplitude da cobertura dos acontecimentos como critérios para o trabalho jornalístico. A análise de Chalaby vai além. Ele chama a atenção para um detalhe particular e comum à política nos Estados Unidos e na Inglaterra que facilitaria a adesão a um jornalismo informativo e menos politizado: a tradição bipartidária. Com os debates políticos “confinados aos limites do Parlamento bipartidário”, diz o autor, os “jornalistas podiam declarar-se 'neutros' simplesmente proclamando não apoiar nenhum dos partidos políticos e serem 'imparciais' dando o mesmo tanto de atenção a ambos” (CHALABY, 1996, p. 318-319, tradução nossa)<sup>10</sup>.

A esse contexto econômico e político, Chalaby ainda soma mais três conjuntos de fatores: um de ordem cultural, outro de ordem linguística e outro geopolítico. Esse último justifica o fato de a Inglaterra ser incluída na matriz que faz nascer o gênero jornalístico. A posição central ocupada pelo Império Britânico no sistema geopolítico internacional durante o período não só dava valor de notícia a todo tipo de acontecimento que ocorresse em ou envolvendo Londres, como também fez da ilha o entroncamento das primeiras redes de transmissão de informação. As redes de cabos telegráficos ao redor do mundo também eram de propriedade britânica ou norte-americana (CHALABY, 1996, p. 322-323). Assim, ambos os países detinham não só uma grande quantidade de material jornalístico – acontecimentos aos quais se podia dar algum valor de importância – como também controlavam o principal meio para disseminar informação e, com isso, também uma forma específica de apresentá-la.

A língua inglesa também daria aos britânicos e norte-americanos uma capacidade maior de se expressarem em um estilo mais conciso, permitindo inclusive uma padronização textual marcada por títulos mais compactos e frases mais curtas. De acordo com Chalaby, a “possibilidade de se condensar a linguagem em inglês é uma vantagem decisiva no jornalismo

---

<sup>9</sup> No original: “This financial independence contributed to depoliticizing journalists' discursive practices and encouraged the development of journalism of information based on the discursive norms of neutrality and objectivity” (CHALABY, 1996, p. 320).

<sup>10</sup> No original: “In both countries political struggles were confined within the limits of parliamentary bipartism. Journalists could claim to be 'neutral' simply by proclaiming to support neither of the political parties and to be 'impartial' by giving an equal amount of attention to both parties” (CHALABY, 1996, p. 319).

e de fato pode ter favorecido a emergência de um modo distinto de se escrever na Inglaterra e nos Estados Unidos” (1996, p. 322, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Mas o traço mais marcante da descrição de Chalaby sobre o nascimento do gênero jornalístico é sua relação com o campo da literatura. Nesse caso, a comparação entre as tradições anglo-americana e francesa ajuda não só a ver o nascimento de uma nova forma de narrar os fatos nos jornais britânicos e estadunidenses, como também salienta que a adesão dos jornalistas a este novo formato – e, por consequência, a toda a ordem de valores que se estabelece com ele – não se dá de forma homogênea ao redor do mundo.

A influência da literatura sobre o jornalismo francês é visível nos expedientes. Honoré de Balzac, Robert de Lamennais, Alphonse de Lamartine, Alexandre Dumas e Victor Hugo foram donos ou editaram diversos jornais ao longo de suas carreiras. Além disso, o jornal de maior circulação do período entre guerras, o *Paris-Soir*, tinha no seu expediente Albert Camus, Jean Cocteau, François Mauriac, Antoine de Saint-Exupéry e George Simenon. Mas talvez nenhum outro traduza melhor a simbiose entre jornalistas e escritores do que Emile Zola. Além disso, também aqueles que eram reconhecidamente homens de imprensa se esforçavam para adquirir algum prestígio publicando trabalhos literários. Na França, o jornalismo acabava sendo visto como passo para uma carreira literária (Ibidem, p. 313-314).

Essa profunda relação entre jornalismo e literatura promove a resistência francesa à adoção do novo gênero do discurso que se forjava em terras inglesas e norte-americanas. Zola expressou, em 1888, o desconforto e a desconfiança dos franceses em relação a esse processo: “O fluxo descontrolado de informação levado ao extremo... transformou o jornalismo, matou os grandes artigos de discussão, matou a crítica literária, e dá cada vez mais importância aos despachos noticiosos, às notícias triviais, e aos artigos de repórteres e entrevistadores” (PALMER, apud CHALABY, 1996, p. 309, tradução nossa)<sup>12</sup>. Os gêneros mencionados por Zola – o artigo de discussão, a crítica literária –, ao lado da crônica, dos artigos polêmicos e do comentário, são outro traço da resistência. A presença e a valorização desses tipos literários dentro dos jornais respeitaria inclusive, segundo Chalaby, uma hierarquia de práticas discursivas, cujo critério seria a proximidade dos estilos próprios de cada uma do que se considera literatura (Ibidem, p. 315-316).

<sup>11</sup> No original: “The ability to condense language in English is a decisive advantage in journalism and indeed may have favoured the emergence of a distinct mode of writing in England and America” (Ibidem, p. 322).

<sup>12</sup> No original: “The uncontrolled flow of information pushed to extreme... has transformed journalism, killed the great article of discussion, killed literary critique, and increasingly gives more importance to news dispatches, trivial news, and to the articles of reporters and interviewers” (Ibidem, p. 309). Ao registrar a declaração de Zola, Chalaby chama a atenção para o fato de as duas últimas palavras terem sido escritas originalmente por Zola em inglês – “reporters” e “interviewers”. Muitos dos termos relacionados ao jornalismo permaneceram sendo usados no original em inglês pelos franceses, outro sintoma de resistência.

Em suma, a valorização da tradição literária na França mantém o estilo informativo adotado pelos jornais ingleses e norte-americanos distante das páginas dos jornais. Já os escritores anglo-saxões não conseguiram impor valores literários sobre a produção jornalística, com a imprensa dos dois países crescendo à margem do campo literário e os escritores sendo figuras raras nas redações. Assim, consolida-se a separação do jornalismo das suas esferas de influência original – a política e a literatura – e nasce, enfim, um gênero do discurso que, ao poucos, “torna-se um *gênero do discurso global*, superando e homogenizando tradições discursivas locais e bastante diferentes, na sua essência, do jornalismo anglo-americano” (Ibidem, p. 323, grifos do autor, tradução nossa)<sup>13</sup>.

## 2.2 Jornalismo: um gênero, uma profissão

A descrição de Chalaby (1996) acerca da invenção de determinadas práticas discursivas na imprensa inglesa e norte-americana e como elas instauram uma nova ordem de valores para o jornalismo já evidencia a centralidade da produção textual na constituição do campo jornalístico. A contribuição de outros autores enfatiza esta conexão entre a existência de um tipo textual ideal, dos valores a ele associados e a circunscrição do trabalho jornalístico.

Estudo de Schudson<sup>14</sup> citado por Traquina (2004) e Neveu (2006) mostra que a evolução das formas de apresentação dos acontecimentos pelos jornais reflete também uma evolução do papel desempenhado pelo jornalista na narração dos acontecimentos. Schudson analisou a cobertura do “Discurso à Nação” dos presidentes norte-americanos de 1790 até 1978 e concluiu que três formas distintas de tratamento da informação se sucederam na imprensa dos Estados Unidos. De acordo com Schudson, o relato estenográfico prevalece como padrão da imprensa norte-americana até 1850. Entre 1850 e 1900, o que se verá é um misto de cronologia e comentário: aumenta a preocupação com o registro dos aspectos rituais do evento, do cenário e das reações dos parlamentares, mas ainda assim permanece uma preocupação com uma descrição exaustiva. A partir de 1900, o modelo da pirâmide invertida – baseado em uma hierarquização dos acontecimentos, do mais importante ao menos importante, com ênfase total no primeiro parágrafo, o *lead* – instaura-se como padrão. Os jornalistas passam a se sentir no direito de analisar, de escolher tópicos, de dizer o que era

---

<sup>13</sup> No original: “[...] journalism has become a global discursive genre by overcoming and homogenizing local discursive traditions quite different in character to Anglo-American journalism” (CHALABY, 1996, p.323).

<sup>14</sup> Cf. SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Harvard, Harvard University Press, 1995.

importante. Mais ainda: de fazer relações com discursos anteriores do presidente, com o de seus antecessores, de explicar o que o presidente quis dizer. Neveu reconhece nesse percurso descrito por Schudson “o aumento de uma dimensão interpretativa do texto de imprensa”, e diz que esta “virada interpretativa” se consolida na década de 1930.

Quanto mais esse olhar se distancia, passando da simples reprodução de um discurso à consideração das interações que se associam, ali, com os partidos, os membros do Congresso, a opinião pública, mais esse aumento do foco exige ultrapassar a simples descrição “objetiva” para uma dimensão interpretativa e dominante que dá sentido à massa crescente de fatos evocados (NEVEU, 2006, p. 126).

Diz Traquina que a “utilização da pirâmide invertida reconheceu implicitamente o jornalista como „perito”” (2004, p. 60). Ao se estabelecerem como a forma canônica do gênero, o *lead* e a pirâmide invertida garantem aos jornalistas o seu capital, o seu diferencial, o seu monopólio do saber: organizar os fatos de acordo com um critério de importância que diz qual aspecto do acontecimento é mais importante que os demais.

É precisamente com o estabelecimento do lead como convenção que podemos identificar a crescente afirmação de uma autoridade profissional, embora já tivessem existido outras manifestações de crescentes saberes ligados à atividade jornalística, tais como: 1) a estenografia; 2) a invenção de novos gêneros, como a entrevista e a reportagem; e 3) a elaboração de uma linguagem específica. Com a pirâmide invertida, os jornalistas, cada vez mais, tomaram como sua prerrogativa afirmar algo sobre o mais vasto sentido político da mensagem. Toma-se como certo o direito e a obrigação do jornalista de mediar e simplificar, cristalizar e identificar os elementos políticos no acontecimento noticioso. Assim, com base no exemplo norte-americano, houve a afirmação de competências e saberes específicos por parte dos membros deste grupo de pessoas que trabalhavam nos jornais. Começavam a reivindicar um monopólio de saberes, indicativo da construção de uma profissão (TRAQUINA, 2004, p. 89).

Ponte diz que “o modelo anglo-americano institucionalizou um conjunto de regras de escrita, interiorizadas pelos jornalistas como cultura profissional (“texto curto, seco, directo”)” (2005, p. 54-55).

O jornalismo reivindica que é objectivo porque é registo de factos verificados e apresentados de forma neutra, separados de comentário. O inquérito mínimo para a notícia (quem, o quê, onde, quando) e a regra da “pirâmide invertida” definem o essencial da informação condensado no lead, seguindo-se os detalhes e as explicações. A própria ideia de um “essencial” e de um “acessório” transforma-se, assim, num “saber prático” que alimenta a ideologia de que a “notícia breve” informa com suficiência o leitor (PONTE, 2005, p. 55, grifos do autor).

Esta cultura profissional se reflete sobre a produção jornalística nos suportes que surgem nas décadas seguintes, o rádio e a televisão, mas também interage com outros gêneros que circulam através da imprensa, como a crônica e o artigo. Apesar desta interação, Ponte reconhece uma diferenciação interna ao campo jornalístico determinada pela adesão ou não-adesão ao tal conjunto de regras de escrita institucionalizadas pelo modelo anglo-americano. Enquanto os jornalistas precisam assumi-las como seu diferencial, “autores de outros registros jornalísticos, „pára-literários” ou de opinião, gozavam de um estatuto diferenciado, eram exteriores à redacção ou tinham adquirido um posição de autonomia da redacção” (PONTE, 2005, p.55).

Mas se o saber exclusivo do jornalista é interpretar os fatos e valorá-los segundo um critério que apenas os jornalistas dominam – o chamado “faro jornalístico” capaz de reconhecer o cheiro das notícias –, como manter a imagem exigida pelo paradigma da objetividade? Como manter-se “espelho da realidade” se, afinal, a tarefa que compete aos jornalistas é realizar um recorte específico e construir um sentido para os acontecimentos? Novamente, a resposta está no texto.

Seguindo na trilha das interações entre o campo literário e o jornalístico, Ponte irá mostrar que o jornalismo toma emprestado do Realismo “algumas das suas metáforas fundadoras como a do „espelho da vida”, proposta por Stendhal, ou a sua matéria-prima, os acontecimentos, como *mimesis* dos seres e das coisas, avançada por Balzac” (2005, p. 45). O jornalismo também saca do Realismo algumas das suas características narrativas, essencialmente a construção de uma exterioridade que sustenta a aparência de realidade que se exige do texto. Narrar jornalisticamente é dar a um acontecimento uma forma coerente para que a audiência o receba como sólido e factual, usando para isso algumas estratégias comuns ao estilo realista como o uso da descrição; a focalização externa e onisciente; o uso de coordenadas de tempo e espaço e o estabelecimento de um jogo hierárquico entre os personagens que “falam” no texto (Ibidem, p. 44-52, passim).

A partir da observação participante do trabalho de jornalistas em uma redacção de jornal diário, Tuchman (1993, p. 75) afirma que “os jornalistas invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”. No entanto, apesar dessa mitificação, a noção de objetividade com que os jornalistas trabalham é absolutamente operativa. Através da utilização de determinados procedimentos perceptíveis ao consumidor da notícia, os jornalistas buscam “minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores” (Ibidem, p. 76). Assim, a



objetividade funcionaria para o jornalista como um ritual estratégico.

O primeiro elemento desta ritualística é a verificação dos fatos. Porém, essa verificação nem sempre é possível na prática e tampouco perceptível ao leitor/ouvinte/telespectador, funcionando mais como uma profissão de fé dos jornalistas e uma forma de se justificarem dentro das instituições para as quais trabalham. Assim, os procedimentos estratégicos para que os jornalistas reivindicuem serem objetivos estão relacionados a alguns atributos formais das notícias. Diz Tuchman que:

[...] através da citação de atributos formais das notícias e dos jornais, incluindo aqueles que podem ser problemáticos (tal como “O Capital” para justificar o termo “propaganda comunista”), os jornalistas podem apontar como prova que fazem a distinção entre aquilo que pensam e aquilo que relatam. Eles podem afirmar que 1) apresentaram versões diferentes de uma mesma realidade, 2) apresentaram provas suplementares para fundamentar um “facto”, 3) utilizaram aspas para indicar que o repórter não está a dar uma versão dos acontecimentos, 4) apresentaram os “factos mais importantes” primeiro, e 5) separaram cuidadosamente os “factos” das opiniões através da utilização do rótulo “notícia de análise” (ou, simplesmente “análise”) (TUCHMAN, 1993, p. 88-89).

Genro Filho polemiza com autores ligados ao campo do jornalismo que, “mesmo se colocando numa perspectiva crítica ao capitalismo, não conseguem se livrar do mito que mais combatem: „a informação objetiva”” (1989, p. 185). A ideia da “objetividade possível” ou da objetividade como “meta” perseguiria os teóricos, mas principalmente os jornalistas no seu fazer diário, ainda que estes individualmente se disponham a trazer novos atores, novos fatos, novos objetos para a cena jornalística como forma de se contrapor aos valores dominantes da sociedade capitalista que se expressam através do jornalismo. Para sair desse círculo, o autor propõe-se a fazer uma crítica exatamente ao texto jornalístico:

A ideia da „pirâmide invertida” pretende encarnar uma teoria da notícia mas, de fato, não consegue. Ela é apenas uma hipótese racional de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo. Somente uma visão realmente teórica do jornalismo pode, ao mesmo tempo que oferecer critérios para a operação redacional, não constringer as possibilidades criativas mas, ao contrário, potencializá-las e orientá-las no sentido da eficácia jornalística da comunicação (GENRO FILHO, 1989, p. 191).

A proposta feita a seguir é reverter a lógica do texto jornalístico, revirando a “pirâmide invertida”, colocando-a de pé nos seguintes termos: “a notícia caminha não mais do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base”.

Independente da qualificação desta reviravolta, o que importa neste momento é perceber que o autor aponta o formato determinado como o modelar para a prática da produção textual jornalística como responsável pela limitação da capacidade do jornalista de ver o mundo, ou pelo menos de expressar o que viu do mundo. Pode-se concluir que, ao fim e ao cabo, é o texto que diz o que é notícia, e não a notícia que diz como será o texto.

Tudo isso reafirma a ligação estreita entre o modo de escrever tipicamente reconhecido como texto jornalístico e a identidade jornalística. Esse modelo de escrita cristaliza um certo conjunto de valores associados ao paradigma da objetividade e destina a quem faz uso dele o direito de exercitar um determinado olhar sobre a realidade. O reconhecimento dessa relação intrínseca entre texto e jornalismo permite concluir, por fim, que a reprodução dos valores jornalísticos – que são, afinal, aqueles que dirão o que é ou não é notícia – também está relacionado à reprodução de um determinado tipo textual alçado ao posto de ideal. Assim, se ser jornalista é escrever como jornalista, aprender a ser jornalista é aprender a escrever como jornalista.

### **2.3 Como se aprende o que é notícia**

A reivindicação dos jornalistas para se denominarem jornalistas (e não escritores ou políticos ou sociólogos ou historiadores) é deter um conhecimento específico e único para determinar o que é ou não relevante entre os acontecimentos do mundo e mereça ser notícia e figurar nos *leads*. Esse conhecimento tem sido comumente definido como “faro jornalístico”.

Essa definição etérea tem sido o objeto principal dos que se dedicam a definir teoricamente o jornalismo. Como aponta Traquina, a pergunta “o que é notícia” está na base de uma série de teorias – da mais pragmática teoria do espelho (e que, como se viu, é aquela que “explica” o jornalismo a partir do ponto de vista dos próprios jornalistas), às teorias de ação política, do *newsmaking*, organizacionais, construcionistas-interacionistas – e até hoje provoca respostas múltiplas que ajudam a montar o quebra-cabeça do campo jornalístico nas suas dimensões prática e teórica. Mas, ainda assim, o caráter etéreo de uma definição como “faro jornalístico” pouco ajuda a explicar sobre a transmissão deste conhecimento específico, ou seja, como os jornalistas aprendem a ser jornalistas.

Alguns estudos clássicos sobre o jornalismo voltaram-se, exatamente, para a entronização dos novos profissionais nas organizações jornalísticas. No texto “Controle social

da redação: Uma análise funcional” – escrito em 1952<sup>15</sup> –, Warren Breed trata dos constrangimentos organizacionais presentes no dia a dia de uma redação de jornal e, que fazem com que o novato apreenda a política editorial do veículo, sem que seja necessária uma instrução explícita. Trabalhando na perspectiva construcionista e compreendendo o jornalismo como um fenômeno transorganizacional, outros autores dirão que “o neófito se integra por um processo de osmose não só numa organização, mas numa comunidade profissional” (TRAQUINA, 2004, p.173).

Ocorre que, de forma bastante particular no Brasil, a maior parte dos neófitos são entronizados na comunidade profissional através de instituições escolares. Em não sendo organizações jornalísticas, mas escolas de jornalismo, esse processo de “osmose” não se sustenta como explicação. Não é possível escolarizar critérios tão difusos como variados. Não é possível escolarizar o “faro”. Assim como o nariz do enólogo só pode ser treinado para reconhecer vinhos quando enterrado dentro de taças de vinho, o nariz do jornalista só poderá ser treinado para reconhecer notícias quando enterrado nos acontecimentos. E a escola não é o lugar dos acontecimentos.

A apreciação do jornalismo como gênero do discurso e a sua análise a partir das contribuições bakhtinianas podem ajudar a responder à pergunta “o que é notícia”, mas especialmente podem contribuir para compreender como os jornalistas aprendem a discernir o que é notícia, ou seja, como se aprende a ser jornalista.

---

<sup>15</sup> Este texto é considerado o marco inicial de uma outra teoria do Jornalismo, a teoria organizacional.

## CAPÍTULO 3

---

### Gênero, Sujeito do Gênero e Sujeito Jornalístico

#### 3.1 Jornalismo como gênero do discurso

O jornalismo é um jeito específico de contar uma história que nasce de condições específicas verificadas na Inglaterra e, com maior ênfase, nos Estados Unidos em um período que se estende de meados do século XIX ao início do século XX. Esse jeito não define, de antemão, os sentidos construídos a partir da contação da história, nem tampouco a forma final material do texto. Mas tal jeito interfere na seleção de qual a história a ser contada, quais os personagens que nela vão aparecer e como esses personagens desempenharão o seu papel na história. Interfere, igualmente, na maneira como o leitor-receptor da história se portará no momento de lê-la / ouvi-la. O jornalismo é, portanto, um gênero do discurso. Tomá-lo dessa forma permite apreender a dupla operação realizada através dele: promover um recorte específico na realidade e, ao mesmo tempo, esconder esse recorte sob o manto da objetividade.

De acordo com Bakhtin, “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso o que denominamos *gêneros do discurso*” (2000, p. 279, grifos do autor). A definição de gêneros do discurso articula as principais noções sobre a língua que marcam as reflexões de Bakhtin: a de que a língua é constituída historicamente nas relações sociais entre os grupos e indivíduos que a utilizam; a de que a produção na língua é intrinsecamente dialógica (diálogo que se dá entre textos e entre sujeitos); a de que a significação se dá, necessariamente, entre sujeitos (intersubjetividade da língua) e a de que os sujeitos exercem uma liberdade relativa em relação ao que dizem, delimitada pelas características intrínsecas da linguagem (constituídas socialmente) e do conjunto de condições de produção em que irrompe determinado enunciado.

Todo gênero pressupõe um determinado ordenamento que define o que pode servir de objeto para aquela enunciação. Um bilhete não pode dar conta de proferir uma sentença judicial. Uma tese de doutorado não pode dar conta de definir a sensação de ser mãe. Assim, a apreciação do jornalismo como gênero do discurso ajuda a visualizar a íntima relação entre a forma ideal, mais ou menos estável, dos enunciados do jornalismo e as histórias que ele se propõe a contar. Ou seja, o que é, afinal, notícia é tudo aquilo que cabe ser contado da forma como o jornalismo pretende contar o mundo.

Ao mesmo tempo, todo gênero pressupõe um interlocutor. Não um interlocutor físico, mas um que é determinado pela qualidade da relação que ele supostamente terá com o enunciado. O bilhete pressupõe que seu leitor o lerá informalmente, enquanto a sentença judicial pressupõe um leitor/ouvinte tomado pela formalidade e a gravidade do ambiente do fórum. E essas pressuposições é que determinarão a escolha dos elementos textuais, a sua ordenação, o estilo afinal. Assim, tomando como pressuposto que o leitor do jornalismo quer “ir aos fatos” e não a uma versão dos acontecimentos estabelecida pela interpretação do jornalista, o gênero jornalismo se caracteriza pelo manuseio dos recursos linguísticos que propõe ao leitor que aquilo que ele lê é, objetivamente, a verdade dos fatos.

Há, entretanto, um terceiro elemento igualmente determinado pelo gênero do discurso: o enunciador. A articulação entre sujeito e gênero feita por Bakhtin abre caminhos para se propor a existência de um “enunciador ideal” definido por cada gênero do discurso. Dando mais um passo adiante, permite também apontar que o aprendizado de um determinado gênero do discurso se dá por meio de um processo de acercamento dos sujeitos deste enunciador idealizado não apenas pela apreensão das “formas mais ou menos estáveis de enunciados”, mas igualmente pelas características próprias de relação entre os sujeitos e entre sujeitos e objetos do discurso que definem cada gênero. Assim, postula-se a existência de um **sujeito do gênero**. No caso, de um **sujeito jornalístico** cujas qualidades específicas precisam ser aprendidas por quem quiser ser jornalista.

### 3.2 Enunciação, sujeito e texto

Para estabelecer a noção de sujeito e sua relação com os gêneros do discurso é preciso fazer um breve percurso teórico. Tal percurso começa, obrigatoriamente, pelas postulações de Émile Benveniste e a introdução da ideia de que a língua só existe porque constituída da subjetividade. Para Benveniste, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (1995, p. 286, grifos do autor). Em seguida, o autor sustenta que toda língua se estrutura a partir da relação Eu e Tu, pela relação de alteridade do sujeito com o mundo. Bréal reafirma essa ideia: “O elemento subjetivo é a parte mais antiga da linguagem” (1992, p. 157). Para ele, todos os elementos linguísticos são marcados pela subjetividade, que seria ou o estabelecimento de uma relação de alteridade (por exemplo, na pronominalização, na constituição dos tempos verbais ou nas formas de introdução do discurso do outro), ou de uma relação avaliativa (nos advérbios e adjetivos).

Essas formulações estabelecem uma noção de língua que diverge do estruturalismo sausseriano à medida que colocam nas mãos dos sujeitos (o que fala e o que escuta) a capacidade de fazer as palavras significarem. “A linguagem, de algum modo, propõe formas „vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua „pessoa”, definido-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e um parceiro como *tu*”, diz Benveniste (1995, p. 289). Em seguida, o autor aponta que a “instalação da „subjetividade” na linguagem” tem “efeitos muito variados sobre a própria estrutura das línguas, quer seja na organização das formas ou nas suas relações de significação”.

Essa apropriação da língua para dizer o que tem a dizer, a mobilização dos recursos da língua por sua própria conta (o Aparelho Formal da Enunciação) coloca o sujeito de Benveniste na posição de único dono do que diz.

Ao trazer à cena dos estudos linguísticos a noção da constituição social e do caráter dialógico da língua e da enunciação, Bakhtin instaura novas possibilidades de compreender o sujeito. Não só: como aponta Barros (2005), a compreensão do sujeito é, para ele, o objeto central das ciências humanas e só pode ser compreendido através do texto. Assim, para expor a perspectiva bakhtiniana acerca do sujeito e sua relação com os gêneros do discurso, é preciso percorrer alguns dos conceitos formulados no interior do Círculo de Bakhtin, a começar pelo texto.

Nos apontamentos reunidos no manuscrito inacabado “O Problema do Texto” (BAKHTIN, 2000, p. 329-358, *passim*), é possível vislumbrar que para Bakhtin o texto é uma unidade empírica que interessa ao analista pela sua condição de enunciado. Seriam duas as características fundantes do texto: ser formulado em um “sistema compreensível para todos (convencional dentro de uma comunidade)” e significar.

Por trás de todo texto, encontra-se o sistema da língua; no texto, corresponde-lhe tudo quanto é repetitivo e reproduzível, tudo quanto pode existir fora do texto. Porém, ao mesmo tempo, cada texto (em sua qualidade de enunciado) é individual, único e irreproduzível, sendo nisso que reside seu sentido [...]. O texto é o que não entra no âmbito lingüístico e filológico (BAKHTIN, 2000, p. 331-332).

De certa forma, Bakhtin também aponta a multiplicidade dos discursos presentes num texto. Essa presença não é apresentada na forma de uma dispersão discursiva na qual o sujeito se encontra mergulhado e, diante da qual a tarefa é exclusivamente juntar os pedaços dispersos – o que é disperso está inerte, esperando para ser usado. Ao contrário, a relação de um texto com os demais que, com ele, formam uma “cadeia de textos” de uma dada esfera é,

para o autor, refratária. Bakhtin diz que o texto “refrata (no limite) todos os textos de uma dada esfera”, ou seja, os absorve, mas também os modifica (BAKHTIN, 2000, p. 331).<sup>16</sup>

Por outro lado, fica claro que o autor não descarta a unicidade do sujeito do texto (“Todo texto tem um sujeito, um autor [que fala, escreve].”), nem a intencionalidade que subjaz aos enunciados e, portanto, aos textos. “Dois fatores determinam um texto e o tornam um enunciado: seu projeto (a intenção) e a execução deste projeto” (Ibidem, p. 330).

Unicidade do sujeito do texto, da enunciação em última instância, não significa unidade do sujeito, muito menos a univocidade. Ao contrário: o texto, assim como a língua e o sujeito se constituem no diálogo e na relação entre sujeitos. Barros (2005) esquematiza as implicações desta concepção que coloca a interação verbal no centro dos estudos linguísticos para uma definição conceitual do sujeito bakhtiniano:

a) a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem (Bakhtin vai mais longe do que os lingüistas saussurianos, pois considera não apenas que a linguagem é fundamental para a comunicação, mas que a interação dos interlocutores funda a linguagem);

b) o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos, ou seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos;

c) a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto;

d) as observações feitas podem conduzir a conclusões equivocadas sobre a concepção bakhtiniana de sujeito, considerando-a “individualista” ou “subjetivista”. Na verdade, Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade (BARROS, 2005, p. 29).

---

<sup>16</sup> As noções de texto expressas nestes apontamentos de Bakhtin de certa forma resultam dos e deixam entrever os posicionamentos do Círculo a respeito da enunciação e da língua, suas características e natureza. A ideia de infinitude-finita do texto – que se encadeia a outros textos de uma esfera social – está também presente na noção de enunciado/enunciação, como apontam Brait e Melo (2006, p. 68). Dizem elas, sobre a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: “Um dos méritos desta obra é justamente ter difundido a ideia de enunciação, de presença de sujeito e de história na existência de um enunciado concreto, apontando para a enunciação como sendo de natureza constitutivamente social, histórica e que, por isso, liga-se a enunciações posteriores, produzindo e fazendo circular discursos”. Sobre o fenômeno da refração na língua, Faraco (2003, p.49) registra: “A relação de nosso dizer com as coisas (em sentido amplo do termo) nunca é direta, mas se dá sempre obliquamente: nossas palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas. [...] É nesse sentido que os textos do Círculo vão dizer recorrentemente, que os signos não apenas *refletem* o mundo (não são apenas um decalque do mundo); os signos também (e principalmente) *refratam* o mundo. Em outras palavras, o Círculo assume que o processo de transmutação do mundo em matéria significativa se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos”.

Faraco (2003), lembrando que para o Círculo a língua constitui a ideologia e, por conseguinte, a consciência<sup>17</sup>, resume da seguinte forma o perfil do sujeito bakhtiniano:

Como a realidade linguístico-social é heterogênea, nenhum sujeito absorve uma só voz social, mas sempre muitas vozes. Assim, ele não é entendido como um ente verbalmente uno, mas como um agitado balaio de vozes sociais e seus inúmeros encontros e entrecruques. O mundo interior é, então, uma espécie de microcosmo heteroglótico, constituído a partir da internalização dinâmica e ininterrupta da heteroglossia social. Em outros termos, o mundo interior é uma arena povoada de vozes sociais em suas múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias; e em permanente movimento, já que a interação socioideológica é um contínuo devir (FARACO, 2003, p.81).

Em outro trecho, Faraco irá demonstrar que a afirmação bakhtiniana de que a consciência é um fenômeno social não apaga a singularidade dos indivíduos e, portanto, a sua capacidade de uso individualizado, consciente e intencional da língua. Diz o autor, refletindo sobre a noção de estilo em Bakhtin:

[...] embora pensadores de persuasão sociológica, [os pensadores do Círculo de Bakhtin] escapam [...] de um determinismo absoluto do social. [...] Ao assumirem a linguagem como uma realidade social infinitamente estratificada, abrem espaço para o individual (e, portanto, para estudos estilísticos). A singularidade vai poder se materializar nos incontáveis e mesmo imprevisíveis contactos e intersecções das inúmeras vozes sociais que participam da constituição contínua do psiquismo e nele ressoam e se entrecruzam numa espécie de motoperpétuo dialógico (FARACO, 2003, p. 121).

Se a consciência segue as regras e movimentos do mundo exterior semiotizado pela língua, é forçoso concluir que também a expressão linguística irá refletir verbalmente a lógica desta consciência individual plurivocal. É o que Bakhtin/Volochínov vai apontar no início do texto “O „Discurso de Outrem””. De forma resumida, o que se postula nesse texto é que a forma da expressão verbal carrega as marcas da formação do discurso interior; assim como a consciência é marcada pela réplica e o comentário dos discursos dos outros, a enunciação refletirá estas réplicas e comentários (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006).

Para além da importante brecha metodológica aberta para a análise dos

---

<sup>17</sup> “A única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica. [...] A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso das relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 35-36).



enunciados/textos, fica claro aqui que os integrantes do Círculo compreendem a enunciação (o enunciado, o texto) como fenômeno polifônico.

Reforçando a ideia de intencionalidade e de certo controle do enunciado, Bezerravai dizer que o que

[...] caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria e ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro „eu para si” infinito e inacabável (2006, p. 194).

A capacidade de reger o coro de vozes deve-se a uma característica inerente à significação na língua: tudo que significa o faz dentro de um quadro semântico-axiológico construído na experiência humana.

A dinâmica da história, em sua diversidade e complexidade, faz cada grupo humano, em cada época, recobrir o mundo com diferentes axiologias, porque são diferentes e múltiplas as experiências que nela se dão. E essas axiologias participam, como elementos constitutivos, dos processos de significação, daí resultando as inúmeras semânticas, as várias verdades, os inúmeros discursos, as inúmeras línguas ou vozes sociais (na terminologia de Bakhtin em seu texto *O discurso no romance*) com que atribuímos sentido ao mundo (FARACO, 2003, p. 51, grifos do autor).

Ou seja, é a experiência social do indivíduo que, ao longo da vida, se desloca entre diversos grupos humanos possuidores de suas próprias axiologias, que define as posições valorativas dele sobre o outro, sobre o mundo. Essas posições, afinal, marcam e definem a enunciação.

### 3.3 O Sujeito do Gênero

Ao postular a existência dos gêneros do discurso como unidades de análise fundamentais para a compreensão do funcionamento da língua, Bakhtin faz a conexão entre as duas dimensões constitutivas do sujeito: o que se constitui como indivíduo pela palavra e o sujeito na sociedade; o que é capaz de ser singular, mas exclusivamente a partir de sua experiência social.

A noção de gênero do discurso formulada por Bakhtin estabelece que a liberdade expressiva individual é relativa. Uma vez que os gêneros do discurso são “formas

relativamente estáveis de enunciados” relacionadas às diferentes esferas de utilização da língua, cabe ao indivíduo agir dentro dos marcos destas formas (BAKHTIN, 2000, p. 279)<sup>18</sup>.

O que define que o sujeito enunciador exista apenas dentro desses limites formais mais ou menos estáveis é o próprio papel definido para os gêneros no funcionamento da comunicação verbal, o de prescrições fundamentais à compreensão do que se comunica:

Portanto, o locutor recebe, além das formas prescritivas da língua comum (os componentes e as estruturas gramaticais), as formas não menos prescritivas do enunciado, ou seja, os gêneros do discurso, que são tão indispensáveis quanto as formas da língua para um entendimento recíproco entre locutores. Os gêneros do discurso são, em comparação com as formas da língua, muito mais fáceis de combinar, mais ágeis, porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhe são dados, não é ele que os cria. É por isso que o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e de sua criatividade, não pode ser considerado uma *combinação absolutamente livre* das formas da língua [...] (BAKHTIN, 2000, p. 304, grifos do autor).

A dimensão do sujeito que se constitui pela palavra está, portanto, subordinada a prescrições que são, por sua vez, constituídas historicamente. O sujeito que precisa se constituir expressando-se por meio do uso dos gêneros do discurso está também determinado pela dimensão do social, posto que há uma ligação intrínseca entre os gêneros e o desenrolar da história dos diferentes grupos humanos. Diz Bakhtin:

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [da atividade humana], não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no **todo** do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação (2000, p. 279, grifo do autor).

O que, no entanto, pertence a cada uma dessas dimensões – a do indivíduo único e a social – no enunciado? Qual o papel do indivíduo que enuncia e qual o papel dos gêneros na produção da comunicação verbal? As reflexões bakhtinianas sobre o funcionamento dos gêneros e, especialmente, sobre a relação entre gêneros e estilo indicam claramente o segundo como o elemento subjetivo deste complexo que é o enunciado.

---

<sup>18</sup> Por outro lado e reforçando a ideia de uma relação dialética entre indivíduo e linguagem, Bakhtin também afirma que a “variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve” (Ibidem, p. 291).

Enquanto os demais elementos – o conteúdo temático ou o objeto do discurso e a construção composicional – estão dados pelas condições específicas e históricas que envolvem a situação de comunicação, o acabamento formal dos enunciados depende de algum grau de intencionalidade, de intervenção do sujeito que enuncia. Essa intervenção, entretanto e novamente, tem margens definidas. Diz Faïta, refletindo sobre a questão do tipo e do estilo:

Na sua realização, ele [o enunciado] materializa um tipo existente em abstrato, autorizando de fato o relacionamento dos traços característicos que ele apresenta com os de outros enunciados formulados anteriormente ou paralelamente numa mesma esfera de uso da linguagem. O enunciador (ou produtor) acrescenta, no entanto, (pode acrescentar) a isso um nível suplementar de estratificação estilística, representando sua própria relação com a língua.

Estamos, pois, diante de uma distinção entre o que o próprio Bakhtin sintetiza em termos de tipo e estilo. Individual porque realizado, o enunciado aparenta-se com outros, passados ou possíveis. Ele representa, parcialmente, o locutor que manifesta, recorrendo a um determinado tipo, a margem de escolha de que ele dispõe no campo em questão. Ele oferece a esse locutor, além disso, o suporte de uma outra manifestação: a de sua aptidão para escolher os meios lingüísticos da eficácia verbal. Assim, se é muito provável que os enunciados produzidos por diferentes locutores, em circunstâncias diferentes, num domínio de atividade idêntica, como o ensino, apresentem uma soma de traços recorrentes, indicando que pertencem a um mesmo tipo, podemos afirmar então que cada um desses enunciados é a realização individual do estilo geral ao qual ele pertence (FAÏTA, 2005, p. 156).

Ao falar sobre a questão do acabamento do enunciado, Bakhtin retoma a questão dos elementos indissociáveis, qualificando-os:

O acabamento do enunciado é de certo modo a alternância dos sujeitos falantes vista do interior; essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) *tudo* o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas. [...] O primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a *possibilidade de responder* – mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele (por exemplo, executar uma ordem). [...] A totalidade acabada do enunciado que proporciona a possibilidade de responder (de compreender de modo responsivo) é determinada por três fatores indissociavelmente ligados no todo orgânico do enunciado: 1) o tratamento exaustivo do objeto de sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento (BAKHTIN, 2000, p. 299, grifos do autor).

Note-se que a dimensão do estilo está agora associada a uma intencionalidade do sujeito. A definição do alcance do tratamento dado ao objeto e da própria pertinência de tornar um determinado objeto tema de um enunciado é determinado pela intenção definida pelo autor. Porém, esta intenção não se realiza nem desassociada do objeto tematizado, nem muito menos do interlocutor a quem se dirige o enunciado:

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado (BAKHTIN, 2000, p. 301, grifos do autor).

Assim, aquilo que é da ordem do indivíduo – o estilo específico do enunciado – não está livre das pressões realizadas por cada esfera da atividade humana. O primeiro movimento do recorte estilístico é, justamente, escolher o gênero do discurso mais adequado ao objeto – o que se vai dizer/escrever – e ao interlocutor – a quem se vai dizer/escrever. Porém, essa escolha também carrega pré-determinações sobre o objeto – o tratamento de cada tema “varia profundamente conforme as esferas da comunicação verbal”. A escolha também carregará pré-determinações sobre o interlocutor – afinal, cada “um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero”. Bakhtin diz ainda que “o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário” determina “a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos lingüísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 300-321, *passim*).

Ao selecionar, portanto, um determinado gênero para produzir verbalmente, o indivíduo só poderá falar sobre o objeto tematizado de acordo com o que está prescrito por aquela esfera de comunicação. Não apenas na extensão do tratamento dado ao tema, mas também nas posições valorativas em relação ao objeto, posto que as posições axiológicas não são da ordem do indivíduo, mas de ordem social. Mais do que isso, este indivíduo só poderá escolher entre os “tipos mais ou menos estáveis de enunciados” construídos historicamente a partir não do interlocutor real, mas de um interlocutor ideal.

Ou seja, ao escolher produzir verbalmente dentro de um determinado gênero, o indivíduo projeta o que tem de dizer e como tem dizer a partir de um ordenamento determinado pelas relações sócio-históricas que constituem este gênero. Pode-se concluir, portanto, que assim como cada gênero do discurso é determinado pela concepção de um destinatário padrão, ele também determina uma concepção padrão de sujeito enunciator: o sujeito do gênero.

Reforça a ideia de uma concepção padrão de enunciator a afirmação de Bakhtin de que “nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual” (2000, p. 283). Ele próprio

irá partir para uma classificação que, num primeiro momento, refere-se à inclusão ou exclusão do estilo individual no “empreendimento enunciativo”. Assim, os gêneros literários são mais propícios à expressão da individualidade, porque essa faria parte das suas diretrizes. Já os gêneros que “requerem uma forma padronizada”, como os documentos oficiais, ordens militares, notas de serviço, reduziriam a expressão dessa individualidade a “aspectos superficiais, quase biológicos” (BAKHTIN, 2000, p. 283).

Mais adiante, Bakhtin retoma tal classificação, agora relacionando os diferentes gêneros à sua pressão sobre o elemento “querer-dizer” do enunciado:

Há toda uma gama de dos gêneros mais difundidos na vida cotidiana que apresenta formas tão padronizadas que o querer-dizer individual do locutor quase que só pode manifestar-se na escolha do gênero, cuja expressividade de entonação não deixa de influir na escolha. [...] Estes gêneros, em particular os gêneros elevados, oficiais, são muito estáveis e muito prescritivos (normativos). O querer-dizer deve limitar-se à escolha de uma determinado gênero e apenas ligeiros matizes na entonação expressiva (pode-se adotar um tom mais deferente, mais frio ou então mais caloroso, introduzir uma entonação prazerosa, etc.) podem expressar a individualidade do locutor (o aspecto emocional do seu intuito discursivo) (2000, p. 303).

Pensar os gêneros a partir do peso das suas prescrições sobre o exercício do estilo – ou seja, da individualidade – pressupõe a existência de um padrão estilístico para cada gênero – ou seja, uma concepção pré-determinada de como o enunciador deve se comportar em termos tanto das suas escolhas temáticas como composicionais. Há, portanto, um modo específico de articular ideias/palavras que, de acordo com o gênero, será mais ou menos determinado.

Novamente, estamos diante da possibilidade de postular a existência de um sujeito do gênero. Mais do que isso, estamos diante da possibilidade de realizar uma gradação também desse sujeito, entre o mais autoritário e o menos autoritário.

### **3.4 Discurso reportado, sujeito e sujeito do gênero**

Como já apontado, o sujeito bakhtiniano é um sujeito dialógico: constitui-se na interação entre sujeitos e entre os sujeitos e a sociedade. E essa interação dá-se sempre através da palavra.

Ao refletir sobre a noção ampla de dialogicidade da língua e da enunciação postulada pelo Círculo de Bakhtin, Faraco (2003, p. 58) diz que este diálogo fundador do enunciado – e, portanto, do sujeito que enuncia – apresenta três dimensões:

a) todo dizer não pode deixar de se orientar para o “já dito”. Nesse sentido, todo enunciado é uma réplica, ou seja, não se constitui fora daquilo que chamamos hoje de memória discursiva;

b) todo dizer é orientado para a resposta. Nesse sentido, todo enunciado espera uma réplica e – mais – não pode esquivar-se da influência profunda da resposta antecipada. [...] Assim, é intrínseco ao enunciado o receptor-presumido, qualquer que ele seja [...];

c) todo dizer é internamente dialogizado: é heterogêneo, é uma articulação de múltiplas vozes sociais (no sentido em que hoje dizemos ser todo discurso heterogeneamente constituído), é o ponto de encontro e confronto dessas múltiplas vozes [...] (FARACO, 2003. p. 58).

Faz sentido, então, dizer que uma das formas de expressão da subjetividade na enunciação seria exatamente o tomar posição em relação aos discursos outros que são convocados para compor o enunciado. Ou, como também já dito, reger o coro de vozes que se fazem presentes no enunciado. Neste trabalho de regência de vozes, por vezes é preciso trazer o outro “em pessoa” para dentro do texto. Estas passagens tornam-se momentos privilegiados para se ver o sujeito constituindo-se no enunciado, pois há ali uma articulação (mais ou menos) explícita de duas das três dimensões dialógicas: com o já dito e com as vozes sociais, ou seja, as posições axiológicas que se expressam no enunciado através da forma como outro enuncia. Não por acaso, é justamente o discurso citado o tema da mais acabada proposta metodológica que se pode encontrar na obra de Bakhtin.

Logo no início da sua formulação sobre “O discurso de „outrem””, Bakhtin/Volochínov diz que “o discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, *um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*” (2006, p. 150, grifos do autor).

Faraco vai apontar que esta formulação estabelece a importante noção de que o discurso reportado não é meramente uma citação, mas “uma apreensão valorada da palavra de outrem” (2003, p. 124-125) e é essa relação dialógica entre os discursos que deveria tornar-se o objeto da pesquisa linguística/enunciativa. Em seguida, o autor vai apontar que Bakhtin/Volochínov deixa claro que “na análise, não interessa apenas observar esses elementos (*as marcas do diálogo*) em si e reduzidos ao evento empírico de sua ocorrência, mas principalmente tomar esse evento como indicador de tendências básicas da recepção ativa do discurso de outrem em determinada formação social” (Ibidem, p. 125).

Diz Bakhtin/Volochínov:

Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? [...] Encontramos justamente no discurso citado um documento objetivo que esclarece esse problema. Esse documento, quando sabemos lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na „alma“ do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 152).

De novo, sem descartar a possibilidade de individualidade, o Círculo aponta para a arquitetura social da língua. A análise das formas do discurso citado em um texto não leva ao indivíduo empírico que decidiu citar as palavras de outro indivíduo empírico. O que ali se vai encontrar é uma correlação de forças sociais, um lugar onde as diferentes vozes sociais dialogam e que é possível determinar pelas relações valorativas que se estabelecem entre elas. Ou seja, o que é possível ver através das marcas da citação – ou da ausência dessas marcas, como se verá – é o sujeito da enunciação.

Para Bakhtin/Volochínov, são duas as orientações da dinâmica de relação entre o discurso narrativo e o discurso citado, entre quem apreende o discurso de outrem e o discurso de outrem. Em uma delas, a relação entre enunciadores é marcada pelo dogmatismo, exigindo a manutenção da integralidade ou autenticidade do discurso citado. Em outra, é permitida interação e a apreciação do enunciador sobre o que é dito e como é dito, o que leva ao apagamento das marcas explícitas da citação.

### ***3.4.1 Tendências de apreensão do discurso de outrem, autoridade e persuasão***

A primeira “tendência fundamental da reação ativa ao discurso de outrem” visaria “à conservação da sua (*do discurso outro*) integridade e autenticidade”. Nesse caso, a “língua pode esforçar-se por delimitar o discurso citado com fronteiras nítidas estáveis” e o que será apreendido pelo novo discurso é o “o quê”, “enquanto o „como“ fica fora do campo da compreensão” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 155).

Em relação a esta tendência, Bakhtin/Volochínov ainda vai apontar a necessidade de

[...] discernir igualmente o grau de firmeza ideológica, o grau de autoritarismo e de dogmatismo que acompanha a apreensão do discurso. Quanto mais dogmática for a palavra, menos a apreensão apreciativa admitirá a passagem do verdadeiro ao falso, do bem ao mal, e mais impessoais serão as formas de transmissão do discurso de outrem (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 156).

O autor aponta, então, que a natureza de um discurso vai afetar a forma como ele pode ou não pode ser reportado. Pensando-se no dialogismo desta relação, porém, é possível concluir que não apenas o discurso a ser citado é caracterizado por algum tipo de arbitrariedade, mas que aquele que vai reportar o discurso entende que, de fato, não é possível contornar o arbitrário. Ou seja, é a relação entre o discurso narrativo e o discurso reportado que é dogmática.

A mesma ideia é também apresentada pelo Círculo na forma do conceito de palavra de autoridade, que é assim explicada por Faraco<sup>19</sup>: “A palavra de autoridade, em seus variados tipos, é aquela que nos interpela, nos cobra reconhecimento e adesão incondicional. Trata-se de uma palavra que se apresenta como uma massa compacta, encapsulada, centrípeta, impermeável, resistente a bivocalizações” (FARACO, 2003, p. 81).

A segunda tendência de apreensão ativa do discurso do outro discernida por Bakhtin/Volochínov seria marcada por uma relação de “natureza exatamente oposta” à primeira, ou seja, apontará uma relação menos dogmática ou autoritária entre o Eu que narra e o Tu que provê o discurso a ser citado. Nesta tendência, “a língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 156).

Da mesma forma que na primeira tendência, há uma outra formulação correlata a essa nos textos do Círculo, a da palavra internamente persuasiva<sup>20</sup>, que seria aquela que “aparece como uma entre muitas. Transita, portanto, nas fronteiras, é centrífuga, é permeável às bivocalizações e hibridizações, abre-se continuamente para a mudança” (FARACO, 2003, p.81).

### **3.4.2 Estilo linear e estilo pictórico**

A cada uma das tendências, Bakhtin/Volochínov faz corresponder um estilo formatado pela língua: o *estilo linear* e o *estilo pictórico*.

O *estilo linear* é descrito por Bakhtin/Volochínov como tendendo especialmente à criação de “contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado, correspondendo a uma fraqueza do fator individual interno” (2006, p. 156).

O *estilo pictórico* tenderia a “atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de

<sup>19</sup> A noção de “palavra de autoridade” é apreciada por Faraco a partir do texto *O discurso no romance*, de Bakhtin. Cf. BAKHTIN, Mikhail. Discourse in the novel. In.: EMERSON, Caryl, HOLQUIST, Michael (trad.). *The dialogic imagination: four essays by M.M. Bakhtin*. Austin: University of Texas Press, 1981. p. 259-422.

<sup>20</sup> Esta noção é igualmente retirada de *O discurso no romance*, de Bakhtin, por Faraco.



outrem”, o que permite pôr em evidência os “diferentes aspectos da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 156-157). Esta possibilidade de variação do foco de atenção sobre o discurso do outro (para o conteúdo, para o sujeito do discurso, para o contexto do discurso) levaria a uma variedade de tipos do estilo pictórico. Bakhtin/Volochínov destaca dois extremos: um que sublinha a experiência do narrador, as posições axiológicas do que apreende o discurso outro para citá-lo; outro que traz o discurso do outro à posição de caminho principal do contexto narrativo, ou seja, a absorção da voz do outro como a própria voz pelo narrador.

Caracterizando as formas sintáticas relacionadas a cada um dos estilos, Bakhtin/Volochínov vai dizer que “toda a segunda orientação caracteriza-se por um desenvolvimento notável dos modelos mistos de transmissão do discurso: o discurso indireto sem sujeito aparente e, particularmente, o discurso indireto livre, que é a forma última de enfraquecimento das fronteiras do discurso citado” (2006, p. 159). Mais adiante, analisando as formas de discurso citado na língua russa, Bakhtin/Volochínov vai incluir como representativo da segunda orientação o discurso indireto analisador da expressão, que “integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão” (2006, p. 168). Apesar da demarcação da palavra do outro, essa forma de discurso citado funciona a partir do narrador (daquele que cita o discurso), porque é ele quem salienta as características do outro a seu critério, criando uma imagem valorada do outro – e que se transfere também para o que o outro diz.

Já a primeira orientação, a qual corresponde o estilo linear, seria marcada pelo uso especialmente do discurso direto, sem excluir a utilização de formas indiretas de citação que permitam a delimitação clara da origem do enunciado. Quando da problematização do discurso direto, Bakhtin/Volochínov vai mostrar que mesmo aqui há espaço para o comentário ou a réplica do autor/narrador, ou seja, mesmo nesta apreensão completa do dizer do outro vai haver também valorização. O que diferencia esta apreensão daquela segunda é quase uma noção de respeito ao dito pelo outro. Nesta orientação do estilo linear, então, o que ocorre é a demarcação nítida entre o que diz o outro e o que diz o autor/narrador. Neste sentido, Bakhtin/Volochinov vai chamar de “procedimentos mais primitivos” os artifícios materiais para esta demarcação, como o uso do itálico, de parênteses, de sinais como o ponto de exclamação, interrogação e o *sic*. Outros artifícios mais elaborados seriam o discurso direto preparado (introduzido por, por exemplo, um discurso indireto), o discurso citado antecipado, etc. (2006, p. 172-176, *passim*).

Ainda nesta primeira orientação, Bakhtin/Volochínov incluirá o discurso indireto

analisador do conteúdo. Esta forma de citação é marcada pela apreensão da “enunciação de outrem no *plano meramente temático e permanece* surda e indiferente a tudo que não tenha significação temática” (2006, p.167, grifos do autor).

A variante analisadora do conteúdo abre grandes possibilidades às tendências à réplica e ao comentário no contexto narrativo, ao mesmo tempo em que conserva uma **distância nítida e estrita** entre as palavras do narrador e as palavras atadas. Graças a isso, ela constitui um instrumento perfeito de transmissão do discurso de outrem em estilo linear (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 167, grifos do autor).

### 3.4.3 O sujeito do gênero através do discurso reportado

Embora seja momento privilegiado para se encontrar as marcas da subjetividade no enunciado, já que é forma aparente da intersubjetividade da língua, a citação não está livre das limitações impostas externamente ao indivíduo. A própria abordagem de Bakhtin/Volochínov para classificar as formas do discurso citado mostra que há um componente determinado pelas relações sociais – o da tendência apreciativa –, que por sua vez será traduzido em tipos textuais específicos – os estilos de citação e suas variantes. Novamente, se está diante da questão dos limites da subjetividade. Se, como já discutido, esses limites são também dados pelos diferentes gêneros do discurso aos quais podemos recorrer para enunciar, então é possível pensar em uma relação entre um e outro nível de circunscrição da subjetividade.

A classificação de estilos do discurso citado e sua relação com as formas de apreensão ativa dos discursos de outrem, conforme proposta por Bakhtin/Volochínov, permite uma aproximação ao caráter das relações entre sujeitos: o estilo linear corresponderia a uma relação mais autoritária, enquanto o estilo pictórico, a uma relação menos autoritária. Na análise bakhtiniana, os estilos e variantes do discurso citado não estão ligados diretamente a um gênero do discurso específico, podendo ser característicos de mais de um gênero. No entanto, a presença de cada um deles em maior ou menor profusão na produção textual realizada dentro de um gênero diz sobre as características do sujeito do gênero. Em sendo a formalização de um nível possível de relação entre os sujeitos, a presença ou ausência dessas formas indica qualidades da concepção padrão de sujeito enunciador que aqui chamamos sujeito do gênero. Assim, uma análise que se fixe sobre as formas predominantes do discurso citado em um conjunto de textos representativos de determinado gênero pode ser um caminho para traçar o perfil do sujeito desse gênero.

A linearidade ou não-linearidade das formas como se transpõe o discurso alheio para

dentro de um enunciado característico de um gênero diz que tipo de relação aquele gênero permite entre o enunciador e outros enunciados e enunciadores. Porém, a caracterização do sujeito do gênero não pode desconsiderar o fato de que todo gênero é determinado também pela existência de um interlocutor presumido. Portanto, a relação com esse interlocutor também é determinante do sujeito do gênero e buscar definir as características desta relação é igualmente importante para descrevê-lo.

Novamente, em sendo um marco visível da intersubjetividade da língua, a introdução dos discursos citados abre possibilidades de compreender a relação entre o sujeito do gênero e o destinatário pressuposto pelo gênero. A própria caracterização da relação entre o enunciador e outros discursos permitida por um gênero em termos do seu autoritarismo ou não-autoritarismo já diz algo sobre a relação entre sujeito e interlocutor. Se o enunciador permite-se comentar, qualificar, apagar fronteiras do discurso citado é porque acredita que esta é uma função esperada e permitida pelo seu interlocutor. Por outro lado, se o enunciador restringe-se à transcrição do dito pelo outro é porque crê não ter autorização do seu interlocutor para interferir valorativamente e criativamente na citação. Assim, a predominância de formas mais lineares ou menos lineares na produção textual dentro de um determinado gênero qualifica como mais autoritária ou menos autoritária a relação entre o sujeito do gênero e os enunciados/enunciadores, bem como a relação entre o interlocutor presumido e o sujeito do gênero.

É possível, entretanto, ir além na caracterização desta relação entre o sujeito do gênero e o interlocutor presumido. Ao falar sobre a função exercida pelo destinatário na definição do enunciado, Bakhtin diz que a imagem que o enunciador constrói sobre seu interlocutor determina “a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos lingüísticos” (BAKHTIN, 2000, p. 321). Pode-se, daí, considerar que os procedimentos composicionais predominantes num dado gênero também dizem sobre a relação entre o interlocutor presumido e o sujeito do gênero.

### **3.5 Sujeito jornalístico, discurso reportado e a aprendizagem do jornalismo**

Os caminhos percorridos até aqui na análise da gênese do gênero do discurso jornalismo e as reflexões sobre a existência do sujeito do gênero – bem como a possibilidade de flagrá-lo a partir da análise das formas de discurso reportado predominantes no gênero – permitem fazer uma primeira caracterização do sujeito jornalístico. Esta primeira caracterização se faz necessária para que se possa dar um segundo passo na direção de

responder à questão aqui colocada: como os jornalistas aprendem a ser jornalistas.

Como já visto, o gênero do discurso jornalismo resulta das transformações da atividade de imprensa decorrentes da evolução do capitalismo na segunda metade do século XIX, essencialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Ao longo do tempo, como aponta Schudson (apud Traquina, 2004, p.170-171), o discurso jornalístico evoluiu da taquigrafia, isto é, do registro integral das falas em questão – a fala do trono, o discurso de posse do presidente – posta, desse modo, à disposição dos leitores, para a interpretação individual de cada um deles que se constitui em um tipo textual baseado na seleção, pelo jornalista, do que é importante para o leitor e que se consolida na estrutura composicional paradigmática da pirâmide invertida.

Essa forma textual paradigmática e a decorrente autoridade concedida por ela ao jornalista para que selecione e classifique os acontecimentos importantes estão na base da identidade do campo jornalístico, seja ele tomado como campo profissional ou como campo de produção discursiva. Ao mesmo tempo e até mesmo por conta da adoção dessa estrutura hierarquizada da informação (dentre outros fatores em permanente discussão), o jornalismo tem se prestado a ser transmissor dos interesses dos grupos estabelecidos no poder. Assim, tanto no que diz respeito aos discursos que faz circular, quanto em relação à sua própria delimitação, o jornalismo é marcado pelo conservadorismo.

O reconhecimento destas características fundantes do gênero jornalismo permite concluir que o discurso jornalístico evoluiu na direção da palavra dogmática. Se o jornalismo é conservador, porta-voz dos interesses de um grupo estabelecido no poder, o discurso jornalístico obrigatoriamente enuncia dogmas. Se o jornalismo define a si mesmo pela capacidade de estabelecer o grau de importância dos acontecimentos sem renunciar à ideia de, com isso, reconstituir a verdade dos fatos, **o sujeito jornalístico – o sujeito constituído nos enunciados produzidos dentro da esfera do jornalismo e cujas características enunciativas são assumidas pelos indivíduos que adentram esta esfera e nela produzem significativamente – torna-se ele próprio dogmático.**

A primeira consequência disso é que a citação deve servir para corroborar ou ilustrar a posição assumida pelo enunciador jornalista, posto que esse deve enunciar aquilo que é importante e aquilo que é a verdade. É impensável a hipótese de se ver citada uma fala que contradiga aquilo que está sendo noticiado ou negue relevância ao que foi apresentado como tão relevante ao ponto de merecer virar notícia. Mesmo que o jornalista apresente “os dois lados”, mesmo que registre apreciações diferentes para o acontecimento que o texto coloca em evidência, as citações têm de ser coerentes com aquilo que ele seleciona como sendo “a

notícia”: precisam tratar especificamente do traço particular selecionado como sendo o mais importante a respeito do fato e, no seu conjunto, acabam tendo de levar o interlocutor a uma conclusão coerente com tal escolha (e que, de forma inevitável, será coerente com o que ele apresenta como sendo um dos lados). Assim sendo, **espera-se que, em um conjunto de textos jornalísticos, predomine a utilização das citações – ou seja, do discurso de outrem trazido para dentro do texto de forma a ser reconhecido como pertencente a outro enunciador que não o narrador – em estruturas composicionais que sirvam à confirmação daquilo que é dito pelo narrador-jornalista.**

Se o enunciador jornalístico enuncia um discurso dogmático e conservador, enuncia uma palavra de autoridade nos termos bakhtinianos – aquela que se apresenta sob uma forma fechada, pouco afeita à interação. Pode-se, portanto, partir do pressuposto de que não há ou não deve haver o uso do estilo pictórico nos textos jornalísticos, não sendo permitido ao sujeito jornalístico atenuar os contornos em volta dos discursos citados. Não se espera do narrador jornalista nem a ênfase na sua experiência, nem absorção da voz do outro pela voz do narrador, seja na citação direta, delimitada por aspas, ou na indireta, delimitada por um verbo dicendi. Forçosamente, suas formas de transmissão do discurso de outrem não podem deixar de ser impessoais, ao que corresponde o estilo linear, ou seja, aquele que estabelece contornos nítidos em volta do discurso citado e que tende à preservação da sua estrutura e conteúdo. Desta forma, **é de se esperar que, em um conjunto de textos jornalísticos predominem as variantes lineares do discurso reportado.**

### ***3.5.1 Uma hipótese: aprender o jornalismo é apreender o sujeito jornalístico***

A posição central assumida pelo texto na delimitação do campo jornalístico exige concluir que a manutenção deste campo – de seus dogmas acerca da objetividade e de seu poder autoconstituído de selecionar e hierarquizar fatos – depende da reprodução do gênero do discurso que o constitui. Assim, aprender a escrever como jornalista, ou seja, dominar o gênero do discurso jornalismo é a chave para se tornar jornalista.

Ao mesmo tempo, as reflexões acerca do sujeito do gênero feitas até aqui permitem afirmar que a aprendizagem de um determinado gênero do discurso está diretamente relacionada à apreensão e ao domínio das características específicas deste sujeito. Dentre elas – e especialmente –, as formas de apreender e articular as diversas vozes que se fazem presentes no texto e os estilos decorrentes de introdução dos discursos de outros que tomam parte dos textos/enunciados. Pode-se postular, portanto, que durante o processo de

aprendizagem de um determinado gênero ocorre uma aproximação entre o sujeito que enuncia e o sujeito do gênero. Esta aproximação é visível através dos ajustes feitos, ao longo do tempo e da produção textual, nas formas de apresentação do discurso citado no sentido de torná-las mais próximas do esperado para aquele determinado gênero.

Desta forma, em um processo de aprendizagem do gênero jornalismo espera-se que os futuros jornalistas assumam gradativamente uma postura dogmática em relação aos discursos outros que convoca para tomarem parte da sua narração. Isso significa que, ao longo desse processo, **pode se verificar na produção textual dos aprendizes uma evolução em direção à predominância das formas lineares de transmissão do discurso de outrem e da utilização das citações de acordo com a função delas esperadas – qual seja, a de corroborar uma informação em específico ou a seleção daquele evento em especial como relevante a ponto de ser considerado notícia.**

## CAPÍTULO 4

---

### Aprender a Aprendizagem do Jornalismo

#### 4.1 O entremeio teoria e prática

A formação de jornalistas no Brasil é altamente escolarizada e se dá, prioritariamente, em cursos superiores de Jornalismo. Esta é uma característica que contrasta com a realidade de outros países, especialmente naqueles onde a atividade de imprensa é mais antiga e bem estabelecida em termos comerciais e institucionais. Nesses, o processo de entronização de novatos na profissão, egressos de diversas carreiras – universitárias ou não –, se dá essencialmente por meio das redações. Porém, apesar da ênfase brasileira na formação universitária, resultado – como já exposto no Capítulo 1 – da forma como o campo profissional organizou-se historicamente no país, desde o surgimento das primeiras associações profissionais até a instituição da obrigatoriedade do diploma em curso superior específico para o exercício da profissão em 1969<sup>21</sup>, o jornalismo segue sendo um campo reconhecidamente marcado pela ideia de que “jornalismo se aprende na prática”.

Não por acaso, o debate acerca do ensino do jornalismo no país e da própria regulamentação da profissão é marcado por uma tensão permanente entre prática e teoria. Essa tensão se faz presente no histórico dos cursos de Jornalismo/Comunicação Social, marcado por uma sucessão de reformas curriculares que tentam mediar a chamada “formação humanista” e uma esperada “formação técnico-prática” necessárias à profissão – questão que se estende às demais profissões da área da comunicação. Tal tensão tem sido alimentada, de um lado, pelas demandas do mercado de comunicação e, de outro, pela evolução das reflexões acerca da Comunicação Social, levando a uma cisão, inclusive formal, do ensino das várias especialidades da área (MARQUES, 1999; MEDITSCH, 1992).

Ao estabelecerem-se, finalmente, como indústria nas décadas de 1960/1970, as empresas de comunicação exigiam e, de alguma forma, ainda exigem a especialização técnica. Ao mesmo tempo, o modelo teórico adotado para definir os cursos é o que toma a Comunicação Social como uma ciência, imposto na década de 1960 por órgãos internacionais

---

<sup>21</sup> A exigência de formação superior específica para o exercício profissional do jornalismo foi derrubada por decisão do Supremo Tribunal Federal em 17 de junho de 2009. Não há evidências de que a decisão tenha diminuído a procura pelos cursos de Comunicação Social – Jornalismo, embora relatos de fechamento de alguns cursos em instituições particulares tenham sido relacionados à decisão do STF em sites que tratam sobre o trabalho e o mercado jornalístico.

que representaram os interesses da porção capitalista do mundo da Guerra Fria e, mais tarde, retocado pelos movimentos de latino-americanização da produção intelectual. O resultado dessa equação foi uma divisão tanto curricular, como pedagógica<sup>22</sup>: a formação teórica fica associada à Comunicação, guardando-se ainda algum espaço para as disciplinas que lhe dão suporte (noções básicas das ciências sociais e humanas: Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Linguística, Psicologia, Economia, etc.); a formação prática, às habilitações ou especialidades da área (MARQUES, 1999; MEDITSCH, 1992; MEDITSCH, 2010).

Essa cisão entre prática e teoria reflete e alimenta algumas falsas, porém fortes, dicotomias, como adverte Meditsch (2010). Uma delas, a que opõe Jornalismo e Comunicação, manifesta-se com força nos debates acerca da regulamentação profissional e do reconhecimento do Jornalismo como área de conhecimento separada da Comunicação – seja para efeitos da graduação ou da pós-graduação. Ambos remetem a uma especificidade no jornalismo. No caso do debate profissional e da criação de cursos de Jornalismo desligados das demais carreiras da Comunicação Social, o específico residiria em um conjunto de técnicas necessárias à realização correta do jornalismo e que, devido tanto à complexidade dessas técnicas, quanto à responsabilidade exigida dos jornalistas por se tratar de atividade de alto interesse social, devem ser aprendidas em ambiente universitário. Já as discussões acerca da reclassificação das áreas de conhecimento relacionadas à Comunicação no sistema de pós-graduação nacional apontam para a necessidade de se reconhecer a existência ou de promover o desenvolvimento de teorias próprias ao jornalismo, cujo funcionamento não estaria contemplado pela lógica mais ampla das Teorias da Comunicação.

Outra dicotomia associada a esta cisão entre prática e teoria é a que opõe o profissional ao acadêmico:

A dicotomia *profissional x acadêmico*, tanto quanto a existente entre *Jornalismo x Comunicação*, atravessa também a história do campo (REESE, 1999). Esta afeta a todos os subcampos da Comunicação – os que têm vínculos históricos com as práticas, assim como o Jornalismo (Publicidade, RP, Radialismo, Audiovisual, etc.), e os que se originaram de disciplinas sem este vínculo (Sociologia, Semiótica, Psicologia etc.) – e tensiona as relações entre os dois grandes grupos. A tensão e a acomodação entre esses pólos – um interessado por aspectos mais concretos, outro por mais abstratos – também marca a história das entidades internacionais da área (NORDENSTRENG, 2008).

---

<sup>22</sup> Note-se que esta divisão era oficial até a substituição dos Currículos Mínimos pelos atuais Parâmetros Curriculares. O conjunto de disciplinas de fundamentação teórica e o de formação técnico-profissional receberam, ao longo dos diversos currículos oficiais, nomes diversos e pesos diferenciados. E ainda que essa divisão não seja mais obrigatória e haja liberdade, inclusive, para a criação, pelas instituições de ensino superior, de cursos específicos na área da Comunicação, ela permanece como principal referência de organização curricular dos cursos.



A dicotomia *profissional x acadêmico* recoloca os problemas enfatizados na anterior dicotomia *prática x teoria*, em que se cristaliza uma divisão do trabalho entre especialistas de uma e outra atividade (MEDITSCH, 2010, p. 104, grifos do autor)

Esta divisão cristalizada entre quem faz e quem teoriza/ensina coloca no centro da discussão a pergunta: se apenas quem faz sabe fazer, apenas se pode aprender fazendo? Mas, se é assim, o que acontece dentro de uma escola de jornalismo? O que ela ensina, se o que é possível fazer dentro dela não é jornalismo, já que o jornalismo é, afinal, aquilo que se faz em ou tendo como referência estruturas industriais e capitalistas de comunicação – ou seja, o que se faz nas paradigmáticas redações? E mesmo para os que aprendem fora da escola, o que há para ser aprendido? O que é preciso aprender para se tornar jornalista?

Recoloca-se, portanto, a questão: como se aprende a ser jornalista?

Como já exposto no capítulo anterior, os jornalistas reivindicam sua posição de jornalistas sustentando que detém um conhecimento específico e único para determinar o que é ou não relevante entre os acontecimentos do mundo e o que é ou não relevante contar sobre esses acontecimentos. No jargão, o “faro jornalístico”.

Assim, o que se espera do jornalista é que tenha a capacidade de, como diz Meditsch, responder à necessidade moderna de “cumprir um papel semelhante ao papel que cumpre a percepção individual da singularidade” (1992, p. 30) em um mundo onde essa percepção já não é possível sobre todas as coisas que interessam. A singularidade dos fatos, porém, reside nos próprios fatos e, na perspectiva dialética trazida junto com a abordagem do jornalismo como gênero do discurso, na situação específica em que se encontra aquele que se põe a contar os fatos<sup>23</sup>. Portanto, parece evidente que a escola não pode ensinar o “faro jornalístico”, porque esse está determinado por situações concretas que não pertencem à escola, mas ao lugar onde acontecem os fatos – a rua, o bairro, a cidade, o país, o mundo – e às estruturas onde estes são processados – o jornal, a rádio, a emissora de TV, o blog, o twitter.

Por outro lado, é também evidente que a escola ensina algo acerca do fazer jornalismo. Se ela não pode concretamente ensinar o que deve ser notícia<sup>24</sup>, já que isso está determinado por fatores que não lhe competem, ela ensina **como se deve contar uma notícia**. O que cabe, portanto, à escola é **ensinar a escrever como jornalista** e, mais especificamente e de acordo

<sup>23</sup> Uma reflexão possível a partir desta constatação é de que a pergunta fundamental às Teorias do Jornalismo – o que é notícia? – não levará a uma resposta que dê conta da totalidade dos critérios jornalísticos, mas sim respostas que ajudem a determinar aquilo que condiciona o que é notícia.

<sup>24</sup> Pode, no entanto, ensinar a refletir sobre as condições que impõem o que é ou não notícia, dando a conhecer e oferecendo a possibilidade de avaliação crítica das estruturas econômicas, políticas, culturais e linguísticas que determinam o fazer jornalístico.

com as contribuições do pensamento bakhtiniano sobre o sujeito e os gêneros do discurso, **ensinar a dominar as atribuições do sujeito jornalístico.**

#### 4.2 Um lugar para se pesquisar: o entremeio

As dicotomias características do campo do jornalismo alimentam todo tipo de crítica acerca da insuficiência dos cursos de Comunicação/Jornalismo. Ora eles não ensinam a pensar sobre – ou seja, teorizar – o objeto de estudo jornalismo, ora não são capazes de formar tecnicamente bons profissionais. Esta aparentemente infundável disputa concretiza-se em um arranjo institucional do ensino de jornalismo que, como já dito, está baseado sobre a oferta de cursos de graduação. Muito recentemente, na esteira da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a regulamentação da profissão e de novo debate aberto pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a organização institucional e os currículos dos cursos de Jornalismo, surgem propostas de criação de cursos de pós-graduação profissionalizantes. Outro traço marcante deste arranjo é a atuação direta de empresas de comunicação na formação de seus profissionais. Este fato oferece um interessante espaço para uma análise das formas de ensinar – e aprender – o jornalismo.

A insuficiência dos cursos na formação “prática” justificou a criação, por parte das grandes empresas de comunicação do país, de cursos de formação complementar ou programas de treinamento e, mais recentemente, a invasão dos grandes grupos de comunicação às estruturas universitárias<sup>25</sup>. Os programas ou cursos de formação constituem-se em um interessante entremeio ao processo escolarizado de ensino do jornalismo e a aprendizagem em um espaço profissionalizado. Essas características de entremeio tornam a produção textual realizada dentro desses cursos um material interessante para uma análise exploratória do processo de formação de jornalistas que busca:

- i. caracterizar o que aqui foi definido como sujeito jornalístico, a partir da

---

<sup>25</sup> A Editora Abril, a TV Globo e o jornal *Folha de S. Paulo* mantém, por exemplo, parceria com a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), para a oferta de disciplinas do currículo de graduação em Jornalismo. Cf. [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2753](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2753). As Organizações Globo mantêm, inclusive, uma estrutura própria para o relacionamento com as instituições de ensino e de pesquisa – o Globo Universidade. O programa da empresa tanto oferece apoio a pesquisadores, como realiza programas de formação para estudantes de jornalismo e seminários próprios, além de apoiar eventos acadêmicos. Cf. <http://globouniversidade.globo.com/>. O Grupo Abril anunciou, em 2010, a criação de um curso de pós-graduação em Jornalismo em parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). O presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, em pessoa, realizou a doação dos recursos para a criação do curso. Cf. <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,civita-enfrenta-maratona-juridica-para-criar-curso-de-pos-em-jornalismo,647382.0.htm>.

identificação de padrões estilísticos mais ou menos estáveis nas formas de introdução do discurso citado (estilo linear e estilo pictórico), a correlação desses padrões com tendências de apreensão do discurso de outrem (mais autoritária ou menos autoritária) e as funções discursivas delegadas ao discurso citado, considerando sua ocorrência dentro da estrutura composicional dos textos;

ii. descrever como se dá o processo de apreensão das características deste sujeito jornalístico por aprendizes do jornalismo, identificando o grau de adesão aos padrões mais ou menos estáveis de introdução do discurso citado e os desvios deste padrão, bem como a adesão a e os desvios na operação das funções discursivas do discurso citado dentro do gênero jornalismo, além das regularizações externas realizadas sobre estes textos por jornalistas/professores.

São duas as razões pelas quais a produção textual realizada dentro destes cursos permite essa dupla abordagem analítica.

Um conjunto de textos realizados nessas condições são uma fotografia de um instante interessante da formação dos jornalistas: o de “quase” profissionais. De maneira geral, os alunos já passaram por quatro anos de universidade<sup>26</sup>, em um curso no qual, pretensamente, aprenderam algo sobre o jornalismo. Sendo assim, seus textos devem reproduzir algumas características esperadas do gênero, sendo possível buscar neles as regularidades que identifiquem o sujeito desse gênero. Igualmente, por se tratarem de textos de aprendizes, pode-se esperar que apresentem irregularidades na conformação desse sujeito, permitindo visualizar como se dá o processo de apreensão do sujeito jornalístico.

O fato dessa produção textual ser realizada também em contato com estruturas profissionais faz com que elas passem por algum tipo de processamento mais ou menos semelhante, dependendo do formato dos cursos, ao que matérias publicadas pelos veículos passariam. Assim, é esperado que tais textos passem por regularizações externas (de um editor, tutor, instrutor ou professor, por exemplo), feitas no sentido de aproximá-los ainda mais do tipo esperado de texto. A análise dessas regularizações realizadas auxilia na caracterização do sujeito jornalístico uma vez que permite descrever os limites entre o que é aceitável e o que é inaceitável, o que é permitido e não é permitido ao narrador na produção textual dentro do gênero jornalismo.

---

<sup>26</sup> A ampla maioria dos cursos deste tipo são exclusivos para formandos ou recém-formados nos cursos superiores de Jornalismo. Talvez a única exceção em relação à exigência da passagem pelos cursos superiores de Jornalismo seja o programa Folha Treinamento, mantido pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O programa não faz exigências em relação à formação universitária, mas afirma que “o curso costuma ser mais bem aproveitado por candidatos com boa formação escolar e/ou pessoal, mas que precisam de experiência em técnicas jornalísticas”. Cf. [http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/quem\\_deve\\_fazer.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/quem_deve_fazer.shtml).

#### 4.2.1 Exemplo de entremeio: o Curso Estado

Uma das experiências mais antigas e bem estabelecidas de formação profissionalizante ofertada por empresas de comunicação é o Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado do Grupo Estado, que, dentre outros veículos, controla o jornal *O Estado de S. Paulo*. Criado em 1990, o curso é reconhecido como Extensão Universitária em Jornalismo pela Faculdade de Comunicações da Universidade de Navarra (Espanha)<sup>27</sup>. Não apenas por essa relação institucional com o ensino escolar do jornalismo, mas igualmente por sua estrutura e funcionamento, o Curso Estado<sup>28</sup> se faz exemplo propício deste entremeio escola-redação, que permite explorar o processo de formação de jornalistas através da apreensão das características do sujeito jornalístico.

Na apresentação do curso no site do Grupo Estado, o texto institucional menciona a ligação entre a iniciativa e “a grande preocupação [do Grupo] com o aperfeiçoamento de seu corpo redacional”. Completa a descrição a informação de que o curso “tem permitido a dezenas de jovens profissionais aprimorar sua formação, de forma a capacitá-los ao exercício do jornalismo segundo os preceitos éticos de responsabilidade e eficiência, que fazem parte da própria trajetória das empresas que o mantém”.

O manifesto intuito de formar profissionais para os seus próprios quadros e o fato de que seu programa seja descrito como “voltado prioritariamente para os aspectos práticos da profissão” levaria à conclusão de que se trata de um curso profissionalizante. Considerando a dicotomia prática x teoria que caracteriza o campo jornalístico, seria de se esperar que o curso estivesse pedagogicamente apoiado sobre as estruturas profissionais dos veículos do Grupo Estado. Não é exatamente este o caso.

Ao longo dos três meses de atividades, os 30 formandos ou recém-formados que anualmente participam do programa assistem aulas de Filosofia, Economia, Política e Ética, além de palestras com profissionais do Grupo Estado e convidados. Os alunos acompanham, em turnos específicos, o trabalho da redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, porém não é esperado que realizem reportagens e há restrições à publicação de material produzido por eles. Até 1999, inclusive, os “focas” – apelido dos participantes do curso, que faz menção ao jargão jornalístico para novatos – não publicavam texto algum. Desde então, o curso é encerrado com a publicação de um caderno especial, com reportagens realizadas pelos alunos e edição de profissionais da redação de *O Estado de S. Paulo*.

---

<sup>27</sup> Segundo informações do site do Curso Estado de Jornalismo Aplicado. Cf. <http://www.estadao.com.br/talentos/talentos2011/curso.htm>.

<sup>28</sup> É o nome informal pelo qual o curso é conhecido dentro e fora do Grupo Estado.

A produção textual dos alunos ao longo do curso é feita majoritariamente, então, em sala de aula<sup>29</sup> e não na redação. No entanto, a base das tarefas apresentadas aos alunos é a realização de matérias pautadas pelos coordenadores e instrutores do curso, inclusive com saídas a campo. Além disso, os critérios para avaliação dos textos aproximam-se dos critérios de edição de matérias empregados na redação, uma vez que o jornalista-instrutor do curso é justamente um profissional destacado da redação para esta finalidade.

Note-se, ainda, que apesar de ser apresentado como uma iniciativa do Grupo Estado – que controla dois jornais (*O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*), uma agência de notícias (Agência Estado), emissoras de rádio (Eldorado Brasil 3000, Estadão/ESPN), um portal de notícias na internet (Estadão.com), além de empresas na área de classificados e listas telefônicas –, a referência para seu curso de formação é o jornalismo impresso. Obviamente, a escolha institucional reflete o peso da tradição de *O Estado de S. Paulo* e desse ser o veículo que sustenta a credibilidade do grupo. Porém, é também interessante notar que essa ênfase ratifica a ideia de que é o jornal impresso, ainda hoje, a referência para a formação de jornalistas.

A estrutura e a proposta pedagógica do curso “escolarizam” os processos de produção de notícias do próprio jornal. Assim, porque tomada de critérios diretamente ligados a uma tradição específica do jornalismo – a do *Estadão* – no que diz respeito ao formato e aos critérios de noticiabilidade, porém sem, de fato, serem textos produzidos para o veículo, a produção textual realizada pelos “focas” é exemplar do entremeio escola-redação.

A escolarização dessa produção textual é, também, bastante conveniente à composição de um *corpus* para a análise aqui proposta. Uma vez que esses textos não são submetidos a nenhum tipo de processamento de, ou semelhante à, edição pela qual passariam, necessariamente, caso fossem produzidos em ambiente profissional, há um registro dos textos na sua forma bruta, tal e qual produzidos pelos alunos-jornalistas. Dessa forma, ficam preservadas as regularidades e irregularidades esperadas nesta etapa de aprendizagem no que diz respeito à conformação do sujeito jornalístico. Ao mesmo tempo, é possível identificar as regularizações realizadas por meio das correções do jornalista-instrutor, registradas como comentários ou apontamentos dentro dos textos.

---

<sup>29</sup> O Grupo Estado mantém uma estrutura específica para o curso, com uma sala de aula equipada com computadores para os 30 alunos e todos os recursos necessários para aulas expositivas. Esta estrutura é separada das redações dos veículos, funcionando inclusive em prédio anexo àquele onde estão instaladas as redações dos jornais e das rádios do grupo.

### 4.3 O *corpus*: textos de focas

O *corpus* utilizado na análise é constituído de textos realizados por cinco participantes da turma de 1999 do Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado do Grupo Estado, a décima realizada até então.

O primeiro critério para a composição do *corpus* foi a **disponibilidade**. Para reunir este conjunto de textos, não foi possível contar com o apoio institucional do curso. Consultada sobre a possibilidade de ceder textos de “focas” à pesquisa, a coordenação afirmou que precisaria da autorização dos alunos, além de acreditar que não fosse possível uma autorização da direção do Grupo Estado para abrir o banco de dados a terceiros. A solução encontrada foi convidar diretamente um grupo de ex-alunos para participarem da pesquisa. Os cinco ex-alunos que aceitaram o convite solicitaram os arquivos referentes à sua produção à coordenação e cederam os textos para a análise.

O segundo critério fundamental para a composição do *corpus* foi a **familiaridade** com as condições de produção desses textos. O fato de ter sido aluna da mesma edição torna possível descrever a natureza das tarefas propostas a partir das quais os textos foram produzidos, garantindo assim que guardam suas características de entremeio. Essa proximidade também permitiu garantir que os textos reunidos estivessem, de fato, de acordo com os originais, ou seja, sem intervenções externas que modificassem a redação de cada aluno, nem o registro das correções realizadas pela então instrutora do curso. Por fim, a familiaridade permitiu identificar precisamente a ordem cronológica dos textos, questão fundamental para se descrever a evolução da apreensão das características textuais que identificam o sujeito jornalístico.

O terceiro critério foi a **homogeneidade**. Considerando que a análise fixa-se sobre aspectos formais (composição e escolha de recursos linguísticos) e busca apontar regularidades nessas formas, era interessante que os textos pudessem ser minimamente comparáveis em formato e estilo. Ou seja, era importante que fossem produzidos com finalidades semelhantes. Por outro lado, o fato da análise em questão não tratar de conteúdo (no sentido de não ser uma busca por sentidos construídos pelos textos) eximiu a necessidade de os textos tratarem do mesmo objeto e, ainda, torna irrelevante o fato de a produção ser antiga e datada. Ao contrário, o distanciamento em relação ao conteúdo faz com que a análise possa se ater mais estritamente aos aspectos composicionais e linguísticos. Porém – e ressaltando a importância do critério familiaridade –, o conhecimento das situações retratadas nos textos permite que nuances relacionadas à temática dos textos não escapem à análise.

### **4.3.1 Composição do corpus**

Os cinco focas que concordaram em ceder os textos para a pesquisa são egressos de quatro instituições de ensino superior diferentes – três do estado de São Paulo e uma de Goiás. Essa composição ocasional, uma vez que a adesão à pesquisa foi voluntária, faz do grupo de participantes uma amostra razoavelmente fidedigna do grupo de focas de 1999. Naquele ano, dos 30 selecionados, 17 eram formandos ou recém-formados em instituições de ensino paulistas e 13, de outros estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul). Ao mesmo tempo, a origem e a formação variada permitem vasculhar na amostra justamente se há um ponto de partida comum entre eles em termos de composição do sujeito jornalístico – ou seja, qual o efeito do curso de Jornalismo sobre a formação dos jornalistas – e como se dá o processo de padronização dos textos e dos sujeitos neste ambiente de entremeio do Curso Estado<sup>30</sup>.

No total, foram cedidos 47 textos resultantes de 11 tarefas solicitadas pela jornalista-instrutora ao longo dos três meses do curso. Destes, 42 foram selecionados para a análise. O descarte de cinco dos textos deve-se ao fato de que esse subconjunto é formado pelos textos resultantes de uma tarefa proposta pelos coordenadores do curso – a entrevista com um cientista que teria inserido DNA de limão em vacas, resultando em leite com mais vitamina C – que acabou sendo descartada como “pauta jornalística” assim que os focas descobriram que o “cientista” era, na verdade, um repórter do jornal. Com isso, a tarefa transformou-se em registrar comentários pessoais sobre o ocorrido.

Apesar de a produtividade contar como critério de avaliação do curso, nem todos os focas realizaram todas as tarefas apresentadas. Dos cinco voluntários, apenas dois realizaram os 11 textos.

### **4.3.2 Características do corpus**

#### **a) Características gerais das tarefas apresentadas:**

As tarefas eram apresentadas aos alunos como sendo pautas a serem apuradas e redigidas para o jornal *O Estado de S. Paulo*. No entanto, há diferenças razoáveis entre as tarefas realizadas pelos focas e as pautas que, de fato, chegam aos repórteres do jornal e são realizadas por eles.

---

<sup>30</sup> A título de curiosidade, quatro dos cinco focas foram contratados como repórteres do jornal *O Estado de S. Paulo* nos meses subsequentes à formatura no curso. Apenas um deles nunca trabalhou para o Grupo. Esse foi selecionado e realizou o Curso Abril de Jornalismo naquele mesmo ano e, em seguida, foi contratado pela Editora Abril.

Em primeiro lugar, em muitos casos, a tarefa consistia apenas na indicação de um local na cidade de São Paulo de onde se deveria trazer uma matéria acerca de tal tema. As pautas que chegam até os repórteres são resultado de uma pré-apuração do pauteiro – jornalista responsável por, logo no início da manhã, determinar os temas das matérias do dia e a distribuição dessas pela equipe – e passam pela aprovação de pelo menos uma reunião de pauta entre os editores do jornal. O que chega, então, ao repórter não é um tema (lotações clandestinas), mas um resumo do que se espera da pauta (por exemplo, saber a opinião dos perueiros sobre a legalização prometida pela Prefeitura). Essa pauta elaborada em forma de resumo foi apresentada aos alunos em apenas duas ocasiões, justamente aquelas em que eram os próprios alunos que deveriam sugerir o tema das matérias.

Em segundo lugar, há a questão do tempo de produção das matérias. Esse prazo variou de 30 minutos após o término de uma entrevista coletiva até uma semana para a apuração de uma reportagem especial. Nos dois casos, os prazos são bastante verossímeis com aqueles com os quais, eventualmente, os repórteres trabalham dentro das redações. Boa parte das matérias, entretanto, foi realizada com prazos mais extensos do que aqueles em que uma reportagem semelhante seria realizada dentro de uma redação profissionalizada.

Em terceiro lugar, há a questão das condições imediatas de produção: não era permitido aos alunos utilizarem a infraestrutura do grupo para realizar as pautas. A locomoção na cidade era responsabilidade dos próprios alunos, quando os repórteres do jornal contam com veículos da empresa para este fim. Nem mesmo o telefone poderia ser usado, salvo algumas exceções. A única infraestrutura disponível era computadores com acesso à internet, o que, há uma década, era uma ferramenta de apuração bastante limitada.

Por fim, de início, não havia indicações sobre o formato final do texto: seu tamanho, se ele deveria ser “retrancado” (jargão para a divisão da matéria em vários textos com títulos diferentes), se essa seria uma matéria com ou sem destaque na edição. Este tipo de informação é sempre repassada ao repórter e, embora tamanho e destaque possam mudar ao longo do dia e por conta da edição e diagramação final (considerando que há mudanças na disposição de anúncios e no próprio desenrolar das notícias até a hora do fechamento), são guias importantes para o trabalho do redator. A única indicação em relação à formatação dos textos era que deveriam seguir estritamente as orientações do Manual de Redação e Estilo de *O Estado de S. Paulo*. Os alunos não deveriam colocar títulos nos seus textos, mas poderiam usar artifícios como entretítulos ou, em alguns casos, a indicação de sub-retrancas ou quadros. A pedido dos alunos, a jornalista-instrutora passou a definir um número aproximado de linhas para os textos.



As tarefas eram, portanto, apresentadas e realizadas “como se fossem” pautas, ou seja, como simulações aproximadas do trabalho do repórter no dia a dia do jornal. Esses dados reforçam o traço escolarizado do Curso Estado.

**b) Tarefas apresentadas:**

Em ordem cronológica, foram realizadas as seguintes tarefas/pautas:

- 1) Perueiros clandestinos: a instrutora sorteou entre os alunos alguns pontos de referência na cidade (estações de metrô, terminais de ônibus, praças ou grandes avenidas) informando que cada foga deveria visitar esses lugares e redigir um texto sobre lotações clandestinas. A tarefa foi apresentada numa sexta-feira ao meio-dia e o texto deveria ser entregue até as 9h da segunda-feira seguinte.
- 2) 7 de Setembro: a orientação para essa tarefa foi “cobrir o 7 de Setembro onde você estiver”. O texto deveria ser entregue até 9h do dia seguinte ao feriado.
- 3) Entrevista coletiva com José Genoíno: a coordenação do Curso Estado convidou algumas personalidades que frequentavam o noticiário na época para que participassem de entrevistas coletivas com os alunos. O primeiro convidado foi o então líder do PT na Câmara dos Deputados, José Genoíno. Não havia indicação prévia sobre qual seria ou deveria ser o tema da entrevista. O texto deveria ser entregue até 30 minutos após a entrevista.
- 4) Religiões: usando novamente do expediente do sorteio, foi indicada para cada aluno uma igreja ou seita a ser visitada e sobre a qual deveria se escrever uma matéria. Desta vez, o sorteio foi feito distribuindo entre os alunos as denominações religiosas constantes em uma lista telefônica. Novamente, a tarefa foi apresentada numa sexta-feira e deveria ser entregue até as 9h da segunda-feira seguinte.
- 5) Sugestão de pauta: ao final de um dia de aulas, a instrutora solicitou que cada foga apresentasse “uma sugestão de pauta”. Os temas sugeridos foram anotados no quadro pela instrutora que, ao final da rodada de sugestões, solicitou a cada aluno que indicasse um colega para realizar a sua sugestão de pauta. Após o término da apresentação da tarefa, informalmente, os alunos poderiam discutir entre si as pautas. O prazo para entrega dos textos foi de três dias.
- 6) Entrevista coletiva com John Otrebor: a coordenação apresentou aos alunos o “professor de Biotecnologia da Universidade de São Paulo, John Otrebor”, que iria falar sobre descobertas recentes nessa área. Ao longo da entrevista, e com o auxílio de sites de busca, os alunos descobriram que se tratava de uma farsa. Assim mesmo, foi

solicitado um texto “sobre a entrevista”. Os alunos optaram por escrever comentários pessoais ou simplesmente informar que a coletiva era uma farsa e que, portanto, não havia notícia a ser contada. Esses textos foram descartados da amostra.

- 7) Entrevista coletiva com Romeu Tuma: o segundo convidado para conceder uma entrevista coletiva aos alunos foi o então senador Romeu Tuma. O padrão da tarefa repetiu a já realizada com a visita do deputado José Genoíno, ou seja, nenhuma indicação sobre o tema da entrevista e 30 minutos de prazo para a entrega do texto.
  - 8) Reportagem especial: foi solicitado aos alunos que apresentassem uma sugestão de “pauta de domingo”. As edições de domingo dos jornais diários abrem espaço para matérias de mais fôlego ou reportagens especiais nas editorias de *hard news*, ao mesmo tempo em que também há espaço maior para textos de *fait divers*. Essa diferença vinha sendo abordada nas conversas com jornalistas profissionais convidados para palestras aos alunos, porém não havia uma indicação precisa do que seria uma “pauta de domingo”. Como na tarefa “Sugestão de pauta”, era possível sugerir pautas para qualquer editoria do jornal e os temas foram apresentados pelos alunos oralmente para o conjunto da classe. Porém, desta vez, estava claro que a pauta seria realizada pelo aluno que a apresentasse. O prazo foi de uma semana.
  - 9) Entrevista coletiva com Mário Prata: o escritor Mário Prata, autor do *best-seller* do momento – *Minhas Mulheres e Meus Homens* – e cronista de *O Estado de S. Paulo*, foi o terceiro convidado a visitar o Curso Estado e conceder uma coletiva aos alunos. Por ser colaborador do jornal e ex-jornalista, a visita de Prata misturou o caráter de palestra (como as que vinham sendo realizadas por outros profissionais de imprensa) e entrevista. Ao contrário do que ocorreu com os convidados políticos, não estava claro de antemão que a conversa deveria se transformar em um texto. Esse, no entanto, foi solicitado para estar pronto no dia seguinte.
  - 10) Entrevista coletiva com Abifarma: nesta tarefa, os alunos visitaram a sede da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma). O presidente da associação, José Eduardo Bandeira de Mello, realizou uma apresentação sobre a indústria farmacêutica no país e concedeu uma entrevista coletiva aos focas. O texto deveria ser entregue ao longo do dia seguinte à visita.
  - 11) Atrações turísticas na Avenida Paulista: foi solicitado aos alunos que apresentassem um texto sobre atrações turísticas na região da Avenida Paulista. O prazo para realização da reportagem e entrega do texto foi de três dias.
- Além dessas tarefas, os alunos dedicaram pelo menos duas semanas à apuração e

redação de textos para o primeiro Suplemento Focas, um caderno especial encartado no jornal *O Estado de S. Paulo* que reúne reportagens realizadas pelos alunos do Curso Estado sobre um tema determinado pela coordenação do curso. A realização desse primeiro caderno foi dirigida pela instrutora, com o auxílio de outra “fechadora”<sup>31</sup> do jornal.

A produção do suplemento seguiu uma rotina mais semelhante à da redação do jornal. Houve uma pauta pré-determinada pela coordenação, que a discutiu em uma reunião com o conjunto dos repórteres/alunos. Após a definição da pauta, os focas foram divididos em grupos para realizar a apuração e redação de cada uma das pautas. Cada aluno escreveu seu – ou seus textos –, porém a edição final coube à instrutora e à fechadora. Assim, os textos foram mesclados e bastante modificados ao longo da produção do suplemento. Os originais desses textos não foram guardados pela coordenação do curso.

### c) Sobre as correções

Como já dito, a função de instrutor ou instrutora do Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado cabe a um jornalista “da casa” escolhido pela coordenação do curso e a direção do Grupo Estado. No ano de 1999, a jornalista designada como instrutora era a primeira mulher a se tornar editorialista do Estadão, tendo sido anteriormente repórter, subeditora e editora do jornal. Toda sua carreira profissional havia sido realizada dentro do jornal *O Estado de S. Paulo*.

À instrutora cabia a apresentação das tarefas e a correção dos textos. Não está claro se a definição sobre as características das tarefas cabiam exclusivamente à instrutora ou se essas eram definidas em conjunto pela coordenação do curso e professores, incluindo a instrutora.

Os critérios usados na correção não eram apresentados aos alunos, com exceção de um: a adequação dos textos entregues às normas de padronização contidas no Manual de Redação e Estilo de *O Estado de S. Paulo*. Nos primeiros textos, os “erros de manual” foram apresentados com a ressalva de que, dali em diante, três erros de padronização ou gramaticais significariam que a instrutora deixaria de corrigir o restante do texto.

Essa regra teve impacto importante sobre o trabalho dos alunos, posto que boa parte da avaliação de desempenho dos focas provinha da correção dos textos e desta avaliação

---

<sup>31</sup> O termo “fechador (a)” é utilizado dentro das redações em São Paulo para os jornalistas que exercem a função de revisar e editar os textos dos repórteres – cortar, ajustar, colocar títulos e subtítulos, mesclar os textos de diferentes colaboradores (no caso de coberturas realizadas em mais de um local). A função se assemelha ao do antigo copidesque, além de absorver tarefas que pertenciam aos revisores. Em algumas redações, esses profissionais são chamados “editores (as)”, porém, no Grupo Estado, essa denominação é resguardada ao profissional que detém o poder de determinar o que e como será publicado pela editoria em cada edição. Em geral, esses profissionais são repórteres que passaram à condição de fechadores, sendo a mudança um tipo de promoção do ponto de vista formal, porém sem ser considerada, necessariamente, um aumento de *status*.

dependiam as chances futuras de contratação dos focas pelo Grupo Estado. Embora não fosse uma política explícita, sabia-se – até mesmo por comentários de jornalistas formados em turmas anteriores – que a coordenação do curso mantinha uma espécie de *ranking* dos focas e que as indicações a eventuais vagas de trabalho nos veículos do grupo eram realizadas de acordo com este *ranking*.

Parte do tempo do curso reservada às aulas era utilizada pela instrutora para apresentar à turma a correção dos textos por ela realizada. Os textos, com as anotações da professora em vermelho, eram projetados em sala de aula e comentados. Os arquivos enviados aos focas que solicitaram os textos produzidos durante o curso eram as versões salvas pela instrutora, contendo, portanto, todas as correções por ela anotadas.

#### **4.4 Regularidades, irregularidades e regularizações de citações nos textos dos focas**

A análise exploratória que se realiza sobre este *corpus* presta-se, como já dito, a uma dupla tarefa: caracterizar o sujeito jornalístico e contribuir para a compreensão de como ele é aprendido através da descrição dos usos regulares e irregulares do discurso citado, bem como das regularizações realizadas sobre esses usos por um jornalista e/ou professor. A descrição e análise de cada um destes elementos – regularidades, irregularidades e regularizações no uso de citações presentes no *corpus* – são realizadas com o intuito específico de:

i. Demonstrar o grau de dependência do sujeito jornalístico em relação à citação dos discursos de outrem através da ocorrência do discurso citado nos textos analisados.

ii. Avaliar a relação entre o sujeito jornalístico e os enunciados de outrem que são convocados a tomar parte dos textos jornalísticos. Essa avaliação considera as propostas de classificação de Bakhtin/Volochínov (2006) sobre os estilos e variantes estilísticas do discurso citado – estilo linear e estilo pictórico – e a sua relação com as tendências de *recepção ativa dos discursos de outrem* – mais dogmática ou menos dogmática.

iii. Identificar funções discursivas cumpridas pelas citações dentro da narrativa dos textos jornalísticos, estabelecendo a relação significativa entre as estruturas composicionais mais comuns onde as citações se fazem presentes e o sujeito jornalístico.

iv. Apontar irregularidades na utilização das citações pelos aprendizes de jornalismo, tanto no que diz respeito à escolha de formas pouco frequentes de introdução do discurso de outrem, quanto dificuldades de lidar com as estruturas sintáticas e gramaticais das formas mais frequentes, de forma a indicar possíveis momentos-chave de intervenção no processo de ensino-aprendizagem do gênero jornalismo.

iv. Descrever o sujeito jornalístico idealizado a partir das correções realizadas sobre os textos de aprendizes, especificamente no que diz respeito ao uso e manipulação de citações.

#### ***4.4.1 Ocorrência do discurso citado***

O grau de dependência do sujeito jornalístico em relação aos discursos de outrem, ou seja, o quanto o jornalista precisa recorrer à voz do outro para constituir-se como autor/narrador da notícia, é indicado pela frequência das citações nos textos. O cálculo de frequência considerou o número de linhas ocupadas, total ou parcialmente, por discurso citado em proporção ao total de linhas produzidas pelos alunos-jornalistas.

A análise fixou-se sobre sequências onde é possível identificar a citação do discurso de terceiros através da presença de:

- a) aspas;
- b) verbos dicendi;
- c) conjunções conformativas (por exemplo, “segundo”, “conforme”, “de acordo com”, “para ele/ela”, “na opinião de”, etc.);
- d) construções em que o contexto indique a elipse do verbo dicendi.

A partir da identificação desses marcadores, tomou-se como referência para a contagem das linhas o período completo onde ocorre a citação, ou seja, da maiúscula ao ponto final. Incluiu-se, portanto, os elementos introdutórios ao discurso citado, como, por exemplo, as orações que antecedem ou sucedem o discurso direto. Por outro lado, desconsiderou-se nessa contagem, trechos que, eventualmente, servem como introdução do discurso, mas não se encontram incluídos no mesmo período, seja por escolha estilística, seja por falhas de controle da sintaxe da frase.

#### ***4.4.2 Regularidades tipológicas e estilísticas***

Em sua proposta para uma aproximação ao problema do discurso citado, Bakhtin/Volochínov (2006) deixa clara a relação entre esquemas de citação – direto, indireto e indireto livre – e suas variantes, estilos do discurso citado e tendências de apreensão ativa da palavra de outrem. Essa relação, já abordada no capítulo anterior, é a referência para a análise aqui realizada e pode ser resumida no seguinte quadro:

Discurso direto			
Discurso indireto	Variante analisadora de conteúdo	Estilo linear	Apreensão dogmática
	Variante analisadora de expressão	Estilo pictórico	Apreensão individualista
Discurso indireto livre			

**Quadro – Esquemas de Citação**

Assim, uma avaliação acerca da relação entre o sujeito jornalístico e os enunciadores que convoca para compor suas enunciações deve partir da identificação das regularidades no uso do discurso citado em relação ao seu tipo – direto, indireto e indireto livre – e sua correspondente classificação estilística.

Para medir a frequência dos tipos de discurso citado nos textos, cada sequência anteriormente identificada como discurso citado foi classificada considerando a tipificação básica dos esquemas de introdução do discurso de outrem: direto, indireto e indireto livre. A frequência de cada um deles foi medida considerando, novamente, a proporção entre o número de linhas ocupadas total ou parcialmente pelos períodos completos onde as citações se fazem presente e o número de linhas totais dos textos em análise.

A frequência dos estilos de citação – linear ou pictórico – é também medida através da proporção entre o número de linhas ocupadas total ou parcialmente pelos períodos completos onde as citações se fazem presente e o número de linhas totais dos textos em análise.

Para se chegar a esta proporção, cada uma das sequências identificadas como discurso citado foi classificada por estilo, considerando as premissas básicas apontadas por Bakthin/Volochínov: a de que o estilo linear cria “contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado” e a de que o estilo pictórico se caracteriza por “atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem” (2006, p. 156-157), infiltrando ora os comentários acerca do personagem ou do que é dito por ele – como em algumas variantes do discurso indireto –, ora trazendo o discurso de outrem para dentro do próprio contexto narrativo – o discurso indireto livre.

A classificação dos estilos parte, portanto, da classificação anterior por tipos de esquemas introdutórios da citação. As sequências em discurso direto foram consideradas lineares, enquanto as sequências em discurso indireto livre, pictóricas. As sequências em discurso indireto foram avaliadas pelos elementos textuais que acompanham os trechos

reconhecidamente “de outrem”, avaliando-se o caráter da intervenção do narrador sobre o discurso que cita. Em algumas sequências, essa avaliação dependeu da análise também do contexto textual imediato à citação.

#### ***4.4.3 Regularidades composicionais e funções discursivas***

Bakhtin (2000) inclui entre os elementos dos enunciados determinados pelos gêneros do discurso o conteúdo temático, o estilo verbal e a construção composicional. A escolha do gênero, dos recursos linguísticos e dos procedimentos composicionais são, ainda segundo o autor, determinados pela imagem projetada do leitor e, por conseguinte, da relação que o sujeito que enuncia pretende construir com este leitor. Essa relação, embora se concretize individualmente em cada enunciado, é igualmente determinada pelos limites estabelecidos pelo gênero do discurso e, portanto, também caracteriza o sujeito do gênero.

Assim sendo, a identificação de usos composicionais do discurso citado recorrentes em textos jornalísticos, ou seja, onde e como as citações surgem dentro da narrativa são indicadores importantes da constituição do sujeito jornalístico. Essas regularidades composicionais, entretanto, interessam não pela sua frequência, como nos casos anteriores, mas pelas funções discursivas das citações que podem ser identificadas a partir delas.

Define-se aqui a função discursiva das citações como o papel cumprido pelo discurso citado dentro da trama textual a partir da relação valorativa e significativa que a citação mantém com aquilo que, no texto, pertence ao narrador.

A proposta parte do princípio de que, como já apontado, também as escolhas composicionais possuem valor significante, porque são também determinadas pela imagem projetada do leitor e a ele são dirigidas. Assim, a escolha por utilizar uma citação em dado momento do texto não apenas possui valor semântico – no sentido de trazer o tema da citação como contribuição à constituição do tema do texto/enunciado –, mas um valor discursivo, uma vez que o ato em si de passar a palavra a um terceiro atribui significados ao texto e ao próprio narrador. Essa escolha composicional em relação ao uso das citações é uma escolha do narrador/enunciador em não dizer aquilo por sua própria voz e, ao mesmo tempo, atribuir àquele trecho os valores associados àquele que é citado.

O uso de citações em determinadas estruturas composicionais recorrentes indica, portanto, que os jornalistas dependem do discurso citado para dar conta de demandas igualmente recorrentes na constituição das histórias/notícias. Estes papéis que não podem ser cumpridos pelo próprio narrador-jornalista e precisam ser cumpridos pelas citações dizem,

portanto, sobre os limites estabelecidos pelo gênero jornalismo sobre o autor, ou seja, compõem mais uma faceta do sujeito jornalístico.

Assim, procurou-se nos textos a repetição de estruturas composicionais semelhantes em que se usam citações – como, por exemplo, afirmação do narrador seguida de discurso citado; discurso indireto seguido de discurso direto; sequências em que há a elipse do sujeito citado e descrição seguida de discurso citado. Identificadas algumas estruturas recorrentes, buscou-se identificar a natureza da relação funcional entre o uso das citações e o contexto narrativo dos textos, determinando, assim, algumas funções discursivas cumpridas pelo discurso citado nos textos jornalísticos.

#### ***4.4.4 Irregularidades***

Nas três etapas analíticas anteriores, o foco estava na identificação de regularidades que possam compor um quadro que caracterize o sujeito jornalístico. No entanto, o *corpus* escolhido e disponível permite que sejam identificadas também irregularidades no tratamento dispensado às citações, as quais são indícios do processo de apreensão do sujeito jornalístico por aprendizes de jornalismo.

Buscou-se, assim, identificar dois tipos de irregularidades em relação ao uso do discurso citado:

- a) as formas pouco frequentes de introdução das citações, ou seja, sequências em que as escolhas estilísticas diferem daquelas apontadas como mais frequentes;
- b) as sequências em que há manifesta falta de domínio da sintaxe da frase que incorpora o discurso de outrem.

Em ambos os casos, a análise extrapola os limites do período completo onde se identificou a presença do discurso citado e se estende a sequências maiores de texto, abarcando, às vezes, os períodos imediatamente anteriores e posteriores e, eventualmente, parágrafos inteiros.

A análise também buscou identificar o que determina a ocorrência de tais irregularidades, sendo algumas possibilidades consideradas:

- dificuldades dos alunos-jornalistas com o uso da norma culta do português;
- dificuldades dos alunos-jornalistas com o uso das normas estabelecidas pelo Manual de Redação e Estilo de *O Estado de S. Paulo*;
- a necessidade de as citações cumprirem funções diversas daquelas identificadas com as formas regulares de uso do discurso citado;



- a preocupação excessiva com o aspecto funcional do uso das citações.

#### ***4.4.5 Regularizações***

Por fim, realizou-se a identificação e descrição das correções anotadas pela jornalista-tutora em relação ao uso do discurso citado nos textos dos alunos-jornalistas. Esta descrição visou apontar, em um primeiro momento, aquilo que, nos processos de ensino e aprendizagem do jornalismo, é considerado como irregular. Em um segundo momento, analisar esses critérios de correção, buscando construir a imagem projetada pela jornalista-tutora em relação às formas como os jornalistas devem lidar com as citações e, portanto, relacionarem-se com as fontes citadas e os leitores. Em suma, a imagem projetada pela jornalista-tutora sobre o sujeito jornalístico que deve ser apreendido pelos seus alunos.

## CAPÍTULO 5

---

### Sujeito jornalístico: as pistas encontradas nos textos de entremeio

#### 5.1 Organizando o *corpus*

Os 42 textos que formam o *corpus* selecionado para a análise descrita no capítulo anterior foram enviados pelos autores, como já dito, em formato eletrônico e em sua versão posterior à correção da jornalista-tutora. A título de padronização das referências, os textos foram identificados por uma letra que corresponde ao aluno-jornalista que redigiu o texto (A, B, C, D e E) e um número (de 1 a 10) que corresponde à tarefa solicitada. Essa numeração foi estabelecida após o corte de uma das tarefas e, considera a ordem cronológica da apresentação das mesmas.

Os textos continham comentários inseridos dentro dos textos, o que modificava a sua estrutura, essencialmente aumentando o número de linhas em relação à versão original, e dificultava a leitura. Embora tais comentários sejam também alvo deste trabalho, as análises relativas à frequência do discurso citado, dos formatos e estilos mais empregados e das funções discursivas das citações exigiram criar uma segunda versão dos textos que fosse idêntica à sua versão original. Nessa segunda versão, foram apagados os comentários da jornalista-tutora. A identificação dos comentários foi simples, uma vez que esses eram grifados em vermelho e, em geral, em fonte maior que a original, permitindo visualizar inclusive a inserção de espaços e/ou parágrafos pela corretora.

O procedimento de numeração das linhas foi feito sobre os textos na sua versão idêntica à original, ou seja, sem os comentários. Ainda que tenham sido necessários ajustes no tamanho das fontes utilizadas pelos alunos na redação, as linhas foram numeradas mantendo-se a disposição original dos textos, de maneira a tornar fidedigna a proporção entre linhas com discurso citado e linhas totais, como previsto na metodologia.

Linhas ou parágrafos deixados em branco pelos autores, bem como linhas contendo indicações textuais em relação à organização do texto – como quando há mais de uma retranca<sup>32</sup> ou a sugestão de um box<sup>33</sup> – foram mantidos e numerados. Porém, nos cálculos de

---

<sup>32</sup> Retranca é o jargão utilizado para cada texto que será diagramado e publicado com título e subtítulo. Uma reportagem pode ser publicada em várias “retrancas”, sendo que esta divisão pode ser estabelecida pelo repórter, considerando a unidade temática de cada um dos textos que vão compor o texto maior da reportagem; ou pelo editor, que pode achar necessário dividir os textos por conveniência da diagramação.

<sup>33</sup> Box é o jargão utilizado para pequenos textos que serão diagramados à parte do texto principal e que tem caráter mais informativo ou complementar a alguma informação constante do texto principal.

frequência, as linhas em branco ou com elementos não-discursivos foram descartadas.

Após esses procedimentos de organização do *corpus*, os 42 textos somaram 1.922 linhas, completas ou incompletas. Foram encontradas 40 linhas em branco ou com elementos não-discursivos. Assim, o total de linhas de texto efetivas é 1.822.

Ao longo da descrição dos resultados, sempre que necessário, as sequências em análise serão identificadas por autor, tarefa e numeração da linha ou intervalo de linhas – por exemplo, A1/L3-5.

As correções realizadas pela jornalista-tutora, embora constem na versão dos textos enviados pelos participantes, serão indicadas em relação a essa identificação dos textos e à numeração das linhas – por exemplo: “Em relação ao trecho A1/L3-5, a instrutora anota que...”.

## 5.2 O discurso citado nos textos

Identificados os períodos constituídos de citações em todos os 42 textos, as linhas ocupadas total ou parcialmente por discurso citado somaram 895. Proporcionalmente ao total de linhas de texto efetivas, ou seja, descontadas aquelas deixadas em branco ou ocupadas por elementos de caráter não-discursivo, o discurso citado está presente em 48% das linhas de texto produzidas pelos alunos-jornalistas.

Ao longo do processo de identificação dos períodos com citações, foi possível perceber uma variação bastante grande do espaço ocupado por discurso citado em cada um dos textos. Por essa razão, procedeu-se também uma comparação entre alunos (Tabela 1).

*Tabela 1 – Frequência do discurso citado total e por aluno*

	Total	Aluno A	Aluno B	Aluno C	Aluno D	Aluno E
<b>Linhas de texto efetivas</b>	1822	207	372	413	462	428
<b>Linhas com discurso citado</b>	895	101	154	185	224	230
<b>Porcentagem de linhas com discurso citado</b>	48%	49%	41%	45%	48%	54%

Os dados indicam uma variação razoável no uso de citações pelos alunos-jornalistas: o Aluno B apresenta uma frequência média de 41%, enquanto o Aluno E, 54%. Porém, note-se que nenhum dos índices de frequência por aluno pode ser considerado baixo, sendo que o menor índice encontrado dista apenas sete pontos percentuais da média e está acima dos 40%.

A significativa variação do espaço ocupado por discurso citado em cada um dos textos também sugeriu uma avaliação de como os índices de frequência das citações variaram ao

longo do tempo. Foi feito, então, o cálculo das porcentagens de linhas ocupadas por discurso citado para cada texto e também por subconjunto de textos resultantes de cada uma das tarefas. Dessa forma, foi possível verificar a evolução por tarefa e a evolução individual de cada aluno ao longo do tempo, além de permitir uma comparação entre textos por tarefa (Figura 1).

Note-se que o índice de frequência por tarefa não foi calculado pela média das porcentagens de cada texto do subconjunto, uma vez que, em alguns casos – Tarefas 2, 3, 5 e 9 –, os índices zero (0) indicados devem-se ao fato de que o aluno não produziu o texto referente àquela tarefa. O único caso em que os índices 0 referem-se a textos onde não há linhas com citações é o da Tarefa 10. Assim, o cálculo da frequência por tarefa seguiu a lógica anterior: a proporção entre o número de linhas ocupadas por citações e o total de linhas efetivas do conjunto dos textos existentes para aquela tarefa.

A análise da evolução da frequência de uso de citações ao longo do tempo não demonstrou nenhuma tendência. As porcentagens de linhas ocupadas por discurso citado nos subconjuntos de textos de cada tarefa variam substancialmente para cima e para baixo ao longo do tempo.

Também nenhum dos alunos, individualmente, apresenta decréscimo ou aumento sustentados nos índices de uso de citações ao longo da sua produção. O Aluno D, por exemplo, produziu um texto (Tarefa 3) em que 100% das linhas contém citações. Na tarefa seguinte, o índice cai para 35%. Na Tarefa 9, chega a 87% e na seguinte, Tarefa 10, não há citações.

Quando realizada a comparação entre os textos de cada subconjunto, é possível também verificar variações significativas da frequência do discurso citado. Na Tarefa 4, que consistia na redação de uma matéria após visita a uma igreja ou seita sorteada pela jornalista-tutora, os índices variam de 25% (Aluno B) a 50% (Aluno E). Na Tarefa 5 – apuração de uma pauta sugerida por outro colega –, o índice varia de 77% (Aluno B) a 26% (Aluno C).

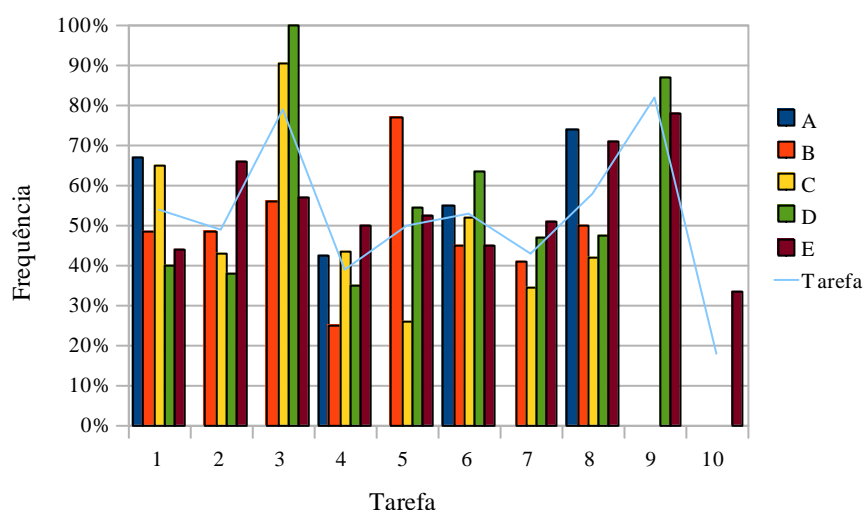
Por outro lado, os dados sugerem que o tipo de tarefa – ou pauta – determina tendências no uso do discurso citado. As tarefas que envolviam a realização de entrevistas coletivas resultaram em conjuntos de textos cujas frequências de linhas com citação são mais altas – em ordem decrescente: Tarefas 9, 3, 8 e 6. Essas tarefas também concentram os textos onde são encontrados os maiores índices de frequência individuais.

No outro extremo, a Tarefa 10 – destacar uma atração turística na região da Avenida Paulista – é aquela que não só apresenta a menor porcentagem de linhas com discurso citado, mas também é a única em que há textos sem qualquer citação. Dos quatro textos disponíveis,

três não apresentaram nenhuma linha com citação.

**Figura 1**

**Evolução da frequência do discurso citado**  
*Porcentagem de linhas ocupadas  
 com discurso citado por tarefa, por aluno*



### 5.3 Tipos de discurso citado nos textos

A classificação das sequências identificadas como discurso citado por tipo de esquema de introdução do discurso de outrem aponta o discurso direto como forma prevalente nos textos produzidos pelos alunos-jornalistas. A contagem de linhas ocupadas total ou parcialmente por períodos contendo esse tipo de esquema somou 581, ou 31% do total de linhas de texto efetivas. As formas de discurso indireto ocupam 448 linhas no conjunto dos textos, ou 24% do total. Já o discurso indireto livre, como esperado, não foi identificado em nenhuma sequência.

Assim como no caso da análise sobre a presença do discurso citado, também o processo de identificação dos tipos de esquemas mais comuns indicou uma grande variação do grau de uso de cada um deles nos textos, inspirando novamente uma comparação entre alunos (Tabela 2).

*Tabela 2 – Frequência e porcentagem de linhas ocupadas por discurso citado por tipo*

	<b>Total</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
<b>Linhas de texto Efetivas</b>	1822	207	372	413	462	428
<b>Linhas ocupadas por discurso direto</b>	581	47	93	155	139	147
<b>Linhas ocupadas por discurso indireto</b>	448	68	76	58	129	117
<b>Linhas ocupadas por discurso indireto livre</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Porcentagem de linhas c/ discurso direto</b>	31%	23%	25%	38%	30%	34%
<b>Porcentagem de linhas c/ discurso indireto</b>	24%	43%	20%	14%	28%	27%
<b>Porcentagem de linhas c/ discurso indireto livre</b>	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Nota-se que a utilização dos esquemas de citação direta é mais uniforme entre os alunos, enquanto os índices de frequência do discurso indireto variam drasticamente, indo de 14% a 43%. Essa amplitude de resultados novamente coloca em questão a variação da frequência dos tipos de discurso por tarefas. Além disso, um detalhe da amostra também instiga essa análise mais pormenorizada. O aluno A, que apresenta as porcentagens mais discrepantes entre si e em relação à média e aos demais alunos é, justamente, o participante que menos textos entregou. Assim, os resultados individuais podem sofrer a influência de uma variação ligada à natureza das tarefas, já verificada anteriormente na análise da presença do discurso citado.

Novamente, ressalta-se que os índices de frequência de cada subconjunto delimitado por uma tarefa foi calculado considerando o total de linhas efetivas dos textos disponíveis em cada subconjunto. Dessa forma, descarta-se a influência dos índices zero (0) provocados pela inexistência do texto de um determinado aluno para aquela tarefa.

Os resultados obtidos com os cálculos de frequência de linhas ocupadas por discurso direto e indireto de cada texto produzido por cada aluno e de cada subconjunto estão nas figuras 2 e 3.

Figura 2

### Evolução da frequência do discurso direto

*Porcentagem de linhas com discurso direto por tarefa, por aluno*

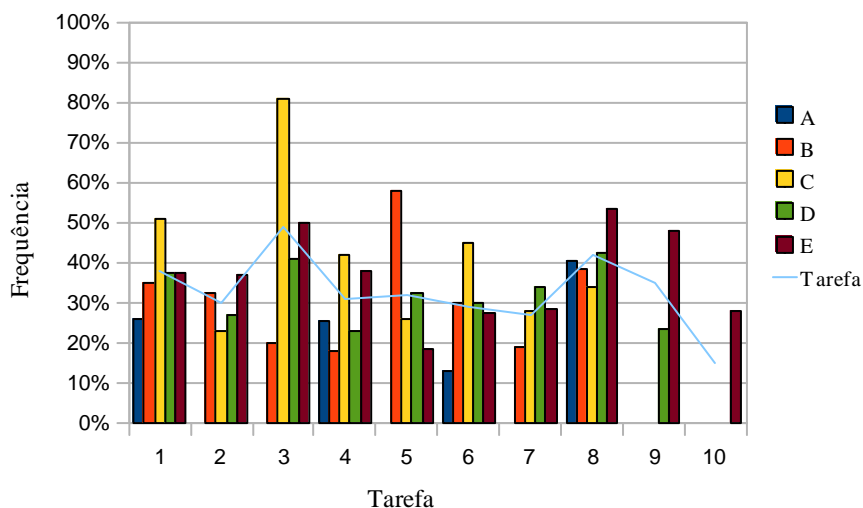
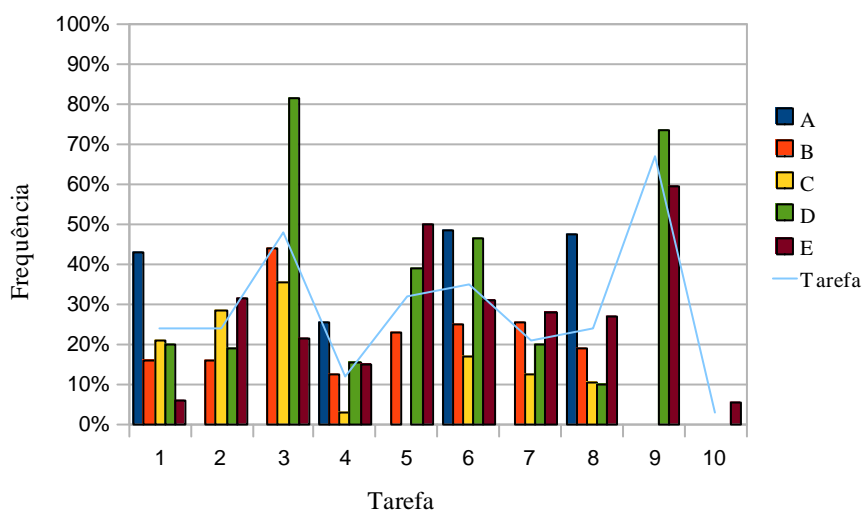


Figura 3

### Evolução da frequência do discurso indireto

*Porcentagem de linhas ocupadas com discurso indireto por tarefa, por aluno*



Os resultados, em ambos os casos – discurso direto e discurso indireto –, repetem os já encontrados quando da análise da presença do discurso citado. Há uma grande variação dos índices de frequência dentro de cada subconjunto e entre os subconjuntos. Não são verificadas, portanto, tendências de crescimento ou decréscimo ao longo do tempo, seja por aluno ou pelo conjunto dos alunos-jornalistas.

O uso de cada tipo de discurso varia, portanto, conforme a natureza da tarefa – ou pauta – apresentada. Entretanto, as variações internas em cada subconjunto são menores no caso do discurso direto, ainda que haja picos ultrapassando os 50% (C1, C3, B5, D9 e E9) e um caso em que as citações em esquema direto ocupam 13% das linhas do texto (A5). Ou seja, o uso dos esquemas diretos de citação pelos alunos-jornalistas em cada texto tende a ser mais uniforme, independente da tarefa-pauta realizada.

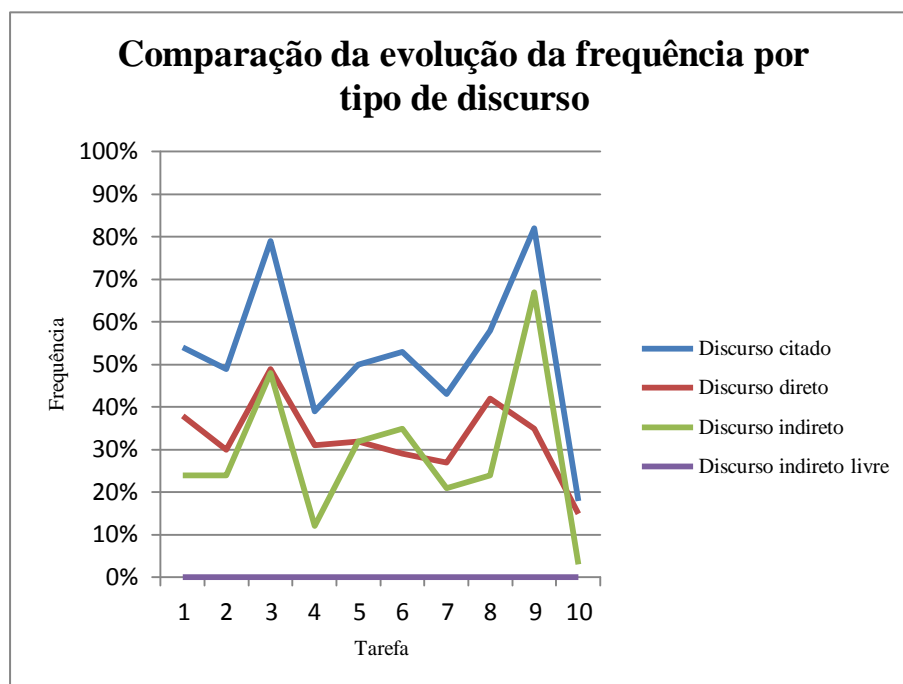
A comparação entre a evolução da frequência do uso dos esquemas direto, indireto e indireto livre ao longo das tarefas (Figura 4) confirma essa tendência à uniformidade no uso dos esquemas de citação direta. Os índices, no caso do discurso direto, variam de 15% (Tarefa 10) a 49% (Tarefa 3). Já os índices encontrados para a presença do discurso indireto variam de 3% (Tarefa 10) a 67% (Tarefa 9).

Ainda assim, é possível inferir que a influência da natureza da tarefa-pauta sobre a adesão dos alunos-jornalistas ao uso do discurso direto existe. Ele parece ser impulsionado naqueles textos que se originam de entrevistas coletivas – casos das Tarefas 3, 8 e 9 – e também por aqueles em que a descrição ou narração de cenas está implícita – caso da Tarefa 1, em que a pauta estava baseada na visita a um ponto da cidade onde havia concentração de lotações clandestinas.

Já o uso do discurso indireto varia de forma muito semelhante aos índices encontrados para a presença do discurso citado em geral. Os dados indicam, assim, que os alunos-jornalistas recorrem mais aos esquemas indiretos de citação quando o texto exige uma presença maior dos discursos de outrem – casos das matérias resultantes de entrevistas coletivas. A presença em massa das citações, nesse caso, exige que os alunos-jornalistas recorram a estruturas diversas de composição dos períodos.



Figura 4



#### 5.4 Estilos de discurso citado nos textos

A classificação por estilos de discurso citado – linear ou pictórico – das sequências de discurso citado já identificadas por tipos – direto, indireto e indireto livre – confirmou a hipótese levantada teoricamente da inexistência do estilo pictórico no texto jornalístico. No conjunto de textos produzidos pelos alunos-jornalistas, foram encontradas apenas variantes estilísticas lineares de transmissão do discurso de outrem.

Não há sequências em que seja possível identificar esquemas permeáveis às “intromissões” do narrador-jornalista sobre o dito por outros enunciadores. Além da inexistência de sequências em discurso indireto livre, as variantes do discurso indireto encontradas são sempre lineares. Os alunos-jornalistas não comentam ou modulam o conteúdo dos discursos de outrem. O que existe, de forma eventual, é uma modulação do entorno da citação, mas nunca de seu tema.

Em alguns casos, é possível identificar a presença do narrador-jornalista na descrição mais detalhada do personagem ao qual pertence o discurso citado ou da situação na qual este personagem se encontra ao dizer o que disse, de forma a criar um contexto mais específico para a interpretação da citação. Esses casos aparecem em textos em que há a demanda por descrições mais prolongadas – como os que resultaram das tarefas de visita a um ponto de

lotações clandestinas ou a uma igreja ou seita sorteada pela jornalista-tutora – ou os baseados em narrações – como a matéria sobre as comemorações do 7 de Setembro:

C1/L10-11

A expressão no rosto de Oliveira muda quando o assunto é a segurança da rodovia. “A gente sofre muito com os assaltos, principalmente nos km 15 e 21.”

E1/I10-13<sup>34</sup>

“Eles estacionam descaradamente o carro na pista, entram sem dar seta”, reclama Fausto Sato, estudante, morador do bairro nobre. Ele nunca pegou lotação. “Os moradores, de forma geral, andam de carro. Quem pega lotação e ônibus é quem trabalhna região”.

E2/I30-31

Para o desempregado Jonas Pereira, 43 anos, que caminhou do Brás até o Ipiranga, o evento foi importante.

A4/I25-28

Neusa se casou há quatro anos com um integrante da Tenrikyo e garante que não enfrentou problemas em casa. A mãe, católica praticante, aceitou que a cerimônia fosse realizada pela religião oriental.

Outros exemplos de esquemas ainda lineares, mas mais elaborados de introdução do discurso citado, são aqueles em que há a utilização do discurso direto – marcado por aspas – dentro do discurso indireto:

D7/L22-23

Matos não confia em partidos políticos, e sim no que classifica como “movimentos vivos” da sociedade.

Novamente, há aqui uma mínima intervenção do narrador-jornalista sobre o dito pelo

<sup>34</sup> As sequências selecionadas estão reproduzidas tal e qual registradas no original pelos alunos-jornalistas. Erros de digitação, espaçamento, ortográficos e gramaticais não serão corrigidos.

outro, que não está sobre o conteúdo desse dito, mas apenas sobre a demarcação da sua origem. A introdução das aspas no interior do discurso indireto deixa claro que existe uma escolha do narrador-jornalista em determinar o que pode ser recebido pelo leitor como “mais processado por quem transcreveu a fala” e aquilo que tem de ser reconhecido como a transcrição exata do que lhe foi dito. Esses casos, embora não tão frequentes, serão retomados quando da discussão das funções discursivas, porque se mostram interessantes exemplos de usos funcionais das citações.

### **5.5 Características composicionais do uso das citações nos textos e funções discursivas do discurso citado**

A presença acentuada do discurso citado nos textos, como já demonstrado pelos índices de frequência encontrados, poderia resultar em uma grande variedade de estruturas composicionais utilizadas pelos alunos-jornalistas para incorporar as citações aos textos. No entanto, apesar de a leitura do conjunto da amostra indicar uma certa variação na composição das sequências onde ocorre o discurso citado, nota-se facilmente algumas estruturas recorrentes de composição.

As repetições que se dão em termos sintáticos (ordem dos elementos dentro da oração, ordem entre as orações no período, sequência dos períodos dentro do parágrafo, ocorrência de elipses do sujeito, ocorrência de determinadas desinências verbais) servem de pistas para identificar também as repetições discursivas, ou seja, sentidos que, de forma recorrente, são atribuídos às citações na sua relação com os demais elementos do texto.

Essas repetições de caráter discursivo permitiram identificar funções específicas cumpridas pelas citações dentro do texto e que são concretizadas através de alguns esquemas formais que, obviamente, se repetem. São três as funções discursivas identificadas na amostra de textos dos alunos-jornalistas: autorização, autenticação e verossimilhança.

#### **5.5.1 Autorização**

Ao longo dos textos, é muito comum as citações funcionarem “aos pares” com uma afirmação ou descrição feita pelo narrador, formando com essa uma unidade significativa própria em esquemas do tipo tópico/comentário. Nessas sequências, com poucas exceções, aquilo que é trazido ao texto pela voz do jornalista instaura o tópico e é sucedida por uma citação, geralmente apresentada em discurso direto, que lhe serve de comentário.

A profusão dessas situações chamou a atenção não apenas pela repetição da estrutura textual, mas também porque em muitos casos a citação serve à apresentação dos elementos que levaram o narrador a ter dito o que disse. A citação funciona, nesses casos, como uma autorização para o jornalista – no caso, os alunos-jornalistas – dizer o que diz.

Os casos mais evidentes em que esta relação de autorização se instaura entre o dito pelo jornalista<sup>35</sup> e o dito pelo enunciador externo<sup>36</sup> são aqueles em que a afirmação que introduz o tópico se apresenta como uma conclusão. Nesses, o comentário instaurado pela citação enumera as pistas que levam o jornalista àquela conclusão, autorizando, portanto, a apresentá-la como tal:

A1/L31-32

Entre os passageiros, não há restrição quanto ao uso das peruas clandestinas. “Passando perto da minha casa, está bom”, afirma a Auxiliar Administrativa Rose Pereira, de 21 anos.

A leitura possível deste trecho é: a auxiliar administrativa Rose afirma que o serviço de peruas, mesmo que clandestinas, é bom porque passa perto da sua casa, logo é possível concluir que os passageiros não fazem restrição às peruas.

D7/L87-92

O trabalho comunitário dos anarquistas do Coletivo Ascaso na bairro de Pirituba tem a aprovação da maioria dos moradores do bairro. “A gente pensa que significa baderna, mas depois vê que não é nada disso”, diz Benedito Paulino, presidente da Associação de Moradores de Pirituba, sobre o seu primeiro contato com o grupo. Segundo ele, alguns moradores ainda têm preconceito por não entenderem bem o que significa anarquismo, mas quem participa das reuniões da associação aprova o trabalho.

<sup>35</sup> A menção ao que pertence no texto ao seu narrador será feita, daqui em diante, como “o dito pelo jornalista” ou “o afirmado pelo jornalista”, entre outras formas semelhantes. A escolha se dá considerando que os autores empíricos dos textos – os alunos-jornalistas –, ao se estabelecerem como narradores dos textos que produzem, o fazem na qualidade de jornalistas. Além disso, é objetivo desta análise específica das funções discursivas, como no caso das demais regularidades já discutidas, apresentar características do sujeito jornalístico constituído a partir dos textos dos alunos-jornalistas.

<sup>36</sup> “Enunciador externo” ou “outro enunciador” serão as expressões usadas para fazer referência ao que, nos textos, pertence a enunciadores que não o narrador/jornalista.

Novamente, a inversão da ordem da leitura evidencia que a citação autoriza a conclusão: os moradores confundem anarquismo com baderna, mas, ao conhecerem o trabalho do grupo Ascaso, o aprovam; logo, é possível concluir que a maioria dos moradores aprova o trabalho do grupo anarquista.

Nos dois casos, como em outros semelhantes ao longo dos textos, a escolha por inverter a ordem lógica das informações – primeiro a conclusão, depois os elementos que levam a ela – indica que o jornalista pretende tomar as rédeas da narração, mas, ao mesmo tempo, precisa da autoridade externa – o outro enunciador – para fazê-lo.

Este jogo autorizativo entre o discurso citado e o enunciado próprio do jornalista também está evidente em trechos em que se estabelece uma relação específica entre a citação e os elementos de caráter adjetivo da afirmação que a antecede.

C5/L35-36

A doença afetou as articulações e o coração de Ana Beatriz. A menina sentia falta de ar e as dores, nas juntas dos ossos, pareciam agulhadas. “Era como se estivessem me espetando nesses lugares.”

A citação permite que o narrador qualifique a dor sentida pela personagem. Como ele não pode estar no lugar da menina para descrever os sintomas da doença, o jornalista convoca a menina pra dizer que, de fato, as dores que ele acabara de descrever como “agulhadas” poderiam ser assim descritas.

No exemplo abaixo, não é apenas o conteúdo das citações, mas igualmente as escolhas em relação à sua apresentação – no caso, a seleção dos verbos dicendi – que ajudam a compor o quadro que permite ao jornalista classificar o culto como não monótono, apesar de longo:

E4/L39-44

O pastor interage com o público e esbraveja enquanto fala, impedindo que o culto se torne monótono, apesar da duração de mais de três horas. “Quem admite que já deixou de vir ao culto para ver um jogo de futebol, que levante a mão”, desafiou. “O Corinthians, o Palmeiras e as telenovelas não podem nos afastar de Deus”, falou energicamente.

As inusitadas menções ao futebol e às telenovelas seriam elementos suficientes para

afirmar que o pastor quebra a monotonia do culto, onde se espera que o assunto seja a Bíblia ou a doutrina evangélica (o texto trata da Igreja Pentecostal Independente Maravilha de Jesus, uma das várias denominações evangélicas neopentecostais existentes no Brasil). Mas o jornalista agrega a elas um dicendi indicativo de modo – desafiou – e outro dicendi complementado por um advérbio de modo – falou energicamente. Não se espera que a liturgia de um culto religioso abra espaço ao desafio ou a falas enérgicas e, ao trazer esses elementos para contextualizar a citação, o jornalista reforça a autorização que a fala do outro já lhe confere para afirmar que o culto não é monótono.

O caso abaixo exemplifica, ao mesmo tempo, a situação em que a citação funciona como autorização por apresentar os elementos que permitem ao jornalista chegar à conclusão que previamente apresenta – o gerente da loja diz que existe um “público fiel” e, portanto, é possível concluir que o comércio “já apostava na idéia de se lucrar” com os notívagos. A continuidade do parágrafo explicita, ainda, um outro tipo de construção que denota a função autorizativa das citações: a elipse do enunciador externo.

B5/L7-14

Supermercados, farmácias, lojas de conveniência e postos já apostavam na idéia de se lucrar com o público que trocam o dia pela noite. “Existe um público fiel que vem na loja comprar cigarros, escutar uma música e não ficar sozinho em casa”, diz o gerente de uma tabacaria 24 horas Rodrigo Gorga, que há três anos trabalha de madrugada. São pessoas que não têm tempo de dia para fazer compras, abastecer o carro, comprar jornal, cortar o cabelo. E, hoje, tem a disposição um comércio crescente que pode atendê-lo a qualquer hora da noite.

O trecho que segue imediatamente ao discurso direto aparenta ser a continuidade da fala do enunciador externo – no caso, o gerente Rodrigo Gorga. É ele quem introduz o tópico do “público fiel” e a impressão inicial é que a descrição de quem é este público – “pessoas que não têm tempo de dia para fazer compras...” – só pode lhe ser creditada. No entanto, este crédito não está no texto. É a voz do jornalista que apresenta o complemento do discurso citado anterior.

Na sequência abaixo, ocorre o mesmo:

A8/L33-38

Para o ano que vem, Prata também pensa em criar um curso universitário para

escritores. A universidade já tem até nome, Faculdade de Escritores Brasileiros (FEB) e a maioria das matérias do currículo já está definida. A idéia surgiu da necessidade do autor de conhecer melhor a literatura. Além disso, ele acha que é necessário que os escritores passem a ser reconhecidos como profissionais.

O escritor Mário Prata “pensa em criar um curso universitário para escritores”. A informação de que este curso tem nome só pode vir do próprio Prata. Entretanto, essa informação não está creditada ao escritor, mas surge no texto pela voz do jornalista.

Em ambas as sequências, a presença da citação anterior autoriza o narrador a tomar para si a palavra e apresentar como suas as informações ou apreciações que pertenciam, originalmente, a outro enunciador. O discurso citado funciona como autorização para o jornalista apropriar-se da história que conta.

Esses casos parecem ser mais frequentes em textos cuja temática impõe detalhamentos técnicos. Os dois trechos abaixo foram tirados de um texto cujo tema era uma polêmica em torno dos critérios utilizados na administração da lista de espera por transplante de rins, função que cabe à Central de Transplantes (CET), coordenada pelo médico Luiz Augusto Pereira. É justamente a Pereira que estão creditadas as explicações acerca de como funciona a distribuição dos órgãos doados. Nas duas sequências, nota-se que o jornalista recorre ao esquema de elipse do enunciador externo. A utilização de um pequeno trecho creditado ao coordenador da CET, no entanto, autoriza o jornalista a expandir a explicação por suas próprias palavras.

B7/129-35

No esquema atual, o doente renal é cadastrado por sua equipe médica e precisa ficar atualizando alguns exames a cada três meses para continuar participando. Segundo Pereira, os únicos critérios usados para a seleção de receptores são o tempo de espera, idade e tipo sanguíneo. Quando surge um doador, o sistema da CET emite uma lista dos 20 primeiros candidatos e analisa os exames de compatibilidade. Depois ela notifica a equipe médica do receptor, que verifica se há leitos no hospital. Se não houver, o órgão passa para o próximo, e assim por diante.

B7/141-45

De acordo com o coordenador da CET, isso ocorre porque todo dia a fila muda um pouco por vários motivos. O primeiro é a entrada de um paciente que fez transplante recentemente e sofreu um processo de rejeição. Ele tem o direito de voltar para o mesmo lugar até seis meses após a cirurgia. Eventualmente, os exames de sorologia de alguns pacientes podem estar vencidos e eles também perdem a posição temporariamente.

### 5.2.2 Autenticação

Funcionar como elemento de autenticação das informações que os jornalistas selecionam como relevantes também é função delegada ao enunciador externo nos textos jornalísticos. Essa relação de autenticidade entre o que é trazido ao texto pela voz de outrem e o que é dito pelo jornalista estabelece-se especialmente nos casos em que o discurso citado sucede à narração de um evento em particular pelo jornalista. Diferente do que ocorre nas sequências que sugerem a função de autorização desempenhada pelas citações, aqui o discurso de outrem não se apresenta como permissão para que o jornalista conclua algo, nem como transferência de autoridade para que o jornalista assuma a responsabilidade por um enunciado de caráter mais individual ou técnico. Nesses casos, o discurso de outrem toma forma de comentário que não só confirma a veracidade do acontecimento – ele ocorreu de fato, tanto que há quem fale a respeito – como adjetiva o tópico introduzido pela narração, afirmando a relevância daquilo que, afinal, é selecionado como noticiável pelo jornalista.

Os dois exemplos abaixo são típicos deste arranjo composicional comum nos textos analisados:

B1/L28-30

Na última Sexta-feira, um perueiro da linha Santo Amaro/ Conceição foi preso na 43º Distrito Policial da capital por reagir à fiscalização e só foi liberado após pagar 300 reais de fiança. “Isso é muito normal por aqui” afirma .

A8/L1-3

Aos 14 anos, o cronista Mario Prata entrou pela primeira vez na redação de um jornal. “ Só fiz isso, porque A Gazeta de Lins ficava em frente à minha casa”,



justifica.

No primeiro caso, a citação – pertencente a um perueiro – comprova que a situação descrita pelo jornalista – a prisão de motoristas de lotações ilegais – tem atributos para ser noticiada porque não é um evento isolado, mas sim um acontecimento “normal por aqui”. Na sequência seguinte, retirada do texto em formato de perfil de Mário Prata que resulta de entrevista coletiva realizada com ele, a seleção deste traço da trajetória do escritor que começou como jornalista é autenticada como relevante pela particularidade da situação que é apresentada pela voz do próprio entrevistado. A fala de Prata, trazida entre aspas para o texto, não só confirma que ele começou em uma redação de jornal – *A Gazeta de Lins* – como singulariza a experiência – “só” ocorreu porque “ficava em frente” à sua casa.

Curiosamente, as duas sequências delegam às citações a comprovação de critérios antagônicos utilizados pelo jornalista para determinar o que é um acontecimento relevante a ponto de estar no seu texto (ser, então, notícia): na primeira, a generalização de um evento que passa a ser notícia porque é comum; na segunda, a particularidade da situação em que o personagem se viu envolvido.

Os exemplos abaixo mostram o discurso citado servindo à autenticidade da seleção de traços inusitados do acontecimento em questão – o ato do Grito dos Excluídos realizado no dia 7 de Setembro em São Paulo:

B2/L28-34

Mais de 20 entidades participaram do protesto, entre elas um grupo de 35 pessoas de diferentes países da América Latina que vieram ao país divulgar o Grito dos Excluídos latino-americano, previsto para o próximo mês de outubro. “Os problemas comuns em toda a AL devem ser discutidos neste tipo de oportunidade” explicou o colombiano Amílcar Ulhôa, que segurava a bandeira de seu país destacada entre todas aquelas vermelhas.

D2/L9-23

A Guarda Civil não conseguiu impedir a ocupação do Monumento e se limitou a estabelecer uma área para o protesto, evitando o confronto. Segundo o guarda civil Alexandre Muniz, o objetivo era unicamente preservar o patrimônio público.

Na primeira sequência, o jornalista destaca o fato de um evento nacional contar com a participação de estrangeiros. Na segunda, o inusitado é a autoridade policial ter, ao contrário do que seria esperado, evitado o confronto. Em ambos os casos, o enunciador externo apresenta justificativas para esta ruptura com o lugar-comum, autenticando a escolha do jornalista.

A autenticação do inusitado parece ser uma preocupação constante no texto jornalístico. No trecho abaixo, encontra-se mais um exemplo. O trecho descreve uma cena presenciada pelo jornalista dentro da sede da seita oriental Tenrikyo. O estranhamento do narrador diante do fato de que as crianças participavam do ritual brincando faz com que ele selecione esse traço como relevante para a descrição dos costumes da seita. O senso comum diria que ritos religiosos não comportam esse tipo de intervenção infantil. Porém, o ocorrido precisa do testemunho do missionário – que garante que elas não atrapalham e diz que família é um conceito importante para o Tenrikyo – para ser autêntico e não apenas fruto da estranheza do jornalista diante da permissividade inesperada com as pequenas.

A4/L43-47

Durante a oração, as netas do reverendo Uke, Marcela, de dois anos e Letícia, de um ano e seis meses, brincam e imitam os gestos dos adultos, tirando a atenção dos pais e tios, que se concentram no ritual. Mesmo assim, o missionário, que é pai de Marcela, garante que as crianças não atrapalham. “Um dos conceitos mais importantes do Tenrikyo é a família.”

A sequência ainda serve de exemplo de outro arranjo composicional muito frequente nos textos, talvez o mais frequente entre todos: a introdução de uma citação em discurso indireto seguida de uma citação em discurso direto do mesmo enunciador. Este exemplo, bem como os demais enumerados abaixo, fortalece a ideia de que as citações cumprem a função de dar autenticidade às escolhas do jornalista. O discurso indireto representa uma expressão mínima de seletividade, já que há uma manipulação mais explícita da fala do outro que é trazida para o texto. Ainda assim, mesmo sendo mínima a seletividade, o jornalista tem de apelar para a presença do enunciador externo em corpo presente, entre aspas, para que sua seleção seja autenticada como tendo sido, efetivamente, dita por aquele enunciador que ele convocou a tomar parte do texto.

A4/L7-10

O perueiro João Souza é negro e foi à igreja pela primeira vez há 16 anos, levado pela mãe. Souza garante que não há preconceito na religião. “Aqui a gente não tem do que reclamar, sempre que precisamos, eles ajudaram.”

B3/L23-25

O deputado atribuiu a perda da reeleição, em 92, para prefeitura a uma grande aliança a favor da imagem de Paulo Maluf. “Mas, agora estamos experientes e mais preparados para compor o mandato”, justifica.

C6/L16-19

O senador acredita que as novas medidas intimidariam os menores, e diminuiriam a incidência da criminalidade infantil. “Hoje, eles cometem delitos porque sabem que serão soltos quando fizerem 18 anos”, disse Tuma. “O juiz teria condições de aplicar penas mais enérgicas aos infratores.”

D5/l25-30

O diretor-financeiro Durval Colossi acredita que o público que tinha medo da violência começa a voltar ao Parque Antártica, mas em ritmo lento. “Já conseguimos melhorar bastante a quantidade de torcedores de 97 para cá, mas a situação ainda está longe de ser a ideal.”

E5/L33-36

Neusely explica que os produtos como leites gelificados, tipo Danette, e pudins podem causar infecções intestinais graves. “Eles possuem ph mais próximo do neutro, ambiente ideal para o desenvolvimento de bactérias patogênicas”.

Exemplos ainda mais radicais de como as citações diretas servem à autenticidade das escolhas dos jornalistas são os casos em que os pares discurso indireto/discurso direto do mesmo enunciador são formados por reescritas do mesmo conteúdo.

O trecho abaixo é um nítido exemplo de pares de citação indireta/citação direta em que há uma simples reescrita do dito pelo entrevistado, o então deputado federal pelo PT de São Paulo, José Genoíno:

D3/L8-10

Na sua avaliação, Tápias fez sua carreira em dois setores que não são representativos do setor produtivo do país, o financeiro e o da construção civil. “Ele consolidou sua carreira em bancos e construtoras, que tem relações bastante diferenciadas com o governo que os demais”, afirmou.

Os arranjos em que parte da citação indireta é marcada com aspas também funcionam como comprovação da autenticidade da fala que é transcrita pelo jornalista. Note-se que, nos casos encontrados, a marca explícita do discurso de outrem recai sobre trechos da fala em que há uma adjetivação presente. Para além de autenticar a seleção do jornalista, esse arranjo também o desobriga de se responsabilizar sozinho pela avaliação que se encontra entre aspas:

D1/I29-31

Auxiliar administrativa do supermercado Pão de Açúcar, Leda acredita que os passageiros que não pegam [lotações] o fazem em função do que ela chama de “propaganda negativa que está se fazendo”.

D7/I22-23

Matos não confia em partidos políticos, e sim no que classifica como “movimentos vivos” da sociedade.

E7/I18-19

Roberto Amaral, diretor-superintendente do Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (Gife) observa uma “profissionalização” do Terceiro Setor.

B8/I9-10

[Mário Prata] Sentiu o “Cheiro de chumbo” e resolveu arriscar na aventura.

### 5.5.3 Verossimilhança

Em alguns casos, a citação surge dentro do texto como elemento complementar a uma narração ou descrição iniciada pelo jornalista. A citação não retoma ou comenta o tópico

colocado anteriormente: ela acrescenta um elemento ao texto, como se o enunciador externo passasse a dividir com o jornalista a tarefa de conduzir a narrativa. O discurso citado aparece, nestas passagens, em formato direto e geralmente em primeira pessoa. Essa transferência explícita da condução da narrativa à voz do outro vai além de autenticar as informações e amplifica a verossimilhança da história que está sendo contada.

Os dois trechos abaixo são exemplos típicos desses arranjos em que as citações servem à função de dar verossimilhança à narrativa:

C5/L15-21

A estudante Daniele de Jesus Garcia, de 21 anos, teve amidalite aos 12, mas é obrigada a tomar injeções de penicilina benzatina até hoje, a cada 21 dias. “No começo, eu sentia falta de ar e, de repente, meu ombro se mexia sozinho e minhas mãos ficaram tortas”, diz. A coréia se manifestou em Daniele durante cerca de oito meses e, por isso, ela repetiu a 5.<sup>a</sup> série. Além disso, a menina que gostava de brincar na rua e era muito extrovertida emagreceu e ficou careca. “Eu tinha vergonha de sair de casa.”

C7/L109-115

Com a vitória do Vietnã do Norte, em 1975, Ruoc passou a viver na clandestinidade. Junto com 66 pessoas, sendo 22 crianças, e levando apenas os dois filhos mais velhos, Ruoc embarcou, em agosto de 1978, para um campo de refugiados em Cingapura. No 15º dia de viagem, a comida e a bebida tinham acabado e o motor do barco não funcionava mais. “Só podíamos rezar”, diz Ruoc. Mas o Jurupema, navio da Petrobrás, ajudou-os com mantimentos e eles conseguiram chegar ao destino. “Antes, outros quatro cargueiros passaram por nós, mas foram os brasileiros que nos salvaram.”

Na sequência abaixo, é justamente a voz do outro que instaura a narração:

E4/L6-13

“Eu era estéril, mas Deus me deu dois filhos depois que entrei nessa igreja”, conta Ivani Moreira Sales, 62 anos, vendedora. Descontente com sua vida porque não conseguia engravidar, foi convencida por uma amiga a procurar a Maravilha de

Jesus, em 65. “Não acreditava que seria possível resolver meu problema, mas dez meses após ter recebido a bênção estava grávida”, disse. Desde então, ela tornou-se freqüentadora assídua da igreja. Duas vezes por semana, ela deixa a sua casa em Itaquera, zona leste, para ir até a matriz da igreja, no centro.

Nota-se que estas estruturas composicionais aparecem em textos ou trechos dos textos em que o jornalista coloca em foco aspectos individuais e, principalmente, emocionais das histórias que conta. O discurso de outrem é convocado, portanto, para dar verossimilhança a estes traços “humanos” que fazem parte dos textos jornalísticos.

## 5.6 Irregularidades nos usos das citações

### 5.6.1 Irregularidades composicionais

A leitura do conjunto dos textos indica que há estruturas formais dos períodos ou parágrafos que aparecem de forma bastante esporádica nos textos, como, por exemplo, o discurso direto introduzido por dois pontos<sup>37</sup> ou a modificação da ordem de aparecimento da conjunção conformativa<sup>38</sup>. No entanto, essas estruturas formais pouco frequentes não se constituem como irregularidades, mas como variações que parecem depender do nível de controle dos recursos linguísticos disponíveis por cada aluno.

Parece relevante, no entanto, destacar como uma irregularidade composicional a presença de elementos textuais que fazem referência ao sujeito enunciador. Trata-se não apenas de um arranjo formal diferenciado, mas também de um elemento discursivo que não só é pouquíssimo frequente, como desaparece ao longo da produção dos alunos-jornalistas: marcas de subjetividade.

Esta presença subjetiva do jornalista nos textos ocorre de duas maneiras. Uma é a menção explícita à origem das informações que serão relatadas no texto e que identifica, ainda que parcialmente, a autoria do texto. Outra é o estabelecimento de nexos entre citações que denotam um diálogo entre jornalista e entrevistado.

A primeira chama a atenção pela semelhança das ocorrências. Em três dos quatro textos disponíveis para o subconjunto 3 – referentes à tarefa que envolvia entrevista coletiva

<sup>37</sup> Como neste caso: O dono de um dos bares da rua, Francisco Pinheiro, reclama das confusões ao redor e desabafa: “Eles estão querendo mandar em São Paulo” (D1/137-38).

<sup>38</sup> Como neste caso: A Febem seria somente um abrigo de menores abandonados e infratores que, segundo o senador, teriam recuperação (B7/16-8).

com o então deputado federal José Genoíno –, os alunos-jornalistas incluem no texto uma menção à coletiva:

B3/L7-15

Em entrevista coletiva aos alunos do curso de jornalismo do „Estado“, o deputado federal (PT-SP) José Genoíno disse que o maior o objetivo do partido nas próximas eleições é aumentar o eleitorado, elegendo muitas prefeituras, principalmente no interior do País, e concentrando forças em cidades onde existam chances para ganhar.

C3/L1-9

A primeira frase de efeito do deputado federal José Genoíno (PT-SP), em entrevista concedida na sexta-feira aos alunos do curso de jornalismo do **Estado**, não dizia respeito a suas opiniões políticas ou criticava a atuação do governo. “O Edílson é insubstituível”, disse o torcedor do Corinthians, comemorando a vitória de 4 a 1 sobre o Grêmio, pela Copa Mercosul.

O deputado manteve a descontração ao comentar o Plano Plurianual de Investimentos (PPA). “Em Brasília, a gente brinca, dizendo que a relatoria deveria ser dada ao Paulo Coelho, já que esse plano não passa de uma grande fantasia.”

D3/L1-3

O deputado federal José Genoíno (PT-SP) classificou ontem, em entrevista coletiva, o Ministério do Desenvolvimento como uma “peça de enfeite” na política econômica do governo federal.

Para além da semelhança entre as ocorrências, chama a atenção o fato de elas se configurarem como marcas ostensivas de subjetividade, posto que servem de identificação clara de onde (do Curso Estado ou da coletiva) fala o enunciador daquele texto. Já os trechos abaixo são mais sutis nesta introdução de marcas do sujeito nos textos. O enunciador torna-se presente como participante do diálogo com os enunciadores outros que convoca, aparecendo no texto como formulador da pergunta que provoca a reação dos personagens que cita.

E1/L1-4 (*grifos meus*)

Na sexta-feira, dia 27, as peruas disputavam espaço nas ruas dos arredores do metrô Santa Cruz. No dia seguinte, haviam sumido quase por completo. Descanso de fim-de-semana? Não. “Tá feio esse negócio de fiscalização, estão pegando duro hoje”, lamenta Sérgio de Almeida, perueiro da linha São Judas/Santo Amaro.

D1/I-29-32 (*grifos meus*)

Auxiliar administrativa do supermercado Pão de Açúcar, Leda acredita que os passageiros que não pegam o fazem em função do que ela chama de “propaganda negativa que está se fazendo”. E os motoristas, são imprudentes? “Tem uns que são loucos, mas não nessa linha que eu faço”, assegura.

D4/L57-59 (*grifos meus*)

O pastor Jorge, mesmo sem nenhuma pergunta a respeito, vê necessidade em justificar. “Temos muitos projetos, por isso os gastos são altos.”

Note-se que estas irregularidades desaparecem já a partir da quarta tarefa solicitada aos alunos-jornalistas.

### 5.6.2 *Descontroles sintáticos*

Em seu conjunto, os textos produzidos pelos alunos-jornalistas indicam um bom nível de controle da ortografia e da gramaticalidade da língua, sendo que as incorreções encontradas parecem estar mais ligadas a erros de digitação e à ausência de revisão formal resultantes das pressões do tempo sobre o processo de produção. Já as irregularidades de caráter sintático parecem resultar justamente da medida tomada pelos alunos-jornalistas para evitá-las: a repetição de estruturais formais e composicionais. A existência dessas irregularidades de ordenamento e uso dos nexos no conjunto da produção dos alunos-jornalistas indica a intenção, nem sempre bem concretizada, de introduzir variações destes esquemas mais comuns.

No que diz respeito especificamente à utilização do discurso citado, parte das irregularidades encontradas pode ser creditada também à intenção de variação das estruturas.



Em especial, esta variação mal concretizada pode ser verificada no mau uso das conjunções conformativas, como no caso abaixo:

E2/L14-16

A suspensão do pagamento da dívida externa foi defendida por meio da colombiana YuryPuello, 35 anos, da Católicos pelo Direito de Decidir (CDD).

Na tentativa de evitar a ordem direta para esta citação – “YuryPuello, 35 anos, da Católicos pelo Direito de Decidir (CDD), defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa.” – e, ao mesmo tempo, sofisticar o conector demandado, o aluno E lança mão da conjunção “por meio de”, criando um ruído semântico na frase. A colombiana perde o *status* de autora da defesa da suspensão da dívida, sendo transformada em veículo “por meio do” qual ela é feita.

Nos exemplos seguintes, a tentativa de variação é menos ambiciosa, pois não inclui a busca de sofisticação da conjunção. Os três alunos tentam apenas variar o esquema simples do discurso indireto (sujeito – dicendi [– conjunção] – objeto) e também escapar de um dos formatos mais frequentes nos textos, que é a utilização da conjunção conformativa para iniciar o período (como em: “Segundo o deputado, o governo...”).

Nesta primeira sequência, o deslocamento da conjunção conformativa compromete não só a clareza textual, como cria uma confusão entre o que é a voz do jornalista e o que é a voz do outro enunciador:

D9/L1-7

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma), José Eduardo Bandeira de Mello, está engajado em uma campanha para estimular a defesa da distribuição gratuita de medicamentos pelo governo. O cumprimento dessa obrigação constitucional pelo governo acabaria com a pressão sobre a indústria farmacêutica com relação aos preços dos medicamentos e permitiria redirecionar a indústria para a pesquisa, projetos de cidadania e outros aspectos que, segundo Bandeira de Mello, são essenciais para mudar o curso da indústria nacional.

Todo o trecho que se inicia com “O cumprimento dessa obrigação” é nitidamente a coletânea de justificativas que dá suporte à campanha do presidente da Abifarma a favor da “distribuição gratuita de medicamentos pelo governo”. No entanto, a escolha de onde

posicionar o crédito da citação (“... e outros aspectos que, segundo Bandeira de Mello,...”) torna imprecisa a definição do que pertence ou não pertence ao citado: tudo o que está contido na longa frase ou apenas os “outros aspectos”? O deslocamento da conjunção conformativa também resulta numa confusão de vozes, cujo efeito é fazer o leitor crer na total filiação do jornalista aos argumentos do empresário.

Nos dois trechos destacados a seguir, a mudança no esquema padrão do discurso indireto resulta em uma repetição do indicador de citação.

B2/L22-23 (*grifos meus*)

De acordo com o coordenador do protesto e dirigente da CMP, José Albino de Melo, a avaliação do protesto deste ano na capital foi positiva.

E1/L4 (*grifos meus*)

São mais de 150 vans de mais de cinco linhas, segundo estima Almeida.

Uma avaliação só pode estar “de acordo com” aquele que avalia, assim como uma estimativa só pode ser “segundo” aquele que estimou. Assim, os alunos poderiam optar por suprimir o verbo dicendi ou sua substantivação (avaliação):

- De acordo com o coordenador, o protesto foi positivo.
- São mais de 150 vans de mais de cinco linhas, segundo Almeida.

Outro traço notável na produção dos alunos-jornalistas é sua dificuldade em lidar com o grau de manipulação na transcrição da fala real do enunciador externo para o texto. Essa dificuldade expressa-se, por exemplo, na inconstância em relação à manutenção ou não da oralidade na transcrição. Em determinados momentos, nota-se a correção dos traços de oralidade:

E7/L48

“Cobra-se resultado e compromisso”, afirma Francisco Lins (...)

Em outros, eles são mantidos:

E2/L31-33

“Me sinto morto sem ter trabalho, vim aqui para reclamar do desemprego”, disse, apontando para a cruz de meio metro que carregava.

Essa oscilação entre ajustar ou não ajustar a fala real do entrevistado acaba por criar problemas de textualidade das próprias citações, como no caso a seguir:

E7/L74-75 (*grifos meus*)

“Para o jovem, é interessante trabalhar para algo que não seja apenas o lucro”, disse o estudante João Paulo Vergueiro, 19 anos, diretor da regional São Paulo da Fenead.

Nos trechos anteriores, o texto destaca ações que incentivam o voluntariado entre jovens, entre elas, um prêmio criado pela Federação Nacional de Estudantes de Administração, que seleciona e apoia projetos sociais desenvolvidos por estudantes. A citação é introduzida no texto para justificar a iniciativa da Fenead: os jovens devem engajar-se em atividades voluntárias porque isso seria “interessante” para eles. No entanto, a provável não correção da expressão utilizada pelo entrevistado no trecho grifado estabelece uma incoerência: não se trabalha “para o lucro”, mas, sim, trabalha-se em algo visando o lucro.

Na sequência abaixo, retirada do mesmo texto, não há comprometimento da coerência textual, mas sim da consistência da informação que resulta da transcrição da fala real da entrevistada:

E7/L35-38

Ivani Tristan, pesquisadora do Ceats, explica que realizou um estudo de caso, o do Instituto C&A<sup>a</sup>. A análise demonstrou que o funcionário que realiza trabalho voluntário tem orgulho da empresa, pois ela investe no social.

A matéria em questão trata do desenvolvimento de ações sociais pelas empresas e o voluntariado corporativo. Infere-se, a partir do texto, que a entrevistada diz ao aluno-jornalista que realizou um estudo de caso sobre o Instituto C&A, o qual demonstrou que os funcionários envolvidos com trabalho voluntário criam vínculos mais fortes com a empresa. Textualizar esta citação em uma ordem informacional mais lógica – “Em estudo de caso realizado com o

Instituto C&A, Ivani Tristan, do Ceats, demonstrou que o funcionário que realiza trabalho voluntário tem orgulho da empresa.” – exigiria modificar estruturalmente a fala real. Diante disso, o aluno-jornalista escolhe trazer essa fala ao texto na sua forma “mais natural” – “Ivani [...] explica que realizou um estudo de caso [...]” –, porém, com isso, desloca o foco da atenção para o elemento contextual apresentado pela entrevistada, secundarizando a informação relevante para compor o quadro requerido pela pauta, que seria, afinal, o resultado de tal estudo.

Quando se desloca o foco de atenção das irregularidades da forma textual das citações em si para as sequências maiores onde o discurso citado se faz presente, nota-se que os alunos-jornalistas apresentam também certa dificuldade em domar a profusão de citações dentro dos seus textos. Os casos de paralelismo de citações são um indicativo claro das dificuldades dos alunos-jornalistas com a tarefa de “ter de” incluir o discurso de outrem nos textos. A ocorrência mais óbvia encontrada foi esta:

E5/L14-15

A vendedora garante que é original. “Pegamos todo dia na fábrica”.

E

E5/L21-23

“Não é falsificado não, e está fresquinho!”, afirma a vendedora, animada com as vendas. Segundo ela, os produtos são conseguidos nas fábricas, diariamente.

A matéria trata da venda irregular de iogurtes nas ruas de São Paulo. A explicação da vendedora responde às duas questões fundamentais do problema retratado: a qualidade e a origem dos produtos. É, obviamente, uma informação relevante na construção da notícia. Diante disso, o Aluno E simplesmente repete as citações, invertendo os esquemas de apresentação de cada uma delas: o que era apresentado em discurso indireto surge entre aspas e vice-versa.

Os dois exemplos abaixo, retirados do mesmo texto sobre a visita do Aluno C4 à Igreja Evangélica Árabe, são mais sutis. O aluno-jornalista faz uma variação maior da composição, modificando inclusive as informações que aparecem dentro e fora das citações.

C4/8-12

Nas noites de sábado, os cultos nessa igreja são direcionados principalmente aos descendentes dos sírios e libaneses que vivem no Brasil. Antes da palestra dos missionários, três jovens tocaram músicas gospel, em português. “O trabalho é feito de uma maneira mais leve e com menos formalidade”, explicou o pastor Kalil Samara, de 44 anos.

E

C4/13-17

Samara assumiu a Igreja Evangélica Árabe nesse ano. Um de seus objetivos é aumentar o número de jovens entre os seus fiéis, composto principalmente pelos estrangeiros, mais velhos. “Os cultos de sábado à noite são mais leves, menos rígidos e formais do que os de quarta-feira e os de domingo”, disse Samara.

C4/L31-33

Com a morte de Racy, em 1945, a instituição perdeu força e os crentes seguiram para outras igrejas. “Eles se sentiram órfãos”, afirmou o pastor Samara.

O período de orfandade acabou dez anos depois, com a chegada do pastor Ragi Azar Khouri ao Brasil.

E

C4/L43-46

Hoje, o número de famílias conhecidas pela instituição chega a 200. “Isso totaliza entre 600 e 700 pessoas, mas metade desse contingente morreu e 30% frequenta outras igrejas”, disse Samara. “Isso ocorreu porque nosso rebanho ficou órfão por dez anos.”

A dupla aparição das citações, em versões mais ou menos modificadas, indica que, ao se verem diante de citações consideradas “interessantes”, os alunos sentem-se de tal forma obrigados a incluí-las nos textos que chegam a repeti-las inadvertidamente. Porém, não só: a necessidade premente de inclusão do discurso de outrem nos textos parece levar os alunos-jornalistas a cometer deslizes que comprometem a coerência e a clareza textual. Os trechos

onde foi possível identificar essa falta de clareza mostram que, também no nível dos parágrafos, esses deslizes têm a ver com as duas questões já apontadas anteriormente: a tentativa de variação da composição textual, decorrente da presença acentuada do discurso citado nos textos, e as indefinições relacionadas à manutenção ou não da fala real dos outros enunciadores.

Na sequência abaixo, nota-se que a tentativa de constituir um elemento de ligação diferenciado entre o parágrafo e o anterior resulta em problemas na construção dos nexos que trazem a voz do promotor para o texto:

B7/L13-17

O drama de Maria Lúcia rendeu uma ação do promotor Vidal Nunes Júnior do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) contra a Secretaria Estadual da Saúde, coordenadora da Central de Transplantes (CET). Nunes sugeriu ainda a criação de um mecanismo para evitar mais injustiças. De acordo com a proposta, o órgão a ser transplantado passa a pertencer ao paciente quando ele chegar no topo da lista, e não mais à CET.

O trecho que antecede a sequência narra a experiência de Maria Lúcia na fila de espera por um transplante de rim. Por 15 vezes a paciente poderia ter sido escolhida para receber o órgão, mas foi preterida por falta de vagas para realizar a cirurgia em hospitais públicos. Para passar à descrição da ação judicial, o aluno-jornalista cria esta transição: “O drama de Maria Lúcia rendeu uma ação do promotor Vidal Nunes Júnior...”.

Em seguida, a própria escolha do nexos feita no texto – “Nunes sugeriu ainda a criação de um mecanismo...” – denuncia uma ausência. O uso do “ainda” sugere que “a criação de um mecanismo” esteja ligado a algo de mesma natureza mencionado anteriormente. No entanto, esse algo, que deveria ser outra parte do conteúdo objetivo da ação, não está no texto. A necessidade de trazer logo a fala do promotor ao texto parece fazer com que o aluno-jornalista deixe de registrar uma informação necessária à coerência do texto: como a ação pretende resolver o caso de Maria Lúcia. A inexistência dessa informação pode fazer crer, inclusive, que a sugestão do promotor para mudar o sistema de distribuição dos rins doados encontra-se em outra ação, separada da de Maria Lúcia.

A sequência abaixo é outro exemplo de como a necessidade de introduzir citações faz com que o aluno-jornalista cometa deslizes de composição que prejudicam a clareza textual:

C3/L26-31

Genoíno confirmou que a candidata do PT para as eleições municipais de 2000, em São Paulo, será a sexóloga Marta Suplicy. “Nossa estratégia é eleger quadros do partido nas cidades grandes e médias, além de trazer à tona um debate sobre o papel e a importância da Câmara dos Vereadores.” Ele defendeu uma aliança com a deputada federal Luiza Erundina (PPS-SP), que também pretende se candidatar à Prefeitura. “Se a gente não fechar no 1º turno, com certeza, nós estaremos juntos no 2º.”

Note-se, em primeiro lugar, que esse trecho é um parágrafo completo, composto exclusivamente por citações, duas em discurso direto e duas em discurso indireto. O parágrafo é um amontoado de falas do então deputado federal e líder do PT na Câmara, José Genoíno, sobre as eleições municipais em que tanto a ordem nas quais as citações aparecem, quanto o fato de não haver elementos específicos de coesão entre elas prejudicam a leitura. Três das citações fazem referência à escolha do partido em ter candidatura própria na capital paulista. Entre estas citações, aparece uma quarta, em que o tópico é a estratégia nacional do PT para as eleições. Esta troca de foco ocorre de forma abrupta, antes mesmo do tema “escolha de Marta Suplicy” ser esgotado. Além de fora de ordem, a inclusão deste novo tópico não é sinalizada no texto, que fica, assim, sem estabelecer o que é causa e consequência. Chegar à conclusão de que a estratégia nacional do partido é ter candidatos próprios nas grandes cidades, então, em São Paulo, Marta Suplicy será candidata com ou sem o apoio de Luiza Erundina – é tarefa que cabe exclusivamente ao leitor mais atento.

As duas sequências abaixo, também por problemas de composição, transferem ao leitor a tarefa de descobrir a relação entre os temas tratados. Retiradas de textos de alunos diferentes, tratam exatamente do mesmo tema e, notadamente, mantêm a mesma ordem das citações, sugerindo uma aproximação de ambas com a ordem da fala real do entrevistado, o escritor Mário Prata:

A8/L33-42

Para o ano que vem, Prata também pensa em criar um curso universitário para escritores. A universidade já tem até nome, Faculdade de Escritores Brasileiros (FEB) e a maioria das matérias do currículo já está definida. A idéia surgiu da necessidade do autor de conhecer melhor a literatura. Além disso, ele acha que é

necessário que os escritores passem a ser reconhecidos como profissionais. “Espero que um dia, a gente possa dizer que é escritor até na declaração do Imposto de Renda.”, conclui. No o próximo trabalho, Prata deve escrever sobre os objetos de sua casa. A idéia, reconhece é antiga, e já foi proposta pelo escritor francês Javier de Maistre, no século passado. Além disso, a obra poderia ser uma continuação do último livro.

B8/L23-26

Apesar de tantas coisas que faz, o escritor ainda quer ser um aluno da Faculdade que quer criar. “ É preciso regulamentar a profissão, porque ninguém considera, e, claro, para ser melhor paga”. Prata já tem uma parte do currículo pronto . E já pensou sobre tudo como sempre.

Da leitura de ambos os trechos, pode-se supor que Mário Prata fala da sua intenção de criar uma Faculdade de Escritores Brasileiros e, em seguida, do seu desejo de ver a profissão reconhecida e regulamentada. No contexto da fala real, é possível imaginar que a conexão entre um e outro tema tenha sido feita por meio de outros comentários que não surgem nos textos: o prestígio que um curso superior traz para um profissional, a relação entre a institucionalização do ensino de uma prática e a sua regulamentação, etc.

O Aluno A ainda tenta estabelecer alguma noção de relação entre as duas informações usando um “Além disso”: “A idéia [da faculdade] surgiu da necessidade do autor de conhecer melhor a literatura. Além disso, ele acha que é necessário que os escritores passem a ser reconhecidos como profissionais.”. Ainda assim, note-se que o conector utilizado apenas adiciona o necessário reconhecimento como profissional entre os motivos que o levam a propor a criação da faculdade, sem estabelecer nenhum tipo de relação mais complexa, de causa e efeito, entre as duas coisas.

Já o Aluno B sequer lança mão de qualquer elemento de coesão para introduzir a citação “É preciso regulamentar a profissão, porque ninguém considera, e, claro, para ser melhor paga”. Os dois casos sugerem que, além da inclusão necessária do discurso citado no texto, também a preocupação em manter a ordem das citações tal como elas aparecem na fala real dos outros enunciadores mostra-se mais relevante para os alunos-jornalistas do que estabelecer um roteiro claro para a leitura através da criação de nexos, seja por reordenamento ou uso de conectores.



### 5.7 Regularizações anotadas pela jornalista-tutora

Como já dito, na apresentação do *corpus* montado para este estudo, a correção e avaliação dos textos produzidos pelos focas cabe a um jornalista do Grupo Estado, não necessariamente preparado para o exercício de funções pedagógicas. Na análise, pode-se perceber que, com exceção das correções relacionadas à adequação dos textos às normas do Manual de Redação e Estilo de o Estado de S. Paulo, é difícil para a jornalista-tutora manter a coerência entre o que corrige em um texto e o que aponta como erro em outro.<sup>39</sup>

Nem mesmo a mais veemente das correções anotadas e aquela que parece surtir efeito mais imediato – o apagamento das eventuais marcas de subjetividade encontradas nos textos – é coerente. A jornalista-tutora apresenta o sumiço do narrador como uma exigência apenas nas três ocorrências óbvias, em que há a menção à situação em que ocorre a apuração da matéria (o “em entrevista coletiva”):

B3/L7-11<sup>40</sup>

Em entrevista coletiva aos alunos ( *VIRAMOS NOTÍCIA?* ) do curso de jornalismo do „Estado“ ( *MANUAL* ), o deputado federal (PT-SP) José Genoíno disse que o maior o objetivo do partido nas próximas eleições é aumentar o eleitorado, elegendo muitas prefeituras, ( *ELEGENDO PREFEITURAS? A PREFEITURA DE SÃO PAULO, POR EXEMPLO, É CANDIDATA A QUAL CARGO?* ) principalmente no interior do País, e concentrando forças em cidades onde existam chances para ganhar.

C3/L1-5

A primeira frase de efeito do deputado federal José Genoíno (PT-SP), em entrevista concedida na sexta-feira aos alunos do curso de jornalismo ( *COMO SOMOS IMPORTANTE!* ) do **Estado**, não dizia respeito a suas opiniões políticas ou criticava a atuação do governo ( *ENTÃO POR QUE VOCÊ*

<sup>39</sup> Sobre as correções, é preciso anotar que a jornalista-tutora aparentemente não corrigiu os textos resultantes das tarefas 8, 9 e 10. Também parece relevante ressaltar, uma vez mais, que as correções eram apresentadas ao conjunto dos alunos do curso com o auxílio de um equipamento de projeção. Não há registro dos comentários feitos pela jornalista-tutora, de forma que a análise refere-se ao que está registrado por escrito nos textos.

<sup>40</sup> Os trechos contendo as anotações da jornalista-tutora foram copiados da versão original cedida pelos focas para o estudo. No entanto, a formatação das correções foi alterada: no lugar da cor vermelha da fonte, optou-se pelo grifo em itálico, mantendo-se o uso eventual de maiúsculas e outros artifícios, como o aumento do tamanho da fonte. A identificação das sequências faz menção às linhas numeradas após o corte das anotações no texto, conforme explicado no início deste capítulo.

*COMEÇOU COM ISSO? É NOTÍCIA? ). “O Edílson é insubstituível”, disse o torcedor do Corinthians, comemorando a vitória de 4 a 1 sobre o Grêmio, pela Copa Mercosul.(O QUE ISSO TUDO INTERESSA AO LEITOR? Você consegue imaginar um texto assim publicado no Estado? )*

D3/L1-3

O deputado federal José Genoíno (PT-SP) classificou ontem, em entrevista coletiva, ( *que diferença isso faz?*) o Ministério do Desenvolvimento como uma “peça de enfeite” na política econômica do governo federal.

Note-se a veemência com que ela anota as correções nesses casos. Entretanto, nas outras passagens em que as construções textuais indicam a intromissão do jornalista, fazendo-se presente através de perguntas dentro do texto, não há correção alguma. Assim mesmo, a regularização apresentada nesses três textos parece surtir efeito por completo: não há, a partir da Tarefa 4, nenhuma nova ocorrência de marcas de subjetividade dentro dos textos, conforme já anotado quando da análise das irregularidades.

Esta incoerência ocorre com outras questões, como, por exemplo, o paralelismo das citações. Ela só aponta um caso, referente ao texto C4:

C4/L44-46

“Isso totaliza entre 600 e 700 pessoas, mas metade desse contingente morreu e 30% frequenta outras igrejas”, disse Samara. “Isso ocorreu porque nosso rebanho ficou órfão por dez anos.” (*isso já foi dito* )

Não está claro se a anotação reclama da reiteração da informação (a orfandade dos frequentadores da Igreja Evangélica Árabe) ou do uso repetido da mesma citação. O que ocorre nesse e em pelo menos outros dois trechos é nitidamente a reescrita da mesma citação, como apontado também na análise das irregularidades cometidas pelos alunos. É interessante notar que a jornalista-tutora tampouco faz questão de elaborar mais sobre a correção que apresenta. Não diz, por exemplo, em que outro momento a informação aparece repetida.

As correções acerca da textualização das falas dos entrevistados também demonstram um certo grau de incoerência. Em determinadas situações, há a demanda explícita pela adequação das citações à norma culta:

B5/L8-11

“Existe um público fiel que vem na ( *vem „na“?* )loja comprar cigarros, escutar uma música e não ficar sozinho em casa”, diz o gerente de uma tabacaria 24 horas Rodrigo Gorga, que há três anos trabalha de madrugada.

Na sequência abaixo, em um dos poucos momentos em que a regularização é acompanhada de um comentário mais longo e com caráter de recomendação permanente, a jornalista-tutora pede, no caso abaixo, para que jargões sejam traduzidos e que fala “cheia de gírias” seja colocada na norma culta:

A1/L7-8

“Teve gente aqui que tentou recorrer mas foi indeferido”, (*“tentou recorrer mas foi indeferido” – se o entrevistado disser “o meliante adentrou o recinto”, você escreve? Se a linguagem da pessoa é tomada por jargões ou de gírias da categoria à qual ela pertence, adequamos para que o texto não perca a qualidade, para que a informação seja dada com clareza e para que o ritmo não se perca*) reclama o perueiro Marcelo Rodrigues da Silva, de 28 anos.

Porém, em uma citação em que o aluno usa um pronome oblíquo (“quando lhe fecham no trânsito”) ela reclama que “ninguém fala assim”:

D1/L8-10

Na primeira curva, as portas do veículo se abrem e o motorista, um ex-taxista que afirma se irritar quando alguém lhe (*feio, não?ninguém falaria assim*) fecha no trânsito, desconhece ou ignora as indicações do semáforo.

Curiosamente, o comentário deixa espaço para uma dupla interpretação: ou a jornalista-tutora está reclamando de uma possível ultra correção do aluno sobre a fala do outro, ou ela está recomendando que o pronome oblíquo não seja usado nos textos. De uma forma ou de outra, as recomendações em relação à transcrição da oralidade para o texto são dúbias. No entanto, como já avaliado anteriormente, nota-se que os alunos esforçam-se por manter as citações bem mais próximas do original, mantendo traços de oralidade e a ordem da

fala real do entrevistado, enquanto há uma cobrança por “letrar e cultizar” a fala e mesmo para regularizá-la do ponto de vista composicional e semântico. Em algumas situações, a jornalista-tutora diz que a citação é ruim ou confusa, como nas passagens seguintes:

B5/L22-23

Já é um hábito passar na loja quando eu volto do trabalho, tudo para tomar um sorvete ( *construção ruim* )”, diz.

E7/L91-92

“A gente mais ganha que dá (*A GENTE MAIS GANHA QUE DÁ??????*)quando realiza um trabalho voluntário”, disse.

As anotações podem significar tanto uma indicação de que a citação precisaria ser reescrita – o que seria uma ordem contrária à ideia de veracidade –, como pode também ser uma indicação de critério para seleção dos discursos citados – como se a jornalista dissesse que uma determinada citação não deveria estar no texto porque não traz uma informação relevante.

Em alguns momentos, no entanto, fica mais claro que há um desejo de interferir sobre a seleção de determinadas falas como relevantes a ponto de estarem no texto. No conjunto de textos resultantes da entrevista com o então deputado José Genoíno, a jornalista-tutora promove até um “bate-boca” com as citações, criando um diálogo fictício com o entrevistado, nitidamente querendo demonstrar o que deveria ter sido perguntado a ele pelos focos:

D3/L14-16

“Existem nomes melhores para o cargo, ( *por exemplo?*) com um contato mais efetivo com o setor do mundo empresarial que necessita se relacionar com o Estado”, afirmou, sem dar sugestões. (*E qual a probabilidade de alguém ligado a micros e pequenos empresários administrar o desenvolvimento de um país tomado por corporações multinacionais?*)

Porém, são poucas as correções envolvendo o discurso citado cuja natureza é

informacional de fato. Em geral, elas indicam citações que precisam ganhar mais destaque no texto. A maior parte desses casos em que uma regularização sobre o uso de citações mostra-se um esforço de indicar critérios de seletividade ocorre nas tarefas envolvendo entrevistas coletivas:

C6/L22-25

“O importante é separarmos aqueles que são irrecuperáveis dos que ainda têm uma chance.” Para isso, o senador defende uma ampla reforma da Fundação do Bem Estar do Menor (Febem). “Tanto o Complexo do Imigrantes quanto o do Tatuapé viraram depósitos de menores.” ( *era preciso jogar isso lá para cima* )

D6/L12-14

“As unidades de correção viraram depósito de menores, e estão se transformando em verdadeiras escolas do crime.” ( *isso teria de estar no lead* )

Mas as indicações de que citações podem “virar lead” também ocorrem em outros textos, como neste, em que a tarefa era visitar um ponto na cidade onde havia concentração de lotações clandestinas:

C1/L11

“A gente sofre muito com os assaltos, principalmente nos km (*quilômetros*)15 e 21.” (*olhe uma informação boa para o lead*)

Esse tipo de comentário reforça a ideia da dependência do texto jornalístico da fala do outro, posto que citações são indicadas como tendo, em si, valor de notícia<sup>41</sup>. É possível notar, especialmente nos casos das entrevistas com políticos, que o critério de seleção das citações que podem virar notícia envolvem um certo grau de polêmica – “Febem virou depósito de menores” e “Febem virou escola do crime” –, mas, ao mesmo tempo, de clichê. De qualquer forma, há, no esforço corretivo dos textos engendrado pela jornalista também uma tentativa de introjetar modos de captação das informações e critérios de noticiabilidade.

<sup>41</sup> Curiosamente, há uma recomendação do Manual de Redação e Estilo do jornal sobre a utilização de aspas para iniciar um texto: 9 – Declarações textuais só devem abrir notícia ou reportagem quando forem realmente de grande importância: “O Brasil voltará a honrar seus compromissos.” Com esta declaração, o ministro X pôs fim ontem à moratória que o País havia decretado um ano antes. Cf. Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo. Item: Declarações Textuais.

Todo o resto das anotações realizadas sobre o uso de citações são correções que apontam problemas que ora a jornalista-tutora vê, ora não vê: erros gramaticais ou ortográficos, de digitação e de adequação ao Manual de Redação. Não há comentários sobre o uso de nexos, o mau ordenamento das citações, a falta de coerência no uso de determinadas falas e, muito menos, há comentários sobre excesso ou falta de citações. Há apenas duas menções às escolhas estilísticas empregadas pelos alunos-jornalistas na introdução das citações. Nesta, a jornalista-tutora reclama do verbo *dicendi* utilizado, sem maiores explicações:

D2/L22-23

A Guarda Civil não conseguiu impedir a ocupação do Monumento e se limitou a estabelecer uma área para o protesto, evitando o confronto. Segundo o guarda civil Alexandre Muniz, o objetivo era unicamente preservar o patrimônio público. “Hoje é um dia de festa”, decretou. ( *VERBO MAL ESCOLHIDO* )

E nesta, há uma indicação de que a textualização do discurso indireto foge ao estilo esperado de um texto jornalístico:

E6/L25-26

Sendo este ( *O QUE É ISSO? ATA?* ) o mote principal da sua possível candidatura, ele defende que a guarda municipal deve ter poder de polícia ( *construção ruim* ).

A impressão é que a corretora indica o que enxerga como erros em uma leitura comum, sem, no entanto, preocupar-se em estabelecer critérios claros e específicos acerca da qualidade dos textos. Talvez, sua preocupação, assim como a do curso, esteja mais em treinar as escolhas jornalísticas e os processos de obtenção das informações, incluindo aí a relação com a fala do outro, do que promover uma real intervenção na qualidade da produção textual dos futuros jornalistas, uma vez que, na vida real das redações, o texto será sempre reprocessado por um ou mais editores.

A análise da natureza das correções no seu conjunto, entretanto, permite afirmar que as regularizações demandam o apagamento da subjetividade e da individualidade. Esse apagamento se dá sobre o autor. Dele é cobrado “sumir” dos textos, sem deixar marcas de subjetividade, e ordenar as informações conforme critérios – jornalísticos e mesmo

linguísticos, quando lhe é solicitado corrigir a fala de alguém – que lhe são externos. Ao mesmo tempo, os alunos-jornalistas são cobrados também pelo apagamento de certa subjetividade dos outros enunciadore, quando, por exemplo, são instados a não particularizar as falas com gírias ou jargões e, ainda, corrigi-las para afastá-las da oralidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

### Novos sujeitos para novos jornalismo

Na descrição participante, por vezes autoanálise, que faz no ensaio *The New Journalism*, Tom Wolfe<sup>42</sup> faz questão de ressaltar que não há traços de movimento organizado no grupo de jornalistas que, nos anos 1960, começou a produzir reportagens de outro tipo em revistas e suplementos dominicais nos Estados Unidos. Não havia intenção de mudar o jornalismo ou manifestos de qualquer caráter e, nas palavras de Wolfe, “nem mesmo um bar onde se reunissem os fiéis, visto que não era nenhuma fé, nenhum credo”. A descrição do autor faz crer que o que os movia era simplesmente o cruzar a linha que separa o jornalismo da literatura, numa tentativa de fugir ao “tom de bege pálido” dos textos jornalísticos que entediava os leitores e escapar à condenação de fazer jornalismo para ganhar a vida e um dia, enfim, deixar a redação para se dedicar a escrever “O Romance” (WOLFE, 2005, p. 13-40, passim).

Pode não ter sido intencional, mas a agitação provocada por estes autores – e Wolfe cita Gay Talese, Jimmy Breslin e toda uma turma das revistas *Esquire* e *New York*, além dos romancistas que cruzam a linha no sentido contrário, como Truman Capote e Norman Mailer – que ousaram usar outra técnica<sup>43</sup> para escrever jornalismo, lançando mão de elementos literários, notadamente do romance realista, revolve o fundo do mar bege do jornalismo, revelando outras demandas e possibilidades para o jornalista:

Eles estavam indo além dos limites convencionais do jornalismo, mas não apenas em termos de técnica. O tipo de reportagem que faziam parecia muito mais ambicioso também para eles. Era mais intenso, mais detalhado e sem dúvida mais exigente em termos de tempo do que qualquer coisa que repórteres de jornais ou revistas, inclusive repórteres investigativos, estavam acostumados a fazer. Eles tinham desenvolvido o hábito de passar dias, às vezes semanas, com as pessoas sobre as quais escreviam. Tinham de reunir todo o material que o jornalista convencional procurava – e ir além. Parecia absolutamente importante estar ali quando ocorressem cenas dramáticas, para captar o diálogo, os gestos, expressões faciais, os detalhes do ambiente. A idéia era dar a descrição objetiva completa, mais alguma coisa que os leitores sempre tiveram de procurar em romances e contos: especificamente, a vida subjetiva ou emocional dos personagens. Por isso foi tão

---

<sup>42</sup> O ensaio foi originalmente publicado na revista *New York* em 1972 e, um ano depois, em livro, com uma coletânea de textos que exemplificavam o estilo do *New Journalism*. No Brasil, foi publicado em 2005, como introdução a uma coletânea de textos do próprio Tom Wolfe.

<sup>43</sup> Tom Wolfe usa o termo “técnica” ou “técnicas” para falar de estratégias estilísticas características dos diferentes gêneros literários.



irônico quando os velhos guardiães tanto do jornalista, como da literatura começaram a atacar esse Novo Jornalismo como “impressionista”. As coisas mais importantes que se tentava em termos de técnica dependiam de uma profundidade de informação que nunca havia sido exigida do trabalho jornalístico. Só através das formas mais investigativas de reportagem era possível, na não-ficção, usar cenas inteiras, diálogo extenso, ponto de vista e monólogo interior. Por fim, eu e outros seríamos acusados de “entrar na cabeça das pessoas”... Mas exatamente! Entendi que essa era mais uma porta em que o repórter tinha de bater (WOLFE, 2005, p. 37-38).

Escrever outro tipo de texto que não aquele do cânone do jornalismo exigia um novo jeito de apurar informações, fazer novas perguntas, criar uma outra relação com as fontes, porque também eram outras as histórias que podiam ser contadas e outros os acontecimentos que podiam se tornar objeto do jornalismo. Justo nos Estados Unidos, berço da imprensa moderna, uma nova forma de jornalismo permitia deslocar o olhar do jornalista da informação para objetos de outra natureza:

Quando se passa da reportagem de jornal para essa forma nova de jornalismo, como eu e muitos outros fizemos, descobre-se que a unidade de reportagem básica não são mais os dados, a peça de informação, mas a cena, uma vez que a maior parte das estratégias sofisticadas da prosa depende da cena (WOLFE, 2005, p. 83).

Ao longo deste trabalho, história e teorias acerca do jornalismo somaram-se a reflexões sobre a natureza sócio-histórica dos gêneros do discurso, tal e qual ela é definida por Bakhtin, e suas implicações sobre o exercício da subjetividade para apontar a validade desta conclusão empírica dos pioneiros do *new journalism*: ser jornalista é escrever como jornalista, portanto, fazer outro jornalismo exige outro texto.

A indissociabilidade entre jornalismo e produção textual vem do próprio nascimento do jornalismo moderno. Como indica Chalaby (1996), a invenção do jornalismo deve-se ao estabelecimento de um jeito próprio de escrever sobre os acontecimentos do mundo que surge – por questões de ordem econômica, política, cultural, geopolítica e linguística – nas redações de jornais e revistas dos Estados Unidos (em especial) e da Inglaterra na segunda metade do século XIX. Este jeito próprio dos jornalistas anglo-americanos narrarem histórias, baseado na hierarquização dos acontecimentos e em um texto neutro, onde fatos e opiniões são separados, torna-se referência do fazer jornalístico, transformando-se em um gênero do discurso global.

A conquista do mundo por este modo de contar as histórias da contemporaneidade não ocorre uniformemente. A instalação do gênero do discurso jornalismo depende da maior ou menor aproximação das sociedades das condições ideais para sua instalação, essencialmente a

maturação da imprensa como negócio e a separação entre os campos da política, da literatura e do jornalismo. No Brasil, por exemplo, o momento propício para a chegada do jornalismo moderno ocorre apenas em meados do século XX. Antes disso, a imprensa brasileira era tomada por um discurso cindido entre os componentes literários e os recursos técnicos do discurso jornalístico (RESENDE, 2002), refletindo não só a inexistência de um mercado para o consumo de informação, como também a mistura entre os campos da literatura, da política e do jornalismo em um país cuja elite circulava igualmente pelos três campos (SODRÉ, 1983). É na esteira dessas mudanças no sistema de comunicação e na imprensa nacional que também se estabelece o paradigma da formação de jornalistas: os cursos superiores de Comunicação Social (MARQUES, 1999). O estabelecimento desses cursos e da obrigatoriedade do diploma universitário específico para o exercício da profissão – apenas recentemente revisto – fecha o ciclo da separação do jornalismo dos campos político e literário e ratifica a instalação da lógica moderna do jornalismo nas redações: o paradigma da objetividade.

### **6.1 Jornalismo e gênero do discurso**

O gênero do discurso global chamado jornalismo reflete, como qualquer outro gênero do discurso na definição bakhtiniana, o conjunto de condições sócio-históricas que circunscrevem a esfera da atividade humana à qual está ligado. No caso do jornalismo, a essência dos valores que determinam o gênero está determinada pelo desenvolvimento histórico da imprensa: primeiro como instrumento das transformações sociais características do período iluminista; depois e principalmente, como atividade capitalista, guiada pela busca do lucro e pela consequente necessidade de fazer com que o produto jornalístico – o texto, afinal – fosse útil e atraente (MARCONDES FILHO, 2002).

Ainda assim, o jornalismo não deixa de refletir também os conflitos de ordem política e social da época de seu nascimento. Outros elementos da matriz sócio-histórica do gênero jornalismo são a sua ligação intrínseca com o estabelecimento das liberdades democráticas nos países ocidentais e o peso do Positivismo sobre todas as áreas da vida social ao longo do século XIX. Da soma do papel de “Quarto Poder” a ser desempenhado pela imprensa livre nos Estados democráticos ao ideário positivista, baseado na separação entre fatos e valores, na cientificidade e na crença no progresso, resulta todo um *ethos* jornalístico estabelecido sobre a ideia de que é possível transmitir a verdade dos fatos e reproduzir a realidade (TRAQUINA, 2004, p. 147-148). A atividade jornalística organiza-se, assim, em torno do que Traquina batiza “teoria do espelho”.

Este espelho é constituído através de um texto típico – “curto, seco e directo”, nas palavras de Ponte (2005, p. 54) –, em que fatos são separados dos comentários e cujas normas fundamentais são a neutralidade e a objetividade (CHALABY, 1996). Ao mesmo tempo, ao se constituir sobre a lógica da hierarquização dos fatos – a famosa pirâmide invertida – o texto jornalístico reserva aos jornalistas o monopólio de um saber prático e específico: estabelecer uma determinada ordem sobre os acontecimentos do mundo (TRAQUINA, 2004; PONTE, 2005).

Os “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279) que constituem o gênero do discurso chamado jornalismo precisam, assim, desempenhar uma dupla operação: ao mesmo tempo em que ordenam e hierarquizam os acontecimentos, precisam ser espelho, refletindo a realidade tal e qual. Diferentes autores ajudam a vislumbrar traços dessa dupla operação: Tuchman (1993) ressalta as estratégias discursivas utilizadas pelos jornalistas para estabelecerem certo grau de objetividade que os defenda dos questionamentos externos ao campo, como, por exemplo, o uso de aspas e a apresentação dos “dois lados”; Genro Filho (1989) dissecou a racionalização da organização textual na forma da pirâmide invertida como resultado da matriz positivista do jornalismo e Ponte (2005) chama a atenção para a absorção, pelo texto jornalístico, de determinadas estratégias narrativas típicas do Realismo.

Reconhecer a relação entre o escrever e o ser jornalista implica, necessariamente, concluir que dominar os caminhos dessa dupla operação realizada através do texto determina a capacidade de se fazer jornalismo. Da mesma forma, conclui-se que a reprodução do saber jornalístico – a capacidade de determinar o que é ou não é notícia e, assim, ser capaz de substituir a “percepção individual da singularidade”, como aponta Meditsch (1992, p. 30) – está relacionada à reprodução de um tipo específico de produção textual que carrega em si os valores constituídos sócio-historicamente para a esfera da atividade humana conhecida como jornalismo e que delimita uma relação específica entre quem se põe a produzir estes textos – os jornalistas –, os seus interlocutores e os objetos sobre os quais é possível falar nestes textos. Aprender a ser jornalista é, então, aprender a escrever dentro do gênero do discurso jornalístico. Assim, abrir novas possibilidades para o fazer jornalístico implica pensar em novas formas de ensinar a escrever jornalismo, o que impõe a necessidade de conhecer como se dá o processo de ensino-aprendizagem deste gênero.

Nesta tarefa, as contribuições de Bakhtin acerca da relação entre gêneros do discurso e subjetividade foram fundamentais para, em primeiro lugar, estabelecer uma proposta epistemológica para a abordagem do ensino-aprendizagem dos gêneros do discurso e, em

segundo lugar, propor uma metodologia capaz de dar conta da descrição do processo específico de apreensão do gênero jornalismo por aprendizes de jornalista.

## 6.2 Ensino-aprendizagem e sujeito do gênero

Diz Bakhtin (2000, p. 279): “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (grifos do autor).

A leitura superficial dessa definição pode fazer crer que o exercício individual de enunciar depende do domínio de tipos formais de enunciados e que, portanto, aprender um determinado gênero do discurso significa aprender a utilizar estes tipos formais. No entanto, as reflexões de Bakhtin que seguem a esta primeira definição dos gêneros do discurso apontam que aquilo que os determina vai além da sua expressão formal. Os “tipos relativamente estáveis de enunciado” refletem uma relação com uma “concepção padrão do destinatário” (BAKHTIN, 2000, p. 321) e com os objetos tematizados, ambas definidas pela esfera da atividade humana a qual o gênero está ligado.

Assim, dominar a utilização de um determinado gênero do discurso significa não apenas reconhecer os tipos de enunciados que lhe pertencem, mas também dominar essa relação específica com o destinatário e com os objetos que se tornam tema dos enunciados. Significa saber lidar com os limites estabelecidos pelo gênero para o exercício da subjetividade, correr entre as linhas que delineiam o enunciatador padrão daquele gênero ou, como propomos, o sujeito do gênero.

A proposta da existência de uma instância interna aos gêneros do discurso à qual chamamos sujeito do gênero partiu de duas premissas básicas do pensamento bakhtiniano. A primeira diz respeito à subjetividade: o sujeito é dialógico, constituindo-se na interação entre sujeitos e entre os sujeitos e a sociedade sempre através da palavra (BARROS, 2005). Apesar dessa constituição social do sujeito, ele é capaz de ser singular, mas exclusivamente a partir do contato entre as diversas vozes sociais que o cercam (FARACO, 2003), sobre as quais pode exercer a função de regente (BEZERRA, 2006).

A segunda premissa diz respeito ao papel determinado aos gêneros na comunicação verbal. Para Bakhtin (2000), eles são prescrições fundamentais à compreensão do que se comunica, sendo assim instrumentos normativos da individualidade e singularidade dos enunciados e, portanto, também do enunciatador, justamente porque prescrevem uma relação específica entre este sujeito e os demais a quem ele não só se dirige, mas dos quais também

toma a palavra para constituir o seu enunciado.

Essas prescrições que delimitam o sujeito do gênero variam de esfera a esfera da atividade humana. Ao gênero do discurso chamado jornalismo corresponde, portanto, um conjunto de prescrições que estabelecem as formas como cada indivíduo pode, dentro da esfera do jornalismo, relacionar-se com os objetos de que tratam seus enunciados, com o destinatário e, também, com os outros enunciadores que são convocados a tomar parte dos seus enunciados. O conjunto destas prescrições determina o sujeito jornalístico.

### **6.3 Sujeito jornalístico e discurso citado**

Descrever o sujeito jornalístico e como este conjunto de prescrições é absorvido por aprendizes de jornalista torna-se, então, tarefa necessária à compreensão do processo de ensino-aprendizagem do gênero jornalismo. Não só: a busca pelo sujeito jornalístico em formação permite também uma avaliação que aponte possibilidades de intervenção que possam tornar o processo de ensino-aprendizagem – seja ele formal ou informal – mais afeito a uma abordagem renovada do fazer jornalístico.

A proposta sobre como realizar esta busca partiu, novamente, das contribuições de Bakhtin (2000, 2006). Essencialmente, do reconhecimento de que parte do exercício da subjetividade no enunciado é lidar com a palavra de outrem e de que a forma como é possível exercer esta função de regente também está delimitada pelos gêneros do discurso.

Como lembra Faraco (2003), para o Círculo de Bakhtin todo enunciado está determinado por três dimensões dialógicas: com o já dito, com o outro a quem se destina o enunciado e com as diversas vozes sociais que nele se articulam. O enunciador, portanto, também se constitui dessas e nessas três dimensões. Caracterizar o enunciador exigiria compreender como ele se movimenta entre estes níveis de diálogo. Porém, o último deles – a articulação das vozes de outrem – talvez seja aquele que mais marcas deixa no texto.

Não por acaso é justamente o discurso citado o objeto da proposta metodológica mais extensivamente desenvolvida por Bakhtin/Volochínov (2006), para quem o discurso citado é um “documento objetivo” para se esclarecer como apreendemos o dito por outros. Essa apreensão, ressalta, não se dá de forma livre, mas dentro das estruturas sociais. Assim, as formas de introdução do discurso de outrem no texto não dizem (só) sobre o sujeito empírico que produz aquele texto, mas revelam as “tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso” que definem o sujeito da enunciação.

Note-se que a premissa de Bakhtin é de que a apreensão do discurso de outrem e, por

consequência, as formas como esses enunciados são introduzidos em um novo enunciado não estão livres de limites socialmente estabelecidos. Assim, pode-se concluir que os gêneros do discurso, como tipos relativamente estáveis de enunciados definidos sócio-historicamente, também estabeleçam determinadas regras para lidar com o discurso de outrem. Se a análise das formas de introdução do discurso citado em um enunciado nos permite conhecer o sujeito da enunciação, então reconhecer os padrões típicos do discurso citado em um determinado gênero nos leva a conhecer o sujeito do gênero.

Analisar as formas mais frequentes de introdução do discurso citado em um conjunto de textos jornalísticos ajudaria, portanto, a delinear o perfil do sujeito jornalístico. No entanto, a tarefa proposta vai além de retratar o sujeito jornalístico. Trata-se de retratar o sujeito jornalístico em formação. Daí a necessidade de delimitar um *corpus* que pudesse dar conta deste duplo desafio.

O contexto específico da formação de jornalistas no país permitiu chegar a este *corpus*. Consequência direta da constituição histórica da universidade brasileira e da regulamentação profissional que exigia o diploma universitário específico, em vigência por quatro décadas, a forte escolarização do jornalismo no Brasil convive com uma série de críticas acerca das suas funções. Desde a criação dos primeiros cursos de Jornalismo no país, a cisão entre prática e teoria levou não apenas a uma instabilidade institucional e pedagógica do campo da Comunicação Social (MEDITSCH, 1993; MARQUES, 1999), como também abriu espaço para a intervenção direta das empresas de comunicação na formação de seus quadros profissionais.

Exemplo dessa intervenção são os programas de treinamento voltados para formandos ou recém-formados nos cursos de Jornalismo que se conformam como típicos espaços de entremeio escola-redação: apresentam, ao mesmo tempo, características de processo escolarizado de ensino do jornalismo e de aprendizagem em um espaço profissionalizado. Além da mistura entre critérios escolarizados e critérios profissionais na condução do processo de ensino-aprendizagem do jornalismo, esses programas reúnem grupos de jovens encerrando o processo de formação universitária, portanto, já familiarizados com o gênero jornalismo. A produção textual realizada neste entremeio mostrou-se, assim, adequada a uma análise que buscou ao mesmo tempo caracterizar o sujeito jornalístico através de regularidades no uso do discurso citado e descrever o processo de apreensão deste sujeito, justamente através de irregularidades que potencialmente existem nestes textos.

O *corpus* específico foi formado por textos produzidos por alunos do Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado do Grupo Estado, que seleciona anualmente 30 formandos ou recém-

formados em cursos de Jornalismo para um período de três meses de treinamento em que assistem aulas de caráter teórico e realizam, sob supervisão de um jornalista-tutor selecionado entre os profissionais do jornal *O Estado de S. Paulo*, tarefas semelhantes a pautas realizadas por repórteres da redação. Muito a propósito, os textos produzidos não visam ser publicados, mas exclusivamente avaliados pelo tutor do curso.

A amostra analisada foi formada por 42 textos cedidos individualmente por cinco alunos-jornalistas que participaram do Curso Estado no ano de 1999. Essa amostra reuniu textos resultantes de dez tarefas diversas, que incluem desde a redação de uma notícia após a realização de entrevista coletiva com um convidado especial do curso até a realização de uma reportagem especial, passando por notas para um caderno de turismo, cobertura de eventos e reportagens que resultam da simples visita a locais selecionados, como pontos de lotações clandestinas ou igrejas e seitas religiosas. O conjunto representou, portanto, uma gama bastante variada de tipos específicos de tarefas e textos.

Além da possibilidade de uma avaliação ampla das regularidades e irregularidades no uso de citações nos textos, a amostra permitiu também a análise das regularizações feitas pela jornalista-tutora daquela edição do curso. Os textos cedidos para análise continham as anotações feitas pela tutora a título de correções, sejam elas de caráter ortográfico e gramatical, sejam comentários acerca das escolhas estilísticas ou de conteúdo feitas pelos alunos-jornalistas. Dessa forma, foi possível realizar uma triangulação entre o quê, nos textos, caracteriza o sujeito jornalístico (as regularidades no uso das citações), quais as resistências ou dificuldades dos alunos-jornalistas em assumir as características deste sujeito (as irregularidades) e a expressão daquilo que é esperado deste sujeito pelo representante do cânone (as regularizações da jornalista-tutora), compondo um quadro amplo e complexo do sujeito jornalístico em formação.

#### **6.4 A essencialidade da citação**

O primeiro passo nesta descrição do sujeito jornalístico em formação através dos usos do discurso citado foi avaliar a presença das citações neste conjunto de textos de entremeio. Para isso, foram identificados os períodos contendo discurso citado, indicado por quatro marcadores: aspas, verbo dicendi, conjunção conformativa ou elipses do verbo dicendi. Essa identificação permitiu calcular a frequência com que os alunos-jornalistas recorreram à palavra de outrem nos seus textos.

A proporção entre o número de linhas ocupadas por períodos contendo citações e o

número de linhas de texto produzidas pelos alunos-jornalistas foi de 48%. Quase a metade do espaço dos textos é ocupada pela fala de outrem. Uma comparação entre os índices de frequência encontrados no subconjunto de textos de cada um dos alunos-jornalistas mostrou que eles recorrem de forma muito semelhante às citações. As porcentagens individuais variam pouco em torno da média – a amplitude dos índices vai de 41% (Aluno B) a 54% (Aluno E) –, indicando que essa é uma característica assumida por igual por este grupo de aprendizes já em processo adiantado de formação.

Assim, pode-se assumir que esta presença exacerbada do discurso citado seja uma regularidade e, portanto, uma prescrição característica do gênero jornalismo. Mais do que isso, um tipo de prescrição fundamental, uma vez que aprendizes de jornalismo de diferentes origens, formados em diferentes instituições de ensino, aderem de forma muito semelhante a ela.

Quando comparados os índices de frequência de citações por subconjunto de textos resultantes de cada uma das dez tarefas, percebe-se que não há uma tendência uniforme de crescimento ou diminuição do uso do discurso citado ao longo do tempo de realização do curso. A variação parece estar ligada ao tipo de texto e tarefa que o determina. Ainda assim, a observação da frequência com que cada aluno recorre à citação em cada um dos textos mostra que também essa variação é semelhante entre eles, donde se pode concluir que há uma uniformidade na apreensão do gênero jornalístico e das suas variações possíveis. Isso corrobora a ideia de que as regularidades encontradas neste conjunto de textos estabelecem características do gênero e, portanto, do sujeito jornalístico.

Dessa forma, a frequência considerável do discurso citado nos textos, indício de um alto grau de dependência do jornalista em relação à palavra do outro, mostra um primeiro traço da personalidade do sujeito jornalístico: ele pouco pode falar por si, dependendo do outro para sustentar seu enunciado. Esse é um traço essencial do sujeito jornalístico, seja pela evidência de que o processo de ensino-aprendizagem fixa, de forma bastante forte, essa prescrição aos futuros jornalistas, seja por derivar em uma série de outras prescrições acerca das formas como o jornalista pode se relacionar com a palavra de outrem, como a análise mais específica e pormenorizada dos textos também mostrou.

Há, no entanto, variações internas ao gênero no que diz respeito à exigência sobre o uso da citação que estão relacionadas, aparentemente, ao objeto em questão. Note-se, por exemplo, que o conjunto de textos resultantes da tarefa “descrever uma atração turística na Avenida Paulista” é o único em que parte dos textos – 3 dos 4 disponíveis na amostra – não apresenta nenhuma linha ocupada por discurso citado. Esses dados sugerem que o processo de



ensino-aprendizagem do gênero jornalismo inclui, de alguma forma, a absorção dos critérios de variabilidade da força da prescrição que determina a essencialidade das citações para o texto jornalístico. A observação dessa variação e sua problematização pode ser uma primeira brecha para uma abordagem pedagógica mais aprofundada sobre a relação entre texto e jornalismo e as prescrições do gênero sobre o fazer jornalístico.

### **6.5 A linearidade como regra**

O segundo passo na caracterização do sujeito jornalístico e do processo de apreensão deste sujeito por aprendizes de jornalismo tomou como ponto de partida a proposta de Bakhtin acerca da relação entre tipos e estilos de discurso citado e as formas de apreensão do discurso de outrem. Bakhtin/Volochínov (2006) propõe a existência de duas tendências básicas de apreensão do dito pelo outro: uma marcada pelo dogmatismo e o autoritarismo, que se expressa através de formas de transmissão caracterizadas pela conservação da integridade e da delimitação nítida da palavra do outro; outra menos dogmática e mais individualista, expressa em esquemas linguísticos que permitem ao enunciador replicar e comentar o dito por outrem. A cada uma delas corresponde um estilo de introdução do discurso citado: à apreensão dogmática, o estilo linear, que inclui os esquemas típicos do discurso direto e o discurso indireto analisador de conteúdo (que preserva e enfatiza o tema do enunciado trazido ao texto); à apreensão individualista corresponde o estilo pictórico, cujos tipos de discurso citado característicos são o indireto analisador de expressão (que desloca a ênfase para a posição do enunciador, estabelecendo relações valorativas com o tema do enunciado) e o indireto livre.

A caracterização teórica do gênero do discurso jornalismo permitiu antever o tipo de relação possível entre o sujeito jornalístico e os demais sujeitos que convoca a tomar parte do seu texto como uma relação de caráter dogmático-autoritário. Afinal, se a determinação do paradigma da objetividade é a impessoalidade, a separação entre fatos e comentários, a reprodução fiel da realidade, a relação possível entre o jornalista e aquilo que é dito pelos outros que convoca a tomar parte dos seus textos deve refletir exatamente essas características, que são também aquelas determinadas para a tendência dogmática de apreensão do discurso de outrem. Isso implicaria na predominância de formas lineares de transmissão do discurso citado.

A análise dos textos quanto à presença dos tipos – direto, indireto ou indireto livre – e dos estilos de discurso citado – linear ou pictórico – confirmam esta hipótese. Não apenas

inexistem sequências em estilo pictórico, como é justamente a forma mais linear possível de transmissão da palavra do outro – o discurso direto – aquela que é a mais frequente nos textos. A proporção de linhas parcialmente ou totalmente ocupadas por sequências em discurso direto em relação ao total de linhas de texto produzidas pelos alunos-jornalistas alcançou 31%, enquanto o índice para a presença do discurso indireto 24%.

Assim como ocorreu em relação ao uso do discurso citado, os índices de frequência do discurso direto e indireto nos textos não apresentam grandes variações quando se compara a produção de cada um dos alunos – com exceção de um (Aluno A), justamente aquele que menos textos produziu (apenas cinco). Considerando que também há uma variação sensível nos percentuais encontrados para cada subconjunto de textos por tarefa, é possível inferir que a discrepância dos resultados encontrados para o Aluno A refletem tais diferenças. De qualquer forma, é possível afirmar que há certa regularidade na utilização das formas de discurso citado, mesmo considerando – assim como no caso da análise sobre a presença do discurso citado – as variações por tarefa.

Esta regularidade é maior em relação ao uso do discurso direto. Ao longo das tarefas, a frequência do discurso direto variou de 15% a 49%, enquanto os índices encontrados para o discurso indireto variaram entre 3% e 67%. A comparação da evolução desses índices com a das frequências de uso do discurso citado por tarefa mostraram, ainda, que a utilização dos esquemas indiretos acompanha as tendências de maior ou menor presença de citações nos textos. Esses dados indicam que a forma preferencial da citação no gênero jornalismo é o discurso direto, sendo o discurso indireto uma opção utilizada para variar as formas composicionais das citações quando a presença destas é mais elevada.

Da presença absoluta do estilo linear nos textos e a preferência pelas formas diretas de introdução do discurso citado, chega-se a mais um traço da personalidade do sujeito jornalístico: ele relaciona-se de forma dogmática com a palavra de outrem, estando sempre subjugado à ideia de preservar a integralidade do que é dito pelo outro – ou aparentar esta integralidade – e não se posicionar em relação a este dito.

Ainda, a regularidade no uso de cada um dos tipos e estilos de citação, bem como o fato de as variações dos índices de frequência de cada um deles por tarefa manifestarem-se com alguma uniformidade, permitem afirmar que o processo de ensino-aprendizagem anterior ao momento específico do curso, ou seja, aquele realizado dentro das instituições de ensino superior, foi capaz de estabelecer esta prescrição para o grupo de aprendizes de jornalismo.

## 6.6 Autorização, autenticação e verossimilhança

Outro elemento analisado em busca das regularidades que caracterizam o sujeito jornalístico foram as estruturas composicionais em que o discurso citado é utilizado. Mais uma vez, a proposta metodológica vai ao encontro das reflexões de Bakhtin (2000) acerca da constituição dos gêneros do discurso. Ao lado do conteúdo temático e do estilo verbal, a composição é um dos elementos determinados pelos gêneros. Ao analisar mais detalhadamente cada um destes elementos, Bakhtin (2000, p. 321) afirma que as escolhas lexicais e composicionais guardam uma relação indissociável com a projeção acerca do interlocutor. Assim, a relação que o enunciador pretende construir com o interlocutor determina as estruturas composicionais. A análise dessas, por sua vez, ajudaria a caracterizar o sujeito enunciador e, portanto, uma avaliação das escolhas composicionais mais recorrentes em um conjunto de textos produzidos em um determinado gênero contribui igualmente para a descrição do sujeito do gênero.

A análise realizada não tratou, no entanto, de avaliar a presença das estruturas composicionais quantitativamente, mas estabelecer um perfil qualitativo da relação que o sujeito jornalístico estabelece com a palavra de outrem e, como essa reflete o interlocutor presumido do gênero jornalístico. Tal perfil foi traçado a partir do reconhecimento das funções discursivas cumpridas pelas citações nos textos, definindo-se função discursiva como o papel cumprido pelo discurso citado dentro da trama textual a partir da relação valorativa e significativa que mantém com aquilo que, no texto, é dito pelo jornalista.

A caracterização teórica do gênero jornalístico já indicava uma característica funcional das citações. Na medida em que se reconhece a hierarquização dos acontecimentos como fundamento da organização dos textos produzidos dentro do gênero, é possível inferir que os outros enunciadores convocados a tomar parte destes textos não podem desdizer as escolhas do jornalista. O discurso citado nos textos jornalísticos, presumivelmente, funciona sempre a favor do dito pelo jornalista.

O que a análise realizada sobre as funções discursivas revelou foi que o discurso citado cumpre uma função ainda mais estrutural: a de confirmar a imagem que o enunciador projeta de si nos textos em função do que pressupõe ser esperado dele pelo seu interlocutor. Para constituir-se como enunciador capaz de ordenar os acontecimentos do mundo e retratá-los com fidelidade, o jornalista precisa recorrer à palavra do outro para autorizar suas escolhas acerca do que vale à pena ser contado, autenticar escolhas informacionais específicas e dar verossimilhança aos relatos que empreende.

Estas três funções – autorização, autenticação e verossimilhança – são cumpridas pelas citações através da sua inclusão em diferentes tipos de estruturas composicionais recorrentes nos textos. Duas delas, em especial, são bastante recorrentes: uma afirmação do narrador seguida de uma citação (na maioria das vezes, em discurso direto) e o esquema discurso indireto/discurso direto do mesmo enunciador.

Tais repetições composicionais ajudam não apenas a vislumbrar as funções cumpridas pelas citações como reafirmam a dependência do texto jornalístico em relação à palavra de outrem. Além disso, a recorrência dessas estruturas indica que a apreensão do gênero pelos aprendizes de jornalismo implica também em forte adesão a esquemas típicos de composição. De um lado, esta é uma característica que facilita a escrita dos textos em um contexto de produção marcado pelas pressões do tempo (o fechamento do jornal, a concorrência). De outro, parece refletir a necessidade do jornalista recorrer a esquemas reconhecíveis pelo seu interlocutor como capazes de dar o aspecto de verdade e fidedignidade ao texto.

### **6.7 Pecando por excesso**

A repetição das estruturas composicionais envolvendo as citações e também de escolhas lexicais – como, por exemplo, o uso frequente dos mesmos verbos dicendi ou de conectores como “Na opinião de” ou “Segundo ele” – é, de fato, esperada em um conjunto de textos onde a utilização do discurso citado é bastante frequente. Isso, no entanto, parece ser um problema a ser contornado pelos aprendizes de jornalista.

A busca pelas irregularidades no trato das citações nos textos produzidos pelos cinco alunos-jornalista resultou no reconhecimento de uma série de descontroles sintáticos das frases que indicam a tentativa de escapar dessas repetições. São indicadores destas tentativas as sequências em que os alunos-jornalistas tentam inovar na utilização dos conectores, o que resulta ou na má escolha das conjunções ou no seu mau uso, quando, por exemplo, o deslocamento do conector dentro da frase interfere na clareza textual.

Outro indicador de que a demanda pela inclusão do discurso citado nos textos cria problemas para quem precisa escrevê-los é a dificuldade de estabelecer nexos em longos trechos de citações. Além das tentativas de inovação na forma, percebe-se também a tentativa dos alunos-jornalistas em manter a ordem da fala real. No entanto, o esforço analítico necessário à transcrição da oralidade para o texto escrito é contraditório com a manutenção da fala real e, assim, os alunos-jornalistas acabam por cometer deslizes que comprometem a coerência textual.

Um terceiro grupo de irregularidades é a repetição de citações. Estes paralelismos encontrados nos textos podem indicar que os alunos-jornalistas, diante da tarefa de ter de escrever através das palavras dos outros, perdem o controle sobre o conteúdo do seu próprio enunciado. Entretanto, a repetição é também reflexo da capacidade do aluno-jornalista selecionar e hierarquizar as informações que inclui no texto, ainda que, nesses casos, esta inclusão seja feita de forma pouco controlada.

### **6.8 Deslizes subjetivos e as regularizações**

À sua maneira, cada um destes tipos de deslizes de caráter sintático, reflexos das dificuldades dos alunos-jornalistas em lidar com a profusão de citações, indicam a intenção de fazer escolhas estilísticas e de conteúdo minimamente singulares. Eles, no entanto, não parecem incomodar a jornalista-tutora, cujas correções anotadas nos textos poucas menções fazem às escolhas estilísticas e composicionais envolvendo as citações. Essa ausência de comentários indica que os deslizes relativos à sintaxe e à ordem dos elementos textuais parecem ser secundários, sendo tolerados desde que não haja o rompimento das prescrições superiores do gênero.

Há, aqui, um elemento do caráter próprio do funcionamento dos jornais e dos veículos impressos em geral que também pode ajudar a explicar a pouca atenção da jornalista-tutora com os descontroles sintáticos cometidos pelos alunos-jornalistas: a existência de uma rotina de processamento dos textos que inclui a possibilidade de reescrita dos textos por um ou, até mesmo, mais de um editor. Faz sentido, assim, que um processo de ensino-aprendizagem que visa o treinamento dos aprendizes para a produção de textos para veículos impressos preocupe-se menos com o controle absoluto da sintaxe e da coerência textual e mais com a reprodução dos critérios de seleção e hierarquização da informação, bem como o respeito às prescrições genéricas fundamentais, como a objetividade e a utilização da fala do outro como suporte a este valor paradigmático do jornalismo.

Essas prescrições genéricas, ou seja, a adesão dos alunos-jornalistas às características básicas do sujeito jornalístico mostraram-se, como já se viu, bastante estabelecidas pelo processo de formação anterior pelo qual passou cada um deles. No entanto, as regularizações promovidas pela jornalista-tutora de forma menos errática e mais contundente são justamente aquelas que dizem respeito à exacerbação dessas características.

Uma delas é a indicação para que sejam apagados os indícios de individualidade das falas trazidas aos textos. Embora não sejam sempre coerentes, os comentários acerca da

manipulação do conteúdo semântico ou da sintaxe das citações em si apontam para um apagamento da oralidade e de marcas subjetivas, como o jargão profissional ou as gírias.

Outra regularização – e talvez a mais significativa – é a exigência do apagamento de qualquer referência à identidade dos sujeitos empíricos que escrevem os textos. A reação da jornalista-tutora às três sequências onde é possível identificar claramente essas referências (com a utilização de expressões como “em entrevista coletiva” ou “em entrevista aos alunos do Curso Estado”) é reveladora da veemência da prescrição acerca do distanciamento do enunciador jornalista em relação ao outro que fala nos seus textos. Por outro lado, as ocorrências mais sutis dessa presença do enunciador no texto não são identificadas pela jornalista-tutora, o que indica que, apesar do peso das prescrições, há espaço para exercícios estilísticos nos textos jornalísticos.

## **6.9 Formatação e lapidação**

As regularidades que se expressam de maneira bastante uniforme nos textos analisados indicam, enfim, que a escola formata o jornalista: imprime com alguma competência as prescrições do sujeito jornalístico sobre os indivíduos que aprendem o gênero jornalismo. Estas prescrições incluem:

- a construção do texto jornalístico depende da palavra de outrem;
- a relação com o dito pelos outros é dogmática e o enunciador jornalista mantém uma distância nítida e estrita em relação ao tema dos enunciados que convoca a tomar parte do seu texto;
- os enunciados de outrem trazidos ao texto jornalístico cumprem funções específicas em relação ao que é dito pelo enunciador jornalista, autorizando, autenticando e dando verossimilhança ao que ele diz e, assim, contribuindo para a construção da imagem que o enunciador jornalista projeta de si nos textos e que responde à idealização de um interlocutor que cobra do jornalista ser, afinal, o transmissor autorizado, porém desinteressado da realidade.

O processo de entronização destes novatos no espaço profissional apenas lapida esta formatação. Por um lado, pelas premissas estabelecidas ao longo do trabalho, apenas no espaço real de produção do jornalismo será possível que aprendizes compreendam os limites possíveis da sua relação com aquilo que, no mundo, vira objeto dos seus textos. Ou seja, apenas nas redações será possível apreender os critérios reais de seleção da notícia, embora

parte desses critérios esteja pré-estabelecida pelas prescrições do gênero, uma vez que tudo aquilo que exija a avaliação individual e o exercício da subjetividade com a expressão de posições valorativas sobre o objeto (ou sobre o que é dito por outrem) não cabe, em princípio, no texto jornalístico.

Por outro, os deslizos mais significativos dos alunos-jornalistas mostram que o contato com o gênero de forma escolarizada não elimina por completo as possibilidades e tentativas dos aprendizes de expressarem subjetividade. Esta expressão será subjugada apenas no contato com as estruturas reais de produção do jornalismo, como tão bem expressam as regularizações promovidas pela jornalista-tutora.

A resistência dos jornalistas a essa pressão pelo desaparecimento do indivíduo – e o conseqüente desaparecimento de qualquer tema que exija um olhar individualizado sobre a realidade – apenas será possível com a compreensão exata dos limites prescritos pelo gênero do discurso no qual devem produzir. Essa compreensão que permite a transgressão, como fizeram, por exemplo, Tom Wolfe e os autores do *new journalism* norte-americano, exige não apenas reconhecer o que é permitido – ou seja, o que é estável –, mas também compreender tudo aquilo que é relativo dentro do gênero – no sentido de que a singularidade de cada texto (e de cada sujeito) depende das relações estabelecidas por ele com o já dito, com o interlocutor e com os vários enunciados que tomam parte do texto.

Nesse sentido, um processo de ensino-aprendizagem que estimule o exercício da individualidade e da singularidade, no caso do gênero jornalismo, precisa primeiro reconhecer a essencialidade da palavra do outro para a constituição dos textos jornalísticos. Isso implica trazer necessariamente para dentro do processo de ensinar e aprender a escrever jornalismo uma abordagem da dimensão da presença do discurso citado e das relações possíveis com os outros sujeitos que fazem parte dos seus textos. A variação das formas e estruturas composicionais de acordo com o tema dos textos, bem como as funções discursivas cumpridas pelas citações são pistas iniciais para propostas pedagógicas que permitam uma reflexão sobre os limites que o gênero jornalismo impõe ao enunciador, ou seja, propostas que estimulem uma relação menos submissa dos indivíduos que se põem a produzir jornalismo com as prescrições do sujeito jornalístico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ABREU, Alzira Alves de. *Introdução*. In: \_\_\_\_\_. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 7-11.
- \_\_\_\_\_. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 25-36.
- BENVENISTE, Émile. Da Subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. p. 284-293.
- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 191-200.
- BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado / Enunciado concreto / Enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 61-78.
- BRÉAL, Michel. O elemento subjetivo. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. São Paulo: Pontes, 1992. p. 157-161.
- CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, [S.l.], v. 11.n. 3, p. 303-326, set. 1996. Disponível em: <<http://ejc.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/3/303>>. Acesso em: 7 dez. 2008.
- COSTA, Henrique. Estudantes reagem à presença de empresas no curso de jornalismo. *Observatório do Direito à Comunicação*, São Paulo, 29 fev. 2008. Disponível em: <[http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2753](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2753)>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- CURSO de Jornalismo. *Estadão.com*, São Paulo, [199-]. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/talentos/talentos2011/index.htm>>. Acesso em: 15 abr.2011.
- FAÏTA, Daniel. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. ver. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 149-168.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e Diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.



GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GLOBO Universidade. *Globo.com*, Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <<http://globouniversidade.globo.com/>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

MACHADO, Márcia Benetti; JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: *10º Encontro Anual da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, GT Estudos de Jornalismo, 2001, Brasília. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado\\_jacks2001.rtf](http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf)>. Acesso em: 24 out. 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/manualredacao/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

MARQUES, Cristina Charão. *Provocações sobre o ensino de Comunicação no Brasil no final do século XX*. 1999. 81f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

\_\_\_\_\_. Profissão derrotada, ciência não legitimada – é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 6, n. 1. p. 98-113, 2010. Disponível em: <<http://e-groups.unb.br/ojsdpp/include/getdoc.php?id=963&article=300&mode=pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

POMPEU, Sergio. Civita enfrenta maratona jurídica para criar curso de pós em Jornalismo. *Estadão.com*, São Paulo, 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae.civita-enfrenta-maratona-juridica-para-criar-curso-de-pos-em-jornalismo,647382,0.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

RESENDE, Fernando. *O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico*. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Nelson. Cenas de um encontro com um gênio chamado Nelson Rodrigues: “ao cretino fundamental, nem água”. *Geneton.com.br*, São Paulo, 1º. mai. 1978. Disponível em: <<http://www.geneton.com.br/archives/000012.html>>. Acesso em: 24 out. 2006.

\_\_\_\_\_. *A menina sem estrela: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SCHUDSON, Michael. The Sociology of News Production. *Media Cultural Society*, v. 11, p. 263-282, 1989. Disponível em: <<http://mcs.sagepub.com/cgi/content/refs/11/3/263>>. Acesso em: 7 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. The objectivity norm in American journalism. *Journalism*, v.2. p. 149-170, 2001. Disponível em: <<http://jou.sagepub.com/cgi/content/abstract/2/2/149>>. Acesso em: 7 dez. 2008.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Mauro Wilton. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: \_\_\_\_\_. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense/ECA-USP, 1995.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2010.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. v. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

TREINAMENTO Folha – Quem deve fazer. *Folha.com*, São Paulo, [199-]. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/quem\\_deve\\_fazer.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/quem_deve_fazer.shtml)>. Acesso em: 15 abr. 2011.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993. p 74-90.

WOLFE, Tom. *Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ZANI, Giuseppe. *Confissões na imprensa: Um novo momento da crônica em Nelson Rodrigues*. 2004. 90 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

## ANEXOS

### Textos – Aluno A

#### A1

1	Os perueiros clandestinos da Rua Tomas Edson, nas proximidades do Terminal da Barra
2	Funda estão revoltados com a fiscalização da São Paulo Transportes (SPTrans). Eles
3	reclamam do rigor dos fiscais da empresa e dizem que a maioria dos 27 perueiros que
4	trabalham irregularmente na linha Barra Funda- Largo do Japonês já foi autuada. Na última
5	sexta feira, a SPTrans prometeu intensificar a fiscalização das lotações clandestinas com a
6	ajuda de 50 homens da Guarda Civil Metropolitana.
7	“Teve gente aqui que tentou recorrer mas foi indeferido”, reclama o perueiro Marcelo
8	Rodrigues da Silva, de 28 anos. Rodrigues, que também é cabo da Polícia Militar, trabalha
9	como perueiro para complementar a renda. O salário na polícia é de R\$ 900 por mês. Como
10	perueiro, Rodrigues chega a ganhar R\$ 300 por dia. Outro problema, na opinião dele, é a
11	imprudência de alguns colegas. “Os motoristas das outras linhas são irresponsáveis”,
12	afirma. Durante o trajeto, a reportagem flagrou um lotação com excesso de passageiros
13	ultrapassou a perua de Rodrigues e em seguida, passou o sinal vermelho.
14	A proprietária Arlene Evangelista Monção também se queixa dos fiscais da SPTrans. Ela
15	diz que teve uma multa inventada pelos fiscais na Rua da Várzea, nas proximidades do
16	Terminal da Barra Funda. Segundo Arlene, 99,9% das autuações são irregulares.
17	Carlos Alberto Gomes, de 40 anos, também reclama da fiscalização. “A gente quer
18	trabalhar mas não consegue”, diz. “Todo mundo aqui tem protocolo”.
19	Em melhor situação, Paulo da Silva, de 32 anos trabalha em um percurso mais longo, a linha
20	Barra Funda- Jardim Peri Alto. Apesar de estar em situação regular, Silva afirma que quer
21	ir embora de São Paulo. A cidade está muito violenta”. Silva afirma que já foi vítima de um
22	assalto. “Quando descobri que a arma do assaltante era de brinquedo, chamei a polícia”. A
23	pochete com o dinheiro das passagens acabou sendo recuperada. Na volta do trajeto entre a
24	zona norte e o terminal da Barra Funda, Silva parou em frente à própria casa e deixou um
25	pacote de balas para o filho Diogo, de sete anos.
26	Os perueiros clandestinos contam com a ajuda de alguns “funcionários”. Igor de Jesus
27	Santos, de 19 anos é “puxador” há um ano e meio . Seu trabalho é levar os passageiros do
28	terminal da Barra Funda até as peruas. Santos recebe cerca de R\$ 400 por mês e diz que
29	entrou no ramo por que conta da falta de emprego. O puxadores também são alvo da
30	fiscalização. “ Quando os fiscais chegam, a gente tem que se esconder”.
31	Entre os passageiros, não há restrição quanto ao uso das peruas clandestinas. “ Passando
32	perto da minha casa, está bom”, afirma a Auxiliar Administrativa Rose Pereira, de 21 anos.
33	Rose trabalha na Praça da República, no centro e mora no Bairro do Limão, na Zona Norte

34	da cidade.
35	Os colocadores de carpete Abilio José da Silva, de 32 anos, e Júlio Gonçalves, de 37,
36	também não vêm problemas nas peruas clandestinas. Segundo eles, a vantagem é que o
37	serviço é mais rápido.
38	Desde junho, todas as peruas da cidade de São Paulo estão em situação irregular. O
39	Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou a lei 12.516 de 97 que regularizava 2700
40	lotações. Na ocasião, o Secretário Municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro declarou
41	que estes perueiros seriam popuados pela fiscalização. A novo projeto de lei do Prefeito
42	Celso Pitta ( sem partido ) prevê a legalização de 4000 lotações.

## A4

1	No último domingo, SussumuHirasawa, reverendo da igreja Tenrikyo,
2	se reuniu com 25 fiéis para um almoço que mais parecia feito para uma
3	família de italianos, com televisão ligada, cerveja e macarronada. O banquete
4	faz parte da tradição da igreja e é realizado uma vez por mês no Templo
5	Alvorada, que fica na Rua Santa Cruz, zona sul da cidade. Dos devotos,
6	apenas a família do reverendo era de origem japonesa.
7	O peruero João Souza é negro e foi à igreja pela primeira vez há 16
8	anos, levado pela mãe. Souza garante que não há preconceito na religião.
9	“Aqui a gente não tem do que reclamar, sempre que precisamos, eles
10	ajudaram.” O peruero, que frequenta a igreja com a mulher e o filho, lembra
11	que, há três anos, ficou desempregado e foi ajudado pelo reverendo
12	Hirassawa. “Eles fizeram de tudo pra me ajudar, chegaram até a levar comida
13	na minha casa”, explica Souza.
14	A dona de casa Tereza Campos de Lima atribui outras qualidades à
15	Tenrikyo. “Eu sofria de dores na coluna e só sarei depois que comecei vir o
16	aqui”, conta. Tereza e a família ainda frequentam a Igreja Católica, mas
17	preferem a religião oriental. Nos domingos de culto, não costumam ir à missa.
18	“Aqui eles não têm preconceito com outras religiões”, garante. Tereza já
19	chegou a fazer um curso no Japão e afirma que recebeu o dom do Osaski, que,
20	segundo os adeptos da igreja, atribui o poder de curar os males do corpo.
21	Enquanto almoçava com o reverendo Hirassawa, o marido de Tereza, Helio
22	Pimentel, assistia a um programa com o Padre Marcelo Rossi. “Esse cara está
23	ficando parecido com o pessoal da Igreja Universal”, criticava.
24	Mesmo podendo frequentar outra religião, a professora de Português
25	Neusa Aparecida Corrêa resolveu abandonar o catolicismo. Neusa se casou há
26	quatro anos com um integrante da Tenrikyo e garante que não enfrentou
27	problemas em casa. A mãe, católica praticante, aceitou que a cerimônia fosse
28	realizada pela religião oriental. “Lá em casa, sempre me disseram que o
29	importante não era ter religião, mas acreditar em Deus”, explica a professora.
30	A tolerância aos costumes ocidentais e a outros tipos de crença é, na
31	opinião do missionário Marcelo Uke, a principal razão do grande números
32	adeptos da religião que não são descendentes de japoneses. “No Tenrikyo, o
33	ser humano recebe o corpo e faz o que quiser.” Uke, assim como o pai,
34	Toshimitso, que é reverendo, são fumantes e consomem bebidas alcoólicas.
35	A família Uke se reúne para os rituais duas vezes por dia em uma igreja
36	construída no fundo da casa. O reverendo, a mulher e os filhos usam quimono
37	preto. Sobem descalços em um altar de madeira clara. O local sagrado tem três

38	divisões que representam os antepassados, a fundadora do Tenrikyo ( <i>veja box</i> )
39	e o deus da religião. Ajoelhados sobre almofadas diante do altar, os religiosos
40	realizam gestos com as mãos, batem palmas e cantam hinos em japonês e
41	reverenciam as três divindades. O ritual é acompanhado por instrumentos
42	musicais típicos do Japão.
43	Durante a oração, as netas do reverendo Uke, Marcela, de dois anos e
44	Letícia, de um ano e seis meses, brincam e imitam os gestos dos adultos,
45	tirando a atenção dos pais e tios, que se concentram no ritual. Mesmo assim, o
46	missionário, que é pai de Marcela, garante que as crianças não atrapalham. “Um dos
47	conceitos mais importantes do Tenrikyo é a família.”
48	
49	<b>BOX</b> - O Tenrikyo surgiu no final do século passado na cidade de Jiba, a
50	400 quilômetros de Tóquio, capital do Japão e onde, acreditam os religiosos,
51	teria surgido a humanidade. Em Jiba, a camponesa MikiNakaiama, chamada
52	pelos religiosos de Oyassama ou “Nossa Mãe”, teria recebido os ensinamentos
53	divinos. No local, que os religiosos consideram sagrado, foi contruído o
54	Pedestal do Nectar, onde os adeptos da religião costumam orar. Também em
55	Jiba, foi construída a Universidade Tenri para divulgar os conhecimentos da
56	instituição religiosa.
57	O Tenrikyo chegou ao Brasil em 1929, trazida pelo japonês Chujiro
58	Otake. Otake foi o responsável pela construção do principal templo, que fica
59	em Bauru, oeste do Estado. A religião tem 70 igrejas no país e o número de
60	fiéis é estimado em 15 mil.

## A6

1	O senador Romeu Tuma (PFL-SP) quer propor uma emenda
2	constitucional para reduzir a idade penal dos menores infratores. O senador
3	afirma que seu projeto é diferente dos demais que tramitam na Câmara porque
4	prevê a criação de um novo tipo de regime carcerário para os menores mais
5	perigosos. Pela proposta, a idade mínima de responsabilidade penal, que
6	atualmente é de 18 anos seria reduzida. Se a lei fosse aprovada, a
7	implementação do sistema dependeria de regulamentação por lei
8	complementar.
9	De acordo com o projeto, o artigo 228 da Constituição seria mudado e
10	os menores de 14 ou 16 anos, seriam julgados pelo Código Penal e passariam
11	a ser considerados semi-imputáveis. Os menores passariam a ser julgados
12	como criminosos comuns, mas a pena aplicada seria de um terço a dois terços
13	maior, como dispõe o artigo 26 desse Código. Tuma ainda não sabe qual será
14	a idade mínima que deverá constar em seu projeto. Isso vai depender, segundo
15	ele, do parecer de especialistas.
16	O senador afirma que a proposta não prevê o fim das casas de
17	recuperação como a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem).
18	Elas passariam a ser usadas para abrigar os menores que praticassem crimes
19	mais leves e crianças de rua. Segundo Tuma, o maior problema que essas
20	instituições enfrentam atualmente é a convivência de menores perigosos com
21	outro que cometeram crimes menos graves. “ Hoje em dia, a Febem virou uma
22	escola superior de criminalidade”, declarou.
23	O projeto cria uma grande responsabilidade para os juizes, que, passam
24	a decidir, de acordo com o artigo 26 do Código Penal, quais são os menores
25	que irão para os novos estabelecimentos de reabilitação. Eles seriam
26	escolhidos com a ajuda de psicólogos e membros do poder judiciário.
27	Antes de encaminhar o projeto, Tuma espera realizar um debate com a
28	sociedade e a imprensa. Na opinião do senador, é preciso tomar medidas
29	emergenciais para conter a violência dos menores infratores. “ Nesse
30	momento, não dá para pensar só em educar”. Para ser encaminhada, a emenda
31	precisa da assinatura de 27 senadores.

## A8

1	Aos 14 anos, o cronista Mario Prata entrou pela primeira vez na redação
2	de um jornal. “ Só fiz isso, porque A Gazeta de Lins ficava em frente à minha
3	casa”, justifica. Aos 53 anos, o autor de <i>Minhas Mulheres e Meus Homens</i> ,
4	livro que está há três semanas na lista dos mais vendidos da revista <i>Veja</i> ,
5	acredita que tudo em sua vida, aconteceu por acaso. “Se eu morasse em frente
6	a uma fábrica, talvez fosse industrial.”
7	A carreira começou na cidade de Lins, que fica a 450 quilômetros de
8	São Paulo, mas só ganhou força depois que o escritor veio morar na Capital.
9	Prata conta que passou em concurso do Banco do Brasil e foi chamado para
10	trabalhar em São Paulo. Na mesma época, resolveu fazer Economia, curso que
11	abandonou quando a carreira de escritor começou a decolar em 1970, com a
12	estréia da primeira peça, <i>Cordão Umbilical</i> . “ Na época, meus pais acabaram
13	se convencendo de que eu estava no caminho certo”.
14	Prata afirma que uma de suas maiores influências foi Samuel Weiner,
15	dono do jornal carioca <i>Última Hora</i> . O primeiro contato com Weiner foi aos
16	16 anos, quando se tornou correspondente <i>Última Hora</i> para a cidade de Lins.
17	Só se conheceriam pessoalmente em 73, quando Weiner teve um caso com a
18	atriz Joana Fom, que morava com Prata. “ Eu e a Joana morávamos juntos,
19	mas não havia nada entre a gente.”
20	Mesmo assim, o relacionamento com a atriz rendeu uma estória para o
21	último livro. Na obra, Prata conta que um dia Joana chegou em casa deprimida
22	e disse que o médico havia dito que a atriz precisava fazer sexo. “ Transamos
23	por causa disso e desde que eu publiquei esse episódio, agente não se fala”,
24	conta o escritor.
25	O último livro está na segunda edição e já vendeu cerca de 30 mil
26	cópias. Apesar do sucesso, Prata acha que só agora o público está entendendo
27	a obra. “No começo, estava vendendo como a revista <i>Caras</i> ” . Prata se refere
28	às pessoas famosas das quais o livro trata. Para o autor, o trabalho é um retrato
29	da geração que viveu os anos 60 e 70. “Os mais jovens com que tenho entrado
30	em contato dizem que gostariam de ter vivido na minha época, acho que é esse
31	o espírito do livro.” Mesmo não se considerando um nostálgico, o escritor
32	acha mais fácil escrever sobre o passado.
33	Para o ano que vem, Prata também pensa em criar um curso
34	universitário para escritores. A universidade já tem até nome, Faculdade de
35	Escritores Brasileiros (FEB) e a maioria das matérias do currículo já está
36	definida. A idéia surgiu da necessidade do autor de conhecer melhor a
37	literatura. Além disso, ele acha que é necessário que os escritores passem a ser



38	reconhecidos como profissionais. “ Espero que um dia, a gente possa dizer que
39	é escritor até na declaração do Imposto de Renda.”, conclui. No o próximo
40	trabalho, Prata deve escrever sobre os objetos de sua casa. A idéia, reconhece,
41	é antiga, e já foi proposta pelo escritor francês Javier de Maistre, no século
42	passado. Além disso, a obra poderia ser uma continuação do último livro.

**A10**

1	Imagine um casarão do início do século refletido sobre os vidros azulados de um
2	gigantesco edifício com cara de século XXI. O futuro é um reflexo do passado?
3	Transformada em museu de arte em museu se arte contemporânea, a Casa das Rosas foi
4	reformada em meados da década passada pela mesma construtora que fez surgir, na parte
5	de traz do terreno (número 37 da Avenida Paulista), o Parque Cultural Paulista, um prédio
6	de 20 andares e fachada envidraçada em estilo contemporâneo.
7	Construída em estilo francês, a Casa das Rosas foi projetada por Ramos de Azevedo
8	para a própria filha. O arquiteto, um dos mais influentes do início do século, idealizador do
9	projeto do Teatro Municipal, não chegou a ver a obra pronta, pois morreu em 1930, cinco
10	anos antes do término da construção. Boa parte do material usado veio do exterior. O
11	mármore rosa dos banheiros é importado da Itália e de Portugal e as louças sanitárias são
12	alemãs e inglesas. A maioria das peças adquiridas no Brasil tem a marca do Liceu de Artes
13	e Ofícios, a melhor escola de arquitetura e construção da época. São do Liceu o
14	madeiramento, e boa parte dos pisos e azulejos. Os vitrais, de material importado da
15	Bélgica, foram construídos na renomada Casa Conrado.
16	Apesar de se tratar de um casarão restaurado, o visitante não deve esperar, no
17	interior da Casa das Rosas, objetos do início do século ou qualquer coisa do tipo. Desde a
18	restauração, concluída em 91, a casa passou a ser um museu que abriga exposições de
19	artistas contemporâneos. Mesmo assim, o turista que quiser saber mais sobre sua história,
20	pode contar com folhetos explicativos e vídeos que devem ser solicitados na portaria. As
21	obras que atualmente estão em exposição fazem parte da mostra “Transcendência”, que vai
22	até o dia 10 de outubro.
23	O Parque Cultural Paulista fica no “quintal” da Casa das Rosas”. Uma visita
24	interessante é o Espaço Cultural da Fundação Brasil Japão, que fica no segundo andar e
25	costuma abrigar exposições, sempre com assuntos ligados à cultura japonesa. O espaço
26	funciona de segunda a sexta- feira, das 10 às 17 horas. A próxima exposição, que será
27	realizada de 5 a 19 de setembro, terá como tema a tecelagem e os desenhos textéis
28	japoneses.
29	O visitante que quiser conhecer essa mistura de passado e futuro deve optar pelo
30	metrô, que, através da Linha Paulista, serve toda a avenida, e descer na estação Brigadeiro.
31	As linhas de ônibus também são uma opção interessante, pois são vários os itinerários que
32	passam pela avenida. A Casa das Rosas fica aberta ao público de terça a domingo das 12 às
33	20 horas.

## Textos – Aluno B

### B1

1	Gritos, buzinas e empurrões. Esse é o dia-a-dia do Largo 13 de maio, o coração do bairro-
2	cidade Santo Amaro, na zona sul da capital. Perueiros disputam passageiros à gritos, param na linha
3	de tráfego e deixam as ruas intransitáveis a qualquer hora do dia. Tudo isso porque o local se
4	tornou um grande filão para atividade. Não se tem metrô por perto, e o sistema de transporte
5	coletivo é lento e não abastece toda a região. Hoje, as lotações entre ilegais e clandestinas oferecem
6	as mesmas linhas de ônibus e outras que fazem caminhos alternativos, principalmente para os
7	bairros da zona sul como Cocaia, Piraporinha, Capão Redondo e Jardim Jacira.
8	Segundo a Administração regional, toda aquela região abriga perto de 3,5 milhões de
9	peças, 227 favelas e 700 indústrias, além de um grande comércio informal e lojas populares.
10	Números que superam os de muitas capitais brasileiras. E, o Largo é o ponto de passagem para
11	todos eles. São pessoas que vão trabalhar na zona sul, outras saem para a zona leste e para
12	lugares da cidade. São pessoas que levam mais de uma hora para chegar ao seus destinos finais..
13	É o caso da Dona Leonor Silveira, 51, que sempre saía da casa para o ponto de ônibus às 5
14	horas, na Alameda Santo Amaro, e chegava ao trabalho às 6h10 em Jabaquara. “ Hoje, eu vou de
15	lotação e faço a viagem em 25 minutos sem problemas, com a vantagem do conforto.” afirma. Mas,
16	nem sempre é assim, Teresa Ferreira, 21, não se arrisca pegando uma lotação e prefere ficar no
17	ponto esperando o ônibus que passa em 50 em 50 minutos. “Eles correm muito e não se importam
18	com crianças e idosos” indigna-se. Teresa tem uma filha de cinco anos que teve o dedo preso na
19	semana passada na porta de uma das lotações que passam no local.
20	Pressão e sufoco- O risco de acidentes e a falta de segurança são os principais argumentos
21	das pessoas que resistem em andar de lotação na região. Muitos motoristas fazem manobras
22	perigosas, andam de carros cheios e correm para alcançar os ônibus ou para fugir da fiscalização.
23	“Você trabalha sempre pressionado, assim, é impossível dar condições de segurança para os
24	passageiros” explica-se João Pernambuco, já há três anos na profissão.”Você tem que ficar olhando
25	o tempo todo a fiscalização e correndo dela.”complementa.
26	De acordo com perueiro Wladimir Borges, coordenador da Linha Santo Amaro/Jabaquara
27	são apreendidos dez carros por dia na região e a abordagem da fiscalização muitas vezes é violenta.
28	”Quase todo dia a gente tem que ir atrás de companheiros nossos em delegacia”. Na última

	Sexta-
29	feira, um perueiro da linha Santo Amaro/ Conceição foi preso na 43º Distrito Policial da capital por
30	reagir à fiscalização e só foi liberado após pagar 300 reais de fiança. “Isso é muito normal por
31	aqui”” afirma .
32	Muitos perueiros já trabalham no Largo há mais de dois anos. São pais de família e jovens
33	que levam aproximadamente 200 pessoas por dia aos seus destinos. “Estou torcendo para que não
34	legalize as 4 mil e trezentas peruas lotações prometidas pela prefeitura, é muito pouco, é deixar muito
35	pai de família na mão. “diz Borges.Outros motoristas acreditam que a legalização vai acabar com a
36	pressão e sufoco com quem trabalham no dia-a dia. Enquanto toda essa discussão ferve na capital,
37	nas ruas que desaguam no Largo não param de passar 30 peruass por minuto.

## B2

1	A versão do Grito dos Excluídos deste ano na capital foi tranqüila e
2	desanimada. Segundo a Guarda Civil Metropolitana, menos de 4 mil pessoas
3	lideradas pela Central do Movimento Popular (CMP) entre outras entidades,
4	se concentraram no Parque da Independência, na zona sul da cidade, ontem
5	pela manhã. Apesar da falta de ânimo, o ato teve seu grande momento quando
6	eles invadiram o Monumento da Independência, depois de uma abraço
7	simbólico. Policiais civis e militares tentaram reprimir no início, mas logo
8	controlaram a situação.
9	“A tomada do monumento não foi um ato de baderna, mas sim um gesto
10	simbólico do verdadeiro grito da liberdade” justificou uma das dirigentes da
11	CMP, Claudinéia Apolinário. Mesmo com o pedido dos líderes para que
12	descessem as escadas, os manifestantes permaneceram e só depois da
13	execução do Hino da Independência saíram do local. “Esse foi o único
14	momento em que as palavras de ordem e o slogan foram ditos com
15	empolgação” afirma a dirigente.
16	Brasil: “filho teu não foge à luta” foi o grande lema do Grito deste ano,
17	que foi realizado simultaneamente em 1,5 mil cidades do país. O foco
18	principal da manifestação nacional foi a cidade de Aparecida, a 200
19	quilômetros da capital, onde cerca de 80 mil pessoas estavam presentes. O ato
20	já é realizado há cinco anos no País, mas em São Paulo essa foi a segunda
21	edição.
22	De acordo com o coordenador do protesto e dirigente da CMP, José
23	Albino de Melo, a avaliação do protesto deste ano na capital foi positiva. O
24	movimento lançou várias metas contra a política econômica do governo
25	federal, com destaque à proposta da Conferência Nacional dos Bispos do
26	Brasil (CNBB) de fazer um plebiscito popular, no abril do ano que vem, para
27	saber se o País deve ou não pagar a dívida externa.
28	<b>Grito latino-americano</b> - Mais de 20 entidades participaram do
29	protesto, entre elas um grupo de 35 pessoas de diferentes países da América
30	Latina que vieram ao país divulgar o Grito dos Excluídos latino-americano,
31	previsto para o próximo mês de outubro. “Os problemas comuns em toda a AL
32	devem ser discutidos neste tipo de oportunidade” explicou o colombiano
33	Amílcar Ulhôa, que segurava a bandeira de seu país destacada entre todas
34	aquelas vermelhas.
35	A próxima manifestação nacional será uma grande marcha popular no
36	dia 7 de outubro, em Brasília. “Mas todo Dia da Independência o
37	compromisso é aqui” concluiu o coordenador do Grito.

**B3**

1	Partido dos Trabalhadores (PT) já começa lançar estratégias para
2	as eleições do ano 2000. A primeira delas é investir na campanha do partido
3	para concorrer em prefeituras de pequenas e médias cidades. A segunda é
4	propor uma campanha de caráter nacional para conscientizar a população
5	sobre as eleições para Câmara de vereadores, sempre esquecidas quando há
6	eleições majoritárias.
7	Em entrevista coletiva aos alunos do curso de jornalismo do
8	„Estado”, o deputado federal (PT-SP) José Genoíno disse que o maior o
9	objetivo do partido nas próximas eleições é aumentar o eleitorado, elegendo
10	muitas prefeituras, principalmente no interior do País, e concentrando forças
11	em cidades onde existam chances para ganhar. São Paulo é uma delas. “Marta
12	Suplicy já é consenso dentro do partido para concorrer a prefeitura de São
13	Paulo” exemplifica. Porto Alegre, Salvador e Campo Grande são outras
14	cidades que o partido promete fazer uma campanha forte porque tem chance
15	de ganhar.
16	Genoíno ainda admite que as alianças com os quadros de esquerda são
17	possíveis, principalmente em São Paulo. O PT procura apoio do Partido
18	Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Popular Socialista PPS, mas não abre
19	mão de ser o protagonista, quer dizer, a aliança não implicaria a candidatura
20	para prefeito. A principal polêmica seria a aliança com a ex-prefeita da capital,
21	Luísa Erundina que já é pré-candidata do PSB. O deputado acredita que se
22	não conseguir apoio dela no primeiro turno, garante no segundo.
23	O deputado atribuiu a perda da reeleição, em 92, para prefeitura a uma grande
24	aliança a favor da imagem de Paulo Maluf. “Mas, agora estamos experientes
25	e mais preparados para compor o mandato”, justifica.

## B4

1	No domingo, ao sentar no primeiro banco da Catedral Metropolitana Ortodoxa
2	de São Paulo na zona sul da capital, a deficiente visual, Valéria Vieira,
3	esperava beijar o Evangelho na mão do padre, como parte do ritual das missas
4	celebradas por lá. Não conseguiu. Minutos antes, o sacristão pediu que ela se
5	sentasse um pouco atrás, porque uma “celebridade” havia chegado. Era a
6	presidente da Liga das Senhoras Ortodoxas e esposa de um empresário árabe.
7	A Catedral possui 1,5 mil lugares, dos quais só 50 estavam ocupados no dia,
8	mas a primeira fila já estava reservada . “A religião é elitista e só quem tem dinheiro
9	pode crismar, casar e fazer parte dela”, indigna-se Valéria.
10	Há seis anos, Valéria frequenta a igreja, mesmo não sendo descendente de
11	árabes. Apesar de ser aberta ao público em geral, ela teve muitas dificuldades
12	de se integrar e participar das atividades da catedral. Os padres não deram à
13	ela a concessão da crisma para se transformar membro da comunidade. “Fica
14	difícil, não tenho dinheiro e não sou árabe”, diz. E não é a única. Várias
15	pessoas que escolheram a religião por simpatia e, não por tradição podem
16	assistir à missa, mas não são chamados para o “cafezinho”, quando a
17	comunidade se encontra e se abraça após celebração.
18	Para muitos fiéis que não são da comunidade ortodoxa, o catolicismo do
19	oriente, como é chamado, é a única religião que está preocupada em manter
20	suas tradições milenares, principalmente em relação aos rituais. “É luxuosa,
21	conserva sua liturgia e não segue a moda, como faz a romana.”, afirma Wanda
22	Soares, adepta há três anos. Segundo um dos padres da catedral, Valério
23	Lopes, a ortodoxia já tem seus fiéis e não precisa atrair outros. “Isso é o que
24	faz a nossa religião não perder a identidade e não modificar suas tradições”,
25	explica.
26	<b>Rituais milenares-</b> Apesar de propostas teológicas semelhantes, a Igreja
27	Ortodoxa possui rituais muito diferentes dos da Católica Romana. A missa é
28	toda cantada. No caso da Catedral Metropolitana, ela é celebrada uma parte
29	em árabe e a outra em português, porque segue a corrente do Patriarcado
30	Antioquino, com sede em Damasco, na Síria. Em outras igrejas cristãs
31	ortodoxas, como a russa, ela ainda é realizada na língua do país de origem.
32	A cerimônia conta com a participação de três padres e quatro diáconos
33	(seminaristas) que dão a ela um clima de encenação, principalmente pelas
34	roupas muito ornamentadas e pelas mitras. Os padres se revezam nos cânticos
35	e os jovens diáconos carregam crucifixos, velas e recolhem as oferendas.
36	Como em um teatro, uma cortina vermelha separa o público do espetáculo.
37	Para diferenciar a leitura do Evangelho da Epístola, eles entram no altar e

38	fecham as cortinas. Quando elas abrem, todos os fiéis se levantam.
39	Os padres na ortodoxia não são celibatários, como na católica romana. Porém,
40	essa decisão deve ser feita antes da ordenação, cerimônia em que o bispo
41	reconhece o seminarista como padre. A religião ainda tolera o divórcio, mas
42	não admite um segundo casamento. Por estes motivos, é considerada menos
43	dogmática que a Romana.
44	BOX-
45	Em 1054, o Império Bizantino rejeitou a supremacia de Roma, no catolicismo,
46	provocando o Cisma do oriente. Até então, as duas tradições viviam no
47	interior do cristianismo: a latina, do Império Romano do ocidente e a
48	Bizantina em Constantinopla (atual Istambul, na Turquia). Por grandes
49	divergências administrativas e, nem tanto teológicas, elas se separaram
50	formando a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Católica Ortodoxa.
51	O catolicismo do oriente, como é chamado, tem quatro Patriarcados com sede
52	em Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Constantinopla, que logo se alastraram
53	pela Rússia, Bulgária, Armênia, Sérvia etc. Transformou-se também na
54	chamada religião do leste-europeu. Mas foi tomando formas diferentes nessas
55	regiões, e até conflituosas entre si.
56	Porém, a Grécia é o país com mais cristãos ortodoxos no mundo, 97,6% de
57	toda a população. Na América Latina, o número é de 620 mil fiéis.



**B5**

1	Cada vez mais, pequenos e grandes estabelecimentos comerciais da capital
2	estão investindo no chamado comércio 24 horas, segundo dados da
3	Associação Comercial de São Paulo. “Essa tendência está mudando a
4	economia nacional e modificando hábitos da população”, diz o economista da
5	entidade, Emílio Alfieri. “Cabelereiros, frutarias, shoppings e livrarias agora
6	estão sendo abertas ao público da madrugada.”
7	Supermercados, farmácias, lojas de conveniência e postos já apostavam
8	na idéia de se lucrar com o público que trocam o dia pela noite. “Existe um
9	público fiel que vem na loja comprar cigarros, escutar uma música e não ficar
10	sozinho em casa”, diz o gerente de uma tabacaria 24 horas Rodrigo Gorga,
11	que há três anos trabalha de madrugada. São pessoas que não têm tempo de
12	dia para fazer compras, abastecer o carro, comprar jornal, cortar o cabelo. E,
13	hoje, tem a disposição um comércio crescente que pode atendê-lo a qualquer
14	hora da noite.
15	Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade),
16	8,6% dos moradores da capital, cerca de 200 mil pessoas, trabalham à noite
17	ou fazem plantões. “O comércio 24 horas além de propiciar conforto aos
18	consumidores, é uma alternativa de emprego nas grandes cidades, por
19	exemplo em São Paulo”, diz o gerente noturno de uma grande rede de
20	supermercados, Aureci Joaquim de Carvalho.
21	<b>Público diferente-</b> Marcelo Maluf Cápua é freqüentador assíduo de
22	uma loja de conveniência no Itaim, na zona sul. “ Já é um hábito passar na loja
23	quando eu volto do trabalho, tudo para tomar um sorvete”, diz. Cápua é
24	empresário e trabalha até tarde em seu escritório. Lá pelas 3 horas passa
25	sempre pela loja para conversar com as vendedoras , comer alguma coisa e
26	para tomar o seu sorvete. “Eu já passei por aqui às 5h30 e fiquei até 7h.”

**B6**

1	A crise da Fundação Estadual para o Bem- Estar do Menor (Febem)
2	vem causando polêmicas nos bastidores do Poder Legislativo. Vários projetos
3	de lei estão sendo apresentados no âmbito estadual e federal. Um deles é o
4	projeto de emenda constitucional do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que
5	prevê a redução da maioria penal e a criação de um regime prisional
6	diferente do que existe para os menores de alta periculosidade. A Febem seria
7	somente um abrigo de menores abandonados e infratores que , segundo o
8	senador, teriam recuperação. Tuma vai apresentar o projeto daqui a duas
9	semanas.
10	De acordo com o projeto, a idade criminal passaria de 18 para 14 ou 16.
11	“Nessa idade , ele não é totalmente alienado e incapaz de cometer crimes
12	hediondos” diz o senador. Porém, esses menores não iriam para uma casa de
13	detenção normal. Seriam construídas casas de recuperação especiais com
14	programas pedagógicos assistidos por especialistas. “A Febem como está hoje
15	deve acabar, é um depósito de violência.”
16	Para o senador, para construir as casas de recuperação é preciso
17	investimento por parte do Estado e parceria com iniciativa privada. “Porém, a
18	segurança pública é o ponto fraco dos governantes.” Com 40 anos de
19	experiência pelo tema, o senador já é pré-candidato à Prefeitura e pretende
20	explorar o que mais sabe para ganhar votos. O Partido da Frente Libera

**B7**

1	Na semana do lançamento da Campanha Nacional de Doação de Órgãos, o sistema
2	de fila única de transplantes completa dois anos e meio a críticas e aplausos. O índice de
3	cirurgias aumentou 17,3% em relação ao ano passado, mas o sistema não conseguiu
4	alcançar seu grande objetivo: democratizar a distribuição de órgãos. Para os doentes renais
5	cadastrados na lista, o desespero é maior. Muitos deles estão sendo preteridos por falta de
6	leitos em hospitais públicos. E, o órgão acaba indo para os pacientes de hospitais
7	particulares. Assim, fila única se transforma em uma fila por hospitais.
8	Maria Lúcia Gondim, paciente do Hospital das Clínicas da Universidade de São
9	Paulo (HC-USP), foi preterida 15 vezes desde setembro do ano passado e até hoje não
10	conseguiu receber um rim. O motivo foi sempre o mesmo: não há leitos para transplantes.
11	O HC possui hoje 22 leitos para este tipo de cirurgia e cerca de 2,5 mil pessoas cadastradas
12	para receber um órgão .
13	O drama de Maria Lúcia rendeu uma ação do promotor Vidal Nunes Júnior do
14	Ministério Público de São Paulo (MP-SP) contra a Secretaria Estadual da Saúde,
15	coordenadora da Central de Transplantes (CET). Nunes sugeriu ainda a criação de um
16	mecanismo para evitar mais injustiças. De acordo com a proposta, o órgão a ser
17	transplantado passa a pertencer ao paciente quando ele chegar no topo da lista, e não mais à
18	CET. Desta forma, a secretaria deverá garantir o transplante em qualquer hospital público
19	ou conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS) de São Paulo. “Essa é a única forma de
20	democratizar o sistema e não beneficiar os hospitais particulares”, diz Nunes. “Esse
21	programa já funciona em Ribeirão Preto e vem dando certo.”
22	As modificações sugeridas pelo promotor estão sendo analisadas pelo Conselho
23	Regional de Medicina de São Paulo porque envolvem questões de ética profissional. Neste
24	mecanismo, um paciente de uma equipe médica pode ser transplantado por outra. Se isso
25	ocorrer, o diagnóstico que vai ser levado em conta é o da equipe responsável pela cirurgia.
26	“Isso vai confundir todo o sistema e bagunçar o que já está sendo controlado”, indigna-se o
27	coordenador da CET da capital, Luiz Augusto Pereira. “Não dá para o doente sair com um
28	rim debaixo do braço procurando por um hospital.”
29	No esquema atual, o doente renal é cadastrado por sua equipe médica e precisa ficar
30	atualizando alguns exames a cada três meses para continuar participando. Segundo Pereira,
31	os únicos critérios usados para a seleção de receptores são o tempo de espera, idade e tipo
32	sangüíneo. Quando surge um doador, o sistema da CET emite uma lista dos 20 primeiros
33	candidatos e analisa os exames de compatibilidade. Depois ela notifica a equipe médica do
34	receptor, que verifica se há leitos no hospital. Se não houver, o órgão passa para o próximo,
35	e assim por diante.
36	<b>Outras denúncias-</b> O doente renal Carlos Roberto da Cruz era o número 292 no
37	dia 24 de agosto no cadastro da fila única de rim. Ao checar sua posição no dia 9, descobriu

38	que tinha descido para o número 313. E isso é muito comum. Adriana Perez era o número
39	13 e, em um pequeno espaço de tempo, foi para o 16. “Ou esse sistema está sendo
40	desrespeitado ou nós não somos informados sobre os critérios dele”, questiona Cruz.
41	De acordo com o coordenador da CET, isso ocorre porque todo dia a fila muda um
42	pouco por vários motivos. O primeiro é a entrada de um paciente que fez transplante
43	recentemente e sofreu um processo de rejeição. Ele tem o direito de voltar para o mesmo
44	lugar até seis meses após a cirurgia. Eventualmente, os exames de sorologia de alguns
45	pacientes podem estar vencidos e eles também perdem a posição temporariamente. Todos
46	esses critérios nunca foram informados para os que vivem o drama da espera por um órgão.
47	“ Talvez porque eles estejam equivocados”, afirma Cruz.
48	A presidente da Associação Paulista de Renais Crônicos (Aprec), Neide Barricheli,
49	acredita que a CET desativa quem ela quer para beneficiar os hospitais particulares. “Mas
50	só três pessoas sabem a senha de toda a lista e nela não há como saber se é paciente do SUS
51	ou não”, defende-se o coordenador da CET.
52	Apesar das denúncias, sabe-se que o cadastro único foi a melhor forma encontrada
53	pelo Ministério da Saúde para controlar os transplantes feitos no País e tentar democratizar
54	todo o sistema. Antes, o rodízio era de hospitais, cujas equipes médicas escolhiam quem
55	seria o paciente beneficiado. Para a presidente da Aprec, o sistema é rígido e difícil de ser
56	desrespeitado, mas possui grandes distorções. “Para criar um sistema assim, é preciso
57	sustentá-lo.”
58	<b>Retranca 2</b>
59	O Sistema Único de Saúde (SUS) de São Paulo gasta R\$ 13 mil por ano com o
60	tratamento de um doente renal crônico, o equivalente ao preço tabelado pelo Ministério da
61	Saúde de uma cirurgia de transplante renal. Se multiplicarmos essa quantia pelos 31 meses,
62	tempo médio de espera de um doente na fila única, daria para pagar três transplantes na
63	rede pública e em hospitais conveniados. Assim, o Estado paga mais pela longa espera do
64	doente na fila do que pela solução da doença, o transplante.
65	Segundo a presidente da Associação Paulista de Renais Crônicos (Aprec), Neide
66	Barricheli, o SUS gastaria menos se investisse mais na política de captação de órgãos e na
67	sua distribuição, principalmente parahospitais públicos. A criação de mais leitos e a
68	construção de centrais de transplantes garantiriam mais cirurgias e maior qualidade de vida
69	ao doente renal crônico.
70	Muitas vezes, a falta de treinamento adequado e de equipamentos apropriados das
71	Organizações de Procura de Órgãos (OPO’s) compromete a captação de rins em várias
72	regiões da capital. Daniel Ângelo, 56 anos, por exemplo, sofreu uma cirurgia de transplante
73	complicada porque o rim foi retirado 36 horas após a morte do doador. Enquanto o limite
74	para não correr riscos de rejeição é de apenas 30 horas.

75	
76	<b>Retranca 03</b>
77	Depois de se submeter ao transplante, o doente renal consegue viver bem por 15
78	anos e não mais que isso. Uma alimentação balanceada e exercícios físicos são
79	fundamentais para o tratamento pós-cirúrgico. Se não seguir essas regras, em pouco tempo
80	ele pode estar de volta às sessões de diálise, na qual o paciente conta com uma máquina
81	para filtrar o seu sangue. De acordo com o médico e coordenador da Central de
82	Transplantes da capital (CET), Luiz Augusto Pereira, os renais crônicos acham que depois
83	da cirurgia estão curados e cometem excessos com bebidas alcoólicas e frituras.
84	Pedro de Souza, 53 anos, é renal crônico desde os 40 e sofreu um transplante há
85	nove anos. Voltou a sua vida normal de funcionário público e a frequentar os bares no fim
86	de tarde. Poucos meses depois, Souza teve que vir de Goiânia para São Paulo para fazer o
87	tratamento de diálise e esperar por um novo rim.
88	Ele é um dos milhares de doentes renais que vêm à capital para tratamento nos
89	melhores hospitais do Brasil. Hoje, esses doentes participam da maior fila única de rim do
90	País: 6 mil pessoas. Souza já está fazendo uma dieta rigorosa para se submeter à cirurgia
91	ainda este mês, apesar de seu número ser o 453. A sorte dele foi ter achado na família um
92	doador compatível. Quando isso ocorre, o cadastrado notifica a CET e sai da fila.
93	Os transplantes de rim e da medula óssea são os únicos que podem ser feitos com o
94	órgão de doador vivo, por isso é mais difícil controlar o número de cirurgias que são feitas
95	na capital e o preço que as equipes médicas cobram por elas.
96	
97	<b>Retranca 4</b>
98	Apesar do sofrimento das longas sessões de diálise e dos remédios fortíssimos,
99	alguns dos cadastrados na fila única de transplantes de rim se recusam a receber o órgão
100	quando chegam ao topo da lista. Abandonados pela família, eles preferem frequentar três
101	vezes por semana as clínicas de diálise para ter a chance de conviver com os “amigos de
102	tratamento”. Para eles, essas sessões são a única oportunidade para conversar e fugir da
103	solidão.
104	“O transplante poderia me trazer mais solidão e me afastar de grandes amigos que
105	fiz durante estes sete anos”, explica João Carlos Vicentino, doente há oito anos. A mulher
106	e seus dois filhos sumiram três anos depois da descoberta da doença e o resto da família se
107	afastou logo no início do tratamento. Hoje, Vicentino mora numa pensão perto do Hospital
108	das Clínicas de São Paulo, que ele paga com um salário de aposentado: R\$ 240,00. Depois
109	dos sete anos de hemodiálise, vive bem com o tratamento e tem medo do processo de
110	rejeição da cirurgia.
111	A presidente da Associação Paulista de Renais Crônicos (Aprec), Neide Barricheli,
112	também admite que não quer sofrer um transplante agora, mesmo com o seu décimo lugar

113	na fila. Ela já é transplantada e sofreu um violento processo de rejeição pouco tempo depois
114	da cirurgia. “Eu não troco a estabilidade da vida que eu levo fazendo hemodiálise pelo risco
115	de se fazer uma cirurgia”, afirma. Neide ficou doente aos 40 anos e hoje, aos 56, acredita
116	que pode viver por muito tempo com as sessões. “Eu só faria de novo se eu fosse uma
117	doente terminal.”
118	Segundo o coordenador da Central de Transplantes da capital, Luiz Augusto
119	Pereira, é possível viver bem sem se submeter a um transplante. Às vezes, os médicos não
120	arriscam fazer uma cirurgia muito delicada e deixam o paciente em tratamento de
121	hemodiálise. Isso pode garantir, em muitos casos, uma boa qualidade de vida. “Eu vivo
122	bem, criei meus filhos e ainda quero ver minha neta crescer”, diz Neide.

## B8

1	Depois de Ter lançado vários best-sellers, entre eles, o livro <i>Minhas</i>
2	<i>mulheres e meus homens</i> , o escritor e colunista do Estado de S. Paulo, Mário
3	Prata, vai se arriscar na sua próxima trama: fundar uma Faculdade para
4	escritores . “A idéia vai sair do papel no ano 2001”, promete Prata. “ Eu ainda
5	vou estudar nela.”Mas, essa é só uma entre milhares que estão prestes a sair
6	das suas fitas para o público. ”Eu vivo de idéias e quando as tenho eu preciso
7	gravá-las, senão eu as esqueço”, diz
8	Prata começou escrever cedo. Aos 14 anos, já escrevia para a Gazeta de
9	Lins, no interior de São Paulo, que ficava em frente à sua casa. Sentiu o
10	“Cheiro de chumbo” e resolveu arriscar na aventura. E conseguiu. Logo
11	depois, aos 16 anos, foi correspondente do „Última hora” em Lins. E assim
12	conheceu o jornalista Samuel Wainer e não saiu mais da profissão. Foi
13	repórter, colunista social e ,hoje, cronista. Uma trajetória construída num
14	folêgo só.
15	Novelas, prêmios em literatura , cinema e teatro. Mário Prata leva uma
16	vida quase normal : escreve pela manhã e sai todo dia para comer no Bar
17	Balcão, perto da sua casa. Não bebe mais. “Mas eu ainda volto”. Sempre
18	boêmio, Prata diz adorar sua geração, foco central do seu último livro, que ele
19	mesmo considera uma “auto –biografia” do seu tempo. Seus amigos de
20	geração e suas mulheres. Promete ainda lançar um livro sobre as suas coisas e
21	contar histórias sobre elas. “Toda coisa tem sua história: o sapato, o celular”
22	diz.
23	Apesar de tantas coisas que faz, o escritor ainda quer ser um aluno da
24	Faculdade que quer criar. “ É preciso regulamentar a profissão, porque
25	ninguém considera, e, claro, para ser melhor paga”. Prata já tem uma parte do
26	currículo pronto . E já pensou sobre tudo como sempre.

**B10**

1	A Avenida Paulista, quem diria, já foi uma área residencial. No começo do
2	século, morar lá era símbolo de ostentação, exuberância e status. Muitos barões do
3	café, seduzidos pela grande passarela, construíram na avenida seus casarões. Hoje,
4	poucos deles sobrevivem à modernidade, vivendo escondidos nas sombras dos
5	prédios altíssimos. Um virou banco, outro lanchonete, museu, Instituto etc. Mas um
6	se destaca por ter se tornado cenário de um grande mosaico cultural.
7	Até alguns meses atrás, esse velho casarão estava abandonado. Agora, se
8	transformou em um sebo e antiquário de dia e à noite um grande espaço para festas e
9	feiras culturais badaladíssimas. Um lugar que vive do contraste entre o moderno e o antigo.
10	Quinzenalmente, a casa se transforma no Mambo, um mercado onde se pode
11	encontrar todas as roupas e acessórios <i>clubber</i> , fazer tatuagens e escutar os melhores
12	<i>DJ's</i> <i>techno</i> da capital. Um grande ensaio para o verdadeiro Mercado Mundo Mix,
13	que ocorre uma vez por mês na cidade. Boa iluminação, preços razoáveis e
14	variedade garantem ao Mambo um grande público. A entrada custa R\$2,00.
15	Para quem gosta de algo mais calmo, o espaço abre todos os dias, das 10h30
16	às 21hs, como Sebo e Antiquário Paulista, com diversas raridades em livros e LP's.
17	Pode-se encontrar a primeira edição em português de <i>Ilíada</i> , de Homero, por
18	R\$150,00. Ou uma enciclopédia cabalística de 1925 por R\$ 80,00. LP's custam, em
19	média, R\$ 3,00.
20	O que mais impressiona no velho e bom casarão é a seção de antiquário. Os
21	móveis que estão à venda são originais da casa, construída em 1905. São bancos,
22	lustres, quadros, sofás. Todos representantes da luxúria de um barão de café no
23	início do século. O objeto mais caro é um banco inglês de R\$3.300,00. Lustres e
24	sofás saem, em média, por R\$ 600,00. Tudo em bom estado de conservação.
25	O lugar é um verdadeiro achado para quem gosta de antiguidades e, ao
26	mesmo tempo, de cultivar o que se tem mais de moderno na cena cultural mundial.
27	O Casarão fica na Avenida Paulista, 1919, entre a Rua Padre João Manuel e
28	a Alameda Ministro Rocha Azevedo.



## Textos – Aluno C

### C1

1	Três anos sem conseguir emprego levaram o motorista Gersival Ferreira de Oliveira
2	a vender um terreno, comprar um veículo e trabalhar como perueiro na região da Rodovia
3	Raposo Tavares. Aos 42 anos de idade e 4 nessa atividade, ele chega a dirigir 10 horas por
4	dia e faz cerca de 4 viagens de ida e volta entre o município de Cotia e o Largo da Batata,
5	bairro de Pinheiros, zona oeste de São Paulo.
6	Oliveira é dono de uma das cerca de 800 peruas que serão legalizadas, como
7	anunciou na sexta-feira o secretário dos Transportes Metropolitanos, Claudio de Senna
8	Frederico. “Ao contrário de muitos prefeitos, que só dificultam nosso trabalho, o
9	(governador) Mário Covas olhou e ajudou a nossa classe”, comemora o perueiro.
10	A expressão no rosto de Oliveira muda quando o assunto é a segurança da rodovia.
11	“A gente sofre muito com os assaltos, principalmente nos km 15 e 21.” Geralmente, os
12	assaltantes levam apenas o dinheiro dos cobradores, mas há casos em que o equipamento de
13	rádio e a própria perua também são roubados.
14	Outra reclamação de Oliveira é a falta de acostamentos. Na maioria dos casos,
15	ônibus e lotações são obrigados a parar na faixa da direita, atrapalhando o trânsito da
16	rodovia. “Eu já vi muita batida acontecer porque a gente não tem como sair da estrada e o
17	motorista que vem atrás não consegue parar a tempo.”
18	<b>Companheirismo</b> – Para enfrentar a difícil rotina de trabalho, Oliveira conta com a ajuda
19	de Luciano Arantes, de 22 anos. Além de cobrador do lotação, ele também avisa onde o
20	motorista deve parar e anuncia em cada ponto qual é o itinerário da perua. “O meu
21	equipamento de trabalho é a pochete, onde eu guardo o dinheiro, e a garganta”, afirma
22	Arantes, que trabalha todos os dias da semana, das 4 da manhã às 11 horas da noite. “Lá
23	pelas 6 da tarde, que é o horário de maior movimento, a voz vai ficando rouca, mas eu
24	tenho que continuar gritando, senão os passageiros não entram.”
25	Para atrair as pessoas, os pontos do Largo da Batata e do centro de Cotia têm um
26	“puxador”. “Ele organiza a fila de passageiros e chama o pessoal para pegar a perua”, diz
27	Arantes. “A gente precisa de uma ajuda, porque a briga com os ônibus é muito grande.”
28	Entre os motoristas também existe companheirismo. Oliveira explica que todos são
29	filiados à Cooperoeste – cooperativa dos perueiros que atuam na rodovia – e se comunicam
30	constantemente pelo equipamento de rádio. “A gente troca informações sobre o trânsito,
31	pede ajuda para os companheiros e até avisa a Polícia Rodoviária onde aconteceu algum
32	acidente.”
33	Para Oliveira, essa solidariedade tem um único objetivo: prestar um bom serviço aos
34	passageiros e melhorar a imagem que as pessoas têm dos perueiros. “A gente tem muitas
35	vidas na mão, precisa trabalhar com o máximo de atenção e cuidado.” Para isso, motorista e
36	cobrador servem até de amigo e conselheiro dos passageiros. “Muita gente fala dos

37	problemas do desemprego ou comemora com a gente, porque voltou a trabalhar”, afirma
38	Arantes.
39	Um dos passageiros do lotação de Oliveira na sexta-feira era o pintor Antônio
40	Benedito do Ó, de 48 anos. Morador do bairro do Rio Pequeno, ele não escondia o sorriso,
41	pois havia acabado de conseguir trabalho em um prédio da Avenida Brigadeiro Faria Lima.
42	Paraibano de Areal, esta é a terceira vez que Ó tenta a sorte em São Paulo. “Está difícil
43	arrumar emprego, mas hoje eu posso dizer que volto para casa feliz.”

## C2

1	Cerca de 33 mil pessoas foram ao Sambódromo do Anhembi, na zona
2	norte de São Paulo, assistir às comemorações de Sete de Setembro. O prefeito
3	Celso Pitta (sem partido) e o governador Mário Covas (PSDB), que chegou
4	atrasado, foram recebidos com vaias pelo público. O desfile durou três horas e
5	contou com a participação de 3,6 mil militares e 5,2 mil estudantes. No outro
6	lado da cidade, entidades e partidos de esquerda realizavam o 2º Grito dos
7	Excluídos, no Parque da Independência, no bairro do Ipiranga, zona sul da
8	capital. Segundo a Central de Movimentos Populares (CMP), uma das
9	organizadoras da manifestação, quatro mil pessoas protestaram contra a
10	política econômica do governo.
11	Os grupos de manifestantes saíram de alguns pontos da Grande São
12	Paulo, como a Praça da Sé e a região do ABC. O movimento, assim como as
13	outras manifestações por todo o Brasil, tinha como slogan a frase: “Brasil, o
14	filho teu não foge à luta”. Para o desempregado Vanildo Rossy Moretti, de 44
15	anos, a data e o local escolhidos eram uma forma irônica de protestar. “Nós
16	nunca fomos independentes, pois sempre estamos sob a influência dos países
17	mais ricos, principalmente os Estados Unidos.”
18	Grande parte dos manifestantes repetia o discurso de Moretti. “A
19	Independência foi uma mentira”, disse o desempregado Antônio Flório, de 53
20	anos. De boina vermelha, charuto na boca e uma estrela verde pintada no
21	peito, o ex-motorista veio do Pontal do Paranapanema, região oeste do Estado,
22	com a mulher e os dois filhos, representando o Movimento dos Trabalhadores
23	Rurais Sem-Terra (MST).
24	Quando o protesto estava chegando ao fim, os manifestantes abraçaram
25	o Monumento da Independência. Apesar dos pedidos dos organizadores para
26	não ultrapassar o isolamento, a escadaria da estátua foi totalmente ocupada. A
27	Guarda Civil Metropolitana não conseguiu evitar a invasão. A situação só foi
28	contornada quando o grupo de apoio do movimento pediu para os
29	manifestantes descerem das escadas.
30	As manifestações em todo o Brasil serviram também para o lançamento
31	de uma proposta de plebiscito sobre o pagamento da dívida externa. Segundo
32	o coordenador do Grito dos Excluídos em São Paulo, José Albino de Melo, a
33	intenção é que o próprio governo federal faça a consulta popular, na última
34	semana de abril. “Se eles não fizerem isso, nós mesmos vamos organizar e
35	perguntar para o povo se ele quer, ou não, pagar a dívida.”

## C3

1	A primeira frase de efeito do deputado federal José Genoíno (PT-SP), em entrevista
2	concedida na sexta-feira aos alunos do curso de jornalismo do <b>Estado</b> , não dizia respeito a
3	suas opiniões políticas ou criticava a atuação do governo. “O Edílson é insubstituível”,
4	disse o torcedor do Corinthians, comemorando a vitória de 4 a 1 sobre o Grêmio, pela Copa
5	Mercosul.
6	O deputado manteve a descontração ao comentar o Plano Plurianual de
7	Investimentos (PPA). “Em Brasília, a gente brinca, dizendo que a relatoria deveria ser dada
8	ao Paulo Coelho, já que esse plano não passa de uma grande fantasia.” Para Genoíno, a
9	escolha do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) fere o regimento interno do Congresso
10	Nacional. “O rodízio tem de respeitar a proporcionalidade dos partidos e, nesse caso, o
11	relator deve ser indicado pelo PSDB”, explicou.
12	Quanto às metas do PPA, o petista foi muito crítico. “Os objetivos do governo estão
13	respaldados por cenários ideais”, afirmou. “Eles não consideraram a vulnerabilidade da
14	economia internacional, o que afetaria a indústria e agricultura brasileiras e derrubaria todas
15	as previsões do plano.” O deputado também criticou o Ministério do Desenvolvimento e a
16	indicação de Alcides Tápias para o cargo. “Essa pasta deveria ser ocupada por alguém que
17	seja um interlocutor político entre o governo e os principais setores produtivos do país, não
18	por um homem que veio da construção civil e de instituições financeiras.”
19	A repercussão do acordo político com a bancada ruralista, na opinião de Genoíno,
20	trouxe algumas vantagens para o PT. “Houve perdas na classe média, mas nós ganhamos
21	espaço entre os mini e pequenos agricultores”, explicou. Os petistas apresentaram quatro
22	propostas ao substitutivo que foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, na quarta-feira. “O
23	problema é que muitos jornais mostraram minha foto ao lado do (deputado federal)
24	Ronaldo Caiado (PFL-GO), mas não deixaram eu falar e mostrar as diferenças entre a
25	minha opinião e a dele.”
26	Genoíno confirmou que a candidata do PT para as eleições municipais de 2000, em
27	São Paulo, será a sexóloga Marta Suplicy. “Nossa estratégia é eleger quadros do partido nas
28	idades grandes e médias, além de trazer à tona um debate sobre o papel e a importância da
29	Câmara dos Vereadores.” Ele defendeu uma aliança com a deputada federal Luiza Erundina
30	(PPS-SP), que também pretende se candidatar à Prefeitura. “Se a gente não fechar no 1º
31	turno, com certeza, nós estaremos juntos no 2º.”

## C4

1	Três homens, vestidos com trajes típicos dos beduínos, entram na Igreja
2	Evangélica Árabe de São Paulo, na zona sul, durante o culto de sábado à noite.
3	A cena é inusitada, apesar da sugestão que o nome da instituição poderia
4	sugerir. “Nunca estivemos aqui antes”, contou Maisel Saldanha Rocha, de 19
5	anos. Ele é um dos três missionários evangélicos que foram convidados para
6	falar aos jovens sobre o trabalho que realizam. “As túnicas, as sandálias e o
7	pano preso na cabeça são uma forma de homenagear nossos irmãos.”
8	Nas noites de sábado, os cultos nessa igreja são direcionados
9	principalmente aos descendentes dos sírios e libaneses que vivem no Brasil.
10	Antes da palestra dos missionários, três jovens tocaram músicas gospel, em
11	português. “O trabalho é feito de uma maneira mais leve e com menos
12	formalidade”, explicou o pastor Kalil Samara, de 44 anos.
13	Samara assumiu a Igreja Evangélica Árabe nesse ano. Um de seus
14	objetivos é aumentar o número de jovens entre os seus fiéis, composto
15	principalmente pelos estrangeiros, mais velhos. “Os cultos de sábado à noite
16	são mais leves, menos rígidos e formais do que os de quarta-feira e os de
17	domingo”, disse Samara. O pastor permite a participação de grupos musicais,
18	mas faz ressalvas ao estilo. “A igreja não é lugar de rock gospel, mas não vejo
19	problema em escutar essas músicas em casa.”
20	Nas manhãs de domingo, o pastor realiza o culto tradicional, para uma
21	média de 40 pessoas. “Eu divido a pregação nos dois idiomas, mas falo coisas
22	diferentes”, afirmou Samara. Isso ocorre porque a maioria dos frequentadores
23	é nascida na Síria e no Líbano e tem dificuldades com a língua portuguesa.
24	Por outro lado, os filhos desses fiéis não falam árabe. “No fim, todos
25	entendem só uma parte do que eu digo.”
26	<b>Orfandade</b> – Os evangélicos árabes no Brasil construíram o primeiro templo
27	em 1925. O pastor Kalil Racy fundou a Igreja Evangélica Síria, com sede na
28	Rua 25 de março, no centro de São Paulo. Nessa época, o número de fiéis no
29	Brasil ultrapassava os 5 mil, sendo que 20% desse contingente morava em São
30	Paulo. O pastor viajava por todo o País, visitando colônias de árabes que
31	seguiam a mesma religião. Com a morte de Racy, em 1945, a instituição
32	perdeu força e os crentes seguiram para outras igrejas. “Eles se sentiram
33	órfãos”, afirmou o pastor Samara.
34	O período de orfandade acabou dez anos depois, com a chegada do
35	pastor Ragi Azar Khouri ao Brasil. Ele deu prosseguimento ao trabalho de
36	Racy, visitando as colônias e tentando resgatar o rebanho. Mas muitos fiéis já
37	estavam frequentando outros templos e participaram também da fundação de

38	novas igrejas.
39	Khouri reunia seus fiéis em um apartamento, no Paraíso, na zona sul,
40	porque a antiga sede, no centro da cidade, tinha sido vendida. Em 1967, eles
41	compraram o templo atual, onde foi fundada a Igreja Evangélica Árabe, doze
42	anos depois. Khouri atuou como pastor até o começo desse ano, quando foi
43	substituído por Samara. Hoje, o número de famílias conhecidas pela
44	instituição chega a 200. “Isso totaliza entre 600 e 700 pessoas, mas metade
45	desse contingente morreu e 30% frequenta outras igrejas”, disse Samara. “Isso
46	ocorreu porque nosso rebanho ficou órfão por dez anos.”
47	<b>Boa vizinhança</b> – Segundo o pastor, o relacionamento da Igreja Evangélica
48	Árabe com outras instituições religiosas é muito bom. “Nós somos conhecidos
49	entre os outros evangélicos, principalmente os presbiterianos, que é a nossa
50	doutrina.” Além disso, o aluguel do salão para casamentos, cultos a pessoas
51	falecidas e mesmo para eventos de outras igrejas ajuda a manter um bom
52	convívio entre elas.
53	A própria formação de Samara explica a política de boa vizinhança. Ele
54	nasceu em Beirute, no Líbano, e chegou ao Brasil em 1976. Seis anos depois,
55	formou-se no curso de Teologia na Faculdade Metodista Livre e, em 1996, foi
56	consagrado pastor pela Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.
57	O bom relacionamento se repete em relação a outras associações e
58	instituições religiosas formadas por colônias árabes. Exemplo disso é a
59	participação da Igreja nas comemorações dos 70 anos da Sociedade Islâmica.
60	“Assim como nós ajudamos na realização dessa atividade, eles costumam
61	contribuir com nossos eventos”, disse o pastor. “Temos diferenças religiosas,
62	mas a nossa origem é a mesma.”

## C5

1	Reumatismo não é uma doença exclusiva de pessoas acima dos 50
2	anos. Uma simples amigdalite pode provocar a febre reumática, cujo agente
3	causador são os anticorpos produzidos pelo organismo para combater as
4	bactérias da primeira inflamação. As principais vítimas desse mal são crianças
5	e jovens de até 24 anos. As conseqüências da doença são dores nas
6	articulações dos ossos, problemas nas válvulas do coração e coréia – que é a
7	falta de controle da coordenação motora.
8	Apesar de a incidência de febre reumática no Brasil ser de três em cada
9	cem pessoas com amigdalite, os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) com
10	a doença chegam a R\$ 110 milhões. O valor lidera a lista de gastos do País
11	com problemas cardíacos, incluindo enfartes. No ano passado, o SUS realizou
12	9.909 internações e 10.691 cirurgias, sendo que 1175 desses pacientes
13	morreram. A amigdalite pode ser causada por vírus ou bactéria – o
14	estreptococo do tipo A, que é o agente da febre reumática.
15	A estudante Daniele de Jesus Garcia, de 21 anos, teve amidaglite aos
16	12, mas é obrigada a tomar injeções de penicilina benzatina até hoje, a cada 21
17	dias. “No começo, eu sentia falta de ar e, de repente, meu ombro se mexia
18	sozinho e minhas mãos ficaram tortas”, diz. A coréia se manifestou em
19	Daniele durante cerca de oito meses e, por isso, ela repetiu a 5.ª série. Além
20	disso, a menina que gostava de brincar na rua e era muito extrovertida
21	emagreceu e ficou careca. “Eu tinha vergonha de sair de casa.”
22	Fora a rotina de exames, de seis em seis meses, e os medicamentos,
23	Daniele leva uma vida normal. As únicas restrições são as bebidas alcóolicas,
24	porque o tratamento é à base de antibióticos, e situações de muita tensão.
25	“Uma vez, eu fui dois dias seguidos no Playcenter e tive problema de falta de
26	ar.” A bronca, nesses casos, não vem só dos médicos. Daniele é a sétima de
27	oito irmãos, que vigiam a estudante de perto. “Os namorados que a minha
28	família aprova são sempre aqueles que me enchem de cuidados, depois que eu
29	conto sobre a minha doença”, conta.
30	A experiência em cuidar de crianças não ajudou Maria Beatriz
31	Nascimento, dona de um berçário, quando a filha teve amigdalite, há um ano.
32	“Eu não a levei ao médico, e esse foi o meu maior erro.” A inflamação de Ana
33	Beatriz de Almeida foi causada por bactéria, e a febre reumática começou a se
34	desenvolver. “Meus pés doíam muito”, conta a estudante de 10 anos.
35	A doença afetou as articulações e o coração de Ana Beatriz. A menina
36	sentia falta de ar e as dores, nas juntas dos ossos, pareciam agulhadas. “Era
37	como se estivessem me espetando nesses lugares.” Depois de levar a filha em

38	diversos hospitais, durante um mês, Maria Beatriz foi ao Instituto da Criança,
39	no Hospital das Clínicas, onde a doença foi diagnosticada e tratada.
40	Assim como outras mães, Maria Beatriz não conhecia a febre reumática.
41	Por isso, a reumatopediatra Maria Helena Kiss, do Instituto da Criança, está
42	iniciando uma campanha de conscientização. “



## C6

1	A criação de novas instituições, definidas como presídios especiais, para
2	os menores que cometeram crimes hediondos faz parte de um projeto de
3	emenda constitucional, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A
4	proposta também prevê a redução da idade mínima penal, além de manter o
5	infrator preso, mesmo que ele complete 18 anos.
6	O projeto não foi encaminhado ao Senado, porque Tuma ainda não
7	chegou a um consenso sobre a idade mínima. “Os dois números que temos em
8	mente são 14 ou 16 anos”, afirmou. “Estou consultando psicólogos e membros
9	do Poder Judiciário para tomar a decisão.” A emenda também precisa da
10	assinatura de 27 senadores para ser apresentada à Presidência da casa.
11	Se a proposta for aprovada, os menores condenados por crimes
12	hediondos serão considerados semi-imputáveis, de acordo com o artigo 26 do
13	Código Penal. O juiz pode condená-los a penas comuns, mas os jovens
14	cumpririam apenas de um a dois terços. Os infratores perderiam o direito à
15	liberdade aos 18 anos.
16	O senador acredita que as novas medidas intimidariam os menores, e
17	diminuiriam a incidência da criminalidade infantil. “Hoje, eles cometem
18	delitos porque sabem que serão soltos quando fizerem 18 anos”, disse Tuma.
19	“O juiz teria condições de aplicar penas mais enérgicas aos infratores.”
20	Para os menores abandonados e infratores de pequena gravidade, a
21	proposta prevê um outro tipo de instituição. “O importante é separarmos
22	aqueles que são irrecuperáveis dos que ainda têm uma chance.” Para isso, o
23	senador defende uma ampla reforma da Fundação do Bem Estar do Menor
24	(Febem). “Tanto o Complexo do Imigrantes quanto o do Tatuapé viraram
25	depósitos de menores.”
26	A parceria com a iniciativa privada não está excluída dos planos de
27	Tuma. “O ideal é que essas instituições tenham centros de produção agrícola e
28	industrial”, disse o senador. “Se os jovens se ocuparem trabalhando, as
29	chances de recuperá-los são muito maiores.”

## C7

1	RETRANCA REFUGIADOS
2	
3	Pela definição da Organização das Nações Unidas (ONU), refugiado é alguém que
4	sofreu perseguição de natureza política, ideológica, racial ou religiosa e que não pode, ou
5	não quer, retornar ao país de origem. A maioria dessas pessoas vem de países pobres e que
6	passam por guerras civis ou situação de violência generalizada. Este ano, por causa dos
7	conflitos em Kosovo e Timor Leste, o noticiário internacional trouxe à tona a dura
8	realidade daqueles que são obrigados a abandonar suas casas e partir para um lugar seguro,
9	mas muitas vezes desconhecido.
10	Para proteger e assistir as pessoas que vivem essa situação, a ONU criou, em 1951,
11	o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). O primeiro objetivo
12	da entidade era cuidar de 1,2 milhão de europeus que ainda estavam desabrigados, após o
13	fim da 2ª Guerra Mundial. Atualmente, o número de pessoas sob os cuidados do Acnur, em
14	todo o mundo, ultrapassa os 22 milhões, boa parte vivendo em campos, organizados e
15	mantidos pela própria entidade, cujas condições nem sempre são ideais.
16	O Brasil acolhe 2,5 mil refugiados, a maioria de origem angolana. Um número
17	pequeno, se comparado a outros países da América Latina, como México (31,9 mil), Costa
18	Rica (23,1 mil) e Argentina (10,5 mil). Uma das razões para isso é que a postura e a
19	preocupação do governo brasileiro em relação aos refugiados ainda é recente.
20	A política governamental começou a mudar de fato em 22 de julho de 1997. Nessa
21	data, foi sancionada a Lei 9.474, pela qual o Brasil passa a considerar refugiados aqueles
22	que fugiram de seus países devido a violação grave e generalizada de direitos humanos.
23	“Isso torna a definição da legislação brasileira mais ampla do que a dada pela ONU”,
24	explica o consultor jurídico do Acnur na América do Sul, Guilherme de Almeida. O
25	conceito se refere diretamente à situação de países como Angola e Serra Leoa, origem da
26	maioria dos refugiados africanos que vêm para o País.
27	<b>Assistência</b> – A lei também estabeleceu a criação do Comitê Nacional dos Refugiados
28	(Conare), vinculado ao Ministério da Justiça. O órgão, em atividade desde outubro do ano
29	passado, é responsável pela documentação e reconhecimento de refúgio. O solicitante
30	recebe uma identidade especial e carteira de trabalho, que levam cerca de seis a oito meses
31	para ficarem prontos. Até agora, o Conare já analisou mais de cem processos, apesar da
32	pequena estrutura e do reduzido número de funcionários. “Nossa equipe tem apenas quatro
33	pessoas”, diz a coordenadora-geral do Conare, Nara Moreira da Silva. “Tudo aqui é feito
34	com muito amor, coragem e pioneirismo.”
35	O órgão trabalha em conjunto com as Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e
36	de São Paulo. Elas são financiadas diretamente pelo Acnur e trabalham em parceria com
37	organizações não-governamentais e iniciativa privada. “O Conare providencia a

38	documentação e nós damos a assistência humanitária”, explica a coordenadora do Centro
39	de Acolhida para Refugiados da Cáritas de São Paulo, CeziraFurtim.
40	A primeira providência é arrumar uma moradia, geralmente em albergues, para o
41	recém-chegado. Graças a uma parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), a Cáritas
42	de São Paulo oferece aulas de português e alimentação a R\$1,40. Outros parceiros, como o
43	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e
44	o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), promovem cursos
45	profissionalizantes, que ajudam os refugiados a tentar uma vaga no mercado de trabalho.
46	Os programas da Cáritas de São Paulo ajudam pessoas como Mahmoud Ahmed, de Serra
47	Leoa. Ele fugiu em um navio cargueiro sem saber qual seria seu destino, até desembarcar
48	no Porto de Santos, em junho do ano passado. “Quando você está saindo de uma guerra
49	civil, a única preocupação é salvar sua vida”, diz Ahmed. Hoje, ele já consegue falar
50	português e, depois de conseguir um lugar seguro para viver, também se preocupa com os
51	momentos de lazer. “A última vez em que nos falamos, ele me perguntou onde poderia
52	jogar basquete”, conta Cezira.
53	
54	<b>SUB RETRANCA CORO ESPIRITUAL DA ÁFRICA</b>
55	
56	Apesar da assistência a que os refugiados têm direito, a distância, a saudade e as
57	diferenças culturais são obstáculos difíceis de se enfrentar. Por essas razões e por causa da
58	identidade religiosa, um grupo de angolanos fundou, em 1994, o Coro Espiritual da África.
59	Composto por 12 vozes, seus integrantes freqüentam igrejas protestantes de São Paulo e
60	conservam um pouco da cultura e da educação que receberam em seus países. “Podemos
61	conhecer várias pessoas, que nos ajudaram muito aqui”, conta Francisco Makuntima. Para
62	PassiPatieco, outro membro do Coro Espiritual da África, a união entre eles é
63	o principal suporte para viver longe de casa e em uma terra estranha. “Eu sei que posso
64	contar com qualquer um dos meus irmãos, e eles sabem que vou ajudá-los em todas as
65	dificuldades”, afirma Patieco. “Nós, africanos, somos muito solidários.”
66	A maioria dos membros do coro fugiu de Angola para não lutar na guerra civil, que
67	castiga o país há 30 anos. Lá, todos os jovens são obrigados a servir o exército e o refúgio é
68	a única alternativa para essas pessoas. Patieco conta que, quando resolveu deixar Angola, a
69	embaixada do Brasil era a única que não havia fechado as portas. “É triste ver o nosso povo
70	se matando e ninguém fazer nada para evitar isso.”
71	KamakubaWabakulu também faz parte do Coro Espiritual da África, mas não é angolano.
72	Ele nasceu na República Democrática do Congo, antigo Zaire, e é filho de um militar que
73	pertencia ao governo deposto em 1998. Um amigo do pai de Wabakulu levou-o até Luanda,
74	capital de Angola, e providenciou sua vinda para o Brasil. “Na verdade, eu gostaria de ter
75	ido para um país desenvolvido e onde se fala o idioma francês”, desabafa.

76	
78	<b>SUB RETRANCA PRECONCEITO</b>
79	O corista KamakubaWabakulu é um dos mais críticos em relação ao tratamento que
80	recebe no Brasil. “Aqui, a gente tem de enfrentar não só o racismo, mas também o
81	preconceito por ser refugiado.” Ele explica que muitos fazem uma imagem errada dos
82	africanos que fugiram da guerra e vieram para o País. “As pessoas imaginam que todos nós
83	somos miseráveis, sem educação e que vivíamos passando fome”, reclama.
84	Outra reivindicação dos refugiados diz respeito ao documento que a Polícia Federal
85	concede a eles. Por se tratar de um documento especial, ela traz a inscrição “refugiado”. “A
86	nossa carteira de identidade já se torna motivo de discriminação”, conta Wabakulu. Por
87	enquanto, o Conare e o Ministério da Justiça ainda estão estudando o problema e buscando
88	uma solução. Mas os refugiados conseguiram algumas conquistas. O Diário Oficial da
89	União não publica mais o nome daqueles que obtinham o reconhecimento do refúgio.
90	Para o professor da PUC-SP especialista em direitos humanos, José Francisco
91	Sieber, o preconceito existe, em grande parte, por falta de conhecimento das pessoas. Ele
92	conta que muitas pessoas vêem os refugiados como uma ameaça aos seus direitos. “Pelo
93	contrário, eles são vítimas dessas violações e, portanto, muito mais sensíveis a isso.”
94	O Acnur possui campanhas que buscam a conscientização da população sobre o tema e
95	divulgam os trabalhos da entidade em todo o mundo. Em um vídeo institucional, por
96	exemplo, atores fazem o papel de pessoas famosas que buscaram o refúgio, como o físico
97	alemão Albert Einstein e a ginasta romena Nadia Comaneci. Eles encenam ao som de uma
98	música cantada pela atriz alemã Marlene Dietrich, que também foi refugiada.
99	
100	<b>SUB RETRANCA BOAT PEOPLE</b>
101	
102	O fim da Guerra do Vietnã e a consolidação do regime comunista em todo o
103	território provocou a retirada de milhares de pessoas que viviam no sul capitalista. Os que
104	tentaram sair do país de barco foram chamados de <i>boatpeople</i> , como o comerciante
105	NguyenDuyRuoc. Ele chegou em Cingapura em 1978, mas hoje vive em São Paulo, com a
106	mulher e os quatro filhos, onde é proprietário de um restaurante típico vietnamita.
107	Ruoc era militar durante os conflitos, mas trabalhava no setor administrativo. Ele
108	morava em Vung-Tau, cidade litorânea a 80 quilômetros de Saigon, atual Ho Chi Minh.
109	Com a vitória do Vietnã do Norte, em 1975, Ruoc passou a viver na clandestinidade. Junto
110	com 66 pessoas, sendo 22 crianças, e levando apenas os dois filhos mais velhos, Ruoc
111	embarcou, em agosto de 1978, para um campo de refugiados em Cingapura.
112	No 15º dia de viagem, a comida e a bebida tinham acabado e o motor do barco não
113	funcionava mais. “Só podíamos rezar”, diz Ruoc. Mas o Jurupema, navio da Petrobrás,
114	ajudou-os com mantimentos e eles conseguiram chegar ao destino. “Antes, outros quatro

115	cargueiros passaram por nós, mas foram os brasileiros que nos salvaram.”
116	Com a ajuda do Acnur, Ruoc veio para o Brasil, de avião, e foi aceito como
117	residente estrangeiro. A mulher e os dois filhos mais novos chegariam apenas seis anos
118	depois. No começo, Ruoc viveu como ambulante, nas praias do Rio de Janeiro. “Eu vendi
119	de tudo, desde chinelos até rolinhos primavera”, conta. Com o dinheiro economizado, ele
120	conseguiu comprar uma casa, onde morou durante 14 anos.
121	Em 1995, ele e a família se mudaram para São Paulo, onde abriu um restaurante, há
122	dois anos. Desde que chegou ao país, Ruoc viajou três vezes para o Vietnã e pensa em
123	voltar a morar lá. “Mas só quando o regime comunista acabar”, afirma. Apesar da nova
124	vida construída aqui, Ruoc ainda carrega a pior dificuldade que encontrou no Brasil: o
125	idioma. “Na verdade, meu nome é Tuoc, mas eu não sabia como dizer que estava errado e
126	no meu documento ficou escrito assim.”
127	
128	<b>BOX HISTÓRIA DO ACNUR NO BRASIL</b>
129	
130	O Brasil é membro fundador do Comitê Executivo do Acnur, mas o governo
131	concedia refúgio apenas às pessoas perseguidas por fatos sucedidos na Europa, antes de
132	1951. A situação só mudou 26 anos depois, quando a entidade montou seu primeiro
133	escritório, no Rio de Janeiro. Milhares de latino-americanos que fugiram das ditaduras em
134	suas pátrias puderam permanecer no País, embora em caráter temporário. Outros 150
135	vietnamitas também foram aceitos, mas como residentes estrangeiros.
136	A partir daí, o Acnur começou a trabalhar em parceria com organizações brasileiras,
137	como a Cáritas do Rio de Janeiro e a Comissão de Paz e Justiça, ambas ligadas à Igreja
138	Católica. Com a Lei da Anistia, de 1979, os refugiados brasileiros no exterior voltaram ao
139	Brasil. Três anos depois, o governo federal reconhecia a presença da entidade no País.
140	Em 1989, o escritório do Acnur foi transferido para Brasília. No mesmo ano, a
141	Cáritas de São Paulo começou seus trabalhos em parceria com a entidade e o governo
142	federal retirou a reserva geográfica que ainda mantinha. Com isso, o Brasil pôde se tornar
143	um país de refúgio, o que se consolidou na década de 90.
144	Até o início das atividades do Conare, em 1998, o Acnur recomendava o
145	reconhecimento de refúgio e o governo decidia em última instância. Hoje, o órgão federal é
146	responsável por todo o processo, desde a entrevista com o solicitante até a decisão final.

## C8

1	Filho assumido, e com orgulho, dos anos 60, Mario Prata é um
2	saudosista, mas nem tanto. O último bestseller do cronista, <i>Minhas Mulheres</i>
3	e <i>Meus Homens</i> , retrata a vida do mineiro de Uberaba, ex-gerente do Banco
4	do Brasil, durante uma das décadas mais ricas da história brasileira. “Eu
5	escrevi um livro de crônicas que, na verdade, é uma biografia não só minha,
6	mas de toda uma geração.”
7	O Mario Prata de hoje provavelmente seria um caretão daquela época.
8	Largou a bebida há dois anos, e as doidas aventuras narradas a partir dos
9	amigos fazem parte do passado, mas um passado muito rico. “Muitos leitores
10	têm inveja das histórias que eu vivi”, conta. O espírito, no entanto, ainda é
11	muito próximo do autor de <i>Cordão Umbilical</i> , peça de teatro montada em
12	1970, e que deu início à carreira.
13	O bom humor não é exclusividade dos textos de Prata. O cinquentão
14	mostra muita sensibilidade quando narra algumas mortes, em <i>Minhas</i>
15	<i>Mulheres e Meus Homens</i> , e quando lembra Samuel Wainer. O jornalista,
16	dono do <i>A Última Hora</i> , foi quem botou o escritor no mundo da crônica.
17	“Aprendi tudo com ele, tanto no aspecto profissional como pessoal.” Só
18	mesmo alguém que conviveu muito tempo com ele poderia escrever que uma
19	bela dinamarquesa foi demais para o fraco pulmão de Wainer.
20	Mario Prata tem saudades das redações de jornal que cheiravam o
21	chumbo usado nos antigos linotipos. “Hoje, ninguém mais grita “desce!” para
22	a matéria ser impressa, é só apertar um botãozinho.” Coisa muito fácil para
23	quem cresceu em Lins, interior de São Paulo, e veio para a capital para
24	trabalhar numa agência do Banco do Brasil. O agitado jovem de 20 anos
25	estava tão agitado que esqueceu a mala no táxi, logo que chegou à cidade
26	grande.
27	Daí para o sucesso, foi um pulo... de quase 30 anos! Mario Prata
28	escreveu peças de teatro, novelas para a televisão, roteiros de cinema. Chegou
29	até a bancar o autor, em uma época bem mais desinibida. A idéia de escrever
30	livros veio só na década de 90. Cinco sucessos de público e crítica. O autor
31	conta um dos segredos para vender tanto. “Eu escrevo coletâneas de crônicas,
32	mas não digo isso para o leitor, se não, ele não compra.”
33	A ex-mulher Marta Góes diz que <i>Minhas Mulheres e Meus Homens</i> é a
34	biografia de um garoto assustado do interior que deu certo no mundo real. O
35	senhor de 53 anos e espírito de muito menos idade tem um sonho. “Eu ainda
36	vou colocar na minha declaração de Imposto de Renda que a minha profissão
37	é escritor.” Se a Receita Federal não sabe nada de literatura, e discrimina

38 | Mario Prata, o público faz a sua parte e garante o sucesso do escritor.

## Textos – Aluno D

### D1

1	Seja qual for a decisão dos que saltam das estações de metrô quanto ao transporte
2	para continuar a viagem, pegar um ônibus ou uma lotação tem a mesma origem, o medo.
3	Quem segue para os pontos de ônibus teme pela espera e pela demora. Já aqueles que
4	preferem as peruas podem encontrar pela frente motoristas imprudentes, veículos em mal
5	estado de conservação e uma série de imprevistos que uma viagem como essa pode
6	proporcionar. Com certeza, há muito a temer.
7	Após saltar na estação Santa Cruz no final da tarde de sexta feira, seguir para
8	Pinheiros numa Kombipode ser uma aventura perigosa. Na primeira curva, as portas do
9	veículo se abrem e o motorista, um ex-taxista que afirma se irritar quando alguém lhe fecha
10	no trânsito, desconhece ou ignora as indicações do semáforo. Os quatro passageiros não se
11	alteram, demonstrando alguma experiência com os imprevistos. Já na estação Santana, se o
12	destino na tarde de sábado for Jaçanã, o passageiro é conduzido diretamente da saída do
13	metrô para as lotações, sem muitas opções de escolha. Seja qual for a procedência ou
14	destino, o passageiro que salta do metrô para o banco de uma lotação sai de um dos meios
15	de transportes mais modernos do mundo para um universo desconhecido.
16	Servindo também como opção para os funcionários das estações, as linhas dos
17	perueiros costumam se concentrar em locais que reúnem estações de metrô e terminais de
18	ônibus, como no caso de Tucuruvi. Lá, lotações que seguem para Vila Zilda ou Parque Edu
19	Chaves param nos pontos de ônibus com mesmo destino, intimidando os passageiros. “Se
20	algum dia veio fiscal da Prefeitura aqui, eu nunca vi”, afirma Marco Antônio Alves,
21	encarregado da limpeza do terminal Barra Funda, onde o espaço ainda é dividido com
22	ônibus clandestinos. A faxineira do terminal, moradora de Franco da Rocha, tem medo de
23	motoristas alcoolizados e dos acidentes. “Além disso, durante a greve de ônibus eles
24	aproveitaram para cobrar até dois passes pela viagem”, denuncia.
25	<b>Propaganda negativa</b> – Não só durante a greve. A lotação que sai da estação República do
26	metrô até o Educandário João XIII pode ter preços variáveis. A princípio, custa um passe.
27	Ao tirar uma nota de R\$ 10 do bolso e falar com um sotaque estranho, o preço dobra. A
28	motorista Leda Souza aceita conversar, mas demonstra medo de estar diante de algum
29	fiscal. Auxiliar administrativa do supermercado Pão de Açúcar, Leda acredita que os
30	passageiros que não pegam o fazem em função do que ela chama de “propaganda negativa
31	que está se fazendo”. E os motoristas, são imprudentes? “Tem uns que são loucos, mas não
32	nessa linha que eu faço”, assegura.
33	Mas seus colegas que disputam espaços na Rua Ezequiel Freire não parecem muito
34	dispostos a provar o contrário. Alguém grita “olha os guardas” e todos saem em disparada,
35	inclusive uma lotação que ainda espera pela entrada dos passageiros. O taxista Antônio
36	Carlos Santos acusa que a Polícia deve estar levando algum. “Se eu parar lá, logo alguém



37	me multa”, acusa. O dono de um dos bares da rua, Francisco Pinheiro, reclama das
38	confusões ao redor e desabafa: “Eles estão querendo mandar em São Paulo”. E enquanto os
39	passageiros apressados entram na perua que parte em alta velocidade, a angustia dos rostos
40	revela um medo relevado pela necessidade, num sinal de falência do transporte coletivo.

**D2**

1	O Parque da Independência, no bairro do Ipiranga, na zona sul, recebeu
2	ontem públicos distintos durante as comemorações do Sete de Setembro. Pela
3	manhã, o local foi palco do 2º Grito dos Excluídos da Cidade de São Paulo,
4	manifestação contra a política econômica do governo Fernando Henrique
5	organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), partidos
6	políticos e movimentos sociais organizados. No final da tarde, os
7	manifestantes deram lugar às famílias que foram assistir a apresentação da
8	Orquestra Sinfônica Municipal no Grande Concerto da Independência,
9	promovido pelo governo do Estado.
10	Os participantes do Grito começaram a ocupar o Parque às 9h30,
11	empunhando faixas, bandeiras e gritando palavras de ordem contra o governo.
12	As lideranças religiosas e sociais discursaram em um carro de som e, ao fim
13	do ato, os manifestantes ocuparam as escadas do Monumento da
14	Independência, provocando um clima de tensão com a Guarda Civil
15	Municipal, encarregada da segurança no Parque.
16	Na avaliação de Claudinéia Apolinário, que integra a direção nacional
17	da Central dos Movimentos Populares (CMP), uma das entidades que
18	participou do movimento, esse foi o grande momento da manifestação. “Para
19	nós, foi uma coisa histórica”, afirmou emocionada. A Guarda Civil não
20	conseguiu impedir a ocupação do Monumento e se limitou a estabelecer uma
21	área para o protesto, evitando o confronto. Segundo o guarda civil Alexandre
22	Muniz, o objetivo era unicamente preservar o patrimônio público. “Hoje é um
23	dia de festa”, decretou.
24	<b>Concerto</b> - No começo da tarde, o Parque foi tomado por crianças,
25	idosos e casais, que procuravam uma sombra no sol forte para assistir ao
26	concerto da Sinfônica Municipal, que começou pouco depois das 16 horas.
27	Para o aposentado Dino Coz, o espetáculo foi uma oportunidade de ouvir boa
28	música de graça e encontrar os amigos. “A única coisa ruim é a condução”,
29	revelou Coz, que mora em Pirituba, zona oeste, enquanto acompanhava os
30	movimentos do regente Isaac Karabitchevsky.
31	E entre palavras de ordem e solos de violino, ainda houve espaço no
32	Parque da Independência para quem trabalhou no feriado. Chamado para
33	socorrer o motorista da Brasília placa CSS-4889, que pegou fogo na Avenida
34	Nazareth por volta das 14 horas, o sargento do Corpo de Bombeiros Rogério
35	Alves já se acostumou a trabalhar quando todo mundo descansa. “Eu amo o

36	que faço, e minha família entende”, afirmou, se referindo à esposa e aos dois
37	filhos, um de 3 anos e outra de 5 meses.

## D3

1	O deputado federal José Genoíno (PT-SP) classificou ontem, em entrevista coletiva,
2	o Ministério do Desenvolvimento como uma “peça de enfeite” na política econômica do
3	governo federal. Para o deputado, a pasta perdeu credibilidade por ter tido três ministros em
4	apenas oito meses desde a sua criação, e nenhum deles ter conseguido promover a ligação
5	entre os setores produtivos e o governo. “Esse Ministério ainda não fez nada que justifique
6	o nome que tem”, afirmou.
7	Genoíno não acredita que o novo ministro, Alcides Tápias, que tomou posse na
8	terça-feira, possa vir a cumprir esse papel. Na sua avaliação, Tápias fez sua carreira em dois
9	setores que não são representativos do setor produtivo do país, o financeiro e o da
10	construção civil. “Ele consolidou sua carreira em bancos e construtoras, que tem relações
11	bastante diferenciadas com o governo que os demais”, afirmou. Segundo ele, os micros,
12	pequenos e médios empresários e produtores rurais sempre sofreram com a falta de um
13	interlocutor com o governo que pudesse levá-los a participar das grandes discussões
14	nacionais, e devem continuar com o mesmo problema. “Existem nomes melhores para o
15	cargo, com um contato mais efetivo com o setor do mundo empresarial que necessita se
16	relacionar com o Estado”, afirmou, sem dar sugestões.
17	<b>Financiamento</b> – Segundo o deputado petista, a alternativa para a crise no setor
18	produtivo e a geração de empregos no País é o redirecionamento da política econômica para
19	os setores pequenos e médios do empresariado urbano e da produção rural, por intermédio
20	de benefícios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do
21	Banco do Brasil e de uma política tributária que diminua a carga de impostos para esses
22	setores. “Hoje, qualquer atividade ligada à produção no País ou está aliada a algum
23	monopólio ou corre sérios riscos”, afirmou Genoíno.
24	“A economia brasileira não pode ser conduzida na mesma velocidade para todos os
25	segmentos”, afirmou Genoíno, que defende uma política de desenvolvimento que se adeque
26	a cada setor. Segundo o deputado, os setores pequeno e médio da produção são os que mais
27	empregam no País, e os que mais estão descobertos pela política econômica atual.

## D4

1	Rico, graduado ou bem-aventurado são qualidades restritas a uma parcela
2	privilegiada da população brasileira. É com esses adjetivos que o pastor Ulisses define a
3	comunidade que frequenta a Igreja Evangélica do Fundamento Apostólico (IEFA) da Vila
4	Mariana, na zona sul de São Paulo, da qual faz parte. Durante o culto realizado aos
5	domingos, após cantar e celebrar a presença de Deus no ambiente, ele agradece por poder
6	contar com fiéis do mais alto nível em sua igreja.
7	O agradecimento não é um fato isolado. No templo fechado e pouco convidativo aos
8	que passam pela Rua Joaquim Távora, quem não é conhecido precisa se vestir com
9	elegância e carregar a Bíblia para receber atenção. Muitas perguntas não são bem-vindas. O
10	orgulho da comunidade é o seletivo grupo de fiéis das mais altas classes sociais da cidade,
11	engenheiros, médicos e advogados, e a fé só tem sentido quando é praticada por gente
12	desse nível. Quem não puder atender a essas qualidades, que não venha.
13	Como convém a uma reunião baseada no padrão de vida das pessoas, a cerimônia de
14	todos os domingos na IEFA está menos voltada aos ensinamentos da Bíblia, e mais
15	centrada em elementos festivos. Simpatia e compaixão que servem aos homens de bem,
16	desde que se vistam bem e possam colaborar com dinheiro e status para a igreja. Música,
17	coreografias, gritos e uma entusiasmada alegria invadem a todos durante o culto. Contudo,
18	fora da missa, qualquer pergunta sobre as pessoas ou a orientação religiosa da igreja gera
19	desconfiança e reações agressivas.
20	<b>Estrutura</b> - “Temos tudo o que precisamos aqui dentro”, explica o pastor Jorge, um
21	oficial da reserva da Aeronáutica, de voz grave e jeito rude. A IEFA, que tem como
22	orientação seguir rigorosamente os ensinamentos da Bíblia, mantém uma escola de ensino
23	fundamental, uma escola de dança, outra de teatro e uma área esportiva nos fundos da sua
24	sede.
25	As atividades, tanto educativas quanto religiosas, não se limitam aos domingos. Na
26	segunda-feira, a igreja promove o Exército da Oração, destinado aos pedidos para pessoas
27	que não frequentam o templo, e na quarta-feira a IEFA realiza a conversão de novos
28	seguidores, trazidos pelos fiéis.
29	“O clima aqui dentro já faz com que as pessoas sejam selecionadas”, diz o pastor
30	Jorge, justificando o processo que faz com que os frequentadores naturalmente procurem
31	trazer pessoas para a comunidade quem, além da religião, tenha afinidades em relação ao
32	volumoso da conta bancária e da classe social.
33	A variedade de atividades promovidas pelos pastores da IEFA não são
34	simplesmente uma prestação de serviços à comunidade. São também uma forma de limitar
35	os contatos fora do meio da igreja. Todos os cursos promovidos, inclusive a Escola
36	Dominical, uma reunião de discussões bíblicas realizada aos domingos antes do culto,
37	apresentam um caráter, antes de tudo, doutrinário. “Temos que ser povo de Deus todos os

38	minutos da vida”, explica o pastor Jorge, ressaltando que, quanto maior é o tempo gasto nas
39	dependências da igreja, menor é a possibilidade de desvirtuar-se do caminho traçado.
40	
41	<b>BOX</b>
42	Apresentado como músico de renome internacional, o pastor Ulisses abre o culto
43	dominical cantando. Sua banda de apoio conta com oito integrantes, sendo seis vocalistas,
44	tudo digno de uma superprodução. Na quarta música, a comoção já tomou conta do
45	ambiente. Após algumas palavras de ordem e outras canções, o pastor invoca a
46	generosidade dos presentes para pedir auxílio financeiro para uma viagem evangelizadora a
47	Uganda.
48	Passado o momento das doações financeiras, o momento musical volta enriquecido
49	pelas performances teatrais do grupo de dança da igreja. Um grupo de adolescentes acima
50	do peso ideal, em roupas douradas, lideradas por uma “ex-bailarina profissional, formada
51	no Municipal do Rio”, resalta o pastor Jorge. Ele lembra que o grupo é formado por
52	esposas e filhas dos fiéis, que voltam mais tarde vestidas de anjo, para ilustrar uma canção
53	em play-back.
54	Ao fim das expressões artísticas, o pastor Gérson, que havia pregado durante os
55	ensinamentos da Escola Dominical, assume o comando para falar aos presentes sobre o
56	poder da palavra. Sua palestra encerra o culto, não sem mais uma sessão para arrecadar
57	fundos para os programas sociais da igreja. O pastor Jorge, mesmo sem nenhuma pergunta
58	a respeito, vê necessidade em justificar. “Temos muitos projetos, por isso os gastos são
59	altos.”

## D5

1	As famílias que gostam de futebol em São Paulo estão passando a freqüentar os
2	treinos dos clubes da capital para fugir da violência nos estádios, e os clubes têm sentido
3	isso no bolso. Para tentar reverter esse quadro, os clubes da cidade estão desenvolvendo
4	programas de incentivo à volta das famílias aos estádios como forma de recuperar renda e
5	incentivar os times.
6	A arrecadação nos jogos dos principais times de São Paulo está em queda nos
7	últimos três anos, e o treino passou a ser uma opção para quem quer ver de perto o time do
8	coração de graça e sem ter de enfrentar os confrontos entre as torcidas organizadas.O
9	excesso de jogos também contribui para a redução de torcedores nos jogos. Muitas vezes é
10	preciso optar por uma ou outra partida por não ser possível pagar ingresso em todas.
11	<b>Associados</b> - O São Paulo foi o pioneiro na tentativa de trazer esse público de volta
12	aos jogos. O clube desenvolveu um programa de incentivo à volta das famílias ao
13	Morumbi, que inclui guichês preferenciais, espaço exclusivo dentro do estádio e desconto
14	nos ingressos, ao custo de uma taxa mensal de R\$ 10. Os que se associam ao programa não
15	precisam necessariamente ser sócio do clube. O programa foi desenvolvido após uma
16	pesquisa com os torcedores, que listaram os problemas mais freqüentes e sugeriram as
17	medidas que o clube está adotando.
18	“O torcedor está voltando, mas ainda é muito pouco perto da queda das
19	arrecadações nos últimos anos”, afirmou o supervisor de Comunicação do São Paulo,
20	Eduardo Prada. Ele explicou que, além do programa de associados, o clube ainda procura
21	estimular o público de outras formas, como a redução do preço dos ingressos para mulheres
22	e crianças. Nos jogos no Morumbi, se o valor do ingresso é R\$ 10, os torcedores associados
23	pagam a metade do preço e o público feminino e infantil paga R\$ 3.
24	O Palmeiras também sentiu a queda de arrecadação e a ausência de público em seus
25	jogos. O diretor-financeiro Durval Colossi acredita que o público que tinha medo da
26	violência começa a voltar ao Parque Antártica, mas em ritmo lento. “Já conseguimos
27	melhorar bastante a quantidade de torcedores de 97 para cá, mas a situação ainda está longe
28	de ser a ideal.” Ele afirma que o clube não pensou em nenhum programa para trazer esse
29	torcedor de volta ao estádio em função dos poucos jogos que o time vai disputar antes da
30	final do Mundial Interclubes, em dezembro no Japão.
31	O público que lotou o Centro de Treinamentos (CT) do clube no feriado era quase
32	todo formado de famílias, crianças e casais de namorados que afirmaram preferir assistir
33	aos treinos que ir aos jogos. O casal de namorados Jean Carlo Duarte, de 22 anos, e Cecília
34	Cardoso, de 16, por exemplo, nunca foi ao estádio junto. “Quando é para enfrentar as
35	torcidas, eu vou com meu pai, meus amigos, só vão os homens”, afirma Duarte com o
36	consentimento da namorada. Cecília espera poder assistir a uma partida até o fim do ano,
37	mas prefere não arriscar. “Eu quero ir, mas só quando for jogo de uma torcida só, e mesmo

38	assim só no Parque Antártica.”
39	O motorista Sérgio de Lima, que levou a esposa Regina e as filhas de 14 e 18 anos
40	para assistir o treino, disse que só vai aos jogos sozinho. “Como é que eu vou levar minhas
41	filhas num ambiente daquele?”, pergunta. Para ele, o treino tem sido uma alternativa para
42	estimular a paixão das mulheres da casa pelo Palmeiras sem correr riscos. Correndo pelas
43	arquibancadas do CT, Letícia, de 7 anos, e Guilherme, de 11, também nunca viram um
44	jogo do time do pai, apesar de conhecer pelo nome todos os jogadores. O pai Walter Torre
45	Junior pensa em levá-los, mas acha que, por enquanto é muito arriscado. “Nem eu estou
46	indo mais”, ressalta.



## D6

1	O senador Romeu Tuma (PFL-SP) vai propor nos próximos dias um
2	projeto de emenda constitucional reduzindo a maioria penal e criando um
3	sistema carcerário especial para menores infratores. Segundo o projeto, que foi
4	apresentado a membros do Judiciário e psicólogos e será discutido mais
5	amplamente nas próximas semanas, os menores passariam a ser julgados com
6	base no artigo 26 do Código Penal, sendo considerados semi-imputáveis, com
7	direito a reduções de até dois terços das penas em vigor.
8	“A primeira coisa que tem de ser feita é a separação entre os que são
9	abandonados ou cometem delitos pequenos e os que realmente são perigosos
10	para a sociedade”, afirmou Tuma. Para o senador, os problemas pelos quais
11	está passando a Fundação para o Bem-Estar do Menor (Febem) hoje em São
12	Paulo são exemplos da falência do modelo atual. “As unidades de correção
13	viraram depósito de menores, e estão se transformando em verdadeiras escolas
14	do crime.” As prisões especiais previstas no projeto de Tuma funcionariam
15	como escolas ou centros de produção.
16	Romeu Tuma acredita que, ao tornar os menores responsáveis
17	criminalmente, o Estado terá mais poder e instrumentos mais eficazes para
18	combater aqueles que cometem crimes hediondos ou que são
19	reconhecidamente perigosos para a sociedade. “Primeiro precisamos resolver
20	a realidade que aí está, para depois pensar em reforma educacional”, disse
21	Tuma. Ele citou também exemplos de países com tradição democrática
22	consolidada, como a Inglaterra, nos quais os menores respondem
23	criminalmente por seus atos.
24	<b>Eleições</b> – Romeu Tuma admite que pode ser o candidato do PFL na
25	eleição para a Prefeitura de São Paulo, no ano que vem. O partido não tem
26	tradição de lançar candidato próprio na cidade, mas pretende mudar a
27	estratégia visando a eleição presidencial de 2002. São pré-candidatos pelo
28	PFL, além de Tuma, o ex-presidente da Fiesp Guilherme Afif Domingos e o
29	deputado federal Luis Antônio de Medeiros. Segundo Tuma, o PFL não
30	descarta ainda a possibilidade de aliança com outros segmentos políticos.

## D7

1	<b>ABRE – RETRANCA 1</b>
2	A luta pode até continuar, mas não é mais a mesma. Famosos pelas idéias radicais e
3	pela resistência durante os anos de repressão da ditadura militar, os setores extremistas da
4	esquerda brasileira estão se engajando em novas formas de mobilização e defesa de seus
5	ideais. Quem já acreditou na luta armada como maneira de tomar o poder, hoje está
6	envolvido com projetos culturais e comunitários.
7	Anarquistas, feministas, zapatistas e comunistas, reunidos em grupos não-
8	institucionais e sem ligações partidárias, mantêm em São Paulo trabalhos voltados para
9	populações carentes, como a discussão dos problemas locais e a promoção de encontros
10	culturais. Aliados a associações de moradores e setores organizados dos movimentos
11	sociais, os grupos conservam palavras de ordem e as bandeiras ideológicas
12	características, mas com novas perspectivas.
13	O Grupo Cultural Cacorê é um reduto marxista que não costuma organizar passeatas,
14	greves ou protestos contra a política econômica do governo. Formado por 24 pessoas, em
15	sua maioria professores e profissionais liberais, o objetivo do grupo é reunir artistas sem
16	oportunidade de mostrar seus trabalhos e divulgá-los em seu jornal, o <i>In-Formação</i> . O
17	último evento promovido pelo Cacorê reuniu cerca de cem pessoas que produzem jornais
18	alternativos. Elas trocaram experiências e participaram de um sarau de poesias.
19	"Somos utópicos, considerando que ninguém vive sem sonho", afirma Carlos Roberto
20	Matos, um dos fundadores do grupo. Ele trabalha com pesquisa de mercado, está
21	desempregado e acredita que os caminhos do marxismo têm de ser diferentes. "Após a
22	queda do Muro de Berlim, a esquerda brasileira se frustrou", avalia. Matos não confia em
23	partidos políticos, e sim no que classifica como "movimentos vivos" da sociedade. O
24	Cacorê nasceu de uma cisão do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1992.
25	<b>Anarquia Regional</b> - As idéias de autogestão e da abolição dos códigos e leis do
26	russo Miguel Bakunin foram parar em Pirituba, zona oeste de São Paulo. Lá, juntamente
27	com a Associação de Moradores do bairro, os anarquistas do Coletivo Ascaso atuam pela
28	mobilização dos moradores para a solução dos problemas locais.
29	Além de discutir problemas, o grupo produz o jornal <i>Nova Humanidade</i> , que serve de
30	espaço para reflexões sobre a situação do País e esclarecimentos sobre a doutrina
31	anarquista. Criado no começo deste ano, o Coletivo Ascaso já se envolveu em projetos
32	como a canalização de um córrego, ou a promoção de mostras de vídeo para os moradores.
33	"Partidos, tendências ou somente as ideologias não conseguem resolver problemas
34	regionais", afirma Alex Bonomo, um dos membros do grupo. "Nós apresentamos para a
35	comunidade formas dela própria comandar seus destinos", afirma, lembrando que eles
36	promovem debates políticos nos quais questionam até mesmo os dogmas anarquistas.
37	"Muita coisa já está ultrapassada." O grupo procura não usar roupas coloridas, brincos ou

38	adereços visuais que possam chocar. "A comunidade precisa nos ver como realizadores de
39	um trabalho sério", indica.
40	<b>Mulheres Unidas</b> - O feminismo foi um dos setores da esquerda brasileira que mais
41	se modificou depois da estabilização política do País. Na década de 60, as ativistas foram
42	ferrenhas defensoras da transformação das relações entre homens e mulheres. Hoje, estão
43	voltadas para o apoio e a divulgação de informação para o público feminino de
45	comunidades carentes.
46	"Ainda perguntam se a gente queima sutiã, sendo que nós nem usamos isso", ironiza a
47	jornalista Célia Regina de Souza, diretora-técnica da Sempre Viva Organização Feminista
48	(SOF), uma Organização Não-Governamental (ONG) com sede em Pinheiros, na zona
49	oeste de São Paulo. A SOF mantém convênios com a Universidade de São Paulo (USP) e a
50	Central de Movimentos Populares (CMP), promovendo cursos e palestras que tratam de
51	assuntos como o uso do preservativo ou noções essenciais de saneamento básico.
52	Célia já passou pela militância em partidos políticos e não acredita que esse seja o
53	melhor caminho. O mesmo já ocorreu com outras diretoras da SOF, como a técnica
54	agrônoma Míriam Nobre e a assistente social Priscila Cardoso. "A organização das
55	mulheres precisa ser ampla, e estar próxima dos movimentos sociais", afirma Priscila. Ela
56	garante que, numa ONG, a perspectiva de trabalho é mais abrangente.
57	<b>Viva Zapata</b> - Seguidores de uma ideologia recente, consolidada nesta década, os
58	zapatistas mantêm três comitês na cidade de São Paulo. A base da doutrina do grupo é
59	colocar em prática "um mundo no qual cabem todos os mundos", frase do subcomandante
60	Marcos, líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mexicano. Um deles, o
61	Comitê Avante Zapatista, existe desde 1996 e é formado por estudantes entre 18 e 20 anos.
62	No comitê atuam comunistas, feministas, anarquistas e ecologistas. "Nós queremos uma
63	sociedade igualitária, baseada no modelo indígena", diz Regiane Varela, de 18 anos,
64	produtora de jornais alternativos e vocalista de uma banda de <i>hardcore</i> . Apesar de não estar
65	envolvido com nenhum projeto social efetivo, o Comitê Avante Zapatista tem como
66	principal objetivo a conscientização, e para isso mantém um boletim informativo. Eles vão
67	lançar, ainda esse ano, uma central de jornais alternativos e um CD, com bandas de todo
68	mundo solidárias à causa zapatista.
69	<b>SUB 1</b>
70	O trabalho que grupos de esquerda realizam com as comunidades representa uma
71	retomada da credibilidade junto aos movimentos populares. "A atuação só faz sentido
72	quando há representação nas classes populares", ressalta o professor Marcelo Ridenti, do
73	Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ele é
74	autor, entre outros livros, de <i>O Fantasma da Revolução Brasileira</i> , resultado de uma
75	pesquisa sobre grupos revolucionários durante o regime militar no Brasil.
76	"Organizações ideológicas precisam de uma inserção num movimento maior para ter

77	representatividade", diz Ridenti. O professor desconfia do que chama de "grupelhos", que
78	reúnem número inexpressivo de militantes e se apegam exclusivamente a uma ideologia.
79	"Pequenos grupos fechados e raivosos, vivendo em função de um ideal descolado da
80	realidade, não tem significado social."
81	Ridenti vê com bons olhos o fato dos anarquistas estarem conseguindo se aproximar
82	das comunidades. Na sua avaliação, o movimento sempre teve dificuldades de divulgar
83	suas idéias num contexto mais amplo. Quanto a comunistas e feministas, ele considera o
84	momento atual uma volta às origens. "Quem esteve no centro das reivindicações no fim da
85	década de 70 e foi atuar no PT, hoje está de volta para as bases", analisa.
86	<b>SUB 2</b>
87	O trabalho comunitário dos anarquistas do Coletivo Ascaso na bairro de Pirituba
88	tem a aprovação da maioria dos moradores do bairro. "A gente pensa que significa baderna,
89	mas depois vê que não é nada disso", diz Benedito Paulino, presidente da Associação de
90	Moradores de Pirituba, sobre o seu primeiro contato com o grupo. Segundo ele, alguns
91	moradores ainda têm preconceito por não entenderem bem o que significa anarquismo, mas
92	quem participa das reuniões da associação aprova o trabalho.
93	"O mais importante é que eles sempre respeitaram nossa autoridade e resolveram
94	trabalhar junto com a gente", diz Paulino. A associação realiza cursos de alfabetização de
95	adultos, aulas de capoeira, construção de áreas de lazer e promove reuniões para discutir os
96	problemas, sempre na primeira quarta-feira do mês e com a participação dos membros do
97	Coletivo Ascaso. "São jovens querendo fazer alguma coisa, e nós só podemos aprovar",
98	conclui.
99	<b>SUB 3</b>
100	O <i>anarquismo</i> é uma ideologia que propõe a abolição do Estado e de qualquer tipo de
101	autoridade, hierarquia ou lei, cujo principal ativista e pensador foi o russo Miguel Bakunin
102	(1814-1876). No Brasil, os imigrantes italianos chegaram a fundar uma comunidade
103	anarquista no Sul, em 1890. Os anarquistas brasileiros foram os principais responsáveis
104	pelas greves operárias da primeira década deste século.
105	O <i>feminismo</i> , que luta pela justiça na relação entre homens e mulheres, teve seu marco
106	inicial durante os protestos de maio de 1968, nos Estados Unidos, quando mulheres
107	queimaram sutiãs e cintas em praça pública. O movimento ganhou força no Brasil a partir
108	de 1979, quando as mulheres ligadas a segmentos políticos voltaram do exílio.
109	<i>Karl Marx</i> (1818-1883) foi, ao lado de Friedrich Engels, um dos autores do <i>Manifesto</i>
110	<i>Comunista</i> , lançado em 1848, que lançou as bases do comunismo, regime político
111	baseado na extinção da propriedade privada e no fim da exploração do capital.
112	<i>Emiliano Zapata</i> (1873-1919), descendente de índios e espanhóis, liderou a
113	Revolução Mexicana, em 1910, que derrubou o governo de Porfírio Diaz no México.
114	Enfrentou tropas federais, e lutou pela reforma agrária e por uma volta aos princípios

115	indígenas de coletivização no campo. Zapata foi assassinado por um oficial do exército
116	mexicano.
117	<b>BOX</b>
118	Ao contrário do que se imagina, o ideal de transformação da sociedade não é
119	exclusividade do público jovem. As idéias libertárias seduzem adolescentes de todas as
120	idades e origens. Segundo a professora de Psicologia Social da USP, Anna Mathilde
121	Nagelschmidt, a adolescência deixou de ser um conceito etário e passou a ser um conceito
122	social. "No momento em se tenta explicar e mudar o mundo, quanto mais diferente for o
123	meu grupo, mais exclusivo eu sou", explica. Anna ressalta que esse processo pode ocorrer
124	em qualquer época da vida.
125	Para a professora, além da vontade de se esforçar por um bem comum, pertencer a
126	um grupo político extremista significa fugir da identidade padronizada. "A atração do ser
127	humano pela utopia é tão antiga quanto a humanidade", afirma Anna. A psicóloga sente
128	falta de um número maior de ideais libertários na sociedade atual, por representarem focos
129	de mudança e transformação.

## D8

1	Autor de um dos bestsellers da temporada, <i>Minhas Mulheres e Meus Homens</i> ,
2	Mario Prata quer criar uma faculdade para escritores. “Meu sonho é um dia poder declarar
3	o Imposto de Renda colocando a minha profissão.” Escritor e jornalista desde os 16 anos de
4	idade, quando morava na cidade de Lins, no interior de São Paulo, seu objetivo é ver o
5	ofício de escritor reconhecido e valorizado. “Estou cansado das pessoas me perguntarem o
6	que eu faço além de escrever”, afirma.
7	A idéia, que foi inspirada em instituições semelhantes em Cuba e em Barcelona, já
8	está num estágio bem avançado. Tem nome, Faculdade do Escritor Brasileiro (FEB), um
9	currículo de 28 disciplinas básicas e especializações em cinema, televisão, literatura e
10	teatro. A perspectiva do escritor é inaugurá-la em 2001. Mas engana-se quem pensa que
11	Mario Prata pretende dar aulas na FEB. “Eu quero ser aluno, aprender uma série de coisas
12	que acho que deveria saber e não sei.”
13	<b>Sucesso</b> - Os últimos cinco livros de Prata, entre eles <i>Diário de um Magro</i> e <i>Minhas</i>
14	<i>Vidas Passadas (A Limpo)</i> , foram sucesso de público, mas sua carreira é muito anterior a
15	esse período. Ele é autor de novelas, peças de teatro, crônicas e livros infantis. “Eu só sei
16	escrever crônicas, mas como ninguém compra livros desse gênero eu disfarço com outros
17	nomes”, confessa. Mas, antes da literatura, o jornalismo foi o meio que consolidou seu
18	trabalho com a palavra.
19	Prata sempre quis ser jornalista e escritor. Seu pai, dono de um laboratório de
20	análises clínicas no fundo de casa, não gostava muito da idéia, por isso resolveu prestar um
21	concurso do Banco do Brasil, quando passou e veio morar em São Paulo. Já tinha sido
22	correspondente do jornal <i>Última Hora</i> e trabalhado num jornal das Lojas Arapuã, em sua
23	cidade natal. Fez faculdade de Economia, que não chegou a terminar. Estreou sua primeira
24	peça em 1970, <i>Cordão Umbilical</i> , que acabou dando certo e permitindo que ele
25	abandonasse o sonho dos pais de ser gerente do Banco do Brasil e se dedicasse ao que
26	gostava.
27	“As coisas foram acontecendo na minha vida, eu dei muita sorte”, diz, aliado a “um
28	pouco de talento”. Prata acredita que a década de 60 foi o principal momento desse século,
29	e acha que o principal motivo do sucesso que os verbetes e histórias tirados de sua agenda
30	telefônica estão fazendo em seu livro mais recente se deve à nostalgia que as pessoas tem
31	dessa época. “Eu recebo e-mails de gente jovem que me fala da inveja de não ter vivido
32	esse tempo.”
33	Mas <i>Minhas Mulheres e Meus Homens</i> , que está na segunda edição e já vendeu
34	cerca de 30 mil exemplares, é mais que a privacidade de gente famosa ou a série de
35	histórias vividas pelo autor. “Quando organizei esse material, sem o objetivo de publicar,
36	percebi que tinha em mãos uma pequena autobiografia da minha geração”, afirma Prata.
37	Seu próximo passo é escrever uma espécie de continuação, desta vez a respeito de seus

38	objetos pessoais. “Minha roupa, minhas coisas, tudo isso lembra uma história e um
39	momento da vida.” A julgar pelo interesse do público e da imprensa por suas relações com
40	as pessoas, o ingresso nos “mais vendidos” deve estar assegurado.

## D9

1	O presidente da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma),
2	José Eduardo Bandeira de Mello, está engajado em uma campanha para estimular a defesa
3	da distribuição gratuita de medicamentos pelo governo. O cumprimento dessa obrigação
4	constitucional pelo governo acabaria com a pressão sobre a indústria farmacêutica com
5	relação aos preços dos medicamentos e permitiria redirecionar a indústria para a pesquisa,
6	projetos de cidadania e outros aspectos que, segundo Bandeira de Mello, são essenciais
7	para mudar o curso da indústria nacional.
8	Segundo o presidente da Abifarma, o ciclo da síntese química está encerrado e a
9	indústria está entrando na era da biotecnologia e da fitoterapia, e a indústria brasileira
10	precisa despertar para o investimento em pesquisa e o desenvolvimento de projetos para
11	assumir um caráter inovador. “Nós não podemos perder mais um bonde da história”,
12	afirmou. “Se a indústria nacional não estiver forte nessa virada, nós nunca mais teremos
13	pesquisa farmacêutica nesse País.”
14	Além de redirecionar a discussão, Bandeira de Mello afirmou que o setor precisa
15	crescer para concretizar esse investimento. Ele afirmou que o crescimento deve vir da
16	entrada no mercado brasileiro dos produtos genéricos até os primeiros meses do próximos
17	anos. Bandeira de Mello acredita que a indústria nacional deve entrar com força nesse
18	mercado, já que não tem características inovadoras como as multinacionais, mas ressalva
19	que o barateamento de preços que os genéricos devem promover não diz respeito aos
20	setores mais baixos da população. “Os preços vão cair 30%, e isso só vai beneficiar a classe
21	média.”
22	<b>Briga</b> – O presidente da Abifarma protagonizou, no mês passado, uma discussão
23	pública com o ministro da Saúde, José Serra, a respeito da venda de similares e genéricos
24	no País. Bandeira de Mello argumentava que os laboratórios estariam vendendo remédios
25	similares, que não sofrem a fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
26	(ANVS), como genéricos, enquanto Serra acusava a Abifarma de estar protegendo os
27	interesses comerciais de suas indústrias. Bandeira de Mello acredita que a defesa de uma
28	política pública de distribuição gratuita de remédios deverá ser sua próxima briga com o
29	ministro. “Ele tem um projeto político, por isso não está preocupado com a legitimidade, e
30	sim com a popularidade das teses que defende.”



**D10**

1	Um dos principais cartões postais de São Paulo, a Avenida Paulista é o maior centro
2	financeiro do País e famosa por seus executivos engravatados. Mas o visitante que tiver
3	fôlego para atravessar seus quase três quilômetros de extensão vai descobrir que, na última
4	esquina, a Avenida se transforma num ponto de encontro de artistas e intelectuais.
5	Conhecida como esquina de arte e cultura, o encontro da Avenida Paulista com a Rua da
6	Consolação concentra o Cine Belas Artes, com seis salas, o Empório Paulista de Cultura e
7	cerca de doze barracas vendendo livros, discos e revistas.
8	O Empório Paulista de Cultura se divide em quatro salas, duas para os livros, uma
9	para CDs e outra para vídeos e material sobre cinema e séries de televisão. O espaço existe
10	desde outubro de 1996, por iniciativa de Luciano Dias, que vendia livros na esquina e
11	resolveu alugar a casa e convidar mais dois sócios. Dias cuida da sala dos CDs, onde é
12	possível encontrar trilhas sonoras, new age, música árabe, blues, jazz, gravadoras
13	independentes, rock nacional e discos raros.
14	Os principais atrativos da loja são o preço baixo e as raridades. Um Chet Baker
15	duplo sai, por exemplo, por R\$ 15, o mesmo preço da trilha sonora do filme <i>Baile</i>
16	<i>Perfumado</i> . O lugar é indicado também para quem procura pelo lançamento da banda
17	pernambucana Cascabulho, pela trilha sonora de <i>Drácula</i> , ou pelo disco do professor José
18	Guilherme Wisnik, que dificilmente serão encontrados em outra loja da cidade.
19	Na parte de cinema, o colecionador encontra, além de fitas de vídeo, camisetas,
20	chaveiros, canecas, bonecos, broches e adesivos alusivos a séries de televisão e filmes
21	clássicos. Um quadro do ator James Dean ou de <i>Casablanca</i> sai por R\$ 7, enquanto a cópia
22	original de filmes como <i>O Sétimo Selo</i> , do sueco Ingmar Bergman, ou de <i>Um Cão Andaluz</i> ,
23	de Salvador Dalí e Luís Bunuel, saem entre R\$ 25 e R\$ 30 cada. Lá ainda se encontra a
24	ficção científica <i>Solaris</i> , obra rara e inusitada na carreira do russo Andrei Tarkovski, ou
25	ímãs de geladeira com a cara dos irmãos Marx.
26	Na parte de livros, a ordem é o preço baixo. Toda obra da Clarice Lispector pode ser
27	encontrada por R\$ 7 cada. Além de livros, vídeos e CDs, quem visita do Empório Paulista
28	pode achar aquele exemplar antigo da revista <i>Mad</i> ou um disco raro de vinil. O cliente pode
29	comprar, vender, encomendar, trocar e conta com facilidades de pagamento, como prazo de
30	até 60 dias ou descontos à vista de 10 a 20 %. ( <b>Empório Paulista de Cultura – Avenida</b>
31	<b>Paulista, 2518. Tel: 3159 3098. Aberto todos os dias, das !0 às 22 horas)</b>

## Textos – Aluno E

### E1

1	Na sexta-feira, dia 27, as peruas disputavam espaço nas ruas dos arredores do metrô Santa
2	Cruz. No dia seguinte, haviam sumido quase por completo. Descanso de fim-de-semana?
3	Não. “Tá feio esse negócio de fiscalização, estão pegando duro hoje”, lamenta Sérgio de
4	Almeida, perueiro da linha São Judas/Santo Amaro.
5	Servir um dos bairros mais nobres da cidade não livra os perueiros que fazem a via Mesma
6	do cotidiano tenso. São mais de 150 vans de mais de cinco linhas, segundo estima Almeida.
7	Além do temor da apreensão , que sendo intensificado este ano- em 99 foram 5150 peruas
8	apreendidas- há a briga dura no trânsito.
9	O comportamento dos perueiros nas ruas não ~e visot com bons olhos pela população local.
10	“Eles estacionam descaradamente o carro na pista, entram sem dar seta”, reclama Fausto
11	Sato, estudante, morador do bairro nobre. Ele nunca pegou lotação. “ Os moradores, de
12	forma geral, andam de carro. Quem pega lotação e ônibus é quem trabalh na região”.
13	Messias Freitas, ajudante da casa de bilhar Treze Treze, vem da zona norte todo dia, mas sã
14	pega lotação quando está atrasado para o serviço. “ É mais rápido, mas é perigoso”. O caso
15	do perueiro Amntônio Barbosa, da linha Vila Lúcia/Santa Cruz, é um exemplo desta
16	imprudência. Enquanto dirigia, as porgas

## E2

1	O “Fora FHC!” estava na boca dos manifestantes do 2º Grito dos
2	Excluídos na capital, apesar de não ter sido proposto pelos organizadores
3	como tema do ato. “Esta é uma reação emotiva, o objetivo não é atacar o
4	governante, mas sua política”, disse o organizador Eduardo de Souza, 26 anos,
5	da Pastoral da Juventude, uma das diversas entidades participantes.
6	O protesto realizado ontem de manhã no Parque da Independência,
7	Ipiranga, zona sul, transcorreu pacificamente. Quatro grupos marcharam até o
8	local, partindo da Praça da Sé, região Sudeste, Heliópolis e ABC. De acordo
9	com a Guarda Civil Metropolitana, havia 3 mil presentes. Os organizadores
10	estimaram 5 mil. Representando a solidariedade, os participantes colocaram as
11	mãos nos ombros dos colegas. Mil pães foram distribuídos entre os
12	participantes. No encerramento do evento, as grades de proteção foram
13	ultrapassadas e Monumento do Ipiranga foi “abraçado”.
14	A suspensão do pagamento da dívida externa foi defendida por meio da
15	colombiana YuryPuello, 35 anos, da Católicos pelo Direito de Decidir
16	(CDD). Ela fez o lançamento da proposta de plebiscito sobre a dívida externa,
17	o que aconteceu paralelamente em outras cidades que participaram do
18	protesto. “O modelo neoliberal está arrasando o País”, disse. O aposentado
19	Agenor Narciso, 59anos, um dos fundadores da Central Única dos
20	Trabalhadores (CUT), não acredita que o Brasil é independente de fato.
21	“Estamos submissos à política do FMI”.
22	Envolto na colorida bandeira de seu movimento, Josué Delfino, 41 anos,
23	do núcleo de gays e lésbicas do Partido dos Trabalhadores (PT), marcou
24	presença. “Nós pertencemos ao grupo dos excluídos”, disse. “A sociedade
25	finge que não nos vê”, completou Nelson Pereira, 33 anos, da Associação
26	da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas e Transgêneros de São Paulo. Para
27	eles, o governo FHC ignora a causa.
28	Na opinião da aposentada Margarida Schettert, 58 anos, que estava no
29	parque apenas a passeio, o protesto não é válido. “Isso é só desordem e
30	bagunça, não vai levar a nada”. Para o desempregado Jonas Pereira, 43 anos,
31	que caminhou do Brás até o Ipiranga, o evento foi importante. “Me sinto
32	morto sem ter trabalho, vim aqui para reclamar do desemprego”, disse,
33	apontando para a cruz de meio metro que carregava. Pereira, do Movimento
34	dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), vive nas ruas desde que um “rapa”
35	(fiscalização) levou sua barraca de camelô.

**E3**

1	O líder na Câmara do PT, José Genoíno (SP), continua na batalha em torno da sua
2	relatoria do Plano Plurianual de Desenvolvimento. “O sistema de rodízio deve ser
3	respeitado”, defende.
4	Com a entrada do nome do PSDB na relatoria, os partidos menores podem cogitar
5	sua participação em sub-relatorias e relatorias. Agora, cabe ao presidente da Comissão
6	Mista do Orçamento, senador Gilberto Mestinho (PMDB-AM) decidir quem vai indicar.
7	Para Genoíno, as condições previstas pelo PPA não correspondem à realidade
8	vulnerável do País. “Os referenciais que o Plano usa para a recuperação do emprego e
9	investimentos não levam em conta as pressões que recebemos do cenário internacional.”
10	Eleições- O deputado considera as eleições de 2000 como estratégicas. “Vamos
11	concentrar nossas forças nas cidades médias para poder dar uma alavancada para as
12	eleições de 2002”, disse.
13	Da parte de Genoíno, haverá um esforço para tentar uma aliança com a ex- prefeita
14	Luíza Erundina (PSB), para vencer pelo nome de Marta Suplicy.

## E4

1	Em busca da cura divina ou em seu agradecimento, fiéis da Igreja
2	Pentecostal Independente Maravilha de Jesus louvam a Deus dedicadamente.
3	Ouvem com atenção aos conselhos dos pastores, analisam a Bíblia e rezam
4	com fervor. Muitos garantem que, após se tornarem evangélicos, superaram
5	suas doenças e transformaram suas vidas.
6	“Eu era estéril, mas Deus me deu dois filhos depois que entrei nessa
7	igreja”, conta Ivani Moreira Sales, 62 anos, vendedora. Descontente com sua
8	vida porque não conseguia engravidar, foi convencida por uma amiga a
9	procurar a Maravilha de Jesus, em 65. “Não acreditava que seria possível
10	resolver meu problema, mas dez meses após ter recebido a bênção estava
11	grávida”, disse. Desde então, ela tornou-se frequentadora assídua da igreja.
12	Duas vezes por semana, ela deixa a sua casa em Itaquera, zona leste, para ir
13	até a matriz da igreja, no centro.
14	A família do advogado Cláudio Alves de Oliveira também se considera
15	abençoada pelo Espírito Santo. Quando recebeu a notícia de que sua irmã
16	Maria de Oliveira estava com um sopro no coração, Oliveira levou-a para a
17	Maravilha de Jesus, da qual é adepto. “O médico disse que minha irmã tinha
18	poucos dias de vida pela frente”, contou ele. Até houve cura para o câncer na
19	Maravilha de Jesus, segundo Oliveira, que garante que isto aconteceu com sua
20	prima, Eunice de Oliveira. “O Criador opera por estes sinais, para que possa
21	ser glorificado”, acredita o advogado.
22	Na esperança de acabar com suas crises de epilepsia, Marcos Alberto
23	dos Santos, 28 anos, frequenta a Maravilha de Jesus desde 91. “Ainda não
24	melhorei muito, mas preciso ter fé”, disse. Todo domingo ele comparece à
25	matriz, quando aproveita para ir à escola dominical da igreja. Santos nunca
26	estudou, por isso solicitou uma vaga na escola, apesar de não estar na faixa
27	etária dos alunos. Agora já sabe ler e escrever e procura um emprego.
28	Os cultos pregados pelo pastor Leonel Silva são os mais esperados, pois
29	foi ele quem fundou a Maravilha de Jesus em 1957. Na matriz, situada na
30	Praça da Sé, centro, costumam reunir-se mais de 60 de fiéis nos fins de
31	semana, segundo a direção. Para começar, os corais da igreja apresentam-se
32	acompanhados de banda, cantando suaves músicas religiosas. As letras são
33	conhecidas pelo público, que se levanta dos bancos para acompanhar os
34	grupos, cantando e agitando os braços. A maioria se veste de forma simples,
35	mas alguns fiéis mostram capricho nas roupas, usando terno e gravata.
36	Na hora da pregação, o pastor Leonel sobe no palco. Fica na frente de
37	uma grande foto do mar. Começa a ler trechos da Bíblia, sempre os ilustrando

38	com algum exemplo do cotidiano. É interrompido por diversos brados de fiéis,
39	que gritam “Aleluia, glória a Deus!”. O pastor interage com o público e
40	esbraveja enquanto fala, impedindo que o culto se torne monótono, apesar da
41	duração de mais de três horas. “Quem admite que já deixou de vir ao culto
42	para ver um jogo de futebol, que levante a mão”, desafiou. “O Corinthians, o
43	Palmeiras e as telenovelas não podem nos afastar de Deus”, falou
44	energicamente.
45	A conduta moral que o fiel deve seguir é enfatizada pelo pastor. “O
46	sexo fora do casamento não consta na Bíblia”, defendeu. O seguidor também
47	precisa deixar os vícios e realizar caridades. Há um departamento na igreja
48	dedicado à filantropia. Uma enfermaria na cidade de Jacareí, interior de São
49	Paulo, está sendo projetado pela Maravilha de Jesus, para atender a crianças
50	órfas. “Toda verba foi arrecadada entre os fiéis, que doam com alegria”, disse
51	o pastor. A verba da igreja é obtida por meio de doações voluntárias dos fiéis,
52	dízimo e de votos, quando o fiel retribuiu à graça concedida com dinheiro.
53	O auge do culto é o momento das orações. O pastor fala velozmente, de
54	um modo que não é possível entender suas palavras. Os fiéis, de joelhos,
55	fecham os olhos e, como num transe, começam a balbuciar palavras
56	incompreensíveis. Alguns, parecem estar falando outra língua. Quando isso
57	acontece, alguém leva o microfone para que a voz seja amplificada. “É a
58	manifestação do Espírito Santo”, explicou o pastor Leonel. “Ele fala outra
59	língua porque Deus não precisa se comunicar conosco em português.”
60	Para obter a bênção completa, o fiel enfrenta uma grande fila formada
61	para receber a Oração da Fé. O pastor espalma suas mãos sobre a cabeça do
62	crente, pedindo sua purificação. As pessoas em volta gritam “Sai, sai!”,
63	enquanto o pastor ora pelo seguidor. Após dizer “ Amém!”, o fiel passa pela
64	unção, aplicação de uma gota de óleo na testa. “Agora me sinto bem mais
65	leve”, disse Silvano Ferreira, morador de rua, em sua primeira visita à
66	Maravilha de Jesus.

**E5**

1	Laticínios são produtos altamente perecíveis, que estragam facilmente
2	quando mal acondicionados. Mas estão sendo vendidos por ambulantes em
3	condições inadequadas, causando risco de saúde aos consumidores. Nos trens
4	da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos (CPTM), vendedores
5	oferecem bandejas de queijos <i>petitsuisse</i> e leite gelificado por apenas R\$1,00,
6	preço mais de 100% inferior ao mercado. O problema é que eles ficam em
7	temperatura ambiente, sem refrigeração, ao contrário do que é recomendável.
8	O mesmo acontece em camelôs na região do Largo da Concórdia e São Bento,
9	no centro, que comercializam por preços baixos produtos de marcas
10	renomadas como Danone, Parmalat, Yoplait e Batavo. O mal
11	acondicionamento de laticínios pode diminuir o prazo de validade do produto
12	e até causar infecções intestinais sérias no consumidor.
13	Pacotes contendo diversos laticínios são vendidos em uma banca no
14	Largo da Concórdia, centro, por apenas R\$5,00. A vendedora garante que é
15	original. “Pegamos todo dia na fábrica”. Todos os produtos estavam dentro do
16	prazo de validade. O sol não bate diretamente nos produtos, mas ao lado da
17	barraca o calor é gerado pela fumaça de churrasco.
18	Na rua São Bento, centro, pessoas se amontoam em volta de um
19	carrinho de supermercado cheio de iogurtes. Quatro Pura Saúde, iogurte da
20	Danone, custam R\$1,00, o que sairia por mais de R\$2,50 num supermercado.
21	“Não é falsificado não, e está fresquinho!”, afirma a vendedora, animada com
22	as vendas. Segundo ela, os produtos são conseguidos nas fábricas,
23	diariamente.
24	A Parmalat nega que as fábricas forneçam seus produtos aos
25	ambulantes. “ Possuímos um esquema de fornecimento muito controlado, com
26	clientes cadastrados”, disse a assessora de imprensa Sandra Muraki. Ela
27	acredita que não é possível por parte da empresa controlar esse comércio
28	paralelo, função que cabe às autoridades do governo.
29	Nas geladeiras dos supermercados, os laticínios pasteurizados precisam
30	ficar refrigerados entre 7 a 10°C, como explica a pesquisadora do Instituto de
31	Tecnologia de Alimentos da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo
32	(Ital), Neusely da Silva. Da fábrica aos fornecedores devem num ambiente de
33	4°C, para que se garanta sua qualidade. Neusely explica que os produtos como
34	leites gelificados, tipo Danette, e pudins podem causar infecções intestinais
35	graves. “Eles possuem ph mais próximo do neutro, ambiente ideal para o
36	desenvolvimento de bactérias patogênicas”. O consumo destes produtos
37	estragados gera problemas de saúde como náusea, diarreia, vômito e dor de

38 | barriga, segundo a pesquisadora.



**E6**

1	Num momento em que a população se horroriza com as revoltas e fugas
2	na Fundação do Bem Estar do Menor, Febem, o pré-candidato a prefeitura de
3	São Paulo, senador Romeu Tuma (PFL-SP), quer levar ao Senado uma
4	proposta de diminuição da maioria penal para 14 ou 16 anos. Estes
5	criminosos seriam encaminhados a prisões especiais. “Sou a favor da extinção
6	da Febem, que funciona como uma escola do crime”, disse. Apenas
7	criminosos de baixa periculosidade e menores abandonados, no caso, iriam
8	para a Febem.
9	A proposta é alterar o artigo 26 do Código Penal, como lei ordinária
10	especial, a partir de uma reforma constitucional no artigo 221. O projeto
11	também inclui a redução das penas em um ou dois terços. Depois de moldar o
12	projeto com magistrados e psicólogos, Tuma vai precisar colher 27 assinaturas
13	no Senado, depois de moldar melhor o projeto com magistrados e psicólogos.
14	Segundo Tuma, há outros projetos de diminuição da maioria penal em
15	tramitação, mas que não enfatizam a criação de regime prisional especial.
16	Eleições- Guilherme Afif Domingos e Luís Antonio de Medeiros são os outros
17	nomes que concorrem para a candidatura pelo PFL. Tuma afirma que não
18	mudará de partido para garantir sua candidatura. “Tenho que seguir os
19	interesses do partido, não pessoais.” Sem tradição de lançar candidatos à
20	prefeitura, o PFL mudou sua estratégia em função de lançar a candidatura à
21	presidência da república em 2002 de Antônio Carlos Magalhães, presidente do
22	Senado.
23	Conhecido como “ Xerife”, Tuma foi superintendente da Polícia Federal
24	de São Paulo em 1983 “Foram 40 anos de vida pública dedicados á
25	segurança.” Sendo este o mote principal da sua possível candidatura, ele
26	defende que a guarda municipal deve ter poder de polícia. “Não pode apenas
27	ficar expulsando camelô na rua”, reclama. A prefeitura, em sua opinião,
28	também deve ajudar o estado cuidando da estrutura da cidade, com a melhora
29	da iluminação de praças e ruas.

**E7**

1	<b>Matéria Especial- Terceiro Setor</b>
2	
3	(ABRE)
4	
5	Os entusiastas falam em “Setor do Novo Milênio”. Aquele que vai atenuar o
6	desemprego, movimentar renda e diminuir a desigualdade social. Os críticos consideram
7	isso apenas uma “onda” momentânea e rejeitam a euforia, devido à escassez de dados.
8	Extremismos à parte, o Terceiro Setor- das entidades sem fins lucrativos- cresceu e ganhou
9	nos últimos tempos a atenção do governo, da mídia, do empresariado e do meio acadêmico.
10	Enquanto o desemprego atinge até os diplomados, o Terceiro Setor parece vir no
11	sentido contrário, apresentando dados otimistas. Entre 91 e 95, cresceu 3,15% no Brasil.
12	Enquanto isso, o setor público diminuiu em cerca de 5% a sua participação na ocupação de
13	pessoal e o setor privado cresceu 1,4%, dados preliminares da pesquisa realizada pela
14	brasileira Leilah Landin para a Universidade de Johns Hopkins, EUA. Cerca de 1,1 milhões
15	de pessoas atuam no Terceiro Setor, quase o dobro de servidores públicos federais na ativa.
16	O número inclui trabalhadores remunerados e também a base do Terceiro Setor, que é o
17	voluntariado.
18	Roberto Amaral, diretor-superintendente do Grupo de Instituições, Fundações e
19	Empresas (Gife) observa uma “profissionalização” do Terceiro Setor. Para ele, está
20	havendo transferência de tecnologia da empresa privada para as entidades sem fins
21	lucrativos. Amaral afirma que o conceito americano de “cidadania empresarial” chegou ao
22	Brasil. “O administrador moderno tem de atender a interesses de diferentes grupos:
23	comunidade, funcionários e não só aos acionistas”.
24	As empresas enfrentam um mercado competitivo e por isso preocupam-se com sua
25	imagem. “A idéia da empresa que se preocupa com a sociedade, com o futuro, dá uma boa
26	impressão ao consumidor, é um diferencial”, disse Andres Falconer, coordenador de
27	projetos do Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor da FEA-USP (Ceats)
28	Alertando para as generalizações, Falconer observa que o Terceiro Setor aborda entidades
29	muito diferentes entre si, que desfrutam de vantagens fiscais igualmente. Além disso,
30	Falconer verifica que o Terceiro Setor cresce junto ao setor de serviços, que a cada dia
31	torna-se mais significativo, principalmente nas grandes cidades.
32	O Ceats acaba de concluir a terceira parte da pesquisa nacional “Estratégias de
33	Empresas no Brasil: Atuação Social e Voluntariado”. A realização é do Programa
34	Voluntários, em parceria com o Centro de Integração Empresa- Escola, Ciee, o Gife, o
35	Centro de Educação Comunitária para o Trabalho do Senac-SP e o Ceats. Ivani Tristan,
36	pesquisadora do Ceats, explica que realizou um estudo de caso, o do Instituto C& A. A
37	análise demonstrou que o funcionário que realiza trabalho voluntário tem orgulho da

38	empresa, pois ela investe no social. Além disso, ele reconhece que o trabalho voluntário é
39	uma oportunidade desenvolver habilidades e melhorar a auto-estima, o que em muitas
40	vezes ajudou na ascensão na empresa. “O funcionário também reconhece que a empresa
41	tem ganhos de imagem com isso”, explica Ivani.
42	Nas duas primeiras fases da pesquisa, constatou-se que há iniciativas bastante
43	diversas. Verificou-se também que, quando a área que a empresa atua está vinculada ao
44	negócio, fica mais fácil de alavancar o projeto. As crianças são as mais beneficiadas com
45	trabalhos filantrópicos, enquanto há áreas grupos carentes em auxílio, como idosos e
46	aidéticos.
47	<b>Voluntariado moderno-</b> Apesar de não ser remunerado, atualmente exige-se do
48	voluntário uma postura profissional. “Cobra-se resultado e compromisso”, afirma Francisco
49	Lins, coordenador de comunicação do Programa Voluntários, organizado pelo Conselho da
50	Comunidade Solidária. O Programa, que criou 21 centros de voluntariado no País, realiza
51	palestras e seminários para ajudar o gerenciamento do voluntariado dentro do Terceiro
52	Setor. Lins ressalta que o voluntário deve ter uma carga horária pequena, ser valorizado,
53	reconhecido e ouvido. “Jamais pode ser confundido como mão-de-obra barata.”, disse.
54	O voluntariado está deixando de ter um caráter apenas religioso para englobar a
55	questão da cidadania, segundo a coordenadora do Centro de Voluntariado São Paulo, Maria
56	Amália Munerati. Para Amália, tanto o voluntário como a empresa começam a ajudar
57	entidades por motivos pessoais. “Assim que são envolvidas no trabalho, elas são tomadas
58	por algo maior, que é a consciência social”, acredita.
59	
60	SUB-RETRANCA 1
61	
62	Mudar a cabeça do jovem individualista e alienado é uma das metas do Centro de
63	Voluntariado de São Paulo. Segundo a coordenadora Adelaide Fonseca, o jovem demonstra
64	boa vontade a partir do momento em que percebe a extensão de seu ato. “Devemos vê-los
65	como solução, e não como um problema”, disse.
66	O Centrovem trabalhando junto à diversas escolas, incentivando o trabalho
67	comunitário. A pesquisa da empresa Oriana White revelou que somente 7% dos jovens
68	brasileiros são voluntários, contra 62% nos Estados Unidos. A C PM Market Research
69	concluiu em seu estudo que 54% dos jovens brasileiros querem ser voluntários e não sabem
70	por onde começar.
71	Outra iniciativa para estimular a atividade social dos jovens é o Prêmio Fenead,
72	organizado pela Federação Nacional de Estudantes de Administração (Fenead). O concurso
73	nacional premia o projeto social melhor estruturado, dando a verba para implementá-lo.
74	“Para o jovem, é interessante trabalhar para algo que não seja apenas o lucro”, disse o
75	estudante João Paulo Vergueiro, 19 anos, diretor da regional São Paulo da Fenead.

76	Vergueiro dá aulas de informática voluntariamente na escola pública onde estudou. “É
77	minha forma de retribuir a oportunidade que tive e garantir que projetos assim não
78	morram.”
79	Trocar um “emprego” num escritório de advocacia para montar sua própria
80	entidade sem-fins lucrativos. Esta foi a escolha de Andréa Mustafa, 22 anos, aluna de
81	Direito da Universidade de São Paulo (USP). “O ganho é um pouco menor, mas o trabalho
82	é mais gratificante”, disse. Ao lado de outra duas outras jovens, ela coordena o Instituto
83	Pró-Ação pela Cidadania Jovem, fundado há um ano. Atualmente, o Instituto trabalha no
84	projeto JovemAção, promovendo nas escolas gincanas que estimulam a cidadania. O
85	JovemAção tem apoio da empresa e do governo: o Instituto C&A e a Secretaria Municipal
86	de Desenvolvimento do Rio de Janeiro.
87	A bailarina Ana Cravo, 25 anos, também obtém sua renda atuando no Terceiro
88	Setor. Ela é contratada para ensinar dança à meninas e mulheres da comunidade Jardim
89	Panorama, no bairro do Morumbi, dentro do programa Criança Brasil. Além de possuir este
90	trabalho remunerado, é voluntária no Projeto Travessia, em prol de crianças de rua e na
91	Associação Lar, que trata jovens viciados em drogas. “A gente mais ganha que dá quando
92	realiza um trabalho voluntário”, disse. Ana considera-se uma pessoa mais feliz hoje.
93	“Problemas pequenos não me incomodam mais.”
94	
95	SUB-RETRANCA- 2
96	
97	A consultoria Kanitz a Associados, conhecida por organizar o ranking das 500
98	melhores e maiores empresas, da Revista Exame, organizou este ano a 4ª edição do Prêmio
99	Bem Eficiente. Foram selecionadas 50 entidades sem-fins lucrativos idôneas e eficientes.
100	Após ser incluída na lista, a entidade Ação Solidária contra o Câncer Infantil
101	(ASCI) percebeu o aumento nas doações e na oferta de voluntários. “É como um ISO 9000,
102	que nos dá credibilidade”, compara Darcy Carvalho, coordenadora e fundadora da ASCI.
103	Leila Lorenzi, coordenadora de projetos da Kanitz, acredita que o Prêmio alavancou
104	a auto-estima das pessoas que trabalham nas entidades. “Vemos o doador como cliente”,
105	disse.
106	Com o reconhecimento de sua eficiência, a ASCI está até se dando ao luxo de
107	recusar voluntários. “Não temos tempo de realizar a triagem e treinamento de todas essas
108	pessoas”, disse. É exigido o profissionalismo dos voluntários da ASCI. “Eles têm de ser
109	responsáveis, pois lidam com a dor e a morte”. A importância desta instituição é dar apoio a
110	crianças com câncer.
111	“Dando carinho e assistência, o câncer tem cura”, afirma Darcy. Há 15 anos, ela
112	enfrentou o drama pessoal de batalhar pela vida do filho com leucemia. Fundou, então, a
113	ASCI, com mais quatro pais que passavam pela mesma situação. As três crianças destes

114	casais são adultos saudáveis hoje. O empenho da Ação está atualmente voltado para a
115	construção do Instituto do Câncer Infantil, que está sendo facilitado pelo apoio de
116	empresas. “Elas são exigentes e só compram o seu sonho se você tiver um objetivo bem
117	claro”, disse a coordenadora Lídia de Freitas.
118	
119	BOX:
120	
121	A Internet é uma boa fonte de consulta para aqueles que procuram informações sobre o
122	Terceiro Setor. Veja alguns sites:
123	<a href="http://www.filantropia.com.br">http://www.filantropia.com.br</a> – possui uma ferramenta de busca específica para o Terceiro
124	Setor, além das listas das 400 maiores entidades sem-fins lucrativos e maiores equipes de
125	voluntários. Organiza um calendário geral do Terceiro Setor.
126	<a href="http://www.gife.org.br">http://www.gife.org.br</a> – dá informações sobre o Grupo de Instituto, Fundações e Empresas,
127	além de possuir lista de discussões e agenda.
128	<a href="http://www.integracao.fgvsp.br">http://www.integracao.fgvsp.br</a> – Revista Eletrônica Integração, coordenada pelo
129	CETS/FGV. Notícias, artigos, pesquisas, resenhas de publicações.
130	<a href="http://www.melhores.com.br">http://www.melhores.com.br</a> – divulga o Prêmio Bem-Eficiente, organizado pela Kanitz e
131	Associados. Seleção das 50 entidades sem fins-lucrativos consideradas eficientes e idôneas.
132	<a href="http://www.programavoluntarios.org.br">http://www.programavoluntarios.org.br</a> – neste site, há um fórum de discussões do
133	voluntário, notícias, textos e um banco de voluntários que disponibilizam seus serviços.
134	<a href="http://www.rits.org.br">http://www.rits.org.br</a> – a Rits, Rede de Informação do Terceiro Setor, dá apoio à gestão da
135	entidade sem fins lucrativos, divulgando experiências. Organiza o Ciber Fórum Civil e
136	possui um catálogo de órgãos e indivíduos da área.
137	<a href="http://www.voluntarios.com.br">http://www.voluntarios.com.br</a> – a partir da cidade, nome ou área de atuação, é possível
138	encontrar a entidade que você procura, dentro de um cadastro de dois mil nomes. O site
139	possui também um banco com mais de cinco mil voluntários cadastrados.

## E8

1	“Sou um profissional. Nunca digo que não vou escrever porque não
2	estou inspirado. Um médico não pode se negar a operar um rim porque não
3	está a fim”. O escritor Mário Prata leva seu trabalho a sério. “Trabalho em
4	casa, mas tenho horário de trabalho, quase bato cartão”, conta. A sua atual
5	preocupação aos 53 anos, momento em que se dá ao prazer de ver suas obras
6	virarem bestseller, é fazer com que a profissão de escritor seja reconhecida
7	como tal. “ Muitos perguntam para mim o que faço além de escrever”, contou.
8	Para isso, vem investindo em seu projeto de construir a Faculdade de
9	Escritores Brasileiros. “ Qualquer um pode escrever, é só conhecer as técnicas
10	e ter dom”, acredita. Já montou o currículo do curso, que incluirá até matérias
11	como Anatomia e Administração de Empresas.
12	De fala mansa e gestos lentos, Prata não transmite a agitação de sua
13	mente. “Vivo de idéias, não posso dispensá-las. Por isso, nunca tiro férias,
14	estou sempre pensando”, disse. Como não há hora para que boas idéias
15	apareçam, ele carrega no bolso um gravadorzinho. “Finjo que estou falando no
16	celular e as pessoas em volta nem percebem que estou tomando nota dos meus
17	pensamentos.” Vale até ligar para a casa e deixar um recado em sua secretária
18	eletrônica. “ Cansei de anotar as coisas no guardanapo e não entender minha
19	letra” A grande movimentação das redações de jornal exerce fascínio sobre
20	ele, embora ele trabalhe em casa. Ele vê que hoje tudo é mais calmo. “As
21	redações hoje são muito limpas e organizadas, além do repórter estar muito
22	longe da rua”, lamenta, nostálgico.
23	Como o personagem de Woody Allen no filme “Desconstrindo Harry”,
24	o escritor Mário Prata teve alguns “probleminhas” por usar personagens da vida real em sua
25	última obra. Depois de publicar “Minhas mulheres e meus
26	homens”, livro lançado pelo autor em agosto, ele teve de ouvir algumas
27	queixas de personalidades como Maytê Proença e Joana Fonn. Mas para ele,
28	não foi isto que mais o incomodou. O que ele lamenta, foi o fato de ter sido
29	entrevistado tantas vezes, mas por pessoas que não haviam lido seu livro.
30	“Eles não perceberam que era o retrato da minha geração, que viveu a agitada
31	década de 60”, reclamou.
32	A curiosidade de saber como os leitores franceses receberão sua obra,
33	faz Prata pensar em escrever um romance, que possivelmente se chamará
34	“Gregório”. Mas ele ainda está em dúvida, pois ao mesmo tempo tem em
35	mente escrever uma obra destinada ao mercado brasileiro, na mesma linha de
36	“Minhas mulheres e meus homens”. Os personagens das pequenas histórias,
37	desta vez, serão seus objetos. “Esta bota, este celular, esta camisa, tem uma

38	estória.”
39	Apesar de fazer questão de convencer os outros de que o escritor é um
40	profissional como outro qualquer, Prata brinca que um dentista teria mais
41	dificuldades em sua faculdade. “Eles são muito normais!”

**E9**

1	Depois do confronto direto com o Ministro da Saúde, José Serra, em torno dos
2	medicamentos genéricos, o presidente da Associação Brasileira de Indústrias
3	Farmacêuticas, Abifarma, José Eduardo Bandeira de Mello, prepara-se para defender
4	outra causa. Desta vez, vai levantar uma bandeira mais popular, o direito do cidadão de
5	obter remédios gratuitamente nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). “ A
6	Constituição garante a assistência à saúde integral, pelo artigo 196”, argumenta. Com
7	isso, a Abifarma defende que a questão social, de promover o acesso de toda a
8	população à saúde, cabe ao governo. “Somos uma empresa privada e nosso objetivo é o
9	lucro”, disse. “E graças a este lucro que investimos 34 bilhões de dólares em pesquisa.”
10	A prioridade da indústria farmacêutica é, na opinião de Bandeira de Mello, é
11	ser inovadora. “A indústria nacional deve estar preparada para enfrentar uma fase nova,
12	investindo em biotecnologia e fitoterapia”, defende. Para ele, a indústria farmacêutica
13	nacional deve ficar com maior parte da produção dos genéricos, por meio de incentivos
14	vindos por parte do governo. “É ela que realizará pesquisas sobre doenças da região,
15	não as multinacionais”, disse. “ É preciso fazer volume de verba com genéricos e nunca
16	abandonar a pesquisa.” Entretanto, ele não descarta a importância das indústrias
17	estrangeiras para a produção de medicamentos de ponta, para tratamento de Aids e
18	doenças cardíacas.
19	O fato dos medicamentos genéricos- medicamentos testados, sem marca
20	comercial, mas mesmo princípio ativo- estarem nos balcões das farmácias a partir de
21	março do ano que vem, não promoverá maior acesso de medicamento à população mais
22	carente, segundo Bandeira de Mello. “O barateamento do remédio em 30% não ajuda a
23	população mais carente”, critica. E complementa: “A vantagem é apenas para classe
24	média.” Ele nega, entretanto, que a Abifarma seja contra os genéricos. “Só não
25	permitimos que o remédio similar se faça passar por genérico”, disse. Para ser vendido
26	como genérico, o similar necessita passar por testes de bioequivalência e
27	biodisponibilidade, garantindo que o funcionamento farmacologicamente idêntico.



## E10

1	Entre os sisudos prédios da Avenida Paulista, há um espaço alternativo para quem
2	quer distância do escritório. Além de ser um patrimônio histórico, o Casarão da Paulista
3	reúne sebo de livros e discos usados e loja de antiguidades. Outra atração é o Mambo
4	Bazar, evento de moda e arte, realizado no local a cada 15 dias.
5	Quem estiver disposto a garimpar- e não tiver alergia a pó- pode encontrar obras
6	interessantes no Sebo Paulista. O analista de sistemas Rogério Monma ficou contente com
7	seu achado: o livro “Esta noite, liberdade”, de Lapierre e Collins. “A edição já está
8	esgotada, não conseguia encontrar em nenhum lugar”, comemorou. O americano Steve
9	Lieberberg, professor há quatro anos no País, disse que estava com saudades dos <i>yard</i>
10	<i>sales</i> , comuns nos Estados Unidos. “Lá, qualquer um põe suas coisas na rua e vende”,
11	explicou. Montando seu novo apartamento, Lieberberg é frequentador do Casarão. “Sai
12	mais barato comprar aqui”, disse. Duas salas estão reservadas para venda de antiguidades.
13	Entre o mobiliário raro, está uma escrivaninha (1,500 reais) e um banco (900 reais)
14	ingleses, do século XIX.
15	Performances de teatro e dança, estandes de moda e espaço para dançar ao som de
16	DJ’s são a mistura que forma o Mambo Bazar. Cabeleireiros, estilistas de roupas exóticas e
17	cultuadores de <i>piercing</i> e tatuagem oferecem seus serviços, espalhados pelos cômodos da
18	mansão antiga. O próximo evento está marcado para 16 e 17 de outubro, tendo como
19	temática o Dia das Crianças. Haverá um quadro para que as pessoas expressem “a criança
20	que existe dentro de você” e uma oficina de arte em madeira, organizada por menores
21	carentes da comunidade São Mateus.
22	Três estrangeiros que administram o Sebo pretendem transformar o Casarão num
23	centro cultural. A italiana Cecília Casini acredita que o local é o ideal para o projeto, que
24	está sendo pensado juntamente com o proprietário. “É um lugar estratégico, onde circulam
25	peessoas de alto nível intelectual”, disse ela. Jean-Stéphane, francês, têm planos de abrir
26	uma escola de piano em uma das salas. Outra idéia é construir um cine clube e um <i>cyber</i>
27	café, onde as pessoas possam acessar à Internet.
28	Tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
29	Artístico e Turístico (Condephaat), o Casarão foi construído em 1905 por um arquiteto
30	francês, para um barão de café. É um dos poucos patrimônios que resistiram à
31	verticalização da Paulista, que possui o metro quadrado mais caro do País. Restaram além
32	dele apenas a Casa das Rosas e dois Casarões, que viraram sede de empresas.
33	O Casarão Paulista fica na Avenida Paulista, 1919, próximo à estação Trianon-Masp
34	do Metrô. O horário de funcionamento do Sebo Paulista é das 10h30 às 21h, aberto todos
35	os dias. O Mambo Bazar Kids vai acontecer nos dias 16 e 17 de outubro, das 14h às 22h.
36	Entrada R\$2,00.